



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LARISSA ALVES DA SILVA ROSA

**PROPOSTA E APLICAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO
PARTICIPATIVO DA QUALIDADE DA PAISAGEM PARA GESTÃO DE TERRITÓRIOS
TRADICIONAIS: O CASO DA COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO DE FARTURA**

BRASÍLIA
2023

LARISSA ALVES DA SILVA ROSA

Proposta e aplicação de uma metodologia de diagnóstico participativo da qualidade da paisagem para gestão de territórios tradicionais: O caso da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Hiroo Saito
Coorientadora: Prof.^a Dra. Anne Elisabeth Laques

BRASÍLIA
2023

LARISSA ALVES DA SILVA ROSA

PROPOSTA E APLICAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DA QUALIDADE DA PAISAGEM PARA GESTÃO DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: O CASO DA COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO DE FARTURA

Tese apresentada à Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Sustentável.

Brasília, 20 de dezembro de 2023

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr. Carlos Hiroo Saito (orientador)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^a. Dra. Giseli Gomes Dalla Nora (examinadora externa)
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Prof^o. Dr. Valdir Adilson Steinke (examinador externo ao Programa)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^a. Dra. Stephánie Nasuti (examinadora interna)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^o. Dr. Diego Pereira Lindoso (examinador interno)
Universidade de Brasília (UnB)

Rosa, Larissa Alves da Silva.

Proposta e aplicação de uma metodologia de diagnóstico participativo da qualidade da paisagem para gestão de territórios tradicionais: O caso da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Brasília, 2023.

209 p.: il.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Objetivos de Qualidade da Paisagem; Indicadores; Comunidades de Fundo de Pasto.

I. Universidade de Brasília. CDS II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese de doutorado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa tese de doutorado pode ser reproduzida sem autorização da autora. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Larissa Alves da Silva Rosa

AGRADECIMENTOS

Ao término desses 48 meses de uma jornada longa e enriquecedora que nos permitiu atravessar uma pandemia, conhecer novos territórios e coconstruir histórias memoráveis, há muitos agradecimentos a serem expressos.

Em particular, quero dedicar um agradecimento ímpar ao meu brilhante Orientador, Carlos Saito, cuja orientação desde o mestrado, a paciência, o rigor e a sabedoria foram essenciais em todas as etapas deste estudo. Seu empenho, direcionamento e constante olhar foram a âncora que sustentou este trabalho, proporcionando-me lampejos de conhecimento valiosos e orientação acadêmica excepcional. Cada frase deste documento reflete sua contribuição, a sua extrema atenção e comprometimento com a qualidade da pesquisa, além da preocupação com o do bem-estar dos orientandos. Sem dúvidas, ele é a minha maior referência acadêmica.

Com ele, veio a oportunidade de desenvolver a pesquisa em formato sanduíche na França e a convivência com a Professora Anne Elisabeth Laques, minha coorientadora da tese. Outra notável figura, que introduziu o tema de análise de paisagem, me ensinou, corrigiu meus esquemas com maestria e me acolheu em Montpellier. Recordo-me vividamente do primeiro dia em que fui ao IRD e ela me acompanhou no transporte, orientando-me sobre a rota. A partir daí cada momento foi uma lição contínua. Uma profissional de excelência e que, mesmo no Madagascar, encontrava maneiras de conduzir nossas videoconferências mensais e inspirar. *Merci Beaucoup!* A ambos, meu carinho e respeito eternos. Trabalhar com vocês foi um dos encontros fascinantes que a vida me proporcionou.

Por meio dessa oportunidade, tive o privilégio de frequentar o IRD, que se tornou minha segunda casa durante o doutorado. Gostaria de expressar minha gratidão aos colegas desse Instituto, sempre tão gentis e dispostos a ajudar-me em minha comunicação em francês, especialmente a Nádía Aouri, que atuou como minha supervisora durante o período sanduíche e, por falar português, foi de imenso auxílio. Outros a quem devo gratidão são todos os professores com quem convivi ao longo do doutorado, aprendendo sobre ciência e academia, fazendo parte do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, amplamente reconhecido pela CAPES, conforme ressaltado diversas vezes por nossa sempre coordenadora Dóris Sayago.

Agradeço ao Ministério do Meio Ambiente pelo apoio institucional fornecido, que não apenas despertou minhas questões de pesquisa, mas também proporcionou a oportunidade de trabalhar com amigos, como Dagmar e Alencar. Agradeço também ao MDR pela concessão de licença para que eu pudesse me dedicar integralmente aos estudos, algo que pretendo retribuir. Expresso minha gratidão ao Campus France e ao IRD pela bolsa de Doutorado Sanduíche - ARTS, o suporte financeiro essencial que tornou esta pesquisa possível e viabilizou meus períodos de estudo e estadias na França.

À Comunidade de Fundo de Pasto de Fatura, pessoas generosas, resistentes, sábias e hospitaleiras, que compartilharam tanto conhecimento e ensinaram algo que não se aprende em nenhum livro ou sala de aula: a riqueza de vivenciar a realidade desse território no dia a dia, observando suas paisagens e contribuindo de alguma forma. Gostaria de expressar meu especial agradecimento ao líder da Comunidade, Kadir Rodrigues, por sua disponibilidade constante em contribuir durante todas as etapas da pesquisa e por acreditar na coconstrução deste estudo, e à Marila Rodrigues, assistente comunitária rural, que nos orientou em todas as visitas de campo à Comunidade, sendo nosso anjo da guarda na região. Sem eles, a pesquisa não seria possível. Por meio da articulação com o IRPAA, agradeço principalmente aos técnicos Johhan Gnadlinger (companheiro de Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco), Bruno Gonçalves e André Rocha.

Gostaria ainda de mencionar minha gratidão a várias pessoas e grupos que foram fundamentais durante minha caminhada acadêmica e pessoal:

Primeiramente, agradeço à professora Larisa Gaivizzo, que me acompanhou na primeira visita de campo e me forneceu orientação, organização logística e auxílio nos desafios iniciais do trabalho de campo; ao apoio técnico do Rafael Moraes, que colaborou comigo na elaboração dos mapas; e à querida Ana Prado, pela impecável revisão final da tese e por ser um ponto de serenidade nos momentos finais da pesquisa.

Estendo meus agradecimentos aos membros da banca examinadora por suas avaliações cuidadosas e valiosas sugestões que contribuíram significativamente para aprimorar este trabalho.

Aos novos amigos conquistados em Montpellier – Yen Do, Jonatas Lobato, Leo di Filippo e Patrick Conti – com quem compartilhei meu tempo, ideias, confidências, lágrimas, sorrisos e viagens. Eles foram um suporte fundamental durante minha estadia na França e tornaram esse período menos solitário e bem mais divertido. Estou ansiosa para revê-los.

Agradeço aos meus amigos que estiveram presentes e mal podem esperar para ter uma amiga doutora. Às minhas amigas de graduação em geografia (UnB/2001), do eterno grupo das “magnatas” espalhadas pelo Brasil e em instituições públicas, também nesta jornada geográfica: Danielle Costa, Isabela Lima, Giselle Costa, Suellen Wallace e Renata Barreto. À minha amiga Vivi Freitas, minha parceira em muitos shows e muitas e muitas saideiras e saídas para descontrair.

Quero expressar meu afeto e a minha estima ao meu namorado Vítor Hugo, meu companheiro carinhoso e atencioso, que esteve ao meu lado em todos os momentos, sobretudo, nas longas noites diante do computador, ao som de “Nadson, o Ferinha”, e que aturou meus momentos de estresses com bom humor, paciência de Jó e transbordando amor.

Agradeço à minha família Rosa, meus irmãos – Pedro Henrique Rosa e Maria Teresa Rosa, minha cunhada – Scharlene Rosa, meus sobrinhos com os quais, Bento, Mariana, Valentina e eu, passamos momentos tão genuínos, alegres e felizes. Os melhores.

Especialmente à minha mãe, Lindalva Rosa, que sempre foi e (será) uma supermãe, um exemplo, que me ensinou a lutar e correr atrás dos meus sonhos, não ficar marcando passo, a não temer o desconhecido e a desbravar as oportunidades e ao meu pai, Benedito Rosa, que me ensinou a fazer tudo isso com humildade, tranquilidade e amor. A ambos, pelo orgulho imenso que eles têm de mim, a quem sou eternamente agradecida por continuamente me incentivarem e por terem me fornecido as ferramentas para me tornar a profissional e a pessoa que eu sou.

Agradeço às cidades onde conduzi a pesquisa e às lembranças que carrego, desde Sento Sé até Montpellier. Ah Montpellier! Cidade que tanto me ensinou, encantou e me emocionou. Suas paisagens, sabores, o “*tram*”, o “*pain au chocolate*”, sua organização, o azul do teu Mar Mediterrâneo - jamais serão esquecidos! Deixei um pedaço de mim por lá.

Aos demais que participaram direta ou indiretamente deste processo, peço desculpas por qualquer esquecimento, mas sintam-se, agora, devidamente reconhecidos! Cada pessoa envolvida deixou sua marca e contribuição única e, por isso, agradeço sinceramente a cada um pelo que me ensinaram. Levo comigo a valiosa lição de vida de não postergar o que é importante, mesmo que eu ainda relute em assimilar esse ensinamento completamente.

Por fim, agradeço a Deus pela oportunidade de seguir o caminho que escolhi e por tudo que vivenciei e aprendi ao longo desta tese.

RESUMO

A degradação das paisagens ameaça a manutenção dos territórios e os modos de vida tradicionais, por meio dos quais as comunidades mantêm estreita relação com elementos naturais. É urgente avaliar a qualidade dessas paisagens para valorizá-las e garantir o bem-estar das populações. Este estudo concentrou-se na coconstrução de uma metodologia participativa que utiliza a paisagem como meio de avaliação. Os objetivos principais foram: primeiro, desenvolver uma abordagem metodológica genérica e robusta para avaliar a qualidade da paisagem em comunidades tradicionais; segundo aplicar essa abordagem na Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto de Fartura, localizada no semiárido baiano. A organização coletiva e a gestão e uso de terras comuns são elementos distintivos das Comunidades de Fundo de Pasto. A aplicação da abordagem envolveu a definição de objetivos de qualidade da paisagem e a identificação de elementos de monitoramento da paisagem locais relevantes, integrando saberes locais com ferramentas modernas de análise de paisagem. Os métodos participativos utilizados como questionários, entrevistas e Oficinas de Paisagem permitiram, além de compreender a paisagem física, abordar as percepções, valores e relações culturais, históricas e econômicas que moldam esse território tradicional. Ao envolver ativamente os membros da Comunidade no processo de pesquisa, promoveu-se um diálogo entre diferentes perspectivas e conhecimentos, visando estratégias de gestão das paisagens alinhadas com as demandas e valores locais. A interação no campo evidenciou a relevância da coconstrução do conhecimento, viabilizando a implementação das fases essenciais para diagnosticar e analisar o território tradicional da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, conforme método elaborado neste estudo. O estudo, sobretudo, demonstrou a viabilidade e operacionalidade do método participativo na gestão de territórios tradicionais, oferecendo ferramentas para a tomada de decisões informadas e sustentáveis em relação à paisagem e ao modo de vida tradicional da Comunidade de Fartura. Os resultados obtidos destacam o método como uma ferramenta essencial para a gestão, especialmente na busca pela melhoria da qualidade das paisagens em territórios tradicionais. Por oferecer uma estrutura robusta e adaptável para avaliar a paisagem, este estudo é relevante para a promoção da gestão sustentável e para a preservação das características distintivas das paisagens em comunidades tradicionais, como as de Fundo de Pasto na Bahia.

Palavras-chaves: Objetivos de Qualidade da Paisagem; Indicadores; Comunidades de Fundo de Pasto.

ABSTRACT

The degradation of landscapes poses a threat to the preservation of territories and traditional ways of life, through which communities maintain a close relationship with natural elements. It is urgent to assess the quality of these landscapes to appreciate them and ensure the well-being of populations. This study focused on the co-construction of a participatory methodology that utilizes the landscape as a means of assessment. The main objectives were: first, to develop a generic and robust methodological approach for assessing landscape quality in traditional communities; second, to apply this approach in the Traditional Community of Fundo de Pasto de Fartura, located in the semi-arid region of Bahia. Collective organization and the management and use of common lands are distinctive elements of Fundo de Pasto Communities. The application of the approach involved defining landscape quality objectives and identifying relevant local landscape monitoring elements, integrating local knowledge with modern landscape analysis tools. Participatory methods such as questionnaires, interviews, and Landscape Workshops allowed not only the understanding of the physical landscape but also the exploration of perceptions, values, and cultural, historical, and economic relationships that shape this traditional territory. By actively involving community members in the research process, a dialogue was promoted between different perspectives and knowledge, aiming at landscape management strategies aligned with local demands and values. Field interaction highlighted the relevance of co-constructing knowledge, enabling the implementation of essential phases to diagnose and analyze the traditional territory of the Fundo de Pasto de Fartura Community, as outlined in this study's method. The study, above all, demonstrated the viability and operability of the participatory method in the management of traditional territories, providing tools for informed and sustainable decision-making regarding the landscape and the traditional way of life of the Fartura Community. The results emphasize the method as an essential tool for management, especially in the pursuit of improving landscape quality in traditional territories. By offering a robust and adaptable framework for assessing the landscape, this study is relevant for promoting sustainable management and preserving the distinctive characteristics of landscapes in traditional communities, such as those of Fundo de Pasto in Bahia.

Keywords: Landscape Quality Objectives; Indicators; Fundo de Pasto Communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Síntese do desenho metodológico da pesquisa.....	15
Figura 2 — Fluxograma do percurso metodológico da pesquisa	17
Figura 3 — Localização da comunidade selecionada para o estudo de caso	3
Figura 4 — Pintura sobre um tecido representando uma paisagem típica de território de uma CFP	22
Figura 5 — Estrutura básica dos elementos que compõe o conceito qualidade da paisagem	42
Figura 6 — Estrutura operacional base de avaliação de qualidade da paisagem, com base na CEP (2000)..	47
Figura 7 — Proposta de método de avaliação da qualidade da paisagem ideal, a partir da literatura.....	48
Figura 8 — Exemplo de mapa de delimitação de Unidades de Paisagem.....	51
Figura 9 — Representação esquemática dos critérios/dimensões de análise da paisagem	56
Figura 10 — Exemplo fictício de associação entre OQP, ameaças e oportunidades	58
Figura 11 — Exemplo de Modelo de avaliação PSR e o seu ciclo de retroativo ao longo do tempo.	59
Figura 12 — Proposta metodológica para avaliar a qualidade da paisagem em comunidades tradicionais...	61
Figura 13 — Correspondência entre as diferentes propostas metodológicas de avaliação	65
Figura 14 — Localização da CFP de Fartura no estado da Bahia.....	68
Figura 15 — Vista aérea da CFP de Fartura.....	68
Figura 16 — Sobreposição da área do Parque Boqueirão da Onça com os limites da CFP de Fartura	71
Figura 17 — Registros fotográficos da CFP de Fartura	71
Figura 18 — Mapa de identificação preliminar das classes de uso do solo da CFP de Fartura	75
Figura 19 — Registros fotográficos da primeira reunião com a CFP de Fartura na visita de campo 1	76
Figura 20 — Alguns pontos/áreas registrados na CFP de Fartura no segundo dia da visita de campo 1.....	78
Figura 21 — Alguns pontos/áreas registrados na CFP de Fartura no terceiro dia da visita de campo 1.....	79
Figura 22 — Fotos das extremas da CFP de Fartura.....	80
Figura 23 — Croqui da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura.....	82
Figura 24 — Mapa de uso do solo da CFP de Fartura, com as respectivas fotografias	83
Figura 25 — Mapa do zoneamento participativo da CFP de Fartura	86
Figura 26 — Mapa contendo a proposta preliminar de Unidades de Paisagem para a CFP de Fartura	90
Figura 27 — Registros fotográficos da primeira reunião da visita 2 com a CFP de Fartura.....	92
Figura 28 — Registros fotográficos da Oficina de Paisagem 1 na CFP de Fartura	92
Figura 29 — Gráfico de distribuição do local de residência dos participantes da Oficina.....	93
Figura 30 — Gráfico do grau de instrução dos participantes da Oficina	94
Figura 31 — Gráficos de percepção dos respondentes sobre a importância de se valorizar suas paisagens..	98
Figura 32 — Gráficos de frequência dos valores atribuídos pelos respondentes às UPs	100
Figura 33 — Gráficos de percepção dos respondentes sobre a beleza cênica das paisagens	103
Figura 34 — Gráficos dos percentuais de respostas das ameaças por UP.....	105
Figura 35 —Fotos de ameaças relatadas às paisagens da CFP de Fartura	107
Figura 36 — Gráficos dos percentuais de respostas das oportunidades por UP	109
Figura 37 — Oportunidades com o cultivo de frutas identificados na Comunidade.....	111
Figura 38 — Gráficos dos percentuais de respostas das estratégias por UP	112
Figura 39 — Registros fotográficos da Oficina de Paisagem 2 na CFP de Fartura	122
Figura 40 — Gráficos das assinaturas das UPs.....	138
Figura 41 — Principais ameaças que pressionam as paisagens da CFP de Fartura	142
Figura 42 — Gráfico das estratégias apontadas como prioritárias por UP.....	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Síntese e contribuições dos métodos de avaliação da paisagem levantados.....	31
Tabela 2 — Palavras chaves mais frequentemente citadas nas respostas para caracterizar as UPs.	97
Tabela 3 — Classificação das respostas em função dos grupos de valores.....	99
Tabela 4 — Soma das ocorrências por grupo de valor/UP.....	102
Tabela 5 — Estado dos valores por UP.....	102
Tabela 6 — Percentual de opiniões e superfície interpolada por conceito e classificação.....	104
Tabela 7 — Matriz de Análise contendo o perfil sintético das Unidades de Paisagens da CFP de Fartura .	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Síntese dos métodos e fases da coleta de dados em campo.....	22
Quadro 2 — Quadro de algumas definições acerca de Comunidade de Fundo de Pasto.....	20
Quadro 3 – Definições conceituais da Convenção Europeia da Paisagem utilizadas na pesquisa.....	40
Quadro 4 — Descrições das zonas identificadas na visita 1 à Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura ...	87
Quadro 5 — Agrupamento das zonas em Unidades de Paisagens e principais características chaves	88
Quadro 6 — Divisão e descrição sumária do questionário utilizado	91
Quadro 7 — Escala de valores universais de Muñoz-Pedrerros et al. (1993)	104
Quadro 8 — Síntese das características das paisagens identificadas na CFP de Fartura	113
Quadro 9 — Painel de Indicadores por Objetivo de Qualidade da Paisagem	131
Quadro 10 —Ficha de Avaliação da UP 1 – Encosta da Serra da Caçamba.....	133
Quadro 11 — Ficha de Avaliação da UP 2 - Vale fluvial antropizado	134
Quadro 12 — Ficha de Avaliação da UP 3 - Caatinga arbórea preservada em terraço fluvial	135
Quadro 13 — Ficha de Avaliação da UP 3 - Pasto de uso comum em caatinga aberta	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEFFP	Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto
ARTS	Allocations de recherche pour une thèse au Sud
BA	Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Convenção Europeia da Paisagem
CFP	Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto
COE	Conselho da Europa
COOPERCUC	Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá
DPSIR	Drivers–Pressures–State–Impacts–Responses
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GEOGRAFAR	A Geografia dos Assentamentos na área Rural
INCTI	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRD	Institut de Recherche pour le Développement
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LCA	Landscape Character Assessment
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OQP	Objetivo de Qualidade da Paisagem
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PDM	Plano Diretor Municipal
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PSR	Pressure-State-Response
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade
SNPCT	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável
SIG	Sistema de Informação Geográfica
UP	Unidade de Paisagem
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: MARCO METODOLÓGICO DA PESQUISA	15
1.1. SÍNTESE ORIENTADORA DO CAPÍTULO 1	15
1.2. DAS ETAPAS PERCORRIDAS.....	16
1.2.1. <i>Etapa 1 — Revisão e pesquisa bibliográfica</i>	18
1.2.2. <i>Etapa 2 — Elaboração da proposta de abordagem de avaliação</i>	19
1.2.3. <i>Etapa 3 — Aplicação prática da abordagem</i>	20
1.3. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO DE CASO	1
CAPÍTULO 2: IDENTIFICAÇÃO DOS CONCEITOS NORTEADORES DA PESQUISA	5
2.1. SÍNTESE ORIENTADORA DO CAPÍTULO 2	5
2.2. GESTÃO DO TERRITÓRIO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM ESCALA LOCAL	6
2.3. CATEGORIA GEOGRÁFICA PAISAGEM – DO DESCRITIVO AO RELACIONAL	10
2.4. ELEMENTOS EM TORNO DA DISCUSSÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS	14
2.4.1. <i>Comunidades Tradicionais</i>	14
2.4.2. <i>Comunidades de Fundo de Pasto</i>	18
CAPÍTULO 3: COMO AVALIAR A PAISAGEM? DAS TEORIAS À SÍNTESE	24
3.1. SÍNTESE ORIENTADORA DO CAPÍTULO 3	24
3.2. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA PAISAGEM: ABORDAGENS DE ANÁLISE E MONITORAMENTO ..	25
3.3. ESCOLHAS CONCEITUAIS.....	34
3.3.1. <i>Princípios chaves da Abordagem: A Convenção Europeia da Paisagem</i>	36
3.3.2. <i>Avaliando a Qualidade da Paisagem: Critérios e Indicadores</i>	41
CAPÍTULO 4: PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AVALIAR A QUALIDADE DA PAISAGEM EM COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	45
4.1. SÍNTESE ORIENTADORA DO CAPÍTULO 4	45
4.2. VISÃO GERAL DA ABORDAGEM.....	46
4.3. DETALHAMENTO DOS PASSOS DA METODOLOGIA.....	49
4.3.1. <i>Passo 1 — Identificação e caracterização da paisagem</i>	49
4.3.2. <i>Passo 2 — Análise da paisagem</i>	52
4.3.3. <i>Passo 3 — Definição dos Objetivos de Qualidade da Paisagem</i>	54
4.3.4. <i>Passo 4 — Agrupamento em critérios e proposição de indicadores:</i>	55
4.3.5. <i>Passo 5 — Construção de painéis de indicadores de soluções e oportunidades.</i>	57
4.4. ESCOLHAS METODOLÓGICAS	60
CAPÍTULO 5: ESTUDO DE CASO – COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO DE FARTURA/BA	66
5.1. SÍNTESE ORIENTADORA DO CAPÍTULO 5	66
5.2. CONTEXTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA COMUNIDADE.....	67
5.3. APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PAISAGEM.....	74

5.3.1.	<i>Passo 1 — Mapeamento das zonas da Comunidade</i>	74
5.3.1.1.	Recolha e tratamento da informação geral e temática.....	74
5.3.1.2.	Zoneamento das Paisagens pela Comunidade.....	76
5.3.1.3.	Identificação das Zonas da Comunidade.....	81
5.3.1.4.	Caracterização das Zonas Identificadas.....	87
5.3.2.	<i>Passo 2 — Definição e Caracterização das Unidades de Paisagens</i>	88
5.3.2.1.	Delimitação das Unidades de Paisagens.....	88
5.3.2.2.	Coleta de dados acerca da percepção dos moradores.....	91
5.3.2.3.	Aplicação de Questionários.....	93
5.3.2.4.	Caracterização das Unidades de Paisagens.....	113
5.3.3.	<i>Passo 3 – Apresentação dos Perfis das Unidades de Paisagens</i>	114
5.3.3.1.	Unidade de Paisagem 1 – UP1: Encosta da Serra da Caçamba.....	114
5.3.3.2.	Unidade de Paisagem 2 – UP2: Vale fluvial antropizado.....	115
5.3.3.3.	Unidade de Paisagem 3 – UP3: Caatinga arborea preservada.....	117
5.3.3.4.	Unidade de Paisagem 4 – UP4: Pasto de uso comum em caatinga aberta.....	118
5.3.4.	<i>Passo 4 - Definição dos Objetivos de Qualidade de Paisagem</i>	119
5.3.4.1.	Etapa de Gabinete.....	119
5.3.4.2.	Etapa de Campo.....	121
5.3.4.3.	Oficina de Paisagem 2.....	124
5.3.4.4.	Análise dos resultados da Oficina de Paisagem.....	129
5.3.5.	<i>Passo 5 – Monitoramento</i>	130
5.3.5.1.	Ficha de Avaliação da UP 1 - Encosta da Serra da Caçamba.....	133
5.3.5.2.	Ficha de Avaliação da UP2 - Vale fluvial antropizado.....	134
5.3.5.3.	Ficha de Avaliação da UP3 - Caatinga arborea preservada em terraço fluvial.....	135
5.3.5.4.	Ficha de Avaliação da UP4 - Pasto de uso comum em Caatinga Aberta.....	136
5.4.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	137
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	CONTRIBUIÇÕES, LIMITES E RECOMENDAÇÕES.....	152
	POSSÍVEIS TEMAS DE TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO FUTUROS.....	157
	APÊNDICES.....	175
	APÊNDICE A - FICHA PARA OBSERVAÇÃO EM CAMPO.....	175
	APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	176
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO NA VISITA DE CAMPO 2.....	177
	APÊNDICE D – FORMULÁRIOS APLICADOS POR GRUPOS NA VISITA DE CAMPO 3.....	182
	APÊNDICE E — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	186

INTRODUÇÃO

No Brasil, a gestão efetiva das paisagens é ainda uma dificuldade, apesar da sua legislação ambiental avançada e de diversos instrumentos vigentes voltados para a proteção da paisagem, sobretudo cultural. Um desses instrumentos é a Carta Brasileira da Paisagem (ABAP, 2010) que elenca doze princípios para salvaguardar os recursos da paisagem do país, entre os quais estão: a paisagem como instrumento de planejamento do desenvolvimento sustentável; o reconhecimento aos valores da paisagem, em sua relação com as comunidades; a qualidade da paisagem como um direito de todos e a necessidade da visão integrada para os projetos e políticas governamentais.

Entretanto, na prática nem sempre tais princípios são implementados em detrimento do fomento a projetos que degradam a paisagem, como a expansão urbana desenfreada, a intensificação da agricultura, a homogeneização da floresta, a instalação de novos empreendimentos e o abandono das atividades tradicionais rurais, sobretudo em territórios ocupados por Povos e Comunidades Tradicionais - PCTs. Para este grupo a paisagem considerada um fator essencial para manter as suas identidades territoriais é recorrentemente alvo de pressão, em virtude de disputas pela posse e o uso da terra, assim como, pelos recursos naturais ainda disponíveis (MPF, 2020; CPT, 2021), sobretudo no período de 2019-2022, durante o qual o contexto político brasileiro favoreceu os acirramentos deste tipo de conflito (Barretto Filho, 2020).

Com esse enquadramento, a pesquisa assume a paisagem como uma componente importante para o estudo de PCTs, a fim de compreender essa relação e definir ferramentas orientadas por uma estratégia participativa para um modelo de gestão nesses territórios que acautele a qualidade da paisagem nas suas múltiplas dimensões. A partir da análise das paisagens como ferramenta de diálogo, será possível diagnosticar as formas de organização e estruturação de territórios tradicionais e como eles se transformam a fim de vislumbrar maneiras coconstruídas de melhor geri-los.

A pesquisa é motivada pela aspiração de promover mudanças significativas na vida das comunidades residentes em territórios tradicionais, fornecendo ferramentas capazes de proteger e aprimorar a qualidade de suas paisagens. Essa iniciativa surge em resposta ao contexto de crescente pressão e deterioração que permeiam as paisagens desses territórios, frequentemente excluídos dos processos convencionais de desenvolvimento econômico. Nestes locais, comunidades mantêm vínculos estreitos com a natureza, empenhando-se incansavelmente em sua preservação.

Além disso, a pesquisa é influenciada pela vivência profissional no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima- MMA, proporcionando um olhar privilegiado sobre os desafios e obstáculos na implementação de políticas públicas direcionadas aos territórios tradicionais. Esse lugar subsidia grande parte dos seguintes questionamentos que impulsionam a pesquisa: Como integrar a paisagem à gestão de territórios tradicionais? Como avaliar a qualidade da paisagem nesses territórios, contando com a participação local? Quais principais ferramentas podem ser utilizadas?

Portanto, ao debruçar-nos sobre essas perguntas norteadoras, mesmo sem ultrapassá-las, e tampouco esta é a intenção da tese, esforçaremos-nos para contribuir com a discussão sobre a avaliação da qualidade da paisagem em escala local. Este é justamente o objetivo deste estudo, ou seja, propor e testar uma abordagem genérica e robusta de avaliação da qualidade da paisagem em comunidades tradicionais, com base em indicadores.

Parte-se da hipótese de que é viável avaliar a qualidade das paisagens em comunidades tradicionais e acompanhar o grau de transformação dessas áreas com painéis de indicadores coconstruídos com a comunidade. De forma a validar ou não a hipótese, dispostos de uma metodologia capaz de ser testada em uma Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto – CFP e que seja passível de replicação em outras possíveis comunidades.

Os principais objetivos específicos do projeto são os seguintes: 1) Discutir o conceito de qualidade de paisagem e sua relação com comunidades tradicionais; 2) Fornecer uma visão geral de métodos de avaliação da paisagem; 3) Identificar os critérios e indicadores de qualidade relevantes para avaliar a qualidade da paisagem em comunidades tradicionais; 4) Testar a abordagem de avaliação proposta na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, no estado da Bahia – BA.

Para atingir os objetivos propostos e responder às perguntas de partida, esta tese foi estruturada em 5 capítulos e organizada para apresentar o marco metodológico e o percurso conduzido pela pesquisa, no capítulo 1 e aprofundar o marco teórico, discutindo o conceito de paisagem e território, além de detalhar a sua relação com o objeto de análise, as Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto, no capítulo 2. Em seguida, avança-se na reflexão sobre abordagens para avaliação da paisagem por meio do capítulo 3. No capítulo 4 são apresentadas e discutidas as etapas da metodologia de avaliação da qualidade da paisagem a serem aplicadas na prática em estudo de caso em uma CFP, no capítulo 5. Finalmente, apresentam-se as considerações finais, contribuições, limites e a sugestão de temas de investigação para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 1: MARCO METODOLÓGICO DA PESQUISA

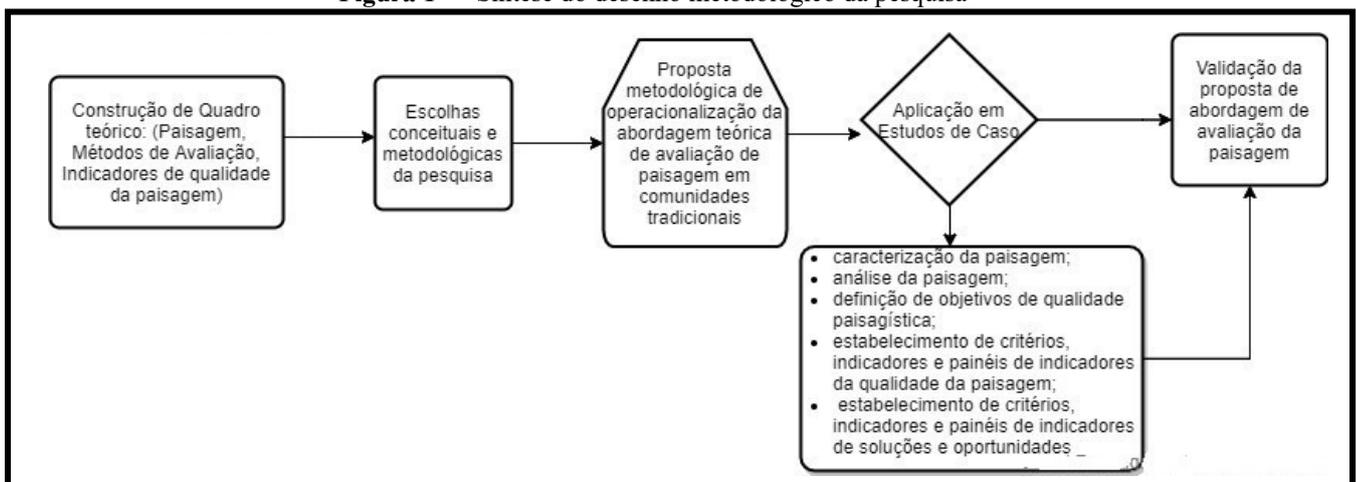
1.1. SÍNTESE ORIENTADORA DO CAPÍTULO 1

O capítulo 1 detalha as etapas percorridas para o desenvolvimento da pesquisa e para a definição da área de estudo por meio da apresentação da metodologia do trabalho que teve início com a revisão bibliográfica, etapa responsável por trazer elementos para definição de conceitos centrais mobilizados na tese, assim como as linhas gerais para a estruturação de um método participativo de avaliação da qualidade da paisagem em Povos e Comunidades Tradicionais.

Essa primeira etapa conduz as escolhas conceituais e metodológicas do trabalho, culminando na elaboração da proposta de um método de avaliação da qualidade da paisagem. Assim, a segunda etapa, de caráter propositivo, esboça um conjunto de processos por meio dos quais será possível conhecer a qualidade de uma paisagem e avaliá-la. Na sequência, desenrola-se a aplicação prática da proposta de abordagem de avaliação da qualidade da paisagem em um estudo de caso.

Essa última etapa visa ao apoio da abordagem proposta por sua aplicação a uma região de teste. O trabalho de campo foi concentrado na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, localizada em Sento Sé/BA, município inserido no semiárido brasileiro e ameaçado em suas atividades territoriais tradicionais, cuja qualidade da paisagem é analisada. Para, além dos resultados práticos obtidos com a avaliação da paisagem em campo, o objetivo dessa fase é verificar a operacionalidade e viabilidade da abordagem proposta, conforme esquema sintético do desenho metodológico da pesquisa na Figura 1.

Figura 1 — Síntese do desenho metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora

1.2. DAS ETAPAS PERCORRIDAS

As preocupações fundamentais subjacentes à presente tese associam-se à proposição e aplicação de um método participativo para o diagnóstico e avaliação da paisagem a fim de aprimorar a gestão de territórios ocupados por Povos e Comunidades Tradicionais. No intuito de responder a essas preocupações, a pesquisa tem assim dois aspectos: um teórico, que desenvolveu a proposta de um método de avaliação da qualidade da paisagem, e o outro, empírico, que requereu trabalho de campo, técnicas de observação e seleção de informações diretas, limitando-se inicialmente ao teste em Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto para operacionalização da abordagem proposta.

Portanto, quanto a sua natureza, trata-se de uma pesquisa classificada como aplicada, pois objetiva “gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos” (Gil, 2010). Com relação aos objetivos, estes remetem a uma pesquisa propositiva e é delineado pelo método misto de pesquisa com desenho exploratório sequencial, que envolve uma primeira fase de coleta e de análise de dados qualitativos, seguida de uma segunda fase de coleta e de análise de dados quantitativos que é desenvolvida sobre os resultados da primeira fase qualitativa. De acordo com Creswell (2007), essa organização permite que o pesquisador elabore ou expanda os achados de um método com obtidos por meio de outro método.

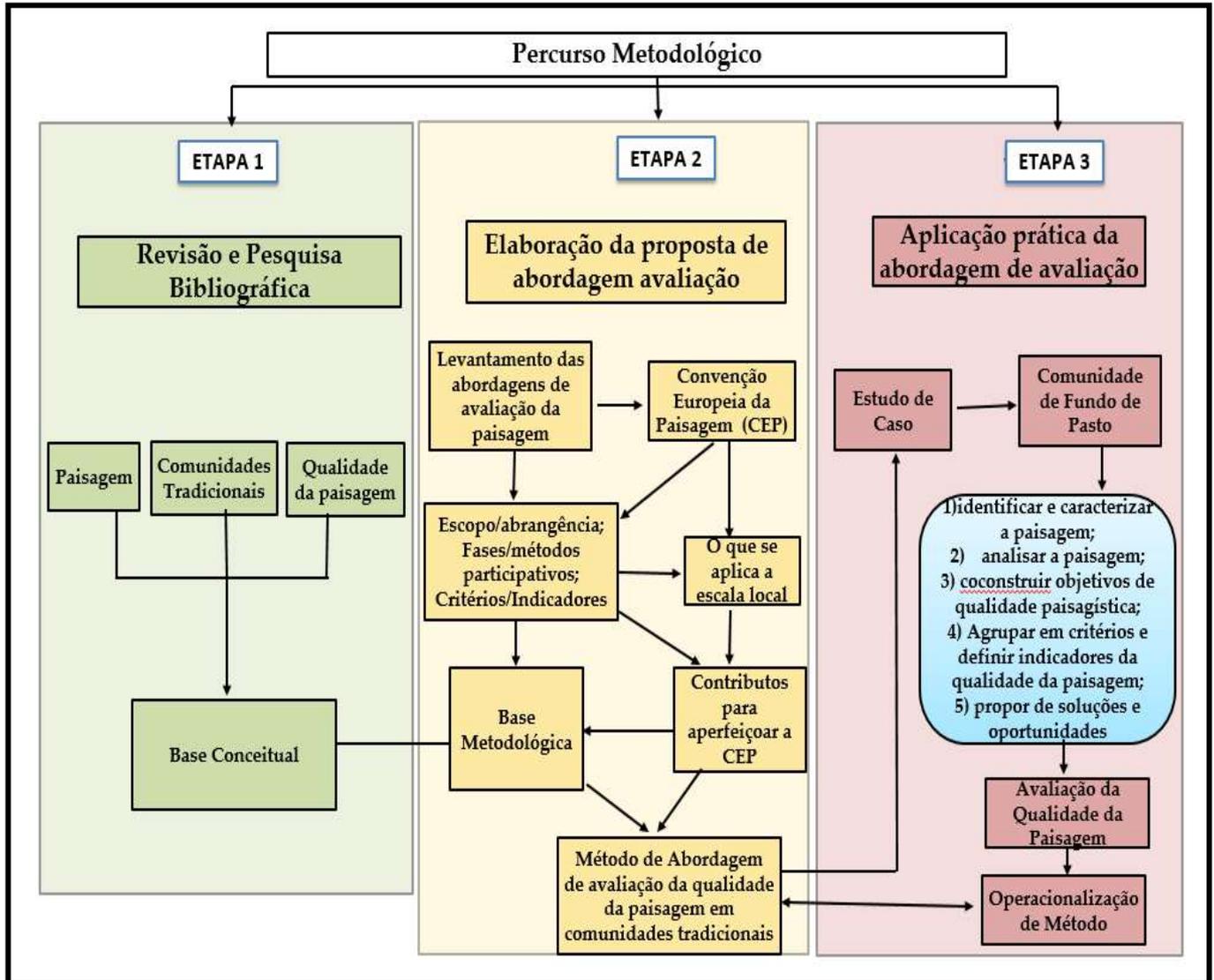
Para isso, a pesquisa combina inicialmente uma abordagem qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico, documental e da observação de campo, para desenvolvimento teórico da abordagem de avaliação da qualidade da paisagem, sequenciada por etapa quali-quantitativa, por meio do uso do estudo de caso como estratégia de pesquisa com levantamento de campo, para testar a sua viabilidade e construção de indicadores. Nesse caso, os resultados quantitativos são mobilizados para confirmar, refutar, complementar ou generalizar os resultados qualitativos.

A pesquisa emprega técnicas de análise de dados alinhadas aos métodos mistos de pesquisa tais como análise de conteúdo, a análise temática e a análise estatística. Essas abordagens serão utilizadas como ferramentas fundamentais para examinar de forma abrangente os diversos dispositivos de coleta de dados que serão submetidos ao escopo desta investigação.

Assim, a hipótese é testada na dinâmica desse refinamento a partir de manifestações observáveis em campo que nos indica a operacionalidade do método participativo de avaliação da paisagem em uma comunidade empírica e a sua utilidade para gerir o território tradicional local.

Para o alcance desses objetivos, o percurso metodológico inclui três etapas principais e complementares: 1) Revisão e pesquisa bibliográfica para construir uma base conceitual sobre paisagem, qualidade da paisagem, comunidades tradicionais e métodos de avaliação de paisagem; 2) Desenvolvimento teórico do método de avaliação da qualidade da paisagem para compor a proposta de abordagem; e 3) Aplicação prática do método proposto em pesquisa de campo para verificar a hipótese (Figura 2).

Figura 2 — Fluxograma do percurso metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora

A seguir, descreve-se as etapas percorridas mencionadas na Figura 2 para o desenvolvimento da pesquisa, estruturadas de forma a responder as questões e objetivos de pesquisa.

1.2.1. Etapa 1 — Revisão e pesquisa bibliográfica

Para compreender o conceito de paisagem, qualidade da paisagem e sua relação com comunidades tradicionais (objetivo específico 1) e com gestão do território, foi realizada uma pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos) em plataformas de dados como *Web of Science*, *Science Direct*, em sites acadêmicos, como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e na ferramenta de busca *Google Acadêmico* por meio de palavras chaves como: paisagem, território, qualidade da paisagem, comunidades tradicionais e comunidades de fundo de pasto.

Tais instrumentos de busca foram selecionados para a pesquisa, pois juntos cobrem os principais periódicos nacionais e internacionais, bem como artigos e trabalhos acadêmicos de grande valia para a formação do arcabouço teórico.

De forma complementar, procedeu-se um levantamento documental acerca de informações (leis, resoluções, atas, documentos históricos, acervo fotográfico, relatórios e trabalhos técnicos) sobre Comunidades de Fundo de Pasto em arquivos públicos do estado da BA e das Organizações das Comunidades de Fundo de Pasto, além de consulta à publicação e às pesquisas disponibilizadas por instituições de pesquisa. Merece destaque a consulta à base de dados desenvolvida pelo Projeto “A Geografia dos Assentamentos na Área Rural – GeografAR, da Universidade Federal da Bahia, que desde 1996, desenvolve pesquisas com foco na análise do processo de (re) produção do espaço geográfico no campo baiano e promove a articulação entre a questão agrária e os grupos sociais. O conjunto de publicações disponibilizadas no site do Projeto Geografar a respeito das Comunidades de Fundo de Pasto foram consultados fundamentar teoricamente este trabalho.

Toda a literatura foi organizada e analisada a fim de ampliar o entendimento a respeito do objeto de estudo e de promover o embasamento teórico à pesquisa. A bibliografia foi sistematizada considerando a evolução das discussões no meio acadêmico que tratam das palavras-chaves utilizadas nesta pesquisa e com enfoque na abordagem de paisagem em escala local. Assim, foi realizada uma revisão abrangente da literatura caracterizada como *comprehensive literature review* (Onwueghuzie; Frels, 2015), em que se procurou conceitos teóricos definidores do trabalho, como qualidade da paisagem, métodos de avaliação e indicadores como base de partida para a etapa 2, a ser detalhada.

1.2.2. Etapa 2 — Elaboração da proposta de abordagem de avaliação

Para fornecer uma visão geral dos métodos de avaliação da paisagem (objetivo específico 2), realizou-se um levantamento bibliográfico acerca das diferentes possibilidades metodológicas para avaliação da paisagem da operacionalização dos estudos na dimensão prática, caracterizando-as para buscar as que melhor se apropriam à escala comunitária.

Esses estudos foram selecionados por meio da leitura, considerando critérios referentes ao contexto das publicações, às características metodológicas, aos determinantes variáveis e indicadores operacionalizados. Entre as diferentes abordagens de paisagem, passíveis de serem encontradas, foram sistematizados os principais pontos expressos nos métodos de avaliação com destaque para os indicadores levantados (objetivo específico 3), com o objetivo de compreender se haveria a possibilidade de utilizá-los como referência para o desenho do método em escala local.

Essa etapa foi fundamental para o conhecimento da arquitetura de alguns métodos de avaliação e para subsidiar a escolha pela estrutura que melhor se adequou à proposta deste estudo. O material levantado foi analisado e sistematizado num quadro que explicita informações como: método geral de avaliação da paisagem, critérios, indicadores utilizados e contribuições à escala local. A ideia é perceber a relação das diferentes abordagens de avaliação com a gestão local do território em comunidades tradicionais.

Esse processo teórico permitiu o conhecimento de critérios gerais associados ao uso de indicadores de paisagem e de métodos comuns de abordagem do tema para fundamentar quais parâmetros seriam os mais relevantes para a se avaliar a paisagem em escala local, a serem verificados na parte prática. Nessa fase, foi dada atenção especial ao apanhado de técnicas capazes de investigar de forma sistemática e consistente a avaliação da paisagem em escala comunitária.

Essas etapas iniciais de pesquisa bibliográfica possibilitaram a identificação dos aspectos importantes para elaborar a proposta preliminar do método de avaliação da qualidade da paisagem (objetivo geral) e proceder às escolhas conceituais e metodológicas da pesquisa. Este processo conduziu à abordagem de alguns modelos possíveis compatíveis e à escolha de estratégias que melhor se adaptassem à proposta do método de análise da paisagem participativo em uma comunidade tradicional.

Essa fase correspondeu às possíveis maneiras de mobilizar recursos teóricos e técnicos a fim de responder ao objetivo geral e à hipótese levantada na pesquisa.

1.2.3. Etapa 3 — Aplicação prática da abordagem

As diferentes abordagens, métodos e estratégias propostos na etapa anterior são vistos aqui como “grades” por meio dos quais se pôde observar e analisar a paisagem na realidade de uma comunidade tradicional. Para tanto, foi realizado um estudo de caso piloto em uma Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto, visando à testagem da viabilidade e da robustez do método de avaliação da qualidade da paisagem, proposto na etapa 2 (objetivo específico 4).

O estudo de caso é uma investigação empírica que pesquisa um evento contemporâneo dentro de seu contexto real, o qual possui várias fontes de evidências, permitindo a validação pela triangulação dos dados (Yin, 2015). Esse tipo de estudo refere-se a casos que apresentam um conjunto de circunstâncias que contribuem para a formação de conhecimento e de teoria, confirmando, desafiando ou ampliando abordagens como, neste caso, um método de avaliação da paisagem.

O estudo de caso aplicado na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, situada em Sento Sé/BA, foi empregado como estratégia para organizar, coletar, apresentar e analisar os dados empíricos dentro de um contexto específico. Esta abordagem esclareceu as questões teóricas discutidas na proposta de avaliação da paisagem.

A finalidade da etapa de campo foi a observação direta da paisagem no território tradicional, permitindo a coleta sistemática e consistente de informações. Isso contribui para a ilustração e formalização das diferentes fases da abordagem proposta na etapa anterior, incorporando dados reais e enfatizando a participação social.

De forma sintética, esta etapa 3 permitiu:

- Conhecer a realidade, as paisagens e a história da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura para diagnosticar, caracterizar e analisar suas paisagens;
- Identificar os valores e a percepção dos moradores locais acerca de suas paisagens
- Detectar as forças ou pressões para mudanças na paisagem que podem afetar sua qualidade, assim como suas principais oportunidades;
- Coconstruir Objetivos de Qualidade da Paisagem - OQP com a Comunidade;
- Definir painéis de indicadores que a Comunidade possa acompanhar as transformações nas suas paisagens;
- Colaborar com uma ferramenta de trabalho útil para as lideranças locais de Comunidades de Fundo de Pasto.

A estruturação da pesquisa de campo seguiu os objetivos predefinidos, sendo moldada por interações significativas com os representantes do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada -IRPAA e os líderes das Associações de Fundo de Pasto.

Foram realizadas três visitas de campo à Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, no período de agosto de 2022 à maio de 2023 para cumprir essa etapa. O Quadro 1, resume as fases de coleta de dados da pesquisa de campo.

Após cada fase analisou-se os resultados seguindo uma estratégia analítica que favoreceu a relação dos dados empíricos às proposições teóricas elucidadas pela pesquisa. As questões centrais respondidas por meio dos dados de campo foram a base para a validação da hipótese do estudo.

Nesse sentido, foi dada atenção às dificuldades encontradas e às situações que pudessem estimular o reconhecimento de lacunas existentes no método teórico proposto para adequá-lo aos objetivos desta pesquisa. Esse processo foi importante para o desenvolvimento do estudo, uma vez que os critérios de validade científica (rigor na concepção e condução da pesquisa) não garantem validade pragmática (eficácia e viabilidade da abordagem) à proposta.

Assim, a metodologia foi progressivamente desenvolvida em colaboração com a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura à medida que a pesquisa avançava, alicerçada na proposta do método para avaliação da qualidade da paisagem elaborada. A discussão detalhada sobre essa metodologia ocorrerá quando os dados da pesquisa de campo forem apresentados.

O objetivo da verificação em campo na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura foi, primeiramente, refinar a proposta do método participativo de avaliação da paisagem mirando na possibilidade de generalizar para outros territórios tradicionais e tornar a abordagem mais robusta de modo que, ao usar as mesmas definições e procedimentos, outras pessoas sejam capazes de produzir os mesmos resultados.

A pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília - UnB - sob o processo homologado 98071318.0.0000.5540.

Quadro 1 — Síntese dos métodos e fases da coleta de dados em campo

Fases	Período	Modo	Objetivo da visita de campo	Instrumentos de coleta de dados	Técnicas de análise de dados	Apêndices utilizados	População Envolvida
Pré-Campo	Maio/agosto 2022	Gabinete	Levantamento de Informações Elaboração dos instrumentos de coleta de dados e de Mapa preliminar da área.	Análise de dados secundários; Imagens de satélite do <i>Google Earth</i> da área aproximada da Comunidade	Interpretação e classificação manual de imagens de satélite	Elaboração dos A e B	-
Visita de Campo 1	22 a 27 de agosto de 2022	Grupo Focal	Apresentar a pesquisa para a Comunidade Obter uma impressão geral das variações de características das paisagens e da percepção	Observação direta Caminhada Transversal Anotações de Campo Registros Fotográficos	Elaboração de mapas síntese da Comunidade	A e B	7 entrevistados
Visita de Campo 2	5 a 9 de dezembro de 2022	Individual Grupo	Validação das unidades de paisagens Mapeamento dos valores sociais percebidos pelas paisagens	Questionários Oficina de Paisagem 1	Análise Estatística Análise de Conteúdo	C	19 participantes
Visita de Campo 3	10 a 12 maio de 2023	Grupo	Construção participativa dos objetivos de qualidade das paisagens e respectivos indicadores de monitoramento	Formulários Oficina de Paisagem 2	Análise Estatística Análise de Conteúdo	D	22 participantes
Visita de Campo 4	Março 2024	Grupo	Devolutiva dos resultados finais para comunidade	Apresentação dos resultados da pesquisa final em formato de cartilha didática	Mapa ilustrado das paisagens da Comunidade em tecido.	-	Toda a comunidade

Fonte: Elaborada pela autora

1.3. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO DE CASO

A área para estudo de caso piloto é uma Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto. A escolha desse recorte assenta-se na continuidade de produção acadêmicas direcionadas ao semiárido brasileiro, no contexto de redes de pesquisa do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB, numa articulação com os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT, em particular com o INCT ODISSEIA, que possuem as Comunidade de Fundo de Pasto como sítio de análise. Dado que o grupo já conduzia estudos nessa região, visando contribuir para a resiliência e adaptação desses sistemas socioecológicos, a presente pesquisa foi direcionada para o estudo da gestão e proteção das paisagens, mantendo o mesmo local de análise.

A comunicação e interação com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada e subsequente com a liderança da Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto - AEFPP, do estado da Bahia foram fundamentais para estabelecer os parâmetros necessários à aplicação da abordagem de avaliação e para a seleção da Comunidade em questão, como estudo de caso.

A delimitação territorial da área de estudo para aplicar a abordagem de avaliação da qualidade da paisagem proposta teve início nos meses de setembro e outubro de 2021. Esse processo envolveu diálogos conduzidos por meio de contatos telefônicos, mensagens e videoconferências com representantes do IRPAA e da AEFPP. Durante essa fase, realizou-se uma apresentação preliminar dos objetivos da pesquisa a essas organizações, com o propósito de obter contribuições relacionadas à identificação de possíveis comunidades que atendessem aos requisitos predefinidos para o desenvolvimento do estudo de caso.

A área teste selecionada deveria atender aos seguintes requisitos:

- I. Inserção na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- II. Localização na região do semiárido baiano;
- III. Limites geográficos definidos e de fácil disponibilização;
- IV. Preservação de um modo de vida tradicional e histórico de organização do território;
- V. Possibilidade de interlocução: por meio de associações e lideranças;
- VI. Paisagem dinâmica que enfrentasse pressões e ameaças;
- VII. Conservação e utilização de forma sustentável os recursos naturais;
- VIII. Infraestrutura local, incluindo estradas de acesso e meios de comunicação.

Em novembro de 2021, durante a exposição da pesquisa e considerando os critérios para a seleção da área de estudo, Valdivino Rodrigues, a liderança da AEFPP, sugeriu a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura como um local potencial para a aplicação do estudo de caso. Logo em seguida, de forma virtual realizou-se o contato inicial, por meio de contatos telefônicos e mensagens de *WhatsApp* com a liderança da Comunidade de Fundo de Pasto indicada, Claudimário dos Santos, em novembro de 2021. Após a apresentação da pesquisa e o esclarecimentos de dúvidas, ele se mostrou interessado em contribuir com o projeto e colocou a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura à disposição para participar da pesquisa.

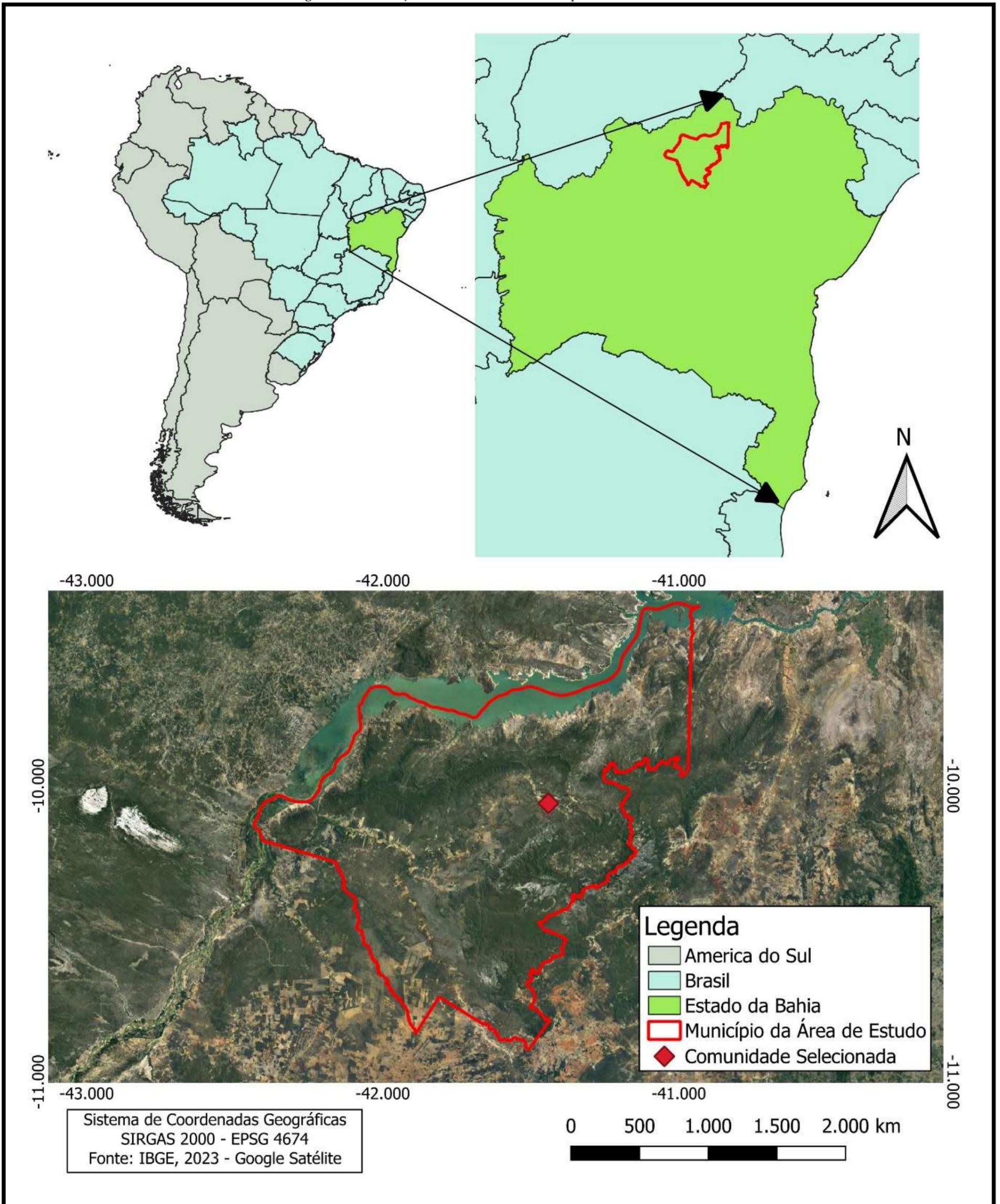
A pandemia de Covid-19 em 2021 adiou a primeira visita à Comunidade, impossibilitando a coconstrução no momento inicial da pesquisa com a participação de seus membros. Após a confirmação da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura em participar do estudo, a primeira visita foi finalmente realizada nove meses mais tarde, em agosto de 2022.

Dessa forma, a escolha da CFP de Fartura foi fundamentada na sua conformidade com todos os requisitos estabelecidos previamente e na disposição em contribuir com a pesquisa. A Comunidade está localizada a 180 km do Aeroporto de Petrolina, Pernambuco, facilitando o acesso. Localiza-se na zona rural do município de Sento Sé /BA, a 82 km da sede municipal, com 50 Km de estrada asfaltada e 30 km de estrada de chão, conforme Figura 3.

Para efeitos de planejamento, conforme mapeamento das Comunidades de Fundo de Pastos coordenados por Germani e Oliveira (2020), a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura e o município de Sento Sé se inserem na Regional Juazeiro. Essa regionalização tem como elemento formador os trabalhos de articulação desenvolvidos pelas organizações não governamentais como o IRPAA, a Comissão Pastoral da Terra, entre outras e seguem a regionalização da Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto. As sete regionais definidas neste mapeamento são: 1) CUC, 2) Juazeiro, 3) Senhor do Bonfim, 4) Oliveira dos Brejinhos, 5) Barreiras, 6) Correntina e 7) Sudoeste.

A Regional de Juazeiro encontra-se inserida na área de clima semiárido e é composta por, além do município de Sento Sé, que é o maior em extensão territorial, pelos municípios baianos de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso e Sobradinho. Essa Regional é palco de conflitos e de resistência pelas comunidades, sobretudo em virtude da criação do Lago Artificial de Sobradinho, da implantação de sistemas irrigados destinados à fruticultura ao longo da borda do lago, do curso do rio São Francisco e da implantação recente de parques eólicos.

Figura 3 – Localização da comunidade selecionada para o estudo de caso



Fonte: Elaborada pela autora

No que se refere aos conflitos nesta região, destacam-se a presença de agentes como grileiros, identificados como empresários; fazendeiros que desejam criar gado; pessoas externas à região que compraram uma pequena porção de terra e desejam apropriar-se da área coletiva; empresas eólicas e mineradoras; a instalação de linha de transmissão de energia e, por fim, em poucos, casos disputas internas. Em relação às ameaças, confirmam-se a grilagem de terra; a presença de empresa de agronegócio; de mineração; o monocultivo de eucalipto; as queimadas; as mineradoras; a carvoaria; os empreendimentos com empresas eólicas; as empresas fotovoltaicas; e empreendimentos mobiliários (Germani e Oliveira, 2020).

Essa região caracterizada por conflitos como os mencionados, pela caatinga e clima semiárido, forjou o arranjo político-organizacional de resistência que deu origem a 599 Associações de Comunidade de Fundo de Pasto na Bahia e à criação dos Núcleos e Mobilização Estadual da Comunidade de Fundo de Pasto (representação política) e da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC (representando a inclusão produtiva) (Gaivizzo *et al.*, 2019). Dados os desafios, a Comunidade resiste de forma organizada por meio de associações a fim de promover o reconhecimento da especificidade de seus modos de vida e o direito aos territórios que tradicionalmente ocupam e a sua identidade respeitada.

Estes casos apresentam brevemente o contexto no qual as Comunidades de Fundo de Pasto da Regional Juazeiro estão inseridas. Para implicação da aplicação prática dessa pesquisa, nos interessa os conflitos e as ameaças presentes na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura que impactam negativamente a qualidade de suas paisagens. O interesse reside na análise desses desafios para entender melhor como eles afetam a comunidade e suas paisagens.

CAPÍTULO 2: IDENTIFICAÇÃO DOS CONCEITOS NORTEADORES DA PESQUISA

2.1. SÍNTESE ORIENTADORA DO CAPÍTULO 2

O Capítulo 2 analisa e discute conceitos-chave, como gestão do território, participação social e paisagem, explorando suas inter-relações com os Povos e Comunidades Tradicionais, especialmente as Comunidades de Fundo de Pasto, objetos centrais da pesquisa. Este capítulo visa sintetizar teoricamente um arcabouço conceitual para oferecer um ponto de referência e de entendimento nítido dos termos e significados adotados ao longo desta tese.

No decorrer desse caminho as discussões “territórios tradicionalmente ocupados” ganham destaque por suas dimensões simbólicas. No território estão impressos os acontecimentos, fatos históricos que mantêm viva a memória dos grupos tradicionais que dependem dele para manter seu modo de vida, temas relevantes para compreender o universo de pesquisa estudado.

O conceito de paisagem é discutido atrelado às diversas abordagens da Ciência Geográfica até a atualidade, fato que evidencia a polissemia do conceito. De fácil compreensão e apreensão, a pesquisa assume o entendimento de paisagem como uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos ao longo do tempo (Convenção Europeia da Paisagem, 2000).

A reflexão aborda temas controversos e complementares na definição de Povos e Comunidades Tradicionais, incluindo seu processo de constituição como grupo, a necessidade de legislação de apoio e sua relevância no manejo da biodiversidade, aspectos cruciais para a proposta de avaliação da qualidade da paisagem. Além disso, a análise se aprofunda na compreensão das Comunidades de Fundo de Pasto na Bahia, explorando sua forma de vida, auto-reconhecimento e as expectativas sociais quanto ao comportamento dessas comunidades.

Dentro da literatura acadêmica, há uma série de publicações que se ocupam em explicar o que são as CFP a fim de se construir um conceito por meio da descrição das suas principais características. As CFP, portanto, são assim designadas fundamentalmente por conta do uso comum da terra, um modo de desenvolvimento socioterritorial peculiar na sociedade rural brasileira (Garcez, 1987), o qual fomenta arranjos produtivos locais, participativos, baseados em relações de reciprocidade e parentesco (Sabourin *et al.*, 1999; Alcântara e Germani, 2009), que estimulam a preservação e manejo dos recursos naturais (Lima, 2018; Santos, 2023), a segurança e soberania alimentar (Sabourin *et al.*, 1999; Gaivizzo *et al.* 1999), visando à regularização fundiária dessas áreas (Torres, 2011).

2.2. GESTÃO DO TERRITÓRIO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM ESCALA LOCAL

“E sob a paisagem, há um território, sua organização espacial e seu funcionamento. O complexo paisagem - território é de alguma forma o meio ambiente no olhar dos homens, um meio ambiente com aparência humana” (Bertrand e Bertrand, p. 300, 2009). A paisagem e o território, conceitos-chaves dessa pesquisa, apesar de permitirem articulações e embasarem a reflexão do outro, como na citação de Bertrand, são conceitos com finalidades, bases reflexivas e metodologias próprias, o que indica a necessidade inicial de discutí-los.

Historicizando a discussão, Ratzel (1902) compreendeu o território como o espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado nacional. Em consonância, Raffestin (1993) explicita uma abordagem relacional do território, a qual ele é indissociável do poder. No livro *“Por uma Geografia do Poder”*, Raffestin expõe que os conflitos que envolvem a disputa por um território também englobam a luta pela população e pelos recursos ali existentes, sendo que a população confere dinâmica ao poder, ao território e às relações. Essa ideia conduz ao princípio de que toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território.

Para Becker (1988), o território é o espaço da prática. Na mesma linha, a geógrafa francesa Le Berre (1992) define o território como a porção de superfície terrestre apropriada por um grupo social para garantir sua produção e a satisfação de suas necessidades vitais. Ela distingue três elementos que o definem: a dominação (um poder que se exerce sobre ele), a área (dominada por esse controle territorial) e os limites que o cercam (que transformam uma porção do espaço em um território). É desse sentido que deriva o uso da expressão: ordenamento do território.

Santos (1999, p. 7) enfatiza que “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, os poderes, as forças, as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Nesse processo, o ser humano interage e modifica o ambiente conforme suas necessidades e desejos, como ressaltado por Tuan (1980) ao afirmar que o território é uma extensão do eu, refletindo a dinâmica interativa entre as percepções humanas e o ambiente físico. Lefebvre (2000) destaca a importância de analisar as representações e a apropriação do espaço por diferentes grupos sociais, influenciando diretamente a percepção e vivência do território. Dessa forma, a abordagem do território sob a perspectiva da geografia cultural enriquece a compreensão das relações intrínsecas entre espaço e cultura.

Para Santos (2005, p. 255) “vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise.

Apesar de ter nascido no seio da geografia tradicional e de ter passado por grandes revisões ao longo do tempo, como se observa nas citações apresentadas, o conceito de território passou a ser majoritariamente utilizado nos estudos de planejamento por gestores e estudiosos de diversas áreas.

No Brasil, a abordagem territorial também é incorporada no planejamento das políticas brasileiras, sobretudo na proposição de estratégias para o desenvolvimento rural no país.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar define território como:

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, as instituições e uma população com grupos sociais distintos, que se relacionam por meio de processos específicos, onde se pode distinguir elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (Brasil, 2003, p. 4).

O percurso de inserção do território como elemento central nas políticas públicas brasileiras ocorre concomitantemente ao processo de construção do diálogo com diferentes organizações sociais que reivindicam por maior participação nas tomadas de decisões estatais. Essa conquista da sociedade brasileira ganhou força a partir da Constituição Federal (Brasil, 1988), que estabeleceu em seu texto a participação social como forma de consolidação da cidadania.

Como base da gestão territorial, é reconhecido o planejamento desde o local, de baixo para cima, de caráter participativo, em consonância com os processos de descentralização das políticas públicas e buscando a autogestão dos territórios. Nesse marco, é constatada “a importância da organização dos agricultores familiares e outros atores sociais, de seu reconhecimento e empoderamento para a gestão do território” (Echeverri, 2010, p.91).

Nessa linha, menciona-se, em particular, o Programa Territórios da Cidadania criado pelo governo federal em 2008 com o objetivo de levar cidadania e melhoria da renda e da qualidade de vida às pessoas, especialmente no meio rural, onde ainda residem as maiores desigualdades (Silva, 2013). Foram definidos conjuntos de municípios unidos pelas mesmas características econômicas e ambientais que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica.

Segundo Corrêa (2009, p. 23), esse programa pode ser considerado um marco na estratégia de planejamento territorial de políticas públicas, à medida em que se propunha articular o “direcionamento de recursos e programas oriundos de diferentes ministérios para os territórios eleitos como prioritários para receberem tais apoios”. A perspectiva é que as ações articulassem propostas de políticas “de baixo para cima” (*top-down*), articuladas a projetos vindos das próprias comunidades que os recebem (*bottom-up*), visando à descentralização de decisões e à transversalidade.

Ainda no plano normativo, o Decreto Federal nº 6040/2007 define territórios tradicionais como: “espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (Brasil, 2007). Esta definição norteará o debate sobre Povos e Comunidades Tradicionais e apropriação do seu território nesta pesquisa.

Conforme Marina Silva (2008), atual Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima e também na época de aprovação do Decreto nº 6040/2007, além de sua dimensão simbólica, no território está impresso os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo, como a base material de significados culturais que compõem sua identidade social. Dito de outra forma, não há como definir um grupo, uma comunidade, uma sociedade ou até mesmo um indivíduo sem compreender os processos sociais nos contextos geográfico e territorial.

Segundo Haesbaert (2010), os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição deles levaria ao fim desses sujeitos, de suas identidades e de seus grupos sociais, pois esses não existem sem seus territórios. Interessa-nos, sobretudo, o entendimento de que “a identidade social é também territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou traspassa o território” (Haesbaert 1999, p. 179). Há, portanto, uma relação direta entre territórios e o processo de identificação dos grupos sociais, o que inclui a sua valoração simbólica.

Nessa mesma linha, Le Berre (1992), defende que qualquer grupo que administra uma extensão de terra o territorializa. Esta área denominada território passa a ter como valor aquele que o grupo lhe atribui. Portanto, o conceito de território expande-se desde a sua dominação em um sentido mais funcional de Ratzel (1902) até a sua apropriação simbólica em Haesbaert (2010) e em Brasil (2003).

O território inspira a identificação, o sentimento de pertencimento e a efetiva apropriação simbólica e cultural (Haesbaert (2010). Little (2002, p. 3) define a “territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

Logo, o território passa a ser concebido tanto pela existência das múltiplas relações de poder (econômicas e políticas) quanto pelo poder de natureza mais simbólica derivado das relações socioculturais (imagens e representações) e que é dada pelos grupos sociais sobre o espaço que habitam. Para Miranda (2012), o território são também os lócus de lutas políticas, no qual contradições poderiam ser dissolvidas, objetivando a um compromisso territorial comum. Assim, qualquer diagnóstico de natureza territorial deverá necessariamente inserir a participação social como elemento fundamental, incluindo grupos que não se sentiam representados nos processos decisórios.

As diferentes identidades construídas nos diferentes territórios estão também relacionadas com a forma de ocupação e de apropriação. Nesse sentido, a definição de territórios, em particular os territórios tradicionais imbricam aspectos ecológicos, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, fundamentalmente ligados às bases materiais e simbólicas da vida.

Considerar a paisagem como conceito e metodologia para a intervenção no território, deverá, sobretudo, atender a uma oportunidade de gerir o território de forma inovadora através de uma visão mais integrada, pois o seu ordenamento e gestão implicam necessariamente o envolvimento ativo daqueles que os utilizam e a coordenação da tomada de decisão em várias escalas (Oliveira, 2021).

Admite-se, portanto, que associar a paisagem ao território permite abordagens mais adequadas a fim de definir e buscar soluções que melhor sirvam às necessidades locais, como é o caso desta pesquisa, por meio da qual emerge como fundamental o envolvimento, a participação por parte dos atores implicados no território. Neste sentido, Nel. Lo (2012, p. 165) aponta que a paisagem se configura como “um pilar na construção do sentido coletivo, na configuração da identidade de cada sociedade”. Nessa perspectiva territorialidade e identidade territorial, a paisagem se constitui como uma dimensão importante do processo de construção coletiva para um projeto territorial tradicional.

A dimensão participativa e colaborativa na definição do modelo territorial é essencial, não somente por permitir a integração das informações, conhecimentos e experiências que estão para além das abordagens estritamente técnico-científicas, mas porque permite estabelecer uma relação de identidade e de responsabilidade entre as Povos e Comunidades Tradicionais e o seu território. Assim, resulta em um modelo de governança que incorpora não apenas exigências técnicas, mas também atendendo às demandas, valores e perspectivas das comunidades locais. Isso assegura uma gestão mais eficiente e participativa do território.

Como tal, o território é entendido aqui como o suporte de uma multiplicidade de recursos, processos e dinâmicas que resultam da interação entre a sociedade e a natureza. Acresce ainda que é sobre o território que incidem as políticas públicas que nele imprimem uma determinada transformação, sendo esta o resultado do somatório das múltiplas decisões que são tomadas relativamente à sua implementação (Saquet e Sposito, 2009).

O método participativo de diagnóstico e gestão do território proposto implica, assim, em assumir responsabilidade adicional na intervenção no espaço. Além das relações naturais e sociais já consideradas no ordenamento territorial, enfatiza-se a importância da conscientização e do comprometimento com a ação para melhorar a qualidade da paisagem em nível local.

2.3. CATEGORIA GEOGRÁFICA PAISAGEM – DO DESCRITIVO AO RELACIONAL

“Toda paisagem habitada pelos homens traz a marca de suas técnicas. Essas paisagens nos fazem perguntas e nos acusam” (Roger, 1994, p. 118). Pois, sendo assim, a paisagem traduz as decisões que são tomadas sobre o território e a forma como o homem se relacionou com seu meio. Ela é vista cada vez mais como um recurso essencial ao desenvolvimento econômico, à qualificação do território, ao bem-estar das populações (Oliveira, 2021) e como um elemento motivador da construção das culturas e identidades coletivas (Lage, 2018). Logo, a categoria geográfica paisagem é o ponto de partida de investigação desta tese para leitura dos territórios tradicionais.

Salienta-se que, como a paisagem é um termo polissêmico e usado por várias áreas do conhecimento, cabe-nos especificar qual conceito de paisagem se alinha a esta pesquisa. Portanto, cabe-nos situar o conceito adotado por meio de uma breve revisão, conforme sua evolução na Ciência Geográfica, na qual a paisagem sempre foi considerada uma unidade fundamental.

A revisão da literatura localiza o naturalista alemão Alexandre von Humboldt (1769-1859), considerado o pai da geografia, como o precursor a explorar o conceito de paisagem, utilizando na época o termo em alemão “*Landschaft*” com uma abordagem naturalista: como método e transcrição de dados sobre áreas, com foco na vegetação. Somente com a institucionalização universitária da geografia, no final do século XIX, que a paisagem foi formalizada como categoria geográfica. Essa formalização foi obra de geógrafos alemães, em particular, Passarge (1867-1958) e Schlüter (1872-1952), que se propuseram a definir a geografia como o estudo das paisagens (Hallair, 2011).

O pai do determinismo geográfico, Friederich Ratzel (1844-1904), afirmou que a cultura de um povo se cauteriza na paisagem: os homens valem-se dos meios que usam para se encaixar no meio do que aprenderam e originou a máxima “o homem é produto do meio”, ou seja, as condições naturais é que determinariam os padrões da culturais. A organização social depende da relação da população com o solo, seus recursos e qualidades que seriam o motor do desenvolvimento (Ratzel, 1982).

Diferentemente, para o seu contemporâneo, o geógrafo francês Vidal de La Blache (1845-1918), o homem também transformava o meio onde vivia, de forma que para as ações humanas, diversas possibilidades eram prováveis, uma vez que essas não obedeceriam a uma relação entre causa e efeito (La Blache, 1922), sugerindo que o ambiente físico não determina completamente as atividades humanas, mas sim oferece possibilidades para a ação humana. O autor preconizava o estudo da paisagem pela descrição dos gêneros de vida (acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes) que imprimiam às regiões particularidades culturais.

Nessa mesma corrente de pensamento, o geógrafo estadunidense Carl Sauer (1889-1975) adapta essa noção em 1925, em sua obra *A Morfologia da Paisagem*, e vai além ao afirmar que os fatos da geografia são fatos de lugar. Sua associação originou o conceito de paisagem. Por definição, a paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível e nas relações genéricas com outras paisagens. Acrescenta que “em geografia, não nos preocupamos com a energia, costumes ou crenças do homem, mas com as marcas do homem na paisagem” (Sauer, 1998. p. 23).

Em 1938, o geógrafo alemão Carl Troll, seguindo essa mesma ideia, sintetiza a paisagem como uma combinação dinâmica dos elementos físicos e humanos, conferindo ao território uma fisionomia própria, com habitual repetição de determinados traços. O estudioso apresenta a perspectiva de uma unidade orgânica pertencente a uma taxinomia geográfica, em uma determinada escala, introduzindo assim, a ecologia da paisagem. Assim, enquanto em Ratzel e em La Blache a preocupação está na interação da sociedade com o meio, Sauer e Troll estavam mais preocupados com as interações, em como a cultura transforma a paisagem e nas etapas dessa transformação.

Via de regra, os anos 1950 e 1960 foram marcados pela primazia de métodos quantitativos sobre o método qualitativo, em que a produção geográfica estava cada vez mais marcada pelo neopositivismo e pela matemática como linguagem central. Evidentemente, a paisagem, considerada tão “ambígua”, não estava tão presente naquela fase da geografia quantitativa.

A preocupação com o meio ambiente, iniciada nas décadas de 60 e 70, propiciou o surgimento de uma análise mais holística das relações entre sociedade e os sistemas ambientais existentes e favorece a emergência de uma abordagem geográfica da “paisagem ecológica”. O estudo da paisagem sob o ponto de vista ecológico apoiou-se em grande medida no conceito de geossistema enunciado pelo geógrafo russo Sotchava, (1977), como fenômenos naturais, embora os fatores econômicos e sociais afetem suas estruturas e peculiaridades espaciais.

O geógrafo francês Bertrand defendia a aplicação desse conceito por sua perspectiva holística em contraponto à análise compartimentada, frequentemente encontrada, propondo a metodologia “Geossistema-Paisagem-Território”, que busca promover uma análise integrada da paisagem. Para ele, a paisagem é: “o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (Bertrand, 1971, p. 2). O geógrafo brasileiro Carlos Augusto Monteiro apresenta trabalhos que aplicam essa abordagem no Brasil, destacando a aplicabilidade para diagnóstico e planejamento e cunha o termo "derivações antropogênicas" destacando a relevância às ações humanas na transformação das paisagens.

Logo em seguida, a geografia crítica começa a privilegiar análises de paisagem como fruto da divisão sócio espacial. Nesse quadro, está inserido o livro, *A geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra*, do geógrafo francês Lacoste (1976), que salienta que a geografia não é um estudo técnico imparcial, mas está vinculada a interesses hegemônicos que procuram operacionalizar as categorias geográficas. Assim, o ponto de vista de onde se observa uma paisagem (localização) torna-se importante nas análises e se confunde com o homônimo ponto de vista de quem expressa sua opinião (ideologia). Esse conceito de ideologia também é importante na abordagem do geógrafo britânico Cosgrove (1984), que desenvolve o conceito de “paisagens da cultura dominante”, aquelas que são utilizadas para a manutenção do poder/hegemonia de determinado grupo.

Milton Santos (1979), expoente da geografia crítica no Brasil, afirma que a paisagem constitui tema central para compreender os diferentes aspectos da organização espacial: os aspectos físicos formam os quadros naturais aos quais os grupos humanos imprimem transformações maiores ou menores, segundo o grau de tecnologia alcançada e os valores atribuídos a eles.

Desde os anos 80, a “nova geografia cultural” ou geografia da percepção emergiu assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos e no simbolismo. Nessa abordagem, a paisagem é uma categoria chave, como fonte da subjetividade, do imaginário e das relações afetivas. Ideias e conceitos como “mundo vivido” (Berque (1998); Holze (1997) e “topofilia”, (Tuan, 1980), emergem como conceitos importantes. Topofilia é um neologismo definido pelo geógrafo chinês Yi-Fu Tuan (1980), e se refere ao amor ou afinidade emocional que as pessoas têm por determinados lugares ou espaços. Esta conexão emocional vai além de uma simples apreciação estética do ambiente. Portanto, a maneira de ver, compor e harmonizar o mundo que a torna importante (Claval, 2003) relacionado com todas as transformações por qual passou e passa a sociedade.

Vista assim, a paisagem é, ao mesmo tempo, marca e matriz (Berque, 1998), já que “as sociedades organizam seus ambientes em função da percepção que elas têm deles e, reciprocamente, parece que elas os percebem em função da organização que dão a eles” (Claval, 2004, p. 50). A paisagem é “tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança.” (Santos 1991, p. 61), ao mesmo tempo em que ela figura na “dimensão da percepção” (Ibidem, p. 62).

Cada coletividade e cada pessoa são testemunhas integrais do presente, e, paralelamente, também um testemunho vivo de um mundo tornado próximo” (Santos, 2002, p. 117). Sendo assim, as paisagens são dotadas de diferentes significados, pois são frutos de diferentes grupos sociais (Corrêa, 2011).

A noção de paisagem incorporada à Convenção Europeia da Paisagem - CEP (2000) parte desse paradigma, no qual consta que "a paisagem designa uma parte do território percebida pelas populações, cujo caráter resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e suas inter-relações". Nessa continuação, Schier (2003) demonstra que as concepções modernas de paisagem tentam conciliar interesses sociais e ecológicos numa visão do desenvolvimento sustentável e que atualmente as paisagens são conotativas e cheias de valores subjetivos.

Mas como essas subjetividades contemporâneas configuram a paisagem de hoje? Frente à realidade atual desta pesquisa, qual conceito de paisagem será mobilizado? Para iniciar esta resposta, resgataremos a fala de Milton Santos quando diz que a Geografia hoje, ao procurar entender a construção das paisagens, propõe que o façamos através da compreensão do uso do território e do meio técnico, científico e informacional (Santos, 1996), no qual nos inserimos e nos tornamos reféns. Assim, a geografia contemporânea colada na sociedade não deve negar que a tecnologia, as redes sociais e o virtual são elementos que produzem novas espacialidades e, sobretudo, novas paisagens, como por exemplo as "paisagens do antropoceno" (Figueiró, 2022).

Nenhuma paisagem pode ser entendida sem a compreensão das dinâmicas do mundo atual. Essa totalidade em movimento, conforme apresenta o sociólogo polonês Bauman (1999, p. 88), "onde quer que estejamos em determinado momento, não podemos ignorar que poderíamos estar em outra parte; assim, há cada vez menos razão para ficar em um lugar específico". O movimento e o simbolismo também marcam publicações como: *Paisagens do medo* (Tuan, 2005), *Geografia, paisagens e a felicidade* (Aparecida de Souza, 2013) e; *A ressignificação da paisagem religiosa* (Foetsch, 2019).

Diante das inúmeras definições de paisagem e das possibilidades tecnológicas disponíveis hoje, vivemos o ápice da experiência de compressão do espaço e do tempo, concepção que, em um curto intervalo de tempo, poderá ser outra. Assim, os fenômenos geográficos exigem contexto para sua apreensão, o que torna difícil estabelecer um conceito orientador.

Apesar dessa dificuldade, o caminho escolhido a ser construído é com base numa perspectiva interpretativa. Dessa forma, a pesquisa mobilizará a definição de paisagem da Convenção Europeia da Paisagem (2000) para embasar sua análise. Ao escolher trabalhar com a paisagem, sob essa perspectiva sociocultural, traremos o aporte também das etnometodologias, que vão proporcionar inteligibilidade acerca das percepções e representações sociais de Povos e Comunidades Tradicionais em relação à paisagem que se inserem, o que permitirá compreender como as pessoas pensam, vivenciam e agem sobre a paisagem que os permeia.

2.4. ELEMENTOS EM TORNO DA DISCUSSÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Este capítulo se propõe a aprofundar as bases teóricas que fundamentam a extensa discussão sobre as definições de Povos e Comunidades Tradicionais. O objetivo é fornecer uma sólida fundamentação para a defesa do adjetivo "tradicional" ao nos referirmos à Comunidade de Fundo de Pasto. O foco reside na compreensão da constituição desses grupos e na identificação de aspectos específicos que influenciam seus modos de vida distintos. Essa compreensão é crucial para a proposta do método participativo de avaliação da qualidade da paisagem, pois busca incorporar elementos fundamentais relacionados à identidade e à sustentabilidade dessas comunidades.

2.4.1. Comunidades Tradicionais

Comunidade é uma forma especial de relações sociais firmada em vontades naturais, cuja natureza se funda num conjunto de estados afetivos, hábitos e tradições, e que se contrapõe ao que se denomina sociedade, que vem a ser uma forma de relação cuja natureza, ao contrário, se funda no interesse individual e racional (Tönnies, 1947). Essa definição presente na obra *Comunidade e Sociedade* de 1887, apresenta os contornos de sua utilização até os dias de hoje.

Na contemporaneidade, quando a virtualidade é a tônica, o termo comunidade é comumente utilizado para se referir a um grupo de pessoas que compartilham algo entre si em comum, como as comunidades virtuais, ou as comunidades tradicionais, que são o nosso objeto de estudo. Segundo Bauman (2003), numa sociedade cada vez mais líquida, a identidade é a substituta contemporânea da comunidade. Ela incorpora a individualidade ao pertencimento a grupos ou filiações a estilos de vida, mas, tende a ser sempre um pertencimento temporário e incapaz de trazer a segurança trazida proposta pela comunidade. Assim, a modernidade é reconhecida por solapar as principais formas de comunidade, conduzindo da pessoalidade comunitária à impessoalidade societária.

Essa ideia é confirmada por Moraes *et al.* (2017), que apresenta que, neste contexto social, as comunidades, de maneira geral, e as tradicionais, em específico, vêm perdendo seus espaços geográficos e observando a dissolução de seus traços culturais diante da força dos elementos advindos da sociedade, pautadas no individualismo e no consumo. A perda inclui a noção de tradição como coordenadora das práticas sociais, refletindo a efemeridade das relações humanas e a instantaneidade dos laços afetivos na contemporaneidade.

Conforme Luvizotto (2010), tradição é um conjunto de sistemas simbólicos passados de geração para geração e que tem um caráter repetitivo. É uma memória coletiva de longa duração. São os usos e costumes, a linguagem, as práticas, as crenças, entre outros, que fazem parte de uma determinada cultura de um povo.

As comunidades de maior tradicionalismo têm, ao longo de sua história, interagido com o meio em que está situada de forma a se estruturar, com baixo impacto ambiental, pois dependem do território para sua sobrevivência. No Brasil, isso remete, sobretudo ao período pré-colonial, no qual são notórios os aspectos históricos da formação do Estado Brasileiro a partir de uma perspectiva etnocêntrica da sociedade, que se desdobrou no uso da força coercitiva sobre os povos tradicionais que aqui habitavam, com a quase aniquilação dos povos indígenas que residiam no território.

Para além do processo de colonização de exploração e de imposição do modelo de desenvolvimento europeu, o desenvolvimento das estruturas sociais urbanas, movidas pelas propriedades privadas e pelo avanço do capitalismo, acentuou ainda mais o embate de interesses entre a sociedade urbana (regulada por leis e contratos) e as comunidades mais antigas (unidas pela tradição e pela coesão). Assim, muitas comunidades foram reduzidas de seus territórios e outras foram avançando com novas características culturais e tradicionais (Moraes *et al.* 2017).

Segundo Ribeiro (2020), o surgimento do conceito de comunidades tradicionais está ligado à necessidade de distinguir o modo de vida das sociedades urbano-industriais daquele presente em outros grupos humanos, cuja cultura apresentava características distintas, em especial, no que se refere às formas de apropriação da natureza. Complementado por Barreto Filho (2006), a distintividade cultural destes grupos se expressaria em termos de territorialidades específicas.

Neste ponto, a relação de uma comunidade com suas tradições e a necessidade de contemplá-los na proposição de políticas públicas levaram o Brasil a instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007), que trouxe a definição prévia de Povos e Comunidades Tradicionais como sendo:

“Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (Brasil, 2007).

A instituição dessa Política foi impulsionada por pressões e demandas de diversos grupos sociais, incluindo organizações não governamentais, movimentos sociais e representantes de comunidades tradicionais. Essa pressão estava inserida em um contexto mais amplo de reivindicações por reconhecimento e inclusão de grupos historicamente marginalizados. O objetivo era assegurar a proteção de seus territórios, preservação de suas tradições e respeito por seus modos de vida. Marina Silva, que foi ministra do meio ambiente na época da aprovação do Decreto, destaca que a regulamentação trouxe visibilidade a uma parte expressiva da população brasileira, estabelecendo diretrizes para que as políticas se ajustassem às demandas desse segmento (Silva, 2007).

Para isso, definiu-se um conjunto mínimo de características que permitam diferenciar os PCTs: sentimento de identidade; uma territorialidade, apropriação da natureza mais sustentável e a tradicionalidade. Frisa-se assim que grupos tradicionais não enquanto atrasados tecnologicamente e economicamente, mas “porque todas as mudanças e modernização não foram suficientes para mudá-los, no que diz respeito a suas culturas e relação com a natureza” (Fernandes *et.al*, 2014, p.75).

Anteriores ao Decreto nº 6.040/2007, merecem destaque a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho - OIT (1989) e a CF/988, como instrumentos importantes na defesa e proteção dos direitos territoriais de PCTs. O que é mais importante, o artigo 1º, item 2, da Convenção nº 169 afirma que o critério fundamental para dizer se uma comunidade é ou não protegida por ela é a consciência de sua identidade. Isso quer dizer que são os próprios membros da comunidade que podem dizer se são ou não povos tradicionais. Ficam resguardadas, portanto, a sua autodeterminação e autorreconhecimento como primeiro passo.

A definição de PCTs que consta no Decreto nº 6.040/2007 será a utilizada para embasar as análises nesta pesquisa. Entretanto no campo teórico, registram-se várias definições. Almeida e Cunha (1999, p. 3), listam algumas de suas características: “o seu caráter político, o uso sustentável dos recursos naturais, a tradição, a ancestralidade, a estreita ligação com o território, os sistemas de produção voltados para a subsistência, o caráter econômico pré-capitalista e o autorreconhecimento”. Didaticamente Morim (2014) frisa as características primordiais para compreensão desses grupos: o território, que é considerado um espaço necessário para a reprodução de seu modo de vida e o desenvolvimento sustentável, em que é comum o uso de recursos naturais de forma equilibrada, com a preocupação de manter os recursos para as novas gerações.

Essa utilização dos recursos naturais de forma sustentável ocupa um lugar de destaque, em diversos estudos, como em “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, de Diegues (1996). Segundo este autor há ainda valores e normas comunitárias que regulam o acesso aos recursos naturais, limitando sua degradação. Cunha (1992, p. 77) reitera essa indissociabilidade entre os PCTs e a natureza, já que ela é “o meio essencial de sua sobrevivência social e, por conseguinte, significa a possibilidade de continuarem vivendo na história”. Saito (2014) complementa a discussão do saber associado às práticas tradicionais ligadas ao uso dos recursos naturais, mostrando que esse saber tradicional deveria ser revisitado e compreendido em seus fundamentos, que podem ser explicados pela ciência da sustentabilidade. Essa visão aponta para a possibilidade de conciliar o saber tradicional com os princípios científicos da sustentabilidade, reconhecendo a importância e o potencial desses conhecimentos para o manejo sustentável dos recursos naturais.

Os antropólogos Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2001) ainda reafirmam que defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o ambiente, para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis, seria mera tautologia. Eles defendem sobretudo, que a conceituação de Povos e Comunidades Tradicionais não se daria por critérios objetivos, mas do ponto de vista antropológico visaria atender principalmente às demandas políticas na construção de novos sujeitos coletivos cada vez mais presentes no cenário nacional como índios, quilombolas, seringueiros, povos da floresta, agricultores familiares, entre outros Assim, um grupo social não se tornaria uma "população tradicional" em virtude de laudos antropológicos, mas antes de tudo ao embarcarem na "categoria-ônibus" que lhes dá acesso a direitos territoriais entre outros (Almeida; Cunha, 1999).

Utilizando esta mesma denominação para Esterci (2001) "população tradicional" tornou-se uma "categoria-ônibus" para aludir, no Brasil, à grupos sociais que, conquanto culturalmente distintos no tecido da sociedade nacional e historicamente específicas de apossamento da terra e de apropriação dos recursos naturais estivessem dispostos a aderir a esta categoria em busca de direitos, mesmo que tivessem que fazer concessões.

Mais do que pertencentes a uma categoria, os Povos e Comunidades Tradicionais constituem hoje movimentos sociais organizados, cientes e cada vez mais articulados tanto no Brasil quanto no contexto internacional. Além de serem considerados na formulação de políticas públicas e se auto reconhecerem como Povos e Comunidades Tradicionais compartilham também de outra questão: a luta pela preservação da sua cultura e por direitos. Perduram ainda como principais conflitos e reivindicações, a questão territorial, que vai além da posse de terras porque é uma questão identitária para a preservação do modo de vida deles.

Interessante destacar que o tema da redação da edição 2022 do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM foi: "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil" (INEP, 2002). Tal atualidade do tema levanta um debate de extrema importância na atualidade, que envolve aspectos sobre territorialidade, sustentabilidade e direitos humanos.

Não estão aqui enumerados todos os aspectos, características e lutas simbólicas que permeiam a realidade de Povos e Comunidades Tradicionais, mas com base nos aspectos citados, já é possível analisar e compreender algumas especificidades, organizações, histórias, saberes e relações com o meio de uma Comunidade de Fundo de Pasto. Logo, por todos esses elementos esboçados eles devem ser considerados, a partir da identificação de seus próprios recursos e potencialidades, em que a autonomia da comunidade deve orientar toda a discussão, sobretudo, a proposta do método de avaliação da paisagem.

2.4.2. Comunidades de Fundo de Pasto

Atualmente 28 (vinte e oito) segmentos são designados como Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil e estão representados no Conselho Nacional dos PCTs, Decreto nº. 8.750/2016. Entre eles, é possível citar: os povos indígenas (aproximadamente 1,7 milhão de pessoas, segundo o censo demográfico 2022), as comunidades remanescentes de quilombos (aproximadamente 1,3 milhão, segundo o censo 2022), os pescadores artesanais, os povos ciganos, os povos de terreiro, os faxinalenses do Paraná e região (que consorciaram o plantio da erva-mate com a suinocultura e com o extrativismo do pião, a partir do uso comum do território), os caiçaras (pescadores artesanais marítimos, que consorciaram a pesca artesanal e extrativismo em áreas comuns com o cultivo), os geraizeiros (que exercem ocupação tradicional dos gerais ou cerrado), as comunidades de fundos de pasto da Bahia (que praticam a caprinocultura em territórios de uso comum), entre outros que, somados, representam parcela significativa da população brasileira e ocupam parte considerável do território nacional (Brasil, 2014).

Nesse item, parte-se para análise das especificidades que caracterizam uma Comunidade de Fundo de Pasto, que participará desta pesquisa por meio do estudo de caso. Em uma de suas definições iniciais, Garcez (1987) se refere à CFP como uma organização camponesa “*sui-generis*”, mas não uniforme, que apresenta uma tipicidade inerente que os diferenciam de outras experiências de vida no mundo rural. Quais seriam essas principais especificidades?

Sua gênese associa-se à ocupação dos sertões na região Nordeste do país, desde o período colonial, com a divisão do país em sesmarias durante a segunda metade do século XVII. Toda a extensão do estado da Bahia foi concedida a duas famílias portuguesas: os Garcias D’Ávila, cuja sede era a Casa da Torres, distantes 80 km da capital Salvador/BA e os Guedes de Brito, da Casa da Ponte, na região de Jacobina/BA. Assim, foram estabelecidos numerosos currais de gado na região, fora dos territórios ocupados pela cana de açúcar. Não tardou para que, na vastidão da caatinga, o gado passasse a ser criado em regime de solta sob os cuidados de vaqueiros vinculados a grandes fazendeiros, vinculados aos sesmeiros (Lima (2018); Carvalho *et al.* (2020); Bianchini *et al.* (2022).

Entre sesmeiros e vaqueiros existiam relações socioeconômicas, como a “quarta”, um acordo para que de cada quatro bezerros nascidos, um era concedido ao vaqueiro, como forma de pagamento (Carvalho *et al.* 2020). Dessa maneira garantia-se a formação gradativa de rebanhos sob posse dos vaqueiros obrigado a levá-los para terras mais distantes e longe do domínio das sesmarias.

A ocupação espacial favorecida pelo intermédio da atividade pecuária extensiva permitiu a formação de núcleos comunitários de base tradicional no sertão da Bahia. Após o fim do regime sesmarial, que vigorou até 1822, as sesmarias foram parcialmente abandonadas, o que fez surgir, em grande parte, a forma de exploração comunal. Ao longo do tempo, o gado foi sendo substituído pelos caprinos, que eram mais acessíveis e mais resistentes ao clima do semiárido, criados também de forma extensiva pelas pastagens da caatinga enquanto atividade econômica principal.

Até 1850, predominava o pastoreio comunitário referendado pelo direito costumeiro no qual o conceito de posse era igual ao de domínio e, assim, os limites entre fazendas eram reconhecidos por consenso (Ferraro Júnior; Bursztyn, 2010). É esse o período que remonta às origens da CFP, a partir do fato dos animais se afastarem das áreas próximas à moradia dos produtores, em direção ao interior das pastagens da caatinga – o fundo de pasto (CAR, 1987). O uso comum da terra, opõe-se, ao uso individual e com cercas de delimitação que representa o modelo da sociedade capitalista.

A Primeira Lei de Terras (Lei nº 601/1850) dispôs sobre as terras devolutas do Império, instituindo juridicamente a possibilidade de aquisição de terras mediante compra ao Governo. Essa lei discriminou e impediu que os escravos libertos e outras populações rurais pobres, como as Comunidades de Fundo de Pasto, se tornassem proprietários, uma vez que esses não possuíam recursos para adquirir suas terras ou legalizá-las. A principal consequência social dessa lei foi a consolidação do latifúndio no Brasil.

Dentro de um contexto de exclusão social e na luta diária pela vida, esses grupos aprenderam a conviver de forma solidária e com as severidades do clima. Esse modo de apropriação da terra pelo direito costumeiro permaneceu sem visibilidade política por muitos anos. Foi quando, a partir dos anos 1970, houve maior pressão sobre os territórios dessas comunidades, agravada por políticas públicas e dispositivos jurídicos que desrespeitavam o modo de viver deles, como a “Lei dos 4 fios” que obrigava o uso de cerca com quatro fios de arame para reter o gado entre as propriedades.

Assim, as Associações de Fundo de Pasto surgem no final da década de 1980, a partir da iniciativa de assessores dos movimentos sociais rurais que atuam na região para lutar pelos direitos das Comunidades de Fundo de Pasto. Após a pressão popular e a ampla mobilização, o art. artigo 179, foi incluído na Constituição do Estado da Bahia em 1989. Nesse artigo, está previsto que, em caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso à associação legitimamente constituída, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos.

A discussão conceitual acerca de Comunidade de Fundo de Pasto é bastante rica, conforme algumas definições citadas no Quadro 2:

Quadro 2 — Quadro de algumas definições acerca de Comunidade de Fundo de Pasto

CAR, 1987, p.23	“tem como base a combinação de caprinos/ ovinocultura extensiva desenvolvida de forma coletiva , como a principal atividade, com o extrativismo vegetal e uma agricultura que se desenvolve de forma individual, onde o milho, o feijão, a mandioca quase sempre sucumbem devido às imposições do clima.”
Garcez, 1987, p. 21	“propriedades coletivas, ocupadas, por uma comunidade de origem familiar comum, onde se realiza, como atividade predominante, um pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, uma precária agricultura de subsistência representada, principalmente, pelo cultivo do milho, do feijão e da mandioca.”
Ehle, 1997, p. 11	“uma forma tipicamente nordestina de administrar o semiárido. Grupos, interligados por laços de sangue ou de compadrio que formam pequenas comunidades espalhadas pela caatinga. Tem como atividade principal a criação de animais de pequeno porte. As áreas de pasto não são cercadas, deixando os animais livres para buscar comida e água a distâncias relativamente grandes. As áreas de pasto são coletivas . Todos as usam, mas ninguém pode se apropriar destas áreas das fontes de água, cada família mantém seus próprios animais marcados por cortes de orelha, e todos zelam pelo desenvolvimento do rebanho, pelas aguadas e instalações comuns.”
Sabourin <i>et al.</i> 1999, p. 91	“reserva de pastagens em terras utilizadas para o pastoreio comunitário , onde estas terras comuns fazem parte do patrimônio coletivo das comunidades rurais. Hoje, no Sertão da Bahia, a história dos Fundos de Pasto se confunde com o que se chama de comunidades rurais, que são formações sociais recentes, cuja organização social é marcada por duas características: o parentesco e a reciprocidade.”
Alcântara e Germani, 2009, p. 6	“é uma experiência de apropriação de território típico do semiárido baiano caracterizado pelo criatório de animais em terras de uso comum , articulado com as áreas denominadas de lotes individuais. Os grupos que compõem esta modalidade de uso da terra criam bodes, ovelhas ou gado na área comunal, cultivam lavouras de subsistência individuais e praticam o extrativismo vegetal nas áreas de refrigério e de uso comum. São pastores, lavradores e extrativistas. São comunidades regulamentadas internamente pelo direito consuetudinário, ligados por laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio) formando pequenas comunidades espalhadas pelo semiárido baiano.”
Lima, 2018, p. 24	“comunidades presentes no semiárido baiano e que são formadas em grande parte por criadores, extrativistas e agricultores, mantendo um modo de vida tradicional do qual permeia a relação entre esses sujeitos e o seu território baseado no uso comunitário da terra , na relação de preservação e manejo dos recursos naturais, nos laços de solidariedades, no uso dos costumes e dos acordos sociais.”
Torres, 2011, p. 50	“era ao mesmo tempo sistema produtivo e de relações sociais, econômicas, culturais e familiares que em algumas áreas datavam de duzentos, trezentos anos, o que passou a ser conhecido como “sistema fundo de pasto” que, a partir da década de 1980, sofreu a intervenção do Estado através do que foi denominado por este de “ projeto de fundo de pasto ”, visando a regularização fundiária dessas áreas.”
Lopes <i>et al.</i> , 2023, p. 352	“uma forma peculiar e tradicional de vida de pequenos agricultores e agricultoras, situados na região semiárida da Bahia, que, através do uso comum da terra , numa relação de proteção ambiental, criam de forma extensiva seus animais, como forma de subsistência, além de existirem, entre eles, laços de parentesco, solidariedade e religiosidade.”

Fonte: Elaborada pela autora.

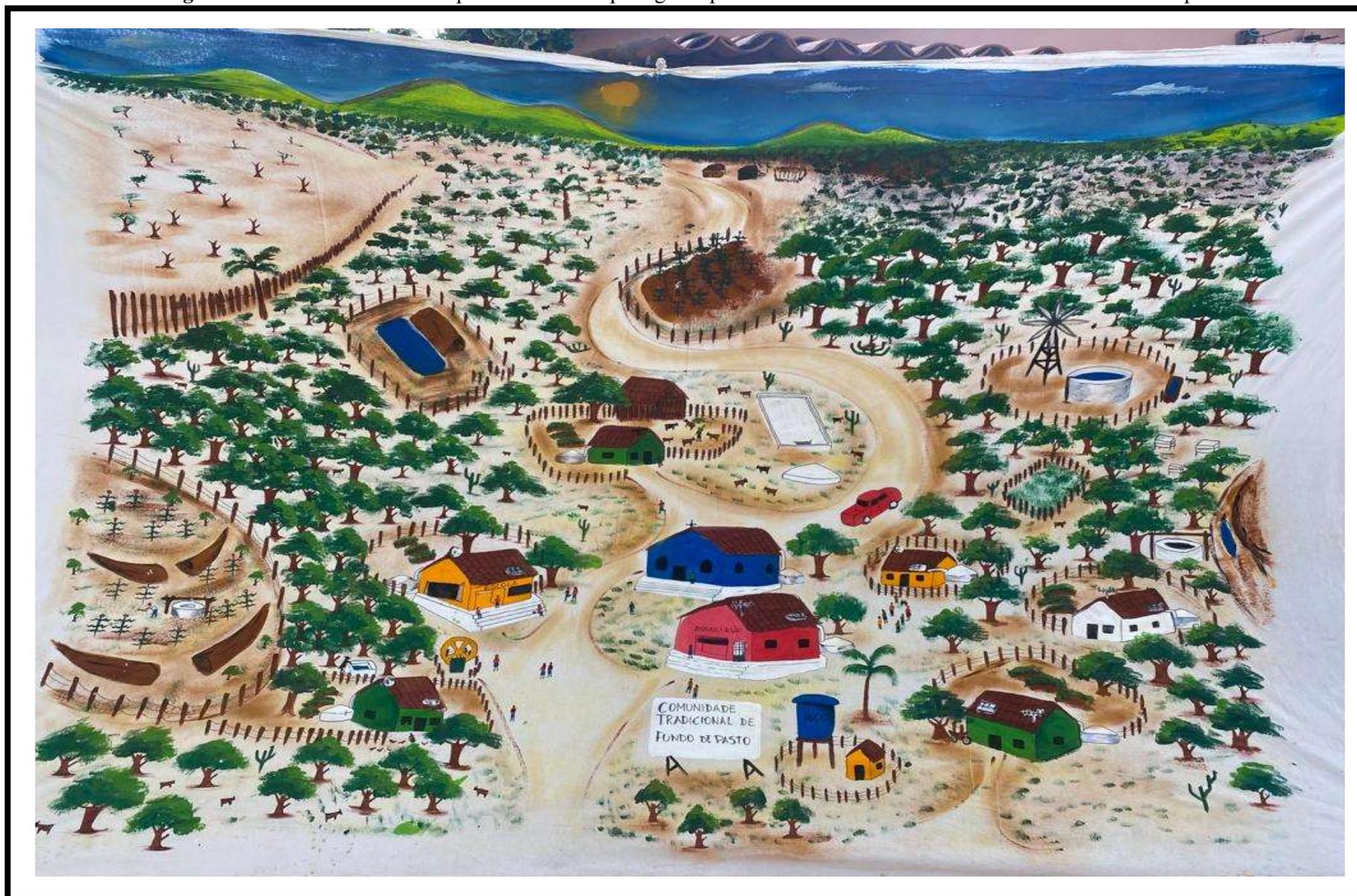
Evidenciam-se, conforme grifos nossos no Quadro 2, que a área de uso comum é uma das principais características das Comunidades de Fundo de Pasto e, conseqüentemente, onde residem suas maiores preocupações, uma vez que as políticas de demarcação territorial não captam facilmente a singularidade desse modo de vida que reside na articulação entre o comunal e o individual por meio da qual, provavelmente, essas comunidades não sobreviveriam e nem existiriam.

Esse arranjo territorial suscita reflexões sobre a teoria da "Tragédia dos Comuns", formulada por Hardin (1968), a qual postula que em sistemas de propriedade compartilhada, há uma tendência à degradação dos recursos naturais devido à superexploração por parte de cada usuário. Para prevenir a exaustão desses recursos, seria necessário um controle estatal ou a instituição de propriedades privadas. Contudo, contrastando com essa perspectiva, a estrutura das Comunidades de Uso Comum, tal como descrita na Teoria da Governança dos Comuns de Ostrom (1990), demonstra que comunidades são capazes de gerir coletivamente e de maneira eficaz os recursos comuns, evitando assim possíveis tragédias. Ostrom enfatiza a importância da colaboração entre usuários locais, a criação de regras acordadas, o monitoramento pelos próprios usuários e a aplicação de sanções proporcionais para alcançar a sustentabilidade, e “defende que as comunidades por meio de sistemas de auto-organização e de cooperação realizam uma gestão mais eficiente dos recursos do que quando seguem as normas impositivas de algum agente exterior” (Silveira e Savazoni, 2018, p. 9).

A abordagem destaca a importância de considerar as práticas locais e a capacidade adaptativa das instituições, proporcionando um quadro otimista para a governança de recursos comuns. Conforme Diegues (1996) destaca, diversas formas comunitárias demonstram a capacidade de utilizar os recursos naturais de maneira sustentável. Este potencial é observado nas Comunidades de Fundo de Pasto, onde áreas designadas para pastoreio de uso comum constituem vastas extensões de Caatinga preservada, conforme representado no tecido utilizado pelo IRPAA para ilustrar paisagens típicas dessas comunidades (Figura 4).

Os princípios da teoria de governança dos comuns podem ser aplicados às Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto de diversas maneiras. Estabelecer regras consensuais para o uso da terra e pastagens é crucial para evitar a degradação ambiental, enquanto a participação ativa dos membros na gestão das áreas de pastagem é fundamental para assegurar a sustentabilidade a longo prazo. Além disso, a aplicação de normas internas e penalidades acordadas internamente mostra-se mais eficaz do que intervenções externas. Em resumo, essa teoria representa uma ferramenta valiosa para compreender a gestão sustentável das terras e recursos comuns nas Comunidades de Fundo de Pasto, fortalecendo práticas existentes e contribuindo para a sua resiliência.

Figura 4 — Pintura em tecido representando uma paisagem típica de uma Comunidade de Fundo de Pasto utilizado pelo IRPAA



Fonte: EuriMania (Ilustração) / Larissa Rosa (Fotografia). Local: Escritório do IRPAA/Juazeiro, 202

O cercamento dessas áreas comuns, criadas inicialmente para garantir o espaço de criação de animais, revela-se como ato de resistência e se une a outros elementos na dinâmica de construção da paisagem e da transformação no modo de ser e viver das famílias de Comunidade de Fundo de Pasto. Segundo Gaivizzo *et al.* (2019), as lideranças das Comunidade de Fundo de Pasto percebem a garantia dos direitos territoriais como uma condição *sine qua non* para a segurança hídrica, alimentar, energética e socioambiental.

Neste caso, é a Lei Estadual da Bahia 12.910/2013 que regulamenta a regularização fundiária das áreas de uso comum em terras públicas entre dois interesses: o do Estado, que detém a propriedade, e o das comunidades, que detém o direito de posse. Na legislação estão listadas as características que devem ser observadas para se definir uma CFP, a saber: I - Uso comunitário da terra; II - Produção animal, produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, ou extrativismo de baixo impacto; III - Cultura própria, parentesco, compadrio ou solidariedade comunitária associada à preservação de tradições e práticas sociais; IV - Uso adequado dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, segundo práticas tradicionais; V - Localização nos biomas caatinga e cerrado. Essas características serão as observadas nesta pesquisa.

Reitera-se que essas comunidades se destacam também na questão ecológica, diante de uma caatinga cada vez mais devastada pela expansão de empreendimentos econômicos (Dourado *et al.* 2018). Nesse sentido, a autoidentificação é a premissa à defesa de seu território. Segundo Alcântara e Germani (2010, p. 55), “é na defesa do seu modo de vida que estas comunidades se tornam visíveis. Esta visibilidade é deflagrada na resistência contra o processo de (re) ordenação espacial imposto pelo capitalismo acirrando os conflitos”. Gaivizzo *et al.* (2019) alertam que as Comunidade de Fundo de Pasto, por serem sistemas sociais dependentes dos recursos da biodiversidade, são ainda mais sensíveis aos riscos climáticos, aspecto que ressalta a sua vulnerabilidade. No entanto, a perpetuação das estratégias adaptativas depende da sua capacidade de continuar manejando os recursos comuns.

Por fim, as Comunidades de Fundo de Pasto representam “nosso jeito de viver no sertão”, na expressão utilizada pela liderança da Associação da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, que indica que a constituição dessas comunidades não é pautada apenas por uma área geográfica física que atende à criação de animais. Um dos pontos principais é o seu arranjo social no qual as relações de parentesco e amizade mediam ações de solidariedade e os processos decisórios para uso de seus recursos. Entender esse modo de viver por meio da percepção da sua particularidade na totalidade espacial é o primeiro passo para analisar suas paisagens a fim de fortalecer a autonomia de gestão coletiva destes territórios tradicionais.

CAPÍTULO 3: COMO AVALIAR A PAISAGEM? DAS TEORIAS À SÍNTESE

3.1. SÍNTESE ORIENTADORA DO CAPÍTULO 3

O capítulo 3 enumera diversas abordagens para avaliação da paisagem. Nesse apanhado, os métodos de avaliação da paisagem foram agrupados em quatro abordagens principais: i) estudos que privilegiam sensoriamento remoto para mapear o uso e cobertura da terra e uma série de medidas utilizadas para quantificar os padrões de paisagem; ii) estudos que recaem a análise dos indicadores de qualidade visual, com base na percepção da população; iii) outro conjunto de estudos que se ocupam em analisar a qualidade ambiental em áreas urbanas e implica na definição de indicadores referentes aos aspectos ambientais, sociais e econômicos da paisagem urbana; e iv) estudos que priorizam a percepção da paisagem como elemento central no ordenamento do território, no desenvolvimento local e na valorização do patrimônio histórico e cultural.

Tais abordagens, compreensíveis pela necessidade sempre premente de recortes nos objetos de pesquisa, levam a um entendimento quase sempre parcial das questões relacionadas à avaliação da paisagem. No entanto, o que se tem defendido com maior frequência na literatura sobre abordagens de análise da paisagem é a necessidade de participação da população interessada no processo de atribuição de valor, na compreensão da complexidade dos processos modificadores da paisagem, da sua proteção, da gestão ou do ordenamento (CEP, 2000; Gonçalves 2013, Busquets e Cortina, 2009), nos quais são tematizadas as especificidades de sua paisagem através da integração entre as dimensões ecológica, socioeconômica, histórico-cultural e estética (Cassatella; Peano, 2011; Vallega, 2008;) e da proposição de indicadores que capturam estas dimensões (Nogué *et al.*, 2009).

A partir dos métodos levantados, elegeu-se os princípios chaves da Convenção Europeia de Paisagem para orientar a proposição do método participativo de avaliação da paisagem. Essas escolhas conceituais constituem etapa crucial para o desenvolvimento desta pesquisa. O critério central de avaliação da qualidade da paisagem expressos na CEP consiste em destacar os valores particulares que lhe são atribuídos pelas comunidades. Nessa via, além de considerar na análise os recursos da paisagem, há uma busca por compreender seus processos e sua percepção pela população.

Sendo assim, o método proposto tomará como inspiração a Convenção e almeja continuamente a melhoria das paisagens a partir de indicadores que podem ser enquadrados em cinco critérios: histórico, ecológico, perceptivo, uso do solo e econômico. Assim, a identificação e a utilização desses indicadores constituem etapas importantes para o método de avaliação da paisagem.

3.2. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA PAISAGEM: ABORDAGENS DE ANÁLISE E MONITORAMENTO

Diagnosticar, classificar, analisar e avaliar paisagens não é uma tarefa fácil. Requer um conjunto de escolhas conceituais e metodológicas prévias. A investigação será neste sentido, de identificar quais elementos da paisagem serão analisados neste estudo e qual abordagem será utilizada, a partir do levantamento dos principais métodos e ferramentas de análise da paisagem. A atenção está voltada também para as categorias de critérios e indicadores, com o objetivo de contribuir para a construção do método participativo avaliação da qualidade da paisagem.

Atualmente, podem ser observados esforços consideráveis na comunidade de investigação paisagística para desenvolver métodos de avaliação da paisagem que se ajustem a uma definição holística e que estejam realmente preocupadas com a paisagem e não exclusivamente com o uso da terra. Essa abordagem é de fato necessária e deriva indicadores que medem propriedades específicas da paisagem como, por exemplo, a diversidade paisagística, a fragmentação paisagística, o valor econômico e abrangem dimensões que vão desde a ecológica à social e cultural.

Pode ser observada uma grande variedade de abordagens de análise da paisagem. Com base na literatura recente, sistematizou-se os estudos agrupando em quatro categorias: i) abordagem baseada na utilização de Sistemas de Informação Geográfica - SIG para quantificar padrões de paisagem; ii) abordagem baseada em recursos visuais abstratos e, iii) abordagens com foco na qualidade ambiental da paisagem urbana para orientar o planejamento urbano; iv) abordagens participativas que mapeiam os valores das paisagens e priorizam a preferência do público como elemento central de ordenamento do território.

O primeiro grupo de estudos ressalta o potencial dos dados de sensoriamento remoto na análise da estrutura da paisagem, a fim de avaliar seu potencial na discriminação entre categorias de paisagem naturais e submetidas a diferentes níveis de intervenção antrópica. Para a quantificação da estrutura das paisagens, alguns trabalhos valorizam suas características espaciais ao longo do tempo (Moura; Arana, 2018; Vidolin; Biondi, 2011). Essa abordagem é utilizada para desenvolver um sistema de assinatura de paisagem com base em suas métricas, para analisar a integridade espacial na região fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa (Peres *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2020); expressar o estado de conservação e naturalidade das paisagens, como proposto pelo Índice de Urbanidade (Trevisan *et al.* 2017) e para analisar a variação do padrão espacial da paisagem da bacia hidrográfica do arroio Puitã, no sudoeste do Rio Grande do Sul (Guasseli; Martins, 2004).

No que tange à utilização de indicadores, citam-se com a abordagem baseada na aplicação de sensoriamento remoto, os seguintes estudos:

- Carrão *et al.* (2001) - desenvolveram uma aplicação SIG para a caracterização da estrutura da paisagem através de onze indicadores divididos em duas categorias: 1) composição da paisagem e; 2) configuração da paisagem. Esses indicadores foram quantificados e testado em dois municípios representativos da paisagem em Portugal. Os autores aferiram que os indicadores transmitem a estrutura da paisagem e que a sua utilização pode ser a base de diversas decisões do ordenamento do território;
- Pereira (2018) - propôs um método que mensurasse a mudança ambiental, e transformasse isso em um valor expresso, por meio do Índice de Conservação Ambiental, que se baseia no nível de conservação de três indicadores: solo/água/biodiversidade. Estes foram selecionados por serem mapeáveis por imagens de satélite. O objetivo foi mensurar as mudanças na paisagem em uma beneficiada por um projeto de conservação ambiental;
- Luz *et al.* (2018) – apresentam uma metodologia para a análise espacial da estrutura da paisagem, desenvolvida pela Embrapa Florestas. A proposta é observar a dinâmica de uso das florestas por meio de imagens orbitais, utilizando, para tanto, indicadores tais como: composição, morfologia, mosaico, similaridade de habitats adjacentes, conectividade e fragmentação. Esse conjunto de indicadores possibilitou a quantificação dos avanços no estabelecimento de determinadas políticas voltadas à gestão territorial e ao uso e conservação de florestas.

O segundo grupo de estudos refere-se à avaliação da paisagem a partir das suas qualidades visuais. Segundo Pires (2005), por ser a representação física do meio ambiente, a paisagem adquire cada vez mais o status de recurso básico para a atividade turística, tornando-a passível de ser estudada e analisada, em especial, quanto à avaliação de sua qualidade estética cujas propriedades são as que mais interessam ao turismo. Essa abordagem é utilizada para análise de paisagens turísticas nas seguintes localidades: Distrito Sede de Porto Belo – SC (Pires, 2005); Praia de Jenipabu-RN (Soares et al., 2013); Praia de Ponta Negra – Natal, RN (Soares et al., 2014); Bacia Hidrográfica do Rio Monjolinho (SP) (Silva, 2017); Serra do Tabuleiro, SC (Pires e Soldateli, 2010). Araújo *et al.* (2020) complementa chamando atenção para o uso de indicadores econômicos na atividade turística.

Neste enquadramento, com o objetivo de identificar e avaliar o potencial cênico de paisagens, surge o termo *Viewshed*, que representa um conceito que busca explicar a existência de uma região formada por todos os pontos na paisagem que sejam visíveis a partir de um dado local.

Essa técnica foi utilizada para planejamento de trilhas de visitação em Unidades de Conservação, como no Parque Natural Municipal Mata do Rio Uruguai Teixeira Soares (Fetter *et al.*, 2012) e no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Silva *et al.* 2020), a fim de pensar em estratégias que maximizem a contemplação da estética cênica e ecológica por meio de orientações e estímulos direcionados aos visitantes. Essas análises locais, além de colaborar na gestão turística ao abordar os pontos de demanda destinados a serem alvos de futuras instalações de painéis informativos ou torres de observação, destacam que a qualidade cênica da paisagem merece atenção também enquanto um dos catalisadores mais importantes de conscientização ambiental.

No que tange à utilização de indicadores, citam-se com a abordagem orientada para o valor estético da paisagem os seguintes estudos:

- Pires (2005) apresenta um método de avaliação das qualidades visuais da paisagem litorânea de Santa Catarina que leva em conta variáveis como diversidade - paisagem com variados elementos é mais valorizada do que uma homogênea; naturalidade - quanto mais próximo das condições naturais locais, mais as paisagens são valorizadas; singularidade - existência de elementos naturais ou antrópicos que são atrativos pelo seu caráter de unicidade, escassez, valor tradicional ou interesse e detratores – ameaças à paisagem;
- Souza *et al.* (2014) – propuseram um método de avaliação das paisagens cênicas no Paraná, a partir da análise visual dos seguintes atributos: contraste; ordem; camadas; pontos focais; originalidade: excepcionalidade, e integridade. É importante perceber quais destes atributos se destacam na paisagem, para melhoria do turismo e qualidade cênica;
- Garcia Romero *et al.* (2019) — propuseram um método para avaliar os atrativos turísticos com base na sua qualidade paisagística e na sua viabilidade social. O método consiste na concepção e combinação de indicadores cênicos, funcionais e interpretativos para avaliar a qualidade da paisagem e no reconhecimento, através da percepção que a comunidade local tem do turismo, vontade de participar e do seu nível de organização. A investigação foi realizada em Atlautla no México. Foram identificados 29 (vinte e nove) atrativos turísticos, incluindo sete de alta qualidade, a partir dos quais seria viável ampliar os benefícios do turismo.

O terceiro grupo de estudos se ocupa em analisar a qualidade ambiental em áreas urbanas. Indicadores que contemplam os aspectos ambientais, sociais e os econômicos do meio urbano, como infraestrutura, classes de renda, saneamento, temperatura do ar e densidade de vegetação, são os mais utilizados. Esta abordagem é utilizada para avaliar a qualidade das frações urbanas no Distrito Federal, incluindo a comunidade com suas necessidades de conforto urbano (Silva *et al.*, 2010) e para propor o Índice de Qualidade do Espaço Verde Urbano que avalia a qualidade da cobertura vegetal em relação à sua função ecológica no meio urbano. Esse índice se mostrou adequado para mensurar os benefícios da vegetação em áreas urbanas, fornecendo subsídios para o planejamento urbano.

No que tange a utilização de indicadores, citam-se com abordagens voltadas para a qualidade ambiental da paisagem urbana, os seguintes estudos:

- Lima (2013) — desenvolve um método para avaliar a qualidade ambiental em cidades pequenas, a partir de indicadores como: classes de renda, saneamento ambiental, temperatura do ar e densidade da vegetação. A partir da quantificação desses indicadores, através de técnicas de geoprocessamento, foi possível verificar sua viabilidade em pequenas cidades como, Presidente Epitácio/SP e Nova Andradina/MS;
- Teixeira (2018) — fornece uma nova abordagem no que se refere as questões da qualidade da paisagem, pois buscou a definição dos aspectos mais relevantes da paisagem urbanas sob o ponto de vista do pedestre. Para avaliação da paisagem, foram selecionadas as categorias cor, forma e vegetação, que, associadas entre si, permitem a criação do Índice de Avaliação da Qualidade da Paisagem Urbana. Este índice, foi aplicado a um estudo de caso, na cidade de Caxias do Sul/RS;
- Adão e Polette (2016) - propuseram um método de construção do Sistema de Indicadores de Qualidade ambiental Urbana para Metrôpoles Costeiras, que permite conhecer diferentes variáveis da relação físico-urbana. Para tanto, obteve indicadores relacionados aos critérios da prosperidade urbana: infraestrutura, inclusão e equidade social, qualidade de vida, produtividade e sustentabilidade ambiental, que foram aliados à estrutura DPSIR, isto é, Drivers–Pressures–State–Impacts–Responses. Como resultado, o sistema de indicadores mostrou-se consistente, sendo uma contribuição passível de replicação nas metrôpoles costeiras brasileiras.

O quarto grupo de estudos analisa a paisagem baseada na percepção da paisagem pela população e nas aspirações populares nas escolhas em relação à proteção da paisagem, gestão e planejamento. Talvez uma das razões que motive estes estudos corresponda ao surgimento CEP, em 2000, que possui como objetivos a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem europeia, bem como a promoção da participação pública. Essa abordagem é utilizada para mapear os principais valores atribuídos à Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca/SC, a fim de apoiar a gestão territorial desta área protegida (Delfino, 2017) e; para propor metodologia de implementação da Iniciativa Paisagística Latino-Americana na Colômbia que permita estabelecer as principais ações paisagísticas necessárias com base nas preferências da comunidade (Muñoz e Zotero, 2016).

No que tange à utilização de indicadores, citam-se com abordagens participativas de valoração da paisagem, os seguintes estudos:

- Gonçalves (2013) — elabora uma proposta metodológica de operacionalização dos Objetivos de Qualidade da Paisagem na revisão do Planos de Desenvolvimento Municipal - PDM de Óbidos em Portugal, procurando transpor e operacionalizar a Convenção Europeia da Paisagem à escala municipal. Ela trabalha com cinco categorias de indicadores: ecologia, história/cultura, percepção visual e social, uso do solo e economia, com base em Cassatela e Peano (2011) e detalha como os OQP podem ser integrados no PDM para aprimorar a gestão do território;
- Sowińska Szywierska e Chmielewski (2016) - introduziram os Objetivos de Qualidade da Paisagem como um conjunto de indicadores que consideram os valores naturais, culturais e estéticos da paisagem a serem aplicados no processo de planejamento e gestão da paisagem. As categorias adotadas são adequadas para refletir o caráter multidimensional da paisagem. A análise abrangente requer a integração da opinião social e de especialistas sobre a qualidade da paisagem;
- Kienast *et al.* (2019) – apresentam o Programa Suíço de Monitoramento de Paisagem, que gera um conjunto abrangente de que meça as propriedades físicas da paisagem e a sua percepção pela população. Esse Programa é um dos primeiros observatórios paisagísticos nacionais, no qual a percepção da paisagem é sistematicamente monitorada com cerca de 30 indicadores dos quais aproximadamente 25% medem propriedades de percepção, incluindo o fascínio, beleza da paisagem e autenticidade.

As quatro abordagens citadas, compreensíveis pela necessidade sempre premente de recortes nos objetos de pesquisa, levam a um entendimento quase sempre parcial das questões relacionadas à avaliação da qualidade paisagem. No entanto, o que se tem colocado cada vez com mais intensidade em abordagens de paisagem, é a necessidade de participação da população interessada, nos processos de diagnóstico e avaliação da qualidade da paisagem. Entre os conceitos mais frequentes, uma palavra que não pode ser ignorada é “valor de paisagem”, que está entre as dez principais palavras-chave mais utilizadas em estudos de preferência paisagística (Yang *et al.* 2021).

É válido mencionar também que, na última década, têm surgido, sobretudo na Europa, iniciativas formais e informais de observatórios que contribuem não somente para a reflexão sobre o tema da paisagem, como para o apoio ao seu planejamento e gestão. Surge assim o conceito de Observatório da Paisagem, cuja concretização, possibilita a construção de adequadas plataformas para o debate de políticas participativas para o planejamento da paisagem (Saraiva *et al.* 2017).

Na França esses Observatórios, designados como Observatoires Photographique du Paysage são uma plataforma *on-line* que existe há mais de vinte anos (Le Du-Blayo, 2014) por meio da qual a população, por iniciativa própria, partilha imagens das transformações observadas diretamente nas paisagens, considerando que somente são compartilhadas as observações que lhe são relevantes em termos mudanças das suas paisagens cotidianas e de relevância identitária. Nesse sentido, outros exemplos são o Observatório da Paisagem da Catalunha, Espanha, e o Observatório da Bretanha, no Reino Unido, que desempenham um trabalho de grande valia na disseminação do valor da paisagem e no desenvolvimento de base de dados e inventários voltados para estabelecer indicadores para apoiar à implementação da Convenção Europeia da Paisagem (Kienast *et al.* 2019).

Quanto à perspectiva de paisagem da Convenção Europeia da Paisagem, destaca-se a necessidade de aprimorar o entendimento das paisagens através das seguintes etapas: i) identificação das paisagens em todo o território; ii) análise de suas características, dinâmicas e das pressões que as influenciam; iii) monitoramento das transformações ocorridas; e iv) avaliação das paisagens identificadas, considerando os valores específicos atribuídos pela população interessada.

A subjetividade inerente às múltiplas abordagens de análise da paisagem levantadas aqui conduz à necessidade de sistematização dos métodos abordados, dos critérios de análise e dos indicadores que sintetizam e que podem contribuir para a proposta do método de avaliação da qualidade da paisagem a ser elaborado. Assim, é pertinente agrupar as experiências e informações dos estudos discutidos, conforme Tabela 1, a fim de embasar as escolhas que se seguem na pesquisa.

Tabela 1— Síntese e contribuições dos métodos de avaliação da paisagem levantados

AUTOR	MÉTODO GERAL	CRITÉRIOS	INDICADORES	CONTRIBUIÇÕES AO MÉTODO DE A SER PROPOSTO
1. Carrão <i>et al.</i> (2001)	O método consiste em: - Selecionar um conjunto de indicadores para avaliar a estrutura da paisagem. - Calcular os indicadores em ambiente SIG, que possa ser utilizado por decisores. - Testar em dois concelhos representativos de Portugal: Castro Verde e Nelas.	Composição da Paisagem Configuração da Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza; • Diversidade; • Dominância; • Área e Perímetro; • Contágio e Dimensão Fractal; • Difusão e Justaposição; • Polígono de Maior Área, • Densidade de Elementos e de Fronteiras. 	Os indicadores conseguem definir o estado de conservação ou degradação de uma paisagem. Podem ser úteis na etapa de monitoramento, a fim de controlar as alterações das paisagens da Comunidade.
2. Pereira (2018)	O método consiste em: - Utilizar proxies para mensurar mudanças na paisagem, com ferramentas de geoprocessamento e sensoriamento remoto; - Através de uma lista de 45 fatores que possibilita fazer a conexão entre temas ambientais (biodiversidade, solo e água);	Fragilidade Natural Impacto da ação antrópica	<ul style="list-style-type: none"> • Biodiversidade; • Solo - declividade, • Erodibilidade e erosividade; • Água - precipitação e evapotranspiração. • Biodiversidade - fauna; • Solo - proteção contra a erosão com o manejo do solo; 	Os indicadores (biodiversidade, solo e água) são objetivos e podem ser obtidos na escala local. O uso deles pode ser útil para definir o grau de conservação da paisagem da comunidade.
3. Luz <i>et al.</i> (2018)	O método consiste em: - Calcular os índices de paisagem, a partir da análise do mapa de uso e cobertura da terra, empregando-se processos de classificação e análise de imagens orientada a objetos. - Combinar de forma linear esses índices para gerar um score único por unidade de paisagem, o que permite estabelecer comparações e propor ações de recuperação ou melhoria da qualidade do componente florestal, considerando aspectos da paisagem.	Composição Morfologia Mosaico Similaridade de habitats adjacentes Conectividade Fragmentação	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação das classes de uso da terra; • Categorização dos padrões morfológicos do habitat florestal; • Categorização da vizinhança das classes de uso da terra; • Interface de bordas do habitat natural com outras classes de uso da terra; • Grau de conexão existente entre fragmentos de habitat natural; • Grau de fragmentação do habitat. 	A estratégia de rotulagem das classes de uso e cobertura da terra na fase prévia do diagnóstico do método, podem se alinhar a este Manual da Embrapa. Mensuração de indicadores descritos de maneira operacional. Podem ser mais úteis nas análises das áreas florestais remanescentes na Comunidade.
4. Pires (2005)	O método consiste em: - Preencher uma Planilha de identificação dos indicadores de Qualidade visual; Cada indicador é composto por um conjunto de elementos ou condições (variáveis) que possibilitam a sua classificação e consequente análise. - Para a caracterização e posterior análise das paisagens são selecionadas fotografias representativas das paisagens turísticas.	Diversidade Visual Naturalidade Singularidade Detratores	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância e Vegetação; • Água e Atividades humanas; • Paisagem natural; rural; e urbana; • Grande amplitude visual; • Ocorrência de fenômenos s notáveis ou relevante; • Atividades humanas que distanciam das condições naturais da paisagem. 	Os indicadores propostos poderão ser úteis na etapa de avaliação da beleza cênica das paisagens locais.
5. Souza <i>et al.</i> (2013)	O método consiste em: - Inventariar as paisagens, visando destacar as paisagens cênicas e atribuir-lhes valor de acordo com seus atributos. - A análise visual possibilita classificá-la de acordo com os seus componentes estéticos, a partir de conforme o grau em que são percebidos na paisagem. - A maior pontuação indica que as áreas possuem maiores qualidades cênicas.	Contraste Ordem Camadas Ponto Focal Originalidade Integridade	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos próximos que são reconhecíveis e se distinguem • Elementos limitadores; • Elementos de profundidade na visão panorâmica; • Elementos pontuais que atraem o olhar; • Elementos para entendimento da história do local • Manutenção das paisagens naturais 	O método pode contribuir com o levantamento da beleza cênica no recorte da comunidade, contribuindo para o entendimento da herança histórica e cultural Útil para avaliação da qualidade da paisagem cultural.

6. Romero et al. (2019)	<p>O método consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar e caracterizar os atrativos turísticos; - Desenhar e aplicar indicadores para avaliar a qualidade paisagística das atrações turísticas, com base em critérios nos recursos geomorfológicos, bióticos e culturais; - Diagnosticar a percepção local do turismo, através de pesquisas e entrevistas, para identificar a disposição e preferências da comunidade em participar dele. 	Cênico	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de Vegetação; • Amplitude e variedade panorâmica; • Qualidade cênica; • Grau de conservação dos componentes bióticos; • Estabilidade geomorfológica; • Patrimônio tangível e intangível associado ao local; • Singularidade; • Representatividade; 	<p>O método pode ser aplicável em escala de comunidades tradicionais, pois se baseia na participação direta das comunidades locais como um elemento central para o desenvolvimento do turismo sustentável.</p> <p>Pode contribuir para a fase de diagnóstico.</p>
7. Lima (2012)	<p>- O método consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Selecionar os indicadores mais representativos para avaliar a qualidade ambiental em cidades pequenas diferentes. - Com a escolha dos indicadores, é possível testar procedimentos de quantificação através de técnicas de geoprocessamento, com o propósito de elaborar análises espaciais para avaliar a qualidade ambiental. 	<p>Aspectos Sociais</p> <p>Economia Infraestrutura</p> <p>Clima</p> <p>Vegetação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura das construções; • Densidade demográfica; • Uso da terra • Classes de Renda • Água e Luz; • Esgotamento sanitário; • Pavimentação das vias públicas; • Coleta de lixo • Temperatura do ar; • Temperatura da superfície; • Densidade de vegetação 	<p>A visão sistêmica do método é fundamental para a análise de uma realidade de uma comunidade tradicional. Na análise da qualidade ambiental, foi necessário um “conjunto de olhares”, que dependeu dos critérios e indicadores selecionados. Essa etapa pode compor o método participativo a ser elaborado.</p>
8. Teixeira (2018)	<p>O método consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantificar e priorizar os atributos da paisagem do ponto de vista do usuário, determinando indicadores que subsidiem a avaliação da qualidade do espaço urbano. - Foi originado um índice amparado por variáveis, analisadas através da interpretação de fotografias e levantamento de dados obtidos no local - Para cada aspecto foi atribuído uma pontuação que mede o nível de qualidade do ambiente urbano. - Quanto mais próximo de 10 o valor do índice, maior será o nível de qualidade 	<p>Cor</p> <p>Forma</p> <p>Vegetação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Harmonia Cromática; • Temperatura das Cores; • Orientabilidade no espaço urbano; • Regularidade e uniformidade das edificações; • Escala Urbana – altura, direção, largura e escala para o pedestre • Cobertura Vegetal; • Permeabilidade das calçadas; • Biodiversidade Vegetal • Investimento em cultura • Pavimentação das vias públicas; • Coleta de lixo 	<p>O método abarca a percepção da paisagem urbana do ponto de vista do observador, como fator importante para a compreensão da interação entre homem e o ambiente. Esse componente subjetivo será também importante na proposta do método de avaliação da qualidade da paisagem.</p>
9. Adão (2016)	<p>O método consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e análise de sistemas de indicadores já existentes para a composição do Índice; - Avaliação do sistema preliminar por especialistas, com a integração de novos indicadores; - Conexão sistêmica dos indicadores por meio da estrutura do DPSIR. 	<p>Inclusão e Equidade Social</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Produtividade</p> <p>Sustentabilidade Ambiental</p> <p>Qualidade de Vida</p> <p>Ecologia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa estimada de crescimento da população; • Extensão da área urbanizada; • Produto Interno Bruto per capita; • Área urbanizada; • Áreas protegidas; • Densidade Demográfica; • Saúde urbana 	<p>A aplicação do modelo DPSIR evidenciou a relação causal entre as variáveis do sistema de indicadores, indicando uma perspectiva de análise, que pode ser útil à proposta do método. Reforça o papel dos indicadores como instrumentos relevantes</p>
10. Gonçalves (2013)	<p>O método consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transpor a CEP à escala municipal; - Prevê a delimitação de UP; Define OQP por UP; Propõe uma planta com a representação cartográfica dos OQP; Estabelece medidas de proteção, gestão e ordenamento, por UP; - Propõe a incorporação das medidas de proteção, gestão e ordenamento, consoante a sua tipologia; - Define indicadores de paisagem, a serem incorporados no programa de monitorização do PDM. 	<p>História/Cultura</p> <p>Percepção Visual e Social</p> <p>Uso do Solo</p> <p>Economia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Biodiversidade • Patrimônio Histórico-Cultural; • Excepcionalidade; • Significado/Representatividade • Diversidade visual; Visibilidade • Fama; Tranquilidade; Amenable • Paisagens Degradadas; • Paisagens Protegidas; • Ações de valorização; • Áreas Rurais • Preço da Habitação; • Fluxos turísticos; • Emprego; Subsídios; 	<p>A compatibilização do modelo da CEP, com as UP e seus OQP, pode ser direcionado para avaliar a paisagem local. Método aplicável em comunidades tradicionais, que pode se traduzir numa melhoria na forma como a paisagem são geridas. Apesar de não detalhar a questão da participação pública na definição dos OQPs.</p>

11. Sowinska -- Swierkosz e Chmielewski (2016)	<p>O método consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articular a opinião social e pericial no processo de formulação de indicadores paisagístico. - O procedimento envolve seis etapas baseado no uso de unidades de paisagem: (1) análise SIG; (2) classificação; (3) pesquisa social; (4) julgamento de valor especializado; (5) avaliação da qualidade; e (6) formulação de diretrizes de formulação de indicadores paisagístico; - Como resultado, o conjunto final foi composto por 80 indicadores, sendo 49 de caráter qualitativo e 31 de caráter quantitativo. 	<p>Estrutura de Uso da Terra</p> <p>Ordem Espacial</p> <p>Qualidade Ambiental</p> <p>Valores Naturais</p> <p>Valores Culturais</p> <p>Valores Estéticos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Métricas de Paisagem; • Densidade das construções; • Índice de Acessibilidade; • Poluição do ar, da água, sonora; • Abundância de recursos naturais • Escala da pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais; • Patrimônio histórico, cultural; • Variedade de Objetos Culturais • Harmonia; Diversidade; • Tranquilidade 	<p>Enquanto conjunto de indicadores, a identificação dos Objetivos de Qualidade da Paisagem oferece possibilidades para a sua aplicação prática, inclusive em comunidades tradicionais.</p> <p>Isto fornece uma nova ferramenta para integrar a responsabilidade social no processo de gestão.</p>
12. Kienast et al. (2015)	<p>O Programa Suíço presume que o desenvolvimento da paisagem é impulsionado por quatro indicadores principais, ou seja, as propriedades físicas da terra, a percepção da paisagem determinada evolutivamente e culturalmente e o subsequente uso da terra.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os indicadores que podem ser derivados de dados de cobertura do solo, imagens de satélite, estatísticas de censo e mapas digitais e do levantamento das percepções dos entrevistados. 	<p>Aspectos físicos e uso do solo</p> <p>Percepção da evolução da paisagem</p> <p>Percepção cultural da paisagem</p> <p>Aspectos legais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas de “natureza selvagem • Fragmentação; • Área adequada para recreação próxima; • Emissão de luz • Complexidade; • Coerência; Legibilidade; • Mistério • Distinção; • Autenticidade; • Fascínio; Beleza • Área de Conservação • Parques Regionais 	<p>Do ponto de vista metodológico as correlações entre os indicadores físicos e de preferência, podem ser utilizados como ferramenta importante para priorizar indicadores. Conjunto de indicadores adequados para a escala nacional, necessário analisar a pertinência em escala local de uma comunidade.</p>

Fonte: Elaborada pela autora

3.3. ESCOLHAS CONCEITUAIS

As seções anteriores deste capítulo se dedicaram a apresentar aspectos centrais dos conceitos mais recorrentes trabalhados na pesquisa, visando explicitar elementos importantes a serem considerados nas escolhas conceituais adotadas para orientar a construção do método participativo de diagnóstico e a análise da paisagem em comunidades tradicionais.

Elencar os conceitos mais recentes tratados na literatura mostrou o quanto existem diferentes entendimentos acerca dos termos paisagem, comunidades tradicionais, comunidades de fundo de pasto e métodos de se avaliar a paisagem entre os estudiosos do tema. Esse fato nos conduz à escolha e definição prévia dos conceitos adequados à operacionalização das análises a serem desenvolvidas.

Iniciaremos apresentando o conceito de paisagem a ser utilizado. Entre a variedade de definições de paisagem observadas que vão desde definições que destacam os aspectos físicos do terreno de uma região, até definições que destacam os aspectos visuais ou cênicos e, por fim, outras que focam na percepção ou nos aspectos culturais das paisagens, considera-se o mérito da definição de paisagem da Convenção Europeia da Paisagem (2000) por ser mais abrangente e amplamente acordada não somente na Europa.

A Convenção trouxe uma outra leitura do que poderia significar o termo paisagem como “uma parte do território apreendida pelas populações, cujo caráter resultaria da ação e das interações de fatores naturais e/ou humanos e suas interrelações” (CEP 2000, Artigo 1º). A paisagem é, portanto, essencialmente sobre a relação entre as pessoas e o lugar, por meio da qual torna-se evidente o protagonismo dos que vivenciam a paisagem. Ademais, observa-se que foi recuperada nessa definição a noção de território, que ressalta a intervenção das populações sobre a paisagem. Portanto, essa será a definição do termo paisagem a ser utilizada no âmbito deste trabalho.

Os conceitos centrais de Povos e Comunidades Tradicionais e Comunidades de Fundo de Pasto são mobilizados na pesquisa conforme as definições que constam nos regramentos legais, respectivamente no Decreto 6.040/2007 e na Lei Estadual da Bahia 12.910/2013.

Logo, por todos esses elementos combinados, escolhe-se a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura como ideal para a participação do estudo de caso do teste do método de diagnóstico participativo da paisagem, haja vista tratar-se de uma comunidade (coesa socialmente) que interage com a paisagem, com a pluralidade cultural ligada à biodiversidade através do conhecimento tradicional ecológico, e que utiliza a terra em uma perspectiva territorializada, com base em uma relação autossustentável e ambientalmente equilibrada com a Caatinga, configurando-se, portanto, em uma comunidade tradicional em um território tradicional.

Buscou-se então uma análise e entendimento de diversos métodos de avaliação da paisagem e seus critérios, com vistas a subsidiar a análise das possíveis paisagens do objeto de estudo, a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Observa-se que cada método de avaliação da paisagem seleciona alguns aspectos, componentes e perfis de interpretação para embasar sua análise. Realça-se que uma das questões de maior destaque é a necessidade de melhorar as metodologias de avaliação da paisagem de modo que essas incluam e avaliem a percepção da paisagem pela população, bem como o lado emocional associado à paisagem.

A partir da contribuição teórica de alguns autores como Delfino (2017); Muñoz e Zotano (2016); Gonçalves (2013); Kienast *et al.* (2019) foi possível sistematizar o funcionamento da avaliação da paisagem em diversas escalas. Essa abordagem englobou representações, critérios, recortes e indicadores mais frequentemente empregados. Destaca-se a importância da ampla participação social e da associação entre diferentes camadas de análise. Essa abordagem multidimensional revela que a paisagem pode se transformar em uma ferramenta poderosa para o tratamento do território. Nesse contexto, a paisagem, enquanto patrimônio coletivo, transcende a mera visualidade, adquirindo uma relevância muito mais abrangente.

Assim, após a análise das diferentes abordagens de análise da paisagem, elege-se a abordagem baseada na percepção da população e a Convenção Europeia da Paisagem (2000) para apoiar a pesquisa. Essa Convenção estabelece procedimentos para a participação do público, das autoridades, e interessados na implementação das políticas da paisagem. O Brasil não apresenta uma legislação específica para o ordenamento da paisagem em escala local. Não obstante, existem instrumentos que buscam a proteção da paisagem cultural como a Chancela da Paisagem Cultural, criada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 2009, que trata de paisagens excepcionais e notáveis. Frente a isso, interroga-se: seria possível, mediante um método participativo, utilizar a paisagem como ferramenta de avaliação de territórios tradicionais por meio da valorização e da melhoria da qualidade das paisagens e do bem-estar coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais.

A CEP embasará essa reflexão de como a análise da paisagem em territórios tradicionais pode contribuir para aperfeiçoar a gestão desses territórios e a qualidade de vida das comunidades, permitindo a adoção de medidas específicas destinadas à caracterização, valorização e proteção da paisagem. A maior contribuição da CEP para o presente trabalho está nos princípios-chaves da abordagem, na definição dos termos paisagem, como antes explicado, do termo qualidade da paisagem e na forma como é proposta a sua avaliação e gestão - gestão essa que deve, em primeiro lugar, considerar aqueles que ali habitam, trabalham e possuem relação estreita com as paisagens.

3.3.1. Princípios chaves da Abordagem: A Convenção Europeia da Paisagem

Catástrofes, exploração e destruição de paisagens, fruto inclusive de incorretas decisões políticas, são algumas das provocações que levam a se pensar em instrumentos que ajudem a assegurar o futuro das paisagens (Veras, 2021). A partir dessas provocações e da constatação de que era necessário elaborar um instrumento legal para tratar das paisagens europeias de forma conjunta, o Conselho da Europa - COE elaborou a Convenção Europeia da Paisagem.

Assinada em 2000 pelos estados membros da União Europeia em Florença, Itália, e vigorada desde março de 2004, a Convenção Europeia da Paisagem foi construída com esse desejo de versar exclusivamente sobre a proteção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias. Assim, essa Convenção é o primeiro acordo internacional a tratar das paisagens em escala continental e determinar que todos têm direito à qualidade nesse âmbito. Segundo Veras (2021), ela é reconhecida como o documento propulsor para se pensar a paisagem por instrumentos legais, que, ao considerá-la como patrimônio intrínseco, extrapola o âmbito da Europa e é referência para outros continentes.

A Convenção traz uma série de medidas para comprometer os estados signatários a adotarem políticas que promovam a qualidade das paisagens, assim como para mobilizarem as pessoas afetadas pelas decisões que dizem respeito ao seu território a participarem. Desse modo, ela inova ao afirmar que todas as paisagens importam, sejam banais ou excepcionais e todos somos (delas) observadores e atores com envolvimento na sua proteção e gestão.

Segundo Saraiva *et al.* (2017), ela é prova de que as paisagens europeias estão no centro do interesse político e que existe o desejo de intervir, proteger, questionar e dar vida a novos projetos paisagísticos. Ela desencadeou importante renovação conceitual e metodológica na abordagem da paisagem por meio da proposição de uma nova definição de paisagem, novas estratégias de gestão, proteção e ordenamento, e contando com a validação da maioria dos Estados membros da União Europeia.

Assim, a Convenção Europeia da Paisagem é uma abordagem seguida nesta pesquisa. Com ela, a paisagem “deixa de ser simplesmente o olhar, a vista panorâmica, a imagem bela de postal que todos queremos fotografar e converte-se também no resto do território que nos rodeia, o território que nós, habitantes, turistas ou viajantes consideramos importante, independentemente deste no parecer belo ou feio” (Di Maio e Berengo, 2012, p.11). Para Saito e Laques (2021), a paisagem nessa Convenção é vista nem como substrato, nem como uma configuração a ser protegida, mas sim como um processo de transformação a ser apreendido e compreendido.

A Convenção Europeia da Paisagem (2000) expressa em seu preâmbulo a preocupação em “alcançar o desenvolvimento sustentável estabelecendo uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as atividades econômicas e o ambiente” e a busca em “responder à vontade das populações de usufruir de paisagens de grande qualidade e de desempenhar uma parte ativa na sua transformação”. A discussão que permeia essa pesquisa vai ao encontro dessas preocupações e se relacionará com a experiência que as paisagens proporcionam e resultam em cada comunidade tradicional. A paisagem será vista, assim como na CEP, como uma qualidade de todo o território e um componente básico da qualidade de vida.

Para estabelecer a qualidade paisagística, a CEP estabelece que as autoridades competentes devem pesquisar e formular, para uma paisagem, as aspirações das populações em relação às características paisagísticas do espaço em que vivem, através da definição de OQPs. Isso demonstra a necessidade de participação da população no processo de atribuição de valor e na compreensão dos processos modificadores da paisagem. Convém mencionar que a CEP não define nenhuma metodologia de identificação e integração das aspirações da população na formulação dos OQPs. De acordo com o COE (2008), a metodologia de identificação dos OQPs deve ser desenvolvida por cada estado e para cada paisagem com envolvimento da criatividade na investigação e na experimentação.

Esse fato associado à necessidade de implementação da CEP nos 38 estados-membros signatários contribui para que vários países tenham iniciado a definição dos seus OQPs, mesmo que ainda sejam poucos os exemplos de boas práticas disponíveis. Um desses exemplos é a Resolução do Conselho do Governo de Açores nº 135/2018, que aprova os OQP e as orientações para a gestão da paisagem em Açores, território autônomo de Portugal, que pode ser considerado um diploma pioneiro no que diz respeito às políticas do território e gestão da paisagem daquela região.

Gonçalves (2013) analisa três casos de implementação da Convenção Europeia da Paisagem, em diferentes escalas:

- 1) A Inglaterra (escala nacional), que se destaca pela longa tradição na consideração da dimensão paisagem nas suas políticas antes mesmo da Convenção Europeia da Paisagem. Em 1993, a antiga Countryside Commission promoveu um programa de avaliação do caráter da paisagem que apresenta um mapa das características das paisagens da Inglaterra que representa um quadro nacional geral para avaliações mais detalhadas e que é sistematicamente atualizado. Desde 2004, o país contempla a “Avaliação do Caráter da Paisagem” (*Landscape Character Assessment - LCA*), como obrigação legal dos condados ingleses.

- 2) A Espanha, com o caso da Região Autônoma da Catalunha (escala regional), que se antecipou ao próprio governo nacional e tem a sua lei específica, Lei 8/2005, que reconhece juridicamente o direito à paisagem, assumindo os objetivos propostos pela CEP e propondo a integração da paisagem em todas as políticas públicas. O Observatório de Paisagem da Catalunha é também uma referência mundial.
- 3) O município de Óbidos em Portugal (escala municipal), que publicou em setembro de 2011 um documento orientador designado *A paisagem na revisão do Plano Diretor Municipal – PDM orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem, no âmbito municipal*. Esta publicação surge com o objetivo de sensibilizar os agentes responsáveis pelos atuais processos de revisão do PDM para a importância que a paisagem deve assumir nas opções estratégicas e no modelo de organização territorial municipal. Essas orientações foram colocadas em prática, como estudo de caso, em 2013, na revisão do PDM de Óbidos.

Além destes, os atlas franceses tradicionais também identificam dinâmicas das paisagens que permitem determinar os desafios paisagísticos que serão alvo dos OQPs, culminando em diretrizes para o planejamento em diferentes escalas de administração. A partir da CEP, o método de elaboração desses atlas foi revisado, contrastando-o com metodologias utilizadas em países vizinhos.

Ainda em relação a abordagem de paisagem da Convenção Europeia da Paisagem, ela apresenta a identificação, a caracterização e a qualificação das paisagens que constituem a fase preliminar de qualquer política de paisagem. Essa etapa implica à análise da paisagem, nos planos morfológico, cultural e natural de suas inter-relações, da análise de suas transformações e da percepção da paisagem que deve ser analisada desde o seu desenvolvimento histórico até o seu significado recente. Outra etapa fundamental no processo é, sobretudo, a formulação dos Objetivos de Qualidade da Paisagem e o alcance deles (COE, 2008).

Proteger, gerir e ordenar são palavras-chave que estruturam a Convenção Europeia da Paisagem (2000) e orientam outros que dele se desdobram extrapolando a Europa, principalmente a partir dos compromissos que começam a surgir com as Cartas Nacionais de Paisagem, como a Carta Brasileira da Paisagem (Veras, 2017). Não se deve ignorar que a CEP faz referência explícita ao indicar que a paisagem deve ser gerida, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, conforme complementado por Saito (2022, p. 72) “assegurar que a gestão da paisagem esteja vinculada ao seu desenvolvimento sustentável significa, então, orientar mudanças nos locais de modo a transmitir suas características específicas, materiais e imateriais, às gerações futuras”.

A CEP prevê a integração da paisagem às políticas de ordenamento territorial e às políticas setoriais, com eventual impacto na paisagem associada à participação do público. Lembra-se que, com uma participação ativa das partes interessadas e tendo como objetivo melhorar o conhecimento sobre as suas paisagens, cada país compromete-se a identificar, analisar e avaliar as características, forças e pressões das suas próprias paisagens em toda a extensão de seu território (CEP, 2000, Art.6c). Isso pressupõe o envolvimento de diferentes instâncias, enquanto elementos cruciais para o processo, em regime de cooperação para reflexão da sua paisagem e território no planeamento territorial.

Desse modo, a CEP pode influenciar a promoção de um processo político colaborativo, por meio do qual o ordenamento do território é entendido como um processo de aprendizagem e no qual cada país compromete-se a aumentar o conhecimento paisagístico na sociedade civil, nas organizações privadas e na administração pública, tal como a avaliação do papel que estes têm sobre as mudanças na paisagem (CEP, 2000, Art. 6a). No âmbito da educação, os signatários da Convenção comprometem-se a incentivar a formação de especialistas; promover programas de formação interdisciplinar e promover cursos que abordem valores ligados às paisagens (CEP, 2000, Art. 6b).

Também se instituiu o "Prêmio da Paisagem", através do qual se pretende reconhecer a execução de políticas, ou projetos que contribuem para a proteção, gestão e/ou ordenamento da paisagem e que promovam o envolvimento da sociedade civil para a importância deste tema. (CEP, 2000, Art. 11). A premiação trata-se de uma distinção honorífica, como uma forma de incentivar a participação de todos nas políticas de paisagem, estimulando a produção de efeitos duradouros e que possam constituir um exemplo de boas práticas, suscetíveis de replicação em outros países. Realizado a cada dois anos pelo Conselho da Europa, a premiação contemplou em sua última edição (2020-2021) o projeto *A Biodiversidade na cidade: Bérghamo e Vale Astino*, na Itália. O Mosteiro de Astino e o seu vale, em estado de abandono, tornaram-se objeto de um programa de recuperação através da participação social que contribuíram para a restauração da biodiversidade e do mosteiro.

A Convenção Europeia da Paisagem apresenta princípios e objetivos ao invés de regras e métodos, dessa forma resulta em uma implementação complexa e variável de acordo com a estrutura institucional específica de cada país e de cada comunidade. Através da aplicação desse processo, talvez, seja possível desenvolver uma estratégia territorial de desenvolvimento mais coerente como o almejado nesta pesquisa. Essa abordagem da CEP (2000) estrutura-se como ponto de apoio para a discussão da proposta de método de avaliação da qualidade da paisagem neste estudo.

Para efeitos, ao longo desta tese, utilizar-se-á os mesmos conceitos da Convenção Europeia da Paisagem, conforme os apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Definições conceituais da Convenção Europeia da Paisagem utilizadas na pesquisa

Conceito	Definição
Paisagem	Designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais/ou humanos;
Política da paisagem	Designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas tendo em vista a proteção, a gestão e ordenamento da paisagem;
Objetivo de qualidade da Paisagem	Designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida;
Proteção da paisagem	Designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana;
Gestão da paisagem	Designa a ação visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais;
Ordenamento da paisagem	Designa as ações com forte carácter prospetivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de CEP (2000).

Acrescenta-se que a Convenção Europeia da Paisagem, em última instância, busca a qualidade das paisagens. Para tanto, são sugeridos três passos importantes para diferenciar uma paisagem com qualidade de uma degradada e em que momento deve ser decidido o que deve ser feito (Di Maio e Berengo, 2011):

1º Passo: identificar as paisagens que compõem o nosso território;

2º Passo: analisar as características e a história da paisagem, bem como compreender as pessoas que vivem no lugar;

3º Passo: compreender as melhores soluções para cada paisagem.

Ressalte-se que “a qualidade da paisagem não reside apenas na beleza, mas também no alcance de um ponto de equilíbrio entre as necessidades sociais, económicas e ambientais” (Di Maio; Berengo, 2011, p. 20), consoante ao que será aprofundado na seção seguinte.

3.3.2. Avaliando a Qualidade da Paisagem: Critérios e Indicadores

Ao trabalhar com o conceito de paisagem, principalmente através do entendimento proposto pela CEP, deparamo-nos também com o conceito de qualidade de paisagem. Dessa maneira, faz-se necessário algumas breves considerações sobre o assunto.

Quando a Convenção aborda qualidade da paisagem, ela faz referência à qualidade ecológica, ou seja, ao estado ambiental dessa paisagem. Conforme bem frisado por Di Maio e Berengo (2012, p. 22) ao analisar a CEP, “o conceito de qualidade da paisagem engloba a natureza, a cultura, a sociedade, a estética, mas também a economia. A qualidade não reside apenas na beleza, mas também no alcance de um ponto de equilíbrio entre as necessidades sociais, econômicas e ambientais”. Parte-se do princípio de que devem ser as pessoas que habitam um território, que reconhecem os seus recursos e que decidem sobre a sua qualidade de vida. Essa abordagem de paisagem prioriza os pontos de vista a partir das percepções, das experiências e dos valores do indivíduo como sujeito.

O conceito de qualidade, em termos genéricos, pode-se definir como o grau que determinado serviço ou dispositivo físico possui para satisfazer às necessidades dos utilizadores. Ao longo do tempo, surgiram inúmeras tentativas de definir o conceito de qualidade da paisagem essencialmente relacionadas com os aspectos fundamentais que a caracterizam (Otero *et al.*, 2007).

Para Andresen (1984) refere-se à organização harmoniosa dos vários elementos da paisagem (naturais e humanos) que produzem uma resposta estética no observador. Monteiro (1998) assinala que depende da organização e da distribuição equilibrada dos elementos na paisagem. Arriaza *et al.* (2004) assume que a qualidade está relacionada com as características visuais da paisagem. Rodriguez *et al.* (2017) define a qualidade do meio (paisagem) como o grau de correspondência das condições naturais (paisagem) às exigências dos organismos vivos ou da população.

O conceito de qualidade da paisagem, tal como o conceito de paisagem em si, transita entre duas abordagens: uma que considera a qualidade baseada nas características físicas da paisagem e outra que a vê como uma construção subjetiva da mente do observador. Neste projeto, a qualidade da paisagem é compreendida como uma combinação de valores estéticos, naturais e culturais, juntamente com o equilíbrio dos elementos e suas interações dentro de um contexto específico de tempo e espaço (Barreiros, 2005).

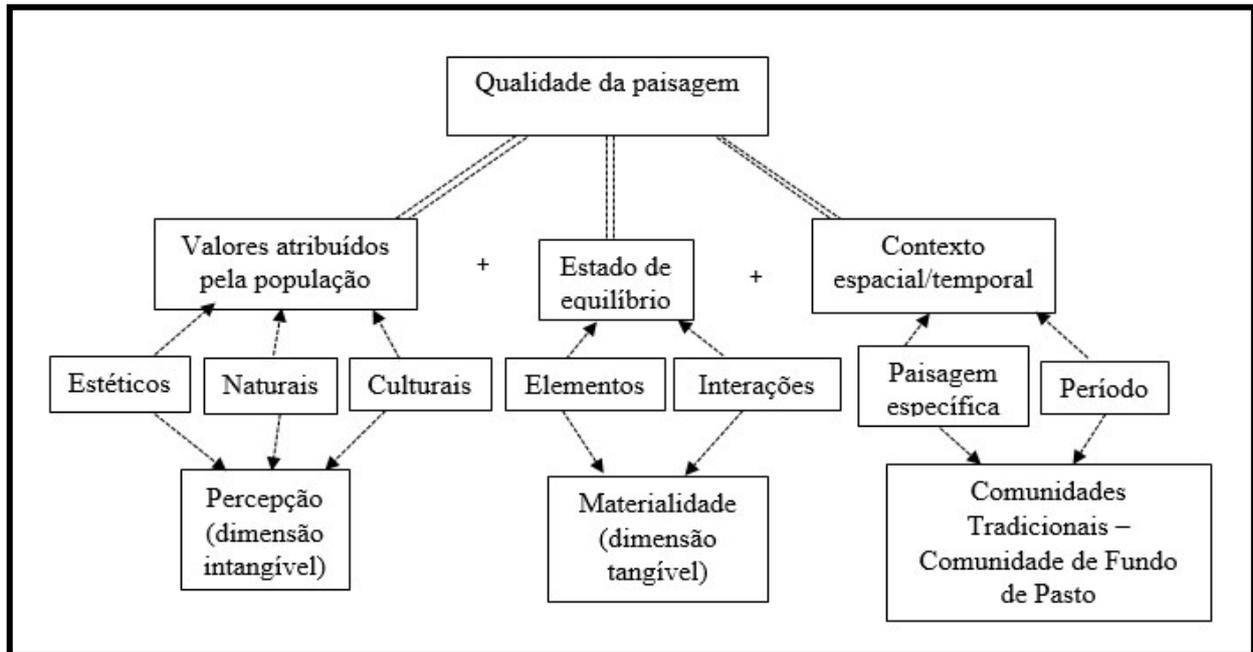
Com base nessa definição a qualidade da paisagem depende essencialmente de três aspectos igualmente relevantes:

- a expressão visual dos constituintes da paisagem e a forma como se relacionam e organizam numa determinada área;

- o valor dos elementos da componente biótica e cultural;
- o estado de equilíbrio entre os diferentes constituintes.

A Figura 5 expressa a estrutura básica do conceito de qualidade da paisagem a ser trabalhado.

Figura 5 — Estrutura básica dos elementos que compõe o conceito qualidade da paisagem



Fonte: Elaborada pela autora

Para operacionalizá-la, torna-se necessário aprofundar o conhecimento sobre os aspectos específicos desses elementos em um recorte específico, como objetiva esta pesquisa. O objetivo da avaliação da paisagem aqui consiste em destacar "os valores particulares que lhe são atribuídos pelas partes interessadas e pela população abrangida", conforme traz a CEP (2000) em seu artigo 6c. A ideia escolhida é analisar as representações da paisagem entre a comunidade e traduzir em método de avaliação, baseados em indicadores de qualidade da paisagem.

Os resultados obtidos, conforme evidenciado pelos dados apresentados na Tabela 1, sustentam a argumentação de que um conjunto de indicadores é capaz de abarcar aspectos significativos da qualidade da paisagem. A análise destes resultados permite inferir que tais indicadores refletem a dinâmica da paisagem e que sua aplicação pode servir como base para uma variedade de estudos, bem como para respaldar decisões no âmbito ambiental e de ordenamento do território.

Considerando que os indicadores conseguem definir o estado de conservação ou degradação de uma paisagem, torna-se relevante sua incorporação no método participativo de avaliação da paisagem, proposto como meio de monitorar a direção e magnitude de alterações nas paisagens das comunidades ao longo do tempo e do espaço.

Inicialmente, vale mencionar que a literatura aponta diversas acepções do termo indicadores, todas com certa similaridade conceitual no sentido de um elemento passível de mensuração. Segundo Ferreira *et al.* (2009, p. 24), “o indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação”. Morgado (2002) considera que eles são capazes de nos proporcionar uma percepção mais clara do estado das coisas, o que muito contribui para que se possam tomar as providências mais adequadas para a proteção do que é realmente importante.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (1993), considera os indicadores como um parâmetro ou valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno com uma extensão significativa. Dessa forma, eles podem ser considerados como variáveis que juntas representam um quadro de referência responsáveis por trazer à luz a realidade de um dado espaço geográfico por meio da análise sistemática (Soares, 2010), representado aqui pelas paisagens objetos deste estudo.

Na gestão pública, os indicadores são instrumentos que contribuem para medir aspectos relacionados a um determinado fenômeno decorrente da ação ou da omissão do Estado (Bahia, 2021). A gestão por indicadores parte do princípio formulado por Harrington (1993): medir é o primeiro passo para o controle e, conseqüentemente, à melhoria. Sem entendimento não há controle e, sem controle, não é possível promover melhorias. Aqui também partiremos desse princípio, que vale tanto para uma visão mais subjetiva, que utilize indicadores qualitativos, quanto para uma visão positivista, no sentido de quantificá-los.

Essas concepções permitem comunicar ou informar sobre o caminho a ser percorrido em direção a uma determinada meta, como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável (Van Bellen, 2002). Nesta pesquisa, as metas serão os Objetivos de Qualidade da Paisagem. A principal finalidade dos indicadores é traduzir, de forma mensurável, aspectos da qualidade da paisagem para avaliação.

Segundo a OCDE (1993), as principais funções dos indicadores são reduzir o número de parâmetros utilizados para representar uma situação e simplificar o processo de comunicação de resultados. Vallega (2008) lista outras três: o reconhecimento (monitoramento e medição de condições e processos); a avaliação (julgamento do valor na condição, no processo e sobre a ação humana em relação a estes); e a orientação (indicações sobre as formas pelas quais a ação humana deve ser implementada). Nesta pesquisa, a utilização de indicadores tem como função, sobretudo prover informações de acompanhamento da qualidade e das transformações das paisagens.

Assim, definir indicadores, como pressupõem os princípios da CEP, envolve a concepção de ferramentas que não se baseiam apenas na avaliação quantitativa ou qualitativa de elementos materiais, mas deverá refletir as aspirações da população em termos de características paisagísticas de seus ambientes de vida. Essa concepção será considerada como base do estudo, de forma a valorizar as diferenças entre as comunidades tradicionais e participação pública.

Dentro desse contexto, reitera-se a necessidade de analisar os indicadores paisagísticos que possam ser utilizados para avaliar a qualidade das paisagens em escala de comunidades, assim como o estabelecimento de critérios para elaborar os procedimentos metodológicos para a análise. A partir dos critérios e indicadores tratados e referidos na Tabela 1, torna-se possível conhecer temas gerais associados ao uso de indicadores de paisagem e refletir sobre quais aspectos da paisagem devem ou podem ser avaliados, e com quais indicadores. Para tal, opta-se por extrair os aspectos de análise da paisagem agrupados em critérios, com o objetivo de visualizar as especificidades de cada um para a definição dos indicadores paisagísticos.

A referência é a CEP (2000) e a subsequente Recomendação do Comitê de Ministros (COE, 2008) sobre a sua implementação, que estabelece, entre outras indicações: as medidas a serem tomadas para a promoção da integração das diferentes abordagens de produção de conhecimento para a observação do território (econômica, social, ambiental, histórica/cultural e perceptiva/visual). Com base nessa indicação e na revisão das experiências apresentadas anteriormente, na Tabela 1, propõe-se cinco critérios para avaliar a qualidade da paisagem: histórico, ecológico, perceptivo, uso do solo e econômico. Esses critérios se relacionarão com as variáveis a serem definidas pelos indicadores.

A proposta é monitorar esses aspectos das paisagens através da proposição de painéis de indicadores, que sejam representativos para a comunidade em questão acompanhando a sua evolução. A separação dos aspectos em critérios teve o objetivo de contribuir para abarcar as dimensões da paisagem conforme o conceito escolhido e auxiliar na visualização dos valores atribuídos a determinados aspectos nas paisagens, facilitando seu monitoramento.

Com efeito, os critérios procuram traduzir os aspectos de avaliação da paisagem para diferentes comunidades e servem de base para a formalização de indicadores que visam realçar as reais questões paisagísticas a serem definidas localmente. Essas escolhas conceituais relacionam-se com o método participativo de avaliação da paisagem a ser detalhado a seguir, e como tal são necessariamente parciais e redutores, mas considerados adequados e pertinentes para a pesquisa.

CAPÍTULO 4: PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AVALIAR A QUALIDADE DA PAISAGEM EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

4.1. SÍNTESE ORIENTADORA DO CAPÍTULO 4

O capítulo 4 apresenta a proposta para avaliar a qualidade da paisagem, utilizando dados da revisão preliminar da literatura, a análise e comparação de diferentes metodologias de avaliação paisagística e a identificação de elementos práticos relevantes para o desenvolvimento do método.

Assim, desenhou-se inicialmente, com base na revisão da literatura uma proposta de método ideal de avaliação da qualidade da paisagem composto de cinco passos: 1) caracterização da paisagem; 2) análise da paisagem; 3) definição de objetivos de qualidade paisagística; 4) agrupamento de critérios, indicadores e painéis de indicadores da qualidade da paisagem; 5) estabelecimento de critérios, indicadores e painéis de indicadores de soluções e oportunidades.

Mediante ajustes metodológicos, a proposta inicial de avaliação da qualidade da paisagem foi adaptada à realidade prática de uma Comunidade de Fundo de Pasto, priorizando a percepção como o principal elemento na análise paisagística. O propósito final foi garantir que os Objetivos de Qualidade Paisagística, critérios e indicadores não fossem prescritivos, mas sim orientados para a definição e implementação de soluções e oportunidades que atendessem às necessidades territoriais e humanas das comunidades tradicionais. Destaca-se a importância do envolvimento, participação e responsabilização de todos os envolvidos em todas as etapas desse processo.

No que tange ao método proposto de avaliação de qualidade de paisagem testado e aplicado, no capítulo seguinte, é composto dos seguintes passos relevantes: 1) zoneamento da comunidade; 2) definição das unidades de paisagem; 3) apresentação dos perfis das unidades de paisagem; 4) definição de objetivos de qualidade paisagística; 5) monitoramento.

As escolhas metodológicas delineiam a abordagem que foi empregada para alcançar os objetivos deste estudo. Destas escolhas, destaca-se a intenção de adotar um método robusto, permitindo que outros pesquisadores que compartilhem das mesmas escolhas conceituais e metodológicas, ao aplicar os mesmos procedimentos, alcancem resultados consistentes. Não há prescrições estritas sobre as ferramentas a serem utilizadas na pesquisa, dada a necessidade de adaptação aos contextos específicos. A aplicação do método reflete o conjunto de procedimentos, ou seja, fornece informações sobre a abordagem prática, detalhando o "como" realizar a pesquisa.

4.2. VISÃO GERAL DA ABORDAGEM

A qualidade da paisagem como um elemento central desta pesquisa pode ser avaliada, conforme visto, de diversas formas, com os mais diversos objetivos. Tudo depende da criatividade e do que se pretende com a ação. Em conformidade com o principal objetivo deste trabalho, os procedimentos para o diagnóstico e a gestão de territórios tradicionais serão orientados por experiências e metodologias organizadas e inspiradas na Convenção Europeia da Paisagem (2000).

Desse modo, as particularidades e os valores naturais e culturais característicos das paisagens conforme visão dos moradores de uma comunidade tradicional definem a qualidade de uma paisagem. Portanto, é a partir do conhecimento da escala de valores atribuídas pelas populações locais que a avaliação pode ser estabelecida, independentemente do método utilizado, considerando a definição de qualidade da paisagem, da CEP (2000).

Do ponto de vista metodológico, conforme artigo 5º da CEP (2000), com vistas a melhorar o conhecimento das suas paisagens, cada país compromete-se a:

- a) i. Identificar as paisagens no conjunto do seu território;
 - ii. Analisar as suas características bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam;
 - iii. Acompanhar as suas transformações;
- a) Avaliar as paisagens assim identificadas, considerando os valores específicos que lhes são atribuídos pelos intervenientes e pela população interessada;
- b) Definir objetivos de qualidade paisagística para as paisagens identificadas e avaliadas, após consulta pública;
- c) Estabelecer os instrumentos que visem à proteção, à gestão e/ou ao ordenamento da paisagem.

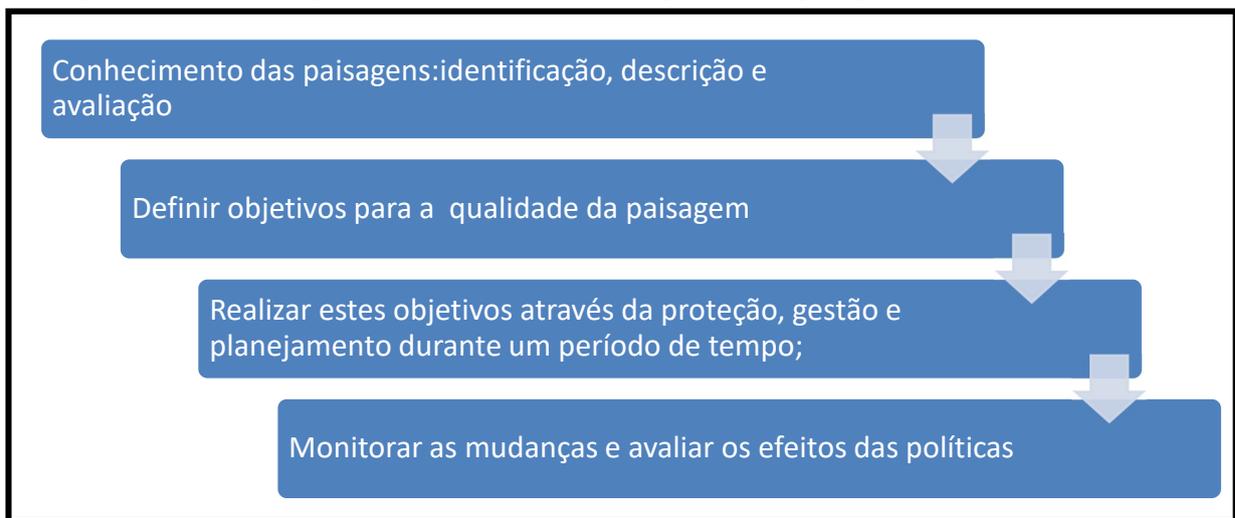
Essas etapas são consideradas fundamentais para se avançar no conhecimento da paisagem de acordo com a abordagem da Convenção Europeia da Paisagem (2000) e para conduzir a ação paisagística, mas se destacam mais enquanto princípios do que enquanto métodos operacionais específicos. Os instrumentos de natureza mais operacionais são deixados a cargo de definição de cada país signatário da Convenção. Assim, nessa fase da pesquisa, a abordagem geral da CEP guia o entendimento dos passos de avaliação da qualidade paisagística, uma vez que não há o detalhamento do método de como fazer e quais procedimentos e instrumentos utilizar na análise de paisagem.

Convém enfatizar que nessa etapa propositiva da pesquisa, a abordagem da paisagem, designa a estratégia mais ampla, os princípios que ajudarão a definir que tipo de avaliação e quais procedimentos são apropriados à escala local, enquanto o método é um conjunto de passos (ou orientação) usado para executar a avaliação da qualidade da paisagem.

Os princípios gerais da CEP (2000) que orientarão a proposição do método são: considerar o território da comunidade como um todo; a identificação, descrição e avaliação das paisagens como fase preliminar de qualquer política paisagística; precedência do público e de outras partes interessadas relevantes em todas as ações tomadas para definir, implementar e monitorar políticas paisagísticas; estratégias deverão estar ligadas por OQPs; cada ação ou projeto de planejamento deverão visar à melhoria da qualidade da paisagem ou, pelo menos, não provocar um declínio.

A estrutura operacional mínima para se considerar a avaliação de qualidade da paisagem extraída dos ensinamentos da CEP (2000) é sintetizada na Figura 6:

Figura 6 — Estrutura operacional base de avaliação de qualidade da paisagem, com base na CEP (2000)

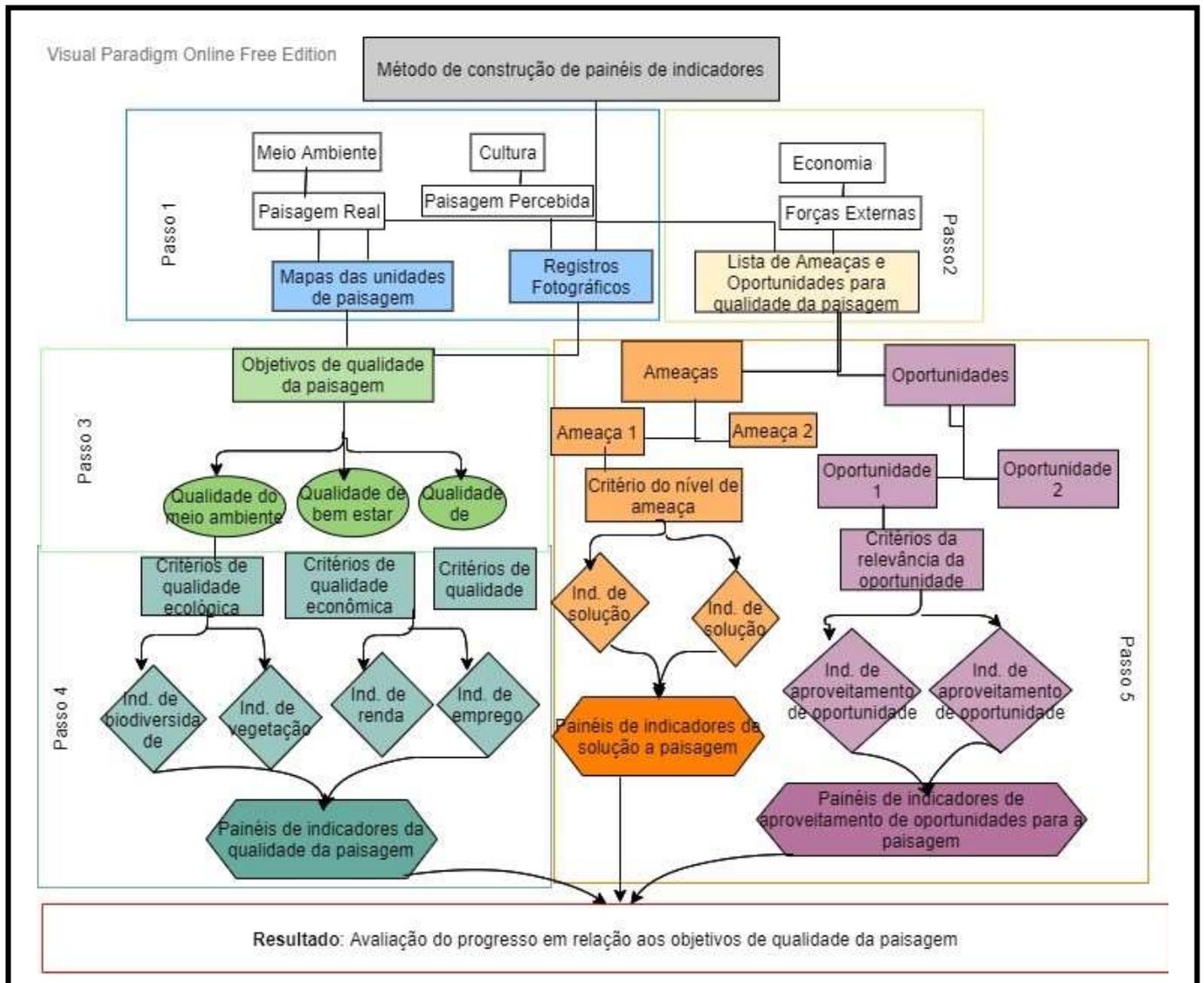


Fonte: Elaborada pela autora

Essa estrutura mínima de avaliação e os princípios da CEP devem estimular a criatividade da pesquisa e a experimentação, como será o caso dessa etapa da pesquisa. Assim, com base nisso e na análise e comparação das metodologias de avaliação da qualidade da paisagem, foi possível identificar elementos que pudessem ampliar e complementar a estrutura da Figura 6, por meio do acréscimo de critérios e painéis de indicadores, conforme passos indicados na Figura 7.

A Figura 7 lança as bases iniciais para a elaboração de uma proposta metodológica de avaliação da paisagem ideal, conforme pressupõe os princípios da Convenção Europeia da Paisagem, acrescido de painéis de indicadores para acompanhar as transformações das paisagens.

Figura 7 — Proposta de método ideal de avaliação da qualidade da paisagem, a partir da literatura



Fonte: Elaborada pela autora

A sequência detalha as seguintes etapas: 1) identificação e caracterização da paisagem; 2) análise da paisagem; 3) definição de objetivos de qualidade paisagística; 4) agrupamento de critérios e painéis de indicadores da qualidade da paisagem; 5) estabelecimento de critérios e painéis de indicadores de soluções e oportunidades.

Esta proposta de método ideal esboçada integra indicadores que refletem aspectos ambientais, sociais e culturais específicos das comunidades, considerando suas características únicas. Reconhece-se que embora a fundamentação teórica, obtida por meio da revisão de estudos relevantes, estabeleça as bases conceituais para o desenvolvimento do método de avaliação da qualidade da paisagem, sua validação e aprimoramento ocorrerão por meio do exercício prático, envolvendo a participação ativa da comunidade e a aplicação do método em situações reais.

4.3. DETALHAMENTO DOS PASSOS DA METODOLOGIA

Segue o detalhamento de uma espécie de manual sobre como avaliar a qualidade da paisagem em escala local, que compõe o método participativo para o diagnóstico de territórios tradicionais. Este guia fornece uma síntese de cada passo, explicando sua aplicação e utilidade.

4.3.1. Passo 1 — Identificação e caracterização da paisagem

- **Em que consiste:**

O primeiro passo é identificar as paisagens no conjunto do território da comunidade e logo em seguida caracterizá-las. A identificação de uma "paisagem específica" consiste, por um lado, na identificação e localização dos limites e na atribuição de uma designação (nome) à paisagem. Por outro lado, a etapa inicial também determina os elementos naturais, culturais (materiais e imateriais), visuais e perceptivos que diferenciam as paisagens. A caracterização consiste no conhecimento e na descrição das características e das qualidades específicas desses lugares. De acordo com os resultados do conhecimento adquirido através das atividades de levantamento (identificação e caracterização), deverão ser identificadas as Unidades de Paisagem – UP claramente definidas e demarcadas.

Essa etapa, de forma objetiva, focará na identificação, classificação e descrição das áreas que distinguem essas comunidades e lhes conferem senso de lugar. Esse passo envolverá pelo menos três momentos: (i) identificação e descrição dos principais componentes da paisagem (naturais e culturais); (ii) interpretação da paisagem com base na interação que resulta entre os seus principais componentes; e (iii) identificação de UPs com base num determinado padrão específico, traduzido no caráter da paisagem que lhe confere identidade própria (Oliveira, 2021).

Definem-se UP, com base em Correia *et al.* (2001), como áreas com características relativamente homogêneas, por terem um padrão específico que se repete e que diferencia a unidade em causa das envolventes, sendo que nessas deve existir uma coerência interna e um caráter próprio, eventualmente associado às representações da paisagem mais fortes na identidade local. A expressão UP é utilizada para enfatizar a importância de estudar sistematicamente os locais em questão do ponto de vista paisagístico. Seria errado concentrar-se apenas numa única forma de análise (COE, 2008).

Acrescenta-se que, segundo Delfino (2017) e Silva *et al.* (2020), não é possível delimitar uma Unidade de Paisagem, apenas sobrepondo camadas cartográficas. Sua delimitação deve necessariamente levar em consideração a combinação das formas do relevo, dos usos do solo, da organização espacial, da dimensão histórica, da percepção social, das transformações da paisagem, das relações entre a população e a sua paisagem.

○ **Como se aplica:**

A aplicação deste passo implica o levantamento de dados de forma secundária e primária para identificar e caracterizar tanto a paisagem “objetiva” do território tradicional, como a paisagem “subjetiva” pelos moradores. A primeira diz respeito à caracterização da materialidade da paisagem (composição e configuração dos componentes da paisagem) e a segunda à percepção dos membros da comunidade (valores naturais, culturais, econômicos, estéticos e recreativos).

As informações sobre o uso e a cobertura do solo da comunidade são primordiais para caracterizar a materialidade da paisagem. Assim, a primeira etapa é levantar as coordenadas geográficas da comunidade a ser trabalhada para delimitar o polígono do território tradicional, ou ainda se houver disponibilidade, acessar o *shapefile* contendo a delimitação da comunidade. Caso não esteja disponível as coordenadas, os contornos geográficos podem ser vetorizados com base em coordenadas de campo e pontos/marcos importantes indicados pela comunidade. O *shapefile* contendo os limites territoriais da área de estudo e, posteriormente a análise de dados ambientais de uso e cobertura do solo serão realizadas a partir da integração dos softwares *Quantum Gis* - QGIS e *Google Earth Pro*, da imagem disponível para a região mais atualizada.

Essa etapa é relativamente livre de valor e se ocupa em identificar, classificar e descrever áreas que distinguem essas comunidades e lhes conferem senso de lugar. As variáveis identificadas contribuirão para estruturar uma primeira leitura sobre a paisagem do território, a qual leva à estruturação final das Unidades de Paisagem, somada à análise à percepção da comunidade.

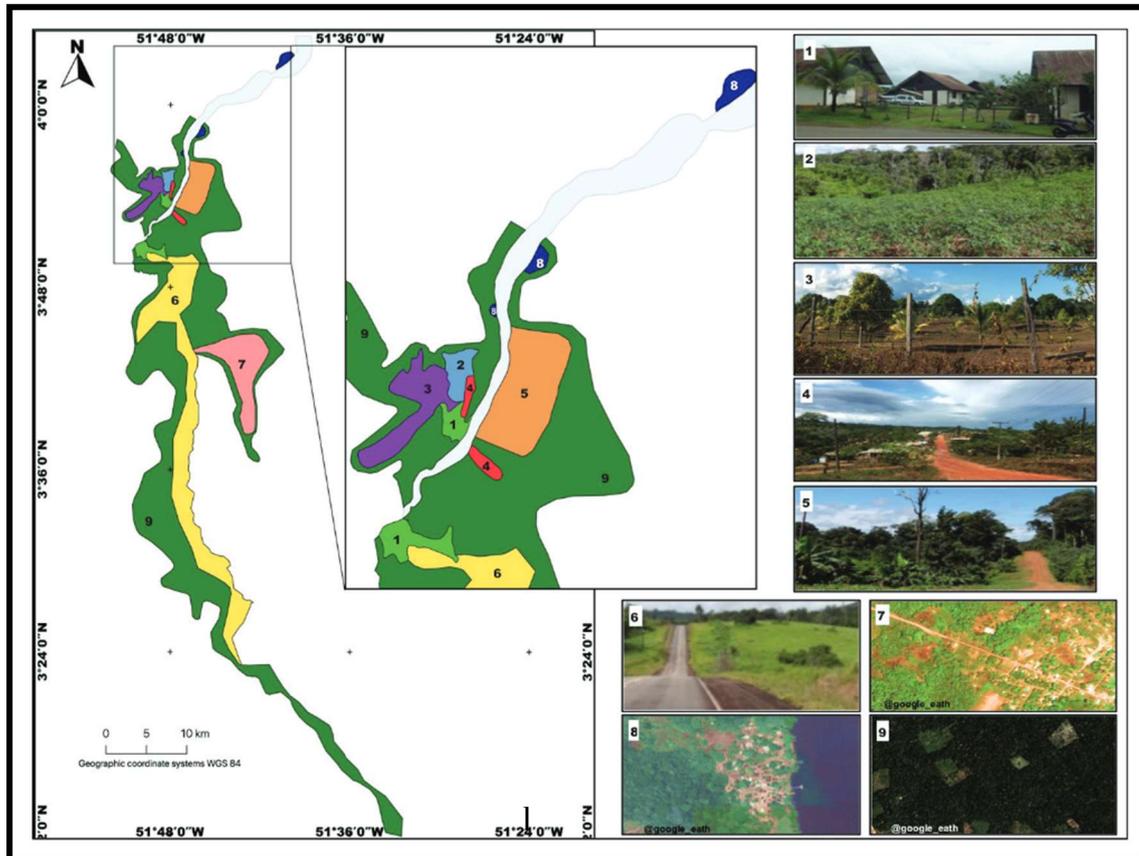
A integração da informação recolhida será feita com base em geoprocessamento, seguida de uma validação em campo. O trabalho de campo servirá também para proceder um levantamento fotográfico de modo a obter um conjunto representativo da variedade de paisagens existentes na comunidade. Vale salientar que, segundo Lothian (2009), as fotografias são substitutas para uma avaliação *in loco* da paisagem, caso seja necessário. Para a consulta da percepção recorre-se a ferramentas de coleta de dados, como entrevistas, questionários ou conversas, por amostragem, que deverão corresponder a um nível aceitável de representatividade do total da população envolvida.

Segundo Nogué e Sala (2006), de todo o processo de caracterização da paisagem, o mais significativo é o de identificação de valores. Essa é uma dimensão que requer uma análise e interpretação basicamente qualitativa, que obviamente pode ser complementada - se julgarmos conveniente - com metodologias de base quantitativa.

○ **Para que serve:**

O produto do processo de identificação é um mapa das áreas e/ou unidades de paisagem, com os respectivos registros fotográficos, como exemplo na Figura 8.

Figura 8 — Exemplo de mapa de delimitação de Unidades de Paisagem



Fonte: Silva *et al.* (2020)

De forma complementar, é elaborada também uma tabela contendo as descrições associadas ao caráter, resumindo as características-chave de cada Unidade de Paisagem que serão apresentadas como declarações curtas que encapsulam seus principais aspectos como o relevo, a cobertura do solo, a vegetação, o padrão de ocupação, a urbanização e as características estéticas, bem como os valores associados à cada UP, com os respectivos registros fotográficos.

O termo "identificação e caracterização" deste passo não devem ser interpretados de forma redutiva ou limitada a um inventário de paisagens, mas devem estar vinculados à formulação de Objetivos de Qualidade da Paisagem, a qual servirão de subsídio.

Esse primeiro passo ajuda a formar a caracterização da paisagem e oferece a oportunidade de observar como os fatores naturais e culturais descritos e mapeados na fase de estudo prévio de escritório, aparecem e são experimentados no território da comunidade, servindo para definir, nomear, justificar e valorar as Unidades de Paisagens que fazem sentido para a comunidade.

4.3.2. Passo 2 — Análise da paisagem

- **Em que consiste:**

O segundo passo é a análise das forças externas (ameaças, oportunidades) da paisagem para compreensão do conjunto de desafios relacionados aos territórios tradicionais, com a visualização de dinâmicas sócio territoriais que devem ser minimizadas ou potencializadas. A análise da paisagem consiste em estudar as ameaças e oportunidades para proteger, gerir e ordenar a paisagem em termos de sustentabilidade, assim como as forças e pressões que as transformam.

Conforme definido pelo Departamento de Gestão de Território de Portugal, DGT (2020), a pressão é uma força, geralmente de origem humana, com potencial para provocar, direta ou indiretamente, uma mudança/alteração para pior, conduzindo designadamente à degradação de uma paisagem. Dessa forma, essa análise se baseia na compreensão dos principais fatores de mudança ocorridos em um período específico. Isso envolve identificar momentos críticos e os motivos que levaram a essas mudanças, que podem estar relacionadas com alterações no uso do solo, dinâmicas demográficas ou econômicas, além de eventos naturais, humanos ou políticos que tenham impactado a paisagem. Para entender melhor essas dinâmicas territoriais da comunidade, é necessário levantar o uso e ocupação da terra na comunidade e suas mutações no tempo e espaço.

As Unidades de Paisagens apresentam a interação entre os diversos atributos do sistema natural e do sistema antrópico e permitem a identificação dos atributos responsáveis pela dinâmica da paisagem, das principais fragilidades ambientais de cada unidade, elemento essencial na gestão do território. Seguindo Nogué e Sala (2006), fragilidade designa a suscetibilidade de uma paisagem à deterioração dos seus valores naturais, culturais, visuais e perceptivos.

Assim, a análise da paisagem, nesta etapa, consiste também em agregar perspectiva a esses valores diferenciais atribuídos pelas comunidades, em relação aos desafios colocados que transformam suas paisagens.

- **Como se aplica:**

Essa análise baseia-se na aplicação de técnicas de análise geográfica e decorre da comparação de elementos cartográficos e/ou documentais que permitem a comparação entre indicadores de mudança como o uso do solo, as dinâmicas demográficas, econômicas entre outras. Essa análise é representada por meio de quadros ou gráficos, permitindo visualizar e compreender a evolução desses indicadores ao longo do período estudado. É uma forma de observar e interpretar as transformações ocorridas nas paisagens, essenciais para a compreensão das dinâmicas territoriais da comunidade.

Para a detecção dessas mudanças utiliza-se a comparação de uma série temporal de imagens de satélite. Esse mapeamento permitirá estimar o grau de transformação pelo qual está passando a Unidade de Paisagem, ou o grau de pressão transformacional à qual está exposta. Esse grau será equivalente a uma forma de hierarquia que será estabelecida variando da paisagem mais estável à paisagem mais transformada, partindo de um estado inicial, que é o estado observado durante as imagens de satélite da observação no campo. Essa hierarquização, com base na metodologia trazida pelo Prier *et al.* (2006), também culminará em uma classificação qualitativa do processo de degradação paisagem: paisagem estável, paisagem sujeita a pressão de baixo nível, paisagem sujeita a pressão de alto nível.

Para atribuir valores a esses três estados detectados no mapeamento, a participação dos moradores da comunidade é premissa. Assim, serão aplicados questionários e realizadas conversas e oficinas orientadas para captar a percepção da comunidade sobre o processo de degradação ou transformação de cada UP. A comunidade será consultada sobre o reconhecimento e o significado de ameaças e oportunidades, e a identificação de problemas e suas causas dos problemas para cada UP.

Além de outras possíveis caracterizações, atribuições de fragilidade e / ou qualidade, dependerão das seguintes categorias básicas do valor da paisagem, pelo menos: o estado natural; a natureza histórica ou o valor patrimonial; o valor cênico geral; a importância como área estratégica; a raridade ou o caráter excepcional (Prier *et al.* 2006). O exercício a ser feito neste passo é o destaque explícito dos problemas e das oportunidades detectadas no mapeamento das dinâmicas das Unidades de Paisagens, especialmente das ameaças aos valores da paisagem e dos potenciais dos valores das paisagens atuais, atribuídos pelos membros da comunidade.

É o reconhecimento dessa natureza dinâmica e complexa da paisagem que pode facilitar a compreensão de processos de urbanização, industrialização, concentração e especialização, intensificação, degradação e abandono como exemplos de transformações que têm ocorrido no território tradicional com uma intensidade sem precedentes e que exigem novas soluções de gestão.

- **Para que serve:**

Como resultado deste passo obtêm-se as dinâmicas socioterritoriais referentes a um período em determinada comunidade, de maneira a evidenciar as principais ameaças e oportunidades a cada UP para a manutenção do território tradicional. Essa segunda etapa é extremamente útil para as fases seguintes, pois a análise das dinâmicas das paisagens da comunidade serve para identificar aquelas que contribuem para os OQPs, as que não têm nenhum efeito sobre elas e as que as neutralizam.

4.3.3. Passo 3 — Definição dos Objetivos de Qualidade da Paisagem

- **Em que consiste:**

O terceiro passo é definir Objetivos de Qualidade de Paisagem para cada Unidade de Paisagem identificada e analisada nos passos anteriores. Os OQPs são bússolas que orientam a conservação e evolução das paisagens.

A CEP (2000) em seu artigo 1 define OQP, como: "designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu T de vida". Assim, para que esses objetivos sejam elaborados, é necessário refletir sobre as necessidades e expectativas por parte das populações, o que, por sua vez, subentende que elas sejam envolvidas na sua definição.

Esses objetivos constituem-se, portanto, um passo central na abordagem de avaliação da qualidade da paisagem, já que promove a conexão entre os resultados da avaliação da paisagem enquanto análise/diagnóstico (passos 2 e 1) e o estabelecimento de uma visão estratégica participada, de possível constituição como base para um exercício de monitoramento da paisagem (passos 4 e 5).

- **Como se aplica:**

A aplicação deste passo principalmente incidirá sobre a coleta de dados diretos na comunidade, por intermédio de questionários ou entrevistas, visando responder às seguintes perguntas: "Que tipo de paisagem se deseja ter no território da comunidade?" "Que tipo de paisagens os habitantes querem?" Perguntas já acionadas em estudos de Gonçalves (2013), Amaral (2015), Delfino (2017), ao definirem os OQPs. À luz das respostas a esses questionamentos, obtêm-se informações sobre as principais questões de paisagem que precisam ser estabelecidas e priorizadas pelo grupo da comunidade que servirão de base para a formulação das propostas de OQPs.

Os OQPs serão elaborados de acordo com o conhecimento das características e qualidades específicas das UPs, e na identificação da sua dinâmica e das suas potencialidades, bem como na forma como a paisagem é percebida pelo público. Certas questões ou aspectos paisagísticos nos passos anteriores e frisados pela comunidade podem receber atenção especial.

Inicialmente, devem ser elaborados preliminarmente pela pesquisadora de posse do material técnico levantado e, logo em seguida, contar com ampla participação, discussão e contribuição da população, para desenho dos OQPs finais, de maneira a captar as aspirações da comunidade no que diz respeito às características da paisagem. Eles devem possuir solidez no apoio técnico e beneficiar e promover do modo mais amplo o apoio da população envolvida.

- **Para que serve:**

A proposta preliminar é de sejam estabelecidos Objetivos de Qualidade da Paisagem principais que visem à preservação, melhoria, restauração, recuperação ou valorização das paisagens da comunidade, conforme orienta o (COE, 2006). Esse será o fundamento lógico por trás da abordagem que avaliará o avanço da qualidade da paisagem.

Segundo Nogué e Sala (2006), a definição dos OQPs é uma etapa declaratória sobre as preferências paisagísticas e sobre as quais as características da paisagem desejam manter-se ou alcançar, ou seja, que paisagem se deseja ter. Dessa forma, os objetivos têm o potencial de oferecer aos cidadãos indicadores inteligíveis das condições das paisagens que determinam a qualidade da área que habitam ou que gostariam de ter.

Os OQP representam o resultado do processo de concepção de operações paisagísticas, o que implica produção de conhecimento, consulta pública, formulação de políticas e estratégias de ação e monitoramento.

4.3.4. Passo 4 — Agrupamento em critérios de análise da paisagem e proposição de indicadores:

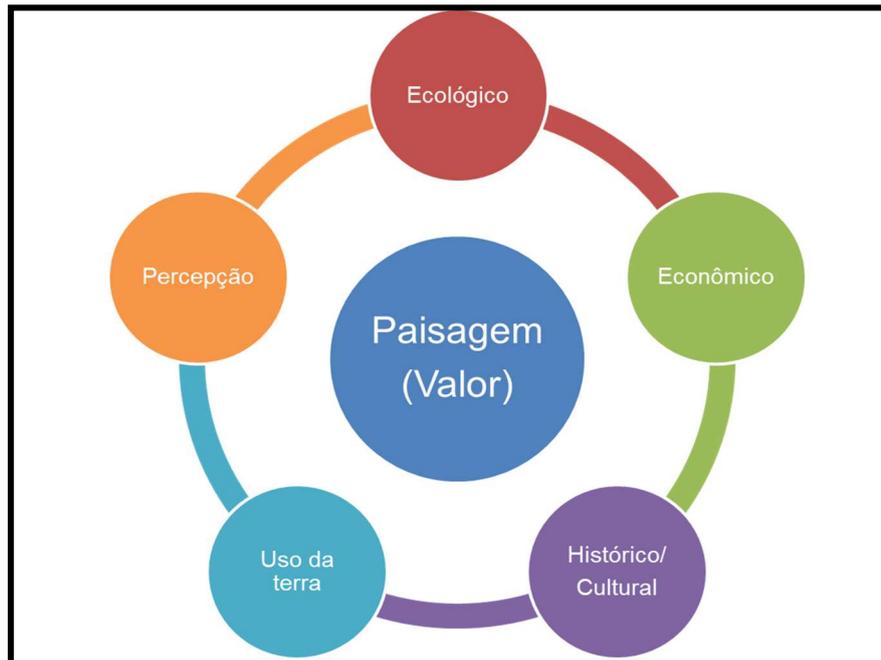
- **Em que consiste:**

Este passo consiste no agrupamento dos OQPs definidos anteriormente em um conjunto de critérios de análise da qualidade da paisagem. Os critérios de análise constituem dimensões/aspectos da paisagem a ser avaliada que se relacionam com os principais valores paisagísticos a serem previamente identificados na comunidade.

Para Mendonza (2008), ao desvendar-se o que há de paisagem existe no território, “podemos utilizar os critérios e os valores da paisagem para frear a deterioração territorial”. Nesse sentido, interessa-nos reconhecer a valorização atribuída pelos diferentes sujeitos às paisagens de sua comunidade, que norteou as proposições em termos de OQPs, para agrupá-los.

De forma preliminar os critérios sugeridos pela literatura correspondem aos eixos: econômico; ecológico; percepção; usos da terra; histórico e cultural, com base em Gonçalves (2013) e Cassatella e Peano (2011), que constam na Tabela 1. Deste modo, busca-se decodificar os significados das paisagens da comunidade certos de que as dimensões aqui enfocadas, esquematizadas na Figura 9 não suprimam a existência e o valor de outras, e que não exista uma distinção precisa e rígida entre eles.

Figura 9 — Representação esquemática dos critérios/dimensões de análise da paisagem



Fonte: Elaborada pela autora

Os critérios e dimensões indicados na Figura 9 são essenciais para analisar o conjunto de paisagens dos territórios tradicionais. Posteriormente, os Objetivos de Qualidade da Paisagem são categorizados de acordo com esses critérios. A definição dos indicadores de qualidade da paisagem será estabelecida para acompanhar o progresso, associando cada OQP a um critério específico. Por meio dessa associação, será determinada a agregação e o número de indicadores que possibilitarão monitorar o alcance dos OQP.

o **Como aplicar:**

Esse passo na metodologia visa determinar se há avanços na qualidade da paisagem da comunidade. As principais questões a serem respondidas são: estamos progredindo em direção aos Objetivos de Qualidade da Paisagem? Como o território tem evoluído em relação a esses OQPs? Há um conjunto suficiente de indicadores para medir o progresso de cada objetivo? Para cada OQP, serão estabelecidos um número adequado de indicadores para avaliação e monitoramento.

É desejável que essas métricas sejam adaptáveis, compreensíveis e desenvolvidas em conjunto com os membros da comunidade.

- **Para que serve:**

O produto deste passo objetiva agrupar os OQP em critérios específicos lastreados pelos valores da comunidade e estabelecer o conjunto de indicadores suficientes para avaliá-los e monitorizá-los. Isso permitirá mensurar os progressos alcançados em cada UP, além de verificar se as transformações da paisagem podem ser consideradas positivas ou negativas em direção aos objetivos estabelecidos.

Os painéis de indicadores da qualidade da paisagem servirão para:

- fornecer a imagem mais representativa possível do estado e da evolução das paisagens das comunidades;
- cobrir um amplo espectro de temas relacionados à paisagem, referentes aos cinco critérios de qualidade da paisagem;
- ser capaz de refletir, de forma sintética, a evolução ao longo do tempo a qualidade de uma paisagem (o objetivo não é comparar dois territórios entre si), mas comparar uma evolução ao longo do tempo no mesmo território;

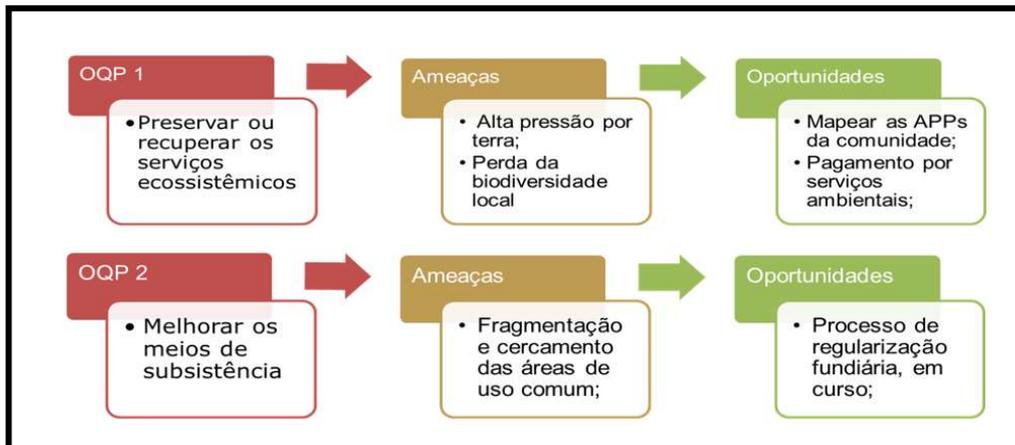
4.3.5. Passo 5 — Construção de painéis de indicadores de soluções e oportunidades.

- **Em que consiste:**

Este passo consiste no desdobramento das ameaças e das oportunidades levantadas no passo 2, a partir do agrupamento em critérios do nível da ameaça e da relevância da oportunidade para o alcance dos Objetivos de Qualidade da Paisagem, assim como de indicadores de soluções e de aproveitamento das oportunidades identificadas para as paisagens, de forma que cada OQP seja classificado em função: i) do nível das ameaças que retratam as pressões, diretas e indiretas, sobre a paisagem; e ii) do potencial de relevância das respostas da comunidade – em encontrar soluções e de aproveitar as oportunidades para a paisagem.

Cada Unidade de Paisagem será analisada e receberá dados específicos de principais ameaças e oportunidades para a manutenção do território tradicional e alcance do OQP. A proposta é de que os OQPs se desdobrem em mais duas camadas de informações, as ameaças e oportunidades, de maneira a valorar as ameaças que desqualificam a paisagem e as oportunidades em potenciais, considerando em que grau comprometem ou contribuem para o alcance de cada objetivo, conforme exemplo na Figura 10.

Figura 10 — Exemplo fictício de associação entre OQP, ameaças e oportunidades



Fonte: Elaborada pela autora

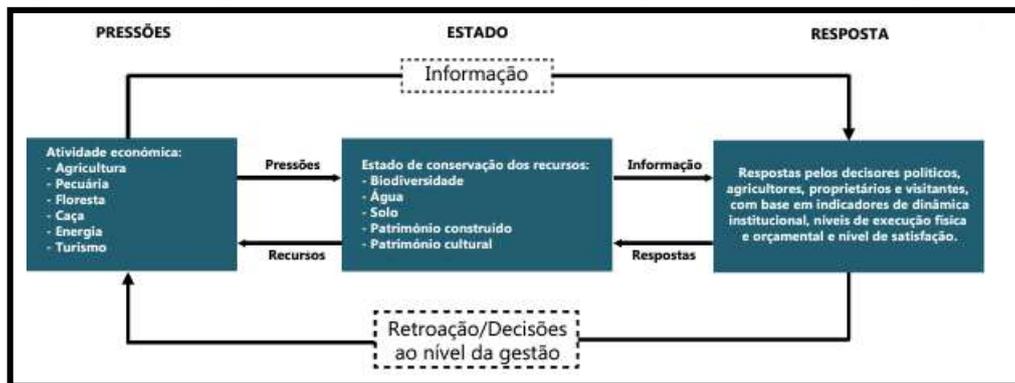
o **Como aplicar:**

Este passo poderá ser aplicado com base no modelo Pressure-State-Response - PSR. Essa abordagem tende a ser mais promissora por combinar diferentes fontes de dados sobre o ambiente físico e sobre como os grupos sociais valorizam esses ambientes. Ancoradas na definição integrada de paisagem da Convenção Europeia da Paisagem (2000), os indicadores derivados dessa estrutura devem levar em consideração tanto os aspectos físicos da paisagem quanto a forma como as paisagens são percebidas pela população.

O modelo PSR é um sistema para monitorar o estado do meio ambiente a partir das relações de causa-efeito, incluindo as respostas sociais frente às perturbações produzidas e já foi utilizado em outros estudos que analisam a qualidade da paisagem, como Gonçalves (2013) e Oliveira (2021). Ele oferece uma abordagem mais simples e de fácil compreensão para analisar as pressões que as atividades humanas exercem sobre o ambiente (Pressão), o estado resultante do ambiente (Estado) e as respostas ou ações tomadas em resposta a essas pressões (Resposta).

Muitas análises baseadas em indicadores os escolhem de acordo com a estrutura PSR, proposta pela OCDE (1993), em que “P” corresponde aos Indicadores de pressão, que permitem quantificar as atividades humanas que exerçam pressão ou degradação sobre a qualidade do ambiente ou da paisagem, “S” corresponde aos indicadores do estado de conservação que permitem avaliar os vários recursos naturais ou culturais relativamente a uma situação de referência, e “R” corresponde aos indicadores de respostas para resolver ou minimizar os impactos previamente identificados, conforme Figura ilustrativa 11.

Figura 11 — Exemplo do modelo: Pressão – Estado – Resposta e o seu ciclo ao longo do tempo



Fonte: Oliveira (2021)

Acrescenta-se que uma razão para sugerir o modelo PSR, da forma como exemplificado, em vez do DPSIR, conforme proposto pela Agência Europeia do Ambiente (EEA, 1999) que expandiu o modelo PSR adicionando duas novas categorias: Forças Motrizes (D) e Impacto (I), para a construção de indicadores de paisagens com a comunidade local é devido a sua simplicidade inicial e sua estrutura mais direta. Para uma comunidade local que pode não ter familiaridade com modelos complexos, o PSR pode ser mais acessível e claro em termos de identificar problemas ambientais, entender seu estado atual e propor ações para melhorar a qualidade da paisagem. Além disso, ele pode ser mais facilmente adaptado e coconstruído com membros da comunidade, permitindo uma maior participação e compreensão do processo de definição de indicadores e ações para a gestão.

○ **Para que serve:**

Os painéis de indicadores servem para encontrar soluções para as ameaças identificadas em cada Unidade de Paisagem e motivar as oportunidades nas quais esforço é necessário para o alcance dos Objetivos de Qualidade da Paisagem. Espera-se que os indicadores que acompanham as transformações observadas, que podem ser consideradas positivas ou negativas nas comunidades, possam contribuir efetivamente para alavancar soluções e para reduzir as ameaças exercidas sobre a paisagem ao longo do tempo, contribuindo para a qualidade da paisagem. Finalmente, os painéis de indicadores são essenciais para monitorar a mudança na paisagem e oferecer um referencial crucial na avaliação do alcance do efeito desejado no OQP.

Em síntese, esse é o ponto de partida para a proposta metodológica da avaliação da paisagem que será coconstruída com os membros da comunidade. Sem intenção de apresentar um “livro de receitas” a ser seguida, esta seção relaciona-se com o processo anterior de delimitação do foco e de construção do objeto da avaliação e teve como objetivo a sistematização das possibilidades para orientar as escolhas metodológicas práticas a serem definidas a seguir.

4.4. ESCOLHAS METODOLÓGICAS

A apresentação sistematizada da visão teórica da metodologia de avaliação da qualidade da paisagem, a partir da Convenção Europeia da Paisagem e das contribuições de outros métodos de análise da paisagem, contribui para justificar uma possível opção para ajustar alguns passos conforme sua viabilidade prática e alcance da pesquisa. Evidenciar as escolhas metodológicas é uma forma de reflexão que possibilita o aumento significativo da consistência sobre o modelo da investigação.

A escolha se dá por um ajuste na metodologia de avaliação proposta na busca por um “arredondamento do método”. Com isso, tal decisão é, sobretudo, uma escolha mais adequada frente às opções disponíveis. Por parcimônia, a adequação do método representa aquela escolha mais simples e suficiente para responder o objetivo proposto. Logo, como o problema de pesquisa sobre a avaliação da qualidade da paisagem em escala requer uma abordagem sistêmica e multidisciplinar baseada em Objetivos de Qualidade da Paisagem, critérios e indicadores, reflete-se nesse momento sobre a possibilidade de colocar a proposta em prática em um território tradicional de uma Comunidade de Fundo de Pasto.

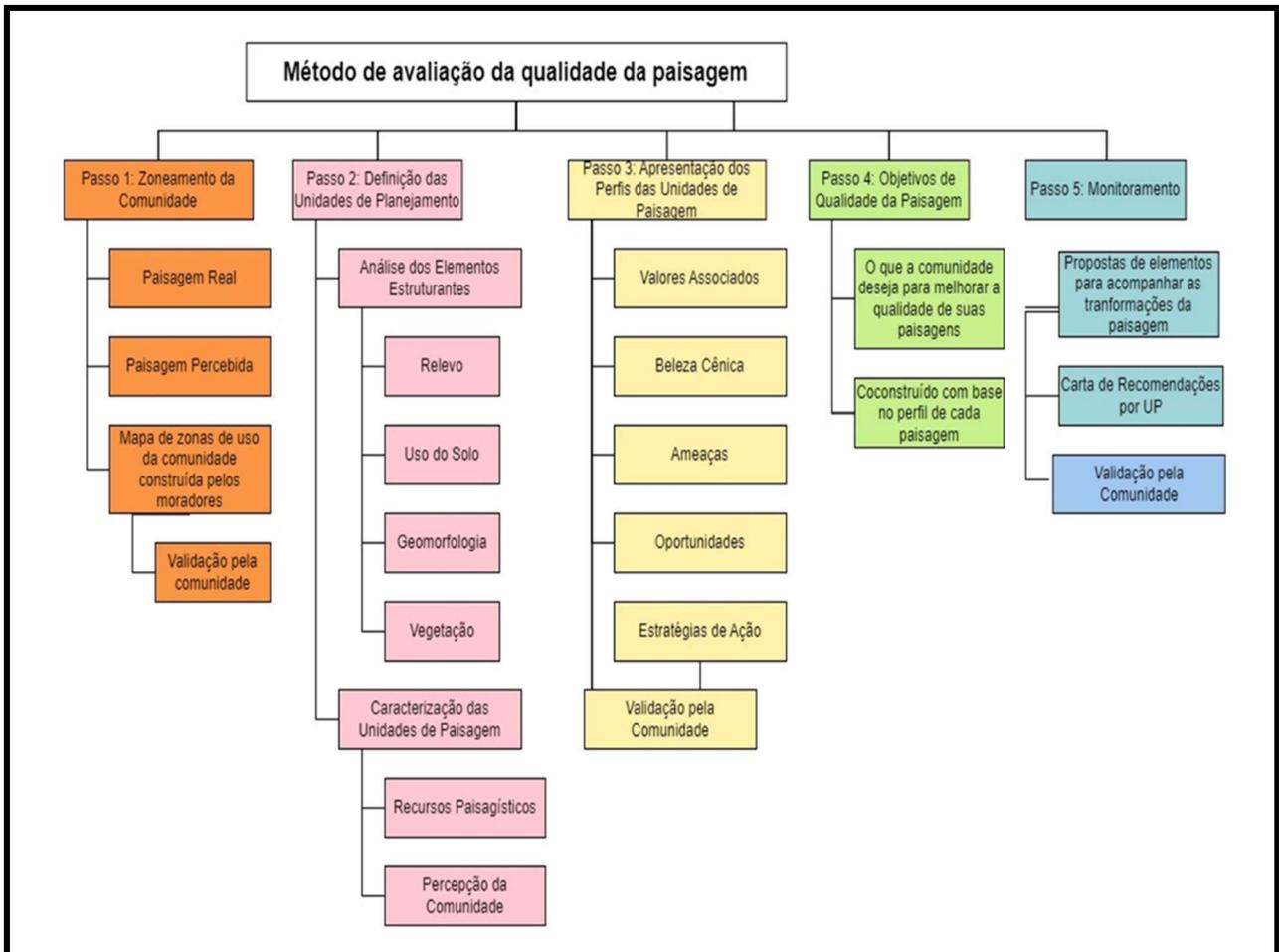
Para que os OQPs sejam eficazes, o elemento central a ser coconstruído na proposta de avaliação devem ser propostas de proteção, gestão e/ou de ordenamento do território, assim como a definição de uma estratégia para alcançar os OQPs, para que os indicadores sejam capazes de refletir as mudanças nas paisagens. As responsabilidades dessas etapas não se enquadram no escopo de uma pesquisa acadêmica, pois sua implementação é de responsabilidade do poder público em diferentes níveis, por meio de políticas, programas e projetos, idealmente com abordagens participativas.

Assim, reorganizar-se-á o método de avaliação proposto de forma que o processo de envolvimento e participação pública da comunidade na identificação dos OQPs, continue sendo o elemento central do método, mas que possa, sobretudo, proporcionar as condições para se gerarem visões e compromissos comuns no âmbito da paisagem, considerando as competências paisagísticas de distribuição entre os diferentes níveis de administração: estado, município, ministérios, ou por meio do terceiro setor ou iniciativa privada.

Dessa feita, a escolha metodológica propõe um redirecionamento, afastando-se da responsabilidade de concretizar ações para alcançar os OQPs. Em vez disso, visa criar um diálogo entre a comunidade e as autoridades públicas, para influenciar políticas, programas e projetos que afetam o território. A metodologia será adaptada para enfatizar seu papel como uma ferramenta de demanda por ações, em vez de um acompanhamento direto dos indicadores de paisagem.

A Figura 12 apresenta uma atualização do método descrito na Figura 7, visando tornar a avaliação mais prática dentro do contexto real de uma Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto, em sintonia com os objetivos da pesquisa.

Figura 12 — Proposta metodológica de avaliação da qualidade da paisagem revisada



Fonte: Elaborada pela autora

Com base na Figura 12, a sequência colocada em prática na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura foi:

- Passo 1: Zoneamento da Comunidade - identificar e caracterizar as zonas de uso da Comunidade de Fartura a partir dos dados a serem levantados na visita 1 de campo. O zoneamento participativo da Comunidade busca identificar espaços com atributos associados para proporcionar um quadro geral da paisagem real: materialidade da paisagem (composição e configuração dos componentes da paisagem) e da paisagem percebida – relação das pessoas da comunidade com suas paisagens (valores culturais, religiosos, patrimoniais, estéticos).

- Passo 2: Definição das Unidades de Planejamento - analisar os elementos estruturantes da paisagem, como o relevo, uso do solo, geomorfologia e vegetação, a fim de identificar um determinado padrão específico, que traduza o caráter da paisagem que lhe confere identidade e as diferenciem, para logo em seguida caracterizá-las, com base nos recursos paisagísticos e percepção da comunidade.
- Passo 3: Apresentação dos Perfis das Unidades de Paisagem – sintetizar as características predominantes e singularidades detectadas nas paisagens da Comunidade, a partir da perspectiva dos valores associados, beleza cênica, ameaças, oportunidades e estratégias de ação atribuídos pela comunidade às suas paisagens.
- Passo 4: Objetivos de Qualidade de Paisagem - definir os OQPs assim como estabelece a Convenção Europeia da Paisagem como vetores de transformação das paisagens. Esse passo busca responder à pergunta: “O que a comunidade deseja para melhorar a qualidade de suas paisagens?” Pois corresponde às aspirações da comunidade no que diz respeito às características da paisagem.
- Passo 5: Monitoramento – propor indicativos de elementos da paisagem para acompanhar as transformações da paisagem, segundo a visão da população, abrindo caminho para a construção de Cartas de Recomendação por Unidade de Paisagem.

Entretanto, diversas etapas ou ferramentas complementares de suporte, não menos importantes, podem ser agregadas para a aplicação destes cinco passos, no decorrer de sua aplicação. A participação, consulta, partilha de opiniões, validação e coconstrução (entre a pesquisadora e a comunidade) devem ser organizadas em todas as fases desse processo.

O método de avaliação da qualidade da paisagem proposto é um processo participativo por meio do qual se busca formar um pacto territorial para destacar os pontos fortes da paisagem e melhorar a qualidade de vida dos moradores, em que a concretização das propostas e ações formuladas pelos Objetivos de Qualidade da Paisagem serão discutidas nas Cartas de Recomendação por Unidades de Paisagem coconstruídas com a comunidade.

As Cartas de Recomendação têm a intenção de servir como uma ferramenta participativa, visando atingir, por meio de um processo de negociação para orientar as políticas paisagísticas. Ou ainda, pode ser um acordo específico sobre as estratégias, objetivos, instrumentos, ações ou medidas a implementar para melhorar a proteção, o ordenamento e a gestão das paisagens da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura.

Com base nesse raciocínio, a pesquisa pretende listar alguns elementos para acompanhar as transformações das paisagens da comunidade, não no sentido do que é implementado quando avaliado o seu cumprimento, mas com a função de instrumentos de monitoramento e indicativos da qualidade da paisagem segundo a visão da população.

Diante da necessidade premente de transformação e aprimoramento na qualidade das paisagens das Comunidades de Fundo de Pasto, este método busca abordar não apenas a pergunta convencional "Podemos medir a qualidade da paisagem?" (Cassatella; Peano, 2011), mas sim indagar: "Que tipo de paisagem desejamos para o futuro?" (Nogué; Sala, 2006). As expectativas da Comunidade informam sobre a qualidade percebida, os valores subjacentes e orientam a forma como as ferramentas podem colaborar para otimizar a gestão de seus territórios.

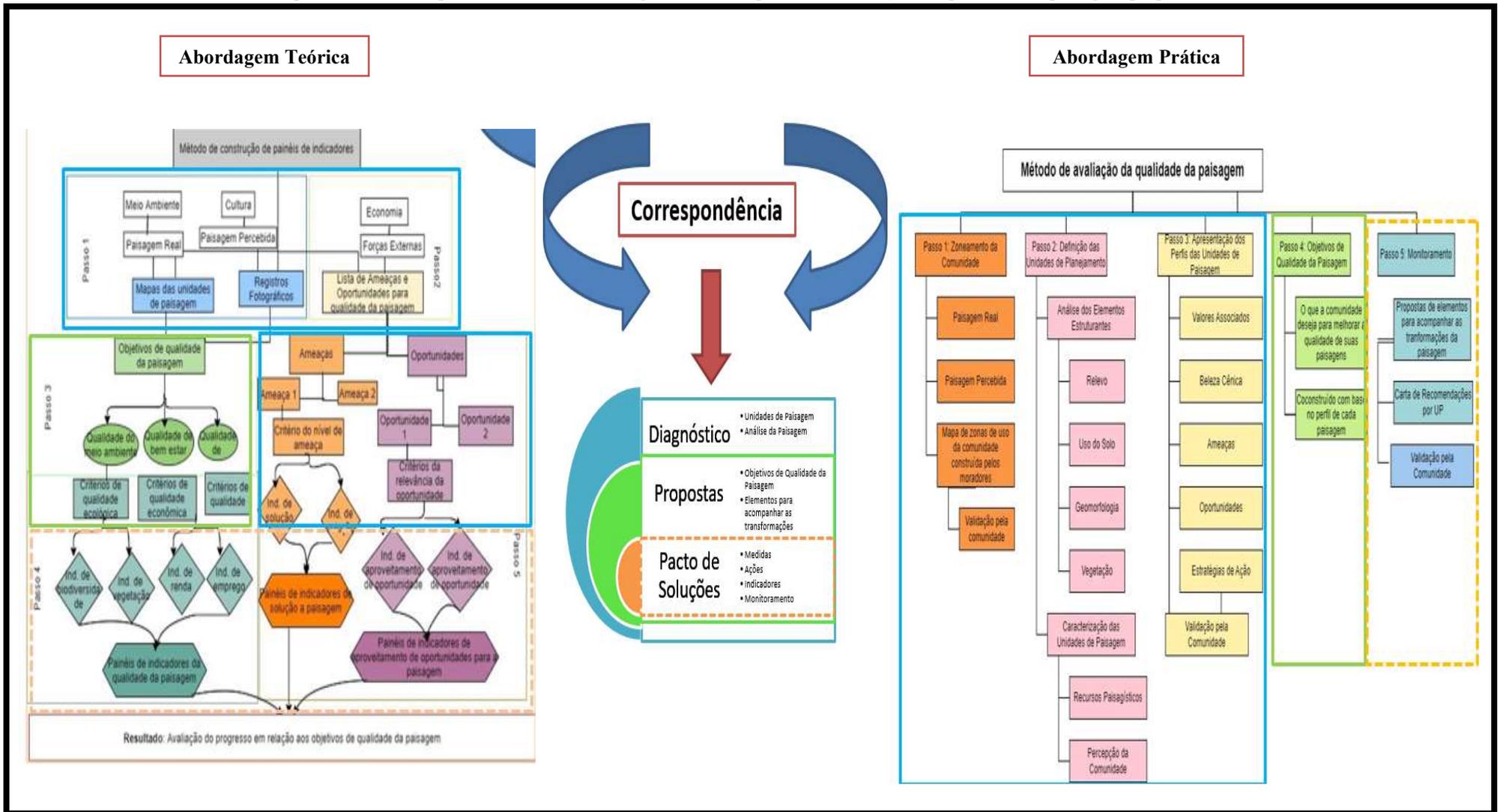
Apesar da inerente subjetividade, busca-se estabelecer um quadro compartilhado para avaliar a qualidade da paisagem, baseando-se nas escolhas metodológicas a seguir:

- O método pretende ser genérico, ou seja, abrangente que possa ser aplicado a vários possíveis recortes territoriais à escala de uma comunidade tradicional;
- O método busca ser robusto e confiável diante das variações de contexto das comunidades, possibilitando que outros indivíduos que adotem as mesmas escolhas conceituais e metodológicas, seguindo os mesmos procedimentos, alcancem resultados semelhantes;
- Considerando o perfil de um estudo de caso, cabe explicitar que não é nossa pretensão generalizar suas análises e conclusões para outras realidades, mas sim que o método seja passível de ser utilizado, aplicando os passos desta pesquisa, em outros estudos;
- A abordagem interpretativa, que foca na compreensão profunda e contextualizada dos significados, interpretações e perspectivas das pessoas em relação a determinados fenômenos, no caso, as paisagens, é mais perspicaz e mais adequada para compreender as dimensões e valores atribuídos às paisagens pelas comunidades tradicionais;
- Ao invés de buscar quantificar a qualidade da paisagem em métricas de indicadores, busca-se-á ferramentas qualitativas que explicitem a percepção e a satisfação das pessoas como o indicador principal da qualidade da paisagem;
- A participação pública, mesmo que possa gerar contradições devido à diversidade de sistemas de valores de diferentes grupos sociais, deve ser considerada enriquecedora e uma oportunidade para validar o conhecimento, definir objetivos e ações em conjunto com a comunidade;

- De acordo com as diretrizes gerais do método, não existem restrições fixas em relação às ferramentas a serem utilizadas na pesquisa. Portanto, é crucial considerar a flexibilidade no uso das ferramentas de coleta de dados durante as visitas de campo, escolhendo instrumentos que sejam mais adequados à realidade da comunidade, estejam disponíveis localmente e sejam práticos;
- Levando em conta que todas as informações fornecidas pela comunidade durante os levantamentos de campo podem passar por uma análise de conteúdo, é estabelecido que alguns procedimentos associados a essa técnica serão empregados em toda a análise;
- É importante reconhecer a subjetividade como uma componente da análise, tanto por parte dos indivíduos pesquisados quanto da pesquisadora, com uma abordagem que priorize sugestões em vez de conclusões definitivas;
- A aplicação do método de avaliação da qualidade da paisagem envolve uma série de procedimentos detalhados, que serão apresentados na seção subsequente.

A Figura 13 indica uma síntese comparativa entre duas abordagens metodológicas: a teórica inicial e a aplicada após revisão (Figuras 7 e 12). Permanecem três grandes fases comuns em ambas as abordagens: diagnóstico (etapa 1), propostas (etapa 2) e pacto de soluções (etapa 3). Isso sugere que, apesar das alterações decorrentes da revisão, as fases fundamentais da metodologia foram mantidas ao longo do processo.

Figura 13 — Correspondência entre a abordagem teórica X prática de avaliação da qualidade da paisagem propostas



Fonte: Elaborada pela autora

CAPÍTULO 5: ESTUDO DE CASO – COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO DE FARTURA/BA

5.1. SÍNTESE ORIENTADORA DO CAPÍTULO 5

O capítulo 5 apresenta o método participativo de avaliação da qualidade da paisagem aplicado em uma comunidade tradicional específica – a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. O intuito deste foi ilustrar e formalizar as diferentes etapas do método de avaliação da paisagem em um contexto concreto e obter resultados para discussão e sustento da tese.

As etapas seguidas de forma sintética foram o reconhecimento do universo de estudo e seus sujeitos, a observação direta das paisagens na Comunidade e uma série de entrevistas semiestruturadas, questionários e Oficinas de Paisagem com o intuito de consolidar e validar a pertinência da abordagem, método e hipóteses da pesquisa, e sobretudo para apurar indicadores de qualidade da paisagem compatíveis com a dinâmica socioterritorial desta Comunidade.

A aplicação prática da proposta de avaliação envolveu cinco passos: 1) Zoneamento das paisagens da Comunidade; 2) Definição das Unidades de Paisagem; 3) Apresentação dos Perfis das Unidades de Paisagem; 4) Objetivos de Qualidade da Paisagem e 5) Monitoramento.

Diversas ferramentas deram suporte, a aplicação destes cinco passos, no decorrer da operacionalização do método. A participação, consulta, partilha de opiniões e coconstrução foram basilares e organizadas em todas os passos deste processo.

A aplicação do método confirmou que as particularidades, os valores naturais, culturais e estéticos das Unidades de Paisagens são determinantes para a qualidade das paisagens na Comunidade de Fundo de Fartura, como revelado pelas assinaturas paisagísticas. Essas assinaturas refletem o que é mais relevante nas paisagens, segundo a visão dos moradores locais. Ao reconhecer esses grupos como interlocutores principais em todos os processos para de avaliação de suas paisagens, contribui para ampliar a qualidade das paisagens e preservação da natureza, como demonstrado na experiência.

Embora tenham sido identificadas estratégias essenciais para aprimorar ou preservar a qualidade das paisagens na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, por meio da implementação de medidas de proteção, gestão e ordenamento em cada Unidade de Paisagem, mediante a criação dos Objetivos de Qualidade da Paisagem a pesquisa direciona-se para a integração dos OQPs e dos elementos de monitoramento propostos, como diretrizes para a construção de um Pacto de Soluções. Esse pacto visa estabelecer projetos, responsabilidades, instrumentos, e recursos para atingir os OQPs.

5.2. CONTEXTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA COMUNIDADE

A Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura está localizada na zona rural, a 82 km da sede do município de Sento Sé, região norte do estado da Bahia BA (09°44'23" S e 41°53'00" O), conforme localização geográfica, Figura 14.

O município de Sento Sé está localizado na região de planejamento do Baixo Médio São Francisco do estado da Bahia, limitando-se ao leste com os municípios de Sobradinho e Campo Formoso, ao sul com Umburanas, Morro do Chapéu, São Gabriel e Jussara, ao oeste com Itaguaçu da Bahia e Pilão Arcado, e ao norte com Remanso e Casa Nova. Segundo o relatório de Germani e Oliveira (2020), observa-se em Sento Sé o total de sete Comunidades de Fundo de Pasto, entre elas a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Essa Comunidade foi reconhecida pela Portaria da Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPROMI/BA nº 37, de 10/11/2015 e faz parte do território da cidadania Sertão do São Francisco.

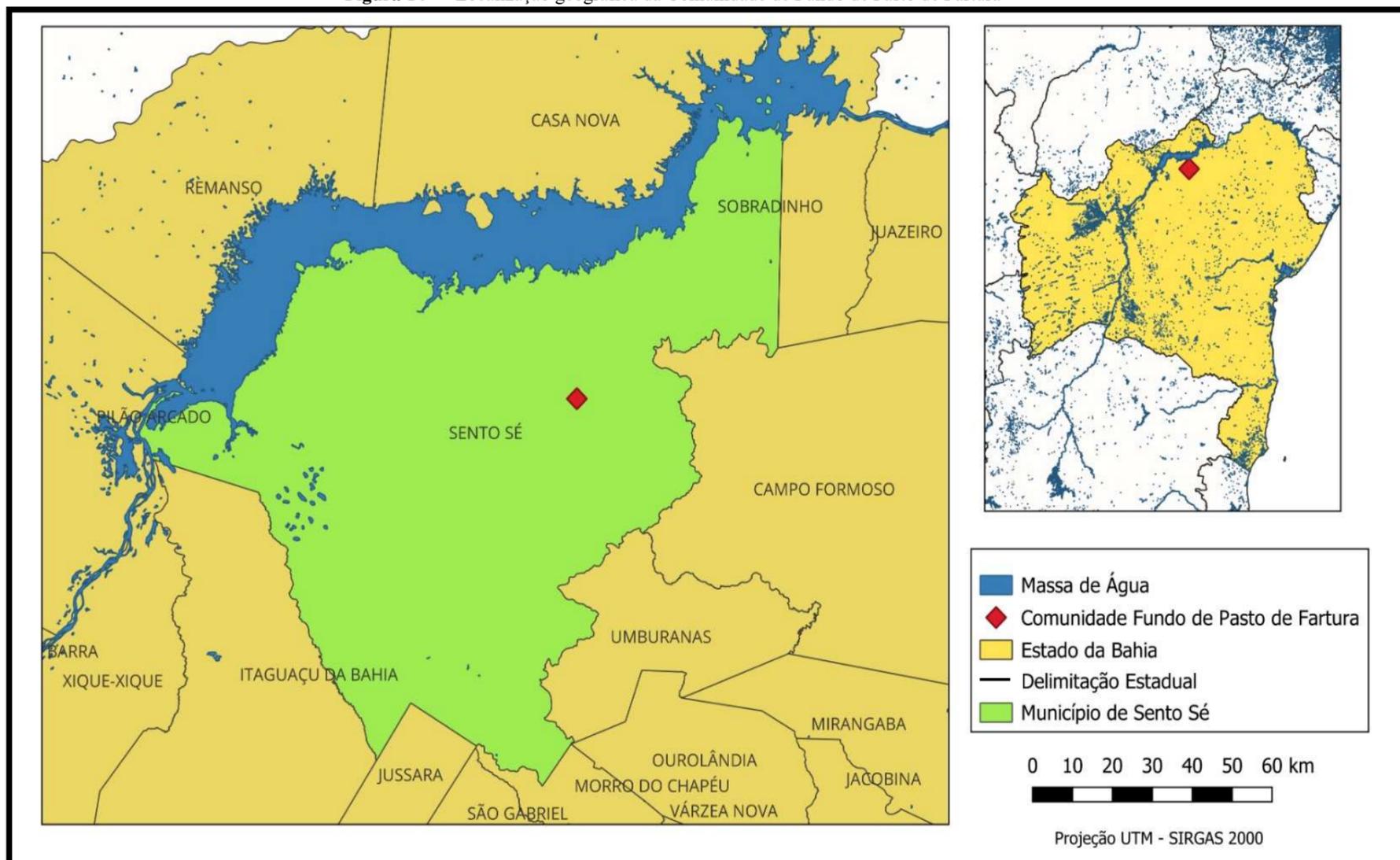
Os primeiros habitantes do território estabeleceram-se aproximadamente entre 1780 e 1800, resultando na fundação da Comunidade. A iniciativa foi liderada por Laurentino dos Santos, um vaqueiro encarregado de algumas fazendas na região, que escolheu construir sua casa na localidade. O nome da escola na Comunidade, atualmente, presta homenagem a Laurentino dos Santos, destacando a relevância histórica de sua contribuição para a formação e identidade da comunidade.

Existem ao menos duas explicações possíveis para o significado do nome Fartura. A primeira versão da origem da comunidade remonta ao relato de uma pessoa que se estabeleceu nos primórdios da Comunidade, após fugir do município de Fartura, localizado no estado do Piauí. A segunda versão, por sua vez, atribui a fundação da Comunidade à abundância da região na época de sua criação, sugerindo que o território era extremamente fértil. Esta última interpretação relaciona-se ao nome "Fartura", indicando a prosperidade do solo, conforme narrado por eles:

Segundo informações dos meus antepassados o nome de Fartura, porque disse que tinha muita fartura no tempo. Quais eram as primeiras farturas: o pessoal produzia queijo e requeijão e não tinha onde vender e com isso tinha que se fazer estoque, como um "giral". Era muito comum também para guardar abóbora. Tudo que se plantava, dava em abundância (C. R., 2022).

O termo "giral" sugere uma estrutura tradicional de armazenamento que era comum na região. Além disso, menciona a prática de guardar abóbora, indicando uma cultura de preservação de alimentos e práticas tradicionais, como a produção de queijo e requeijão. O relato evoca uma época em que a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura cultivava e colhia alimentos com facilidade, sugerindo uma refletindo a relação estreita entre a história da comunidade e suas práticas culturais tradicionais.

Figura 14 — Localização geográfica da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 15 — Vista de drone da área central da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Martins (2022, p. 06)

Atualmente a Comunidade de Fundo de Pasto de Fatura é formada por cerca de 45 famílias, todas com algum grau de parentesco e ocupa uma área de Fundo de Pasto, que são as áreas de pastagem compartilhadas coletivamente pela comunidade de aproximadamente de 2.500 hectares. As aglomerações familiares são localizadas de forma difusa, com pequenas aglomerações, como exemplifica a Figura 15, que apresenta um trecho da área central da Comunidade de Fatura.

A criação de animais de pequeno porte (caprinos e ovinos) e em menor escala de bovino é apontada como a principal atividade econômica que garante o sustento da população residente. Todas as famílias criam, comercializam ou consomem os derivados dessa atividade produtiva.

Grande parte das famílias cultivam organicamente, ao redor das suas casas plantas medicinais, hortaliças e árvores ou frutíferas para sombreamento. Outra atividade apontada como de fundamental importância para aproveitar o ciclo de chuvas é a plantação de sequeiro apenas para consumo, como milho, feijão, abóbora e melancia. A agricultura é muito prejudicada pela escassez hídrica e pelas chuvas cada vez mais irregulares no semiárido, conforme relato abaixo:

Há 10 anos todo mundo que plantava, colhia, às vezes até dava para vender para fora. De 10 anos para cá, as plantas já não se desenvolvem mais como antigamente. Na infância, todo mundo tinham as coisas melancia, umbu. Geralmente quando chegava numa casa, todo mundo te oferecia uma melancia, hoje em dia não se existe mais, não é mais normal hoje. (L. S., 2022).

A declaração do morador da Comunidade destaca uma mudança significativa na agricultura local ao longo dos últimos 10 anos. Ele percebe uma mudança nesse padrão, indicando uma redução ou desaparecimento dessas práticas tradicionais, possivelmente devido a transformações no ambiente ou nas práticas agrícolas. A Caatinga é a base da vida, da produção e da reprodução das famílias na Comunidade. É a principal fonte de matéria prima para artesanato, vide Figura 16 [1], que fornece como frutas nativas, forragem para alimentar os animais, plantas medicinais e criam condições para que as famílias permaneçam no campo e se desenvolvam de forma sustentável.

A comunidade demonstra aptidão para a apicultura, assim como para a produção de derivados de frutas nativas, ampliadas por meio da implementação de unidades de beneficiamento de mel e frutas, estabelecidas por meio de parceria com o IRPAA. Além disso, observa-se que muitas pessoas na comunidade também se envolvem em atividades de artesanato com produtos da Caatinga e mineração nos garimpos existentes nos arredores da Comunidade, conforme Figura 16 [1 e 2].

O acesso à Comunidade é facilitado por meio de estradas vicinais que atravessam a Caatinga. Há muitos cactos, favela, algaroba e umbuzeiro na região. Não há água encanada para abastecimento humano. As casas possuem cisternas de captação de água de chuva ou são abastecidas por poços artesianos. Observa-se ainda outros modelos de tecnologia de captação de água da chuva como barreiros, barragens subterrâneas, cisternas de variados modelos entre outras tecnologias sociais.

O riacho Bazuá, afluente da margem direita do rio São Francisco, corta toda a Comunidade e tem toda a sua margem ocupada por pequenos roçados. No período da seca, ele fica totalmente sem água, e durante, o período chuvoso transborda dificultando o acesso à Comunidade, pois alaga vários trechos das estradas vicinais. A dessedentação de animais é feita pelas aguadas.

A Comunidade de Fundo de Pasto Fartura se distingue por sua organização social no manejo do pasto comum, nas discussões coletivas sobre questões importantes, no respeito às tradições locais e na liderança rotativa, eleita por consenso ou votação a cada três anos. Eles contam com uma Associação de Fundo de Pasto desde 2004, bastante ativa, que tem um papel crucial na representação e defesa dos interesses da Comunidade. A atual liderança, Claudiomário Rodrigues, em seu quarto mandato, também faz parte do grupo da Articulação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia.

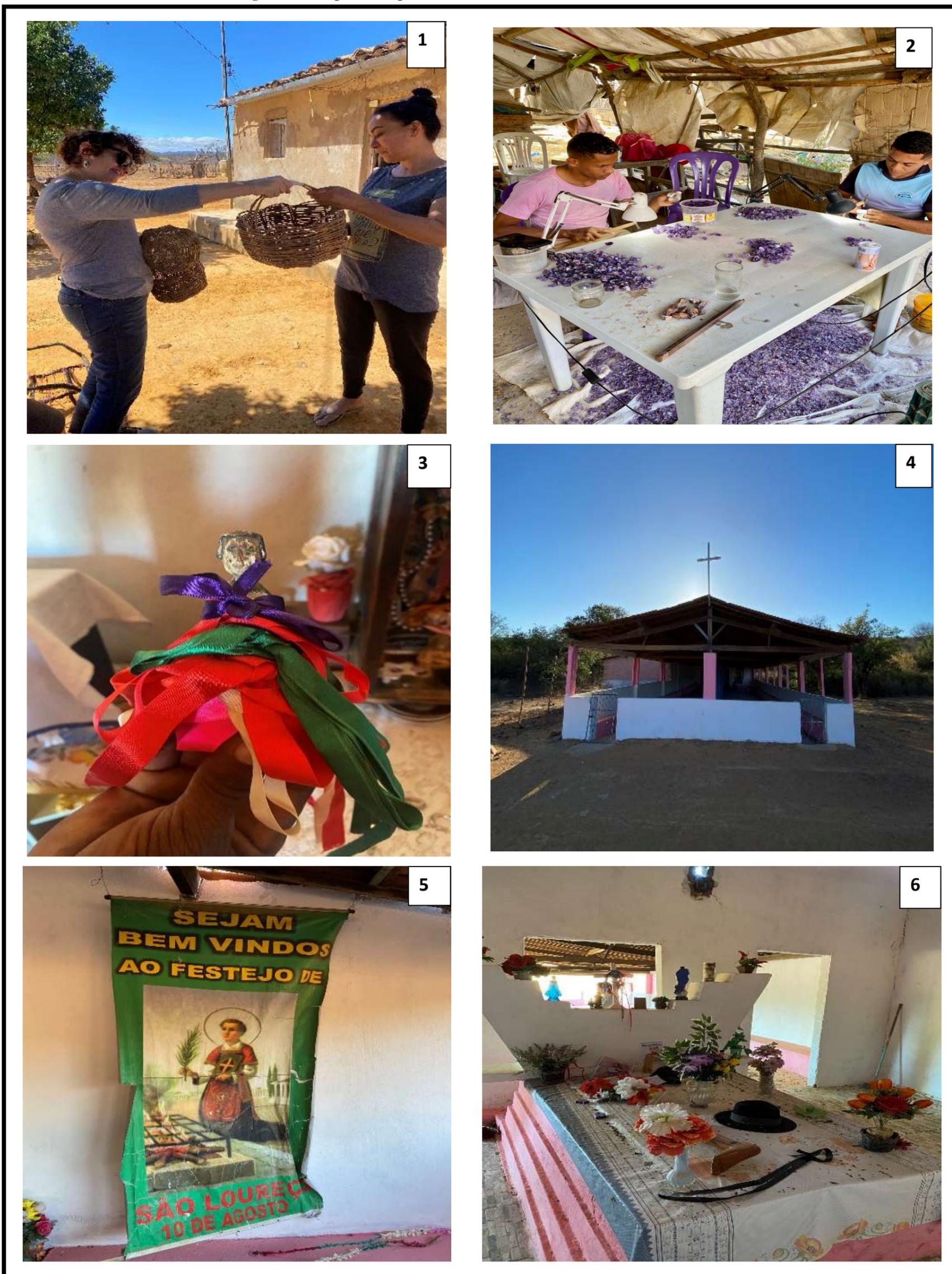
A Comunidade é pioneira em trabalhos de recuperação e conservação da caatinga: desde 2009 desenvolve a experiência coletiva de recaatingamento, contando com o apoio do IRPAA e de Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas, em parceria com o MMA. No bojo deste projeto foram construídos, em 2016, 30 fogões ecológicos, 26 banheiros e desenvolveu-se ações de recuperação das margens do riacho Bazuá.

Além da Associação Comunitária, as famílias da Comunidade se envolvem diretamente, na realização dos trabalhos e na continuidade destes projetos na região. Destaca-se nestes projetos, assim como nas atividades desta pesquisa, a participação assídua de mulheres e jovens em todos os processos. Também as crianças estão envolvidas e participaram através das ações nas escolas, a partir de projetos didáticos voltados para ação de recaatingamento e valorização da “Caatinga em pé”.

Os Agentes Ambientais Rurais, como a técnica Marila Rodrigues, que prestou apoio a esta pesquisa, atuam na mobilização, na organização das atividades e fazem uma ponte entre a comunidade e as entidades de assessoria técnica. De modo geral, o êxito dos projetos desenvolvidos na Comunidade é resultado das ações das políticas públicas de Assessoria Técnica e Extensão Rural, executadas pelo IRPAA e das pessoas da Comunidade que dão suporte, demonstram interesse e envolvimento com a execução dos projetos.

As principais atividades culturais comunitárias que ainda ocorrem na Comunidade são os chamados reisados e festejos, com destaques para as festas de padroeiros da região como São Gonçalo e São Lourenço. As rodas de São Gonçalo, composta de doze voltas, são famosas e esperadas pela grande maioria da comunidade. Como reza a tradição a dança em homenagem ao santo ocorre para pagar uma promessa feita e alcançada. A imagem de São Gonçalo, Figura 16 [3], fica na casa do neto do primeiro morador da Comunidade e deve obrigatoriamente acompanhar o festejo.

Figura 16 — Registros fotográficos da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Rosa (2022). Legenda: Fotos [1]. Trabalho de artesanato desenvolvido com materiais da Caatinga; [2]. Famílias que tiram seu sustento da atividade de mineração de ametista em um garimpo perto da Comunidade; [3]. Imagem de São Gonçalo que deve acompanhar os festejos de São Gonçalo; [4, 5 e 6]. Registros do local onde ocorre o festejo de São Lourenço, localizado há aproximadamente 20 km, no início da estrada de chão que segue para a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura.

A Festa de São Lourenço é outra antiga celebração religiosa que está ligada à sua história e envolve também todos os membros da Comunidade. Reza a lenda que um caçador foi encontrado morto naquela região e envolto por abelhas, sob um pé de Juazeiro, causando grande comoção. As pessoas da região começaram a lhe fazer reverência e milagres começaram a ocorrer. Esta festa ocorre todo ano, no dia 10 de agosto, em um local dedicado a esta tradição, Figura 16 [4,5 e 6].

Mesmo após conquistar há 8 anos o certificado de reconhecimento como uma Comunidade tradicional de Fundo de Pasto pelo estado da Bahia, eles não possuem o título de área da Comunidade, o que causa uma instabilidade fundiária muito grande. Muitas famílias relatam sobretudo, experiências de especulação fundiária geralmente promovida por grileiros com a anuência do Estado.

A principal ameaça ao território tradicional relatado por eles é a implantação do Parque Nacional Boqueirão da Onça, instituído em 2018, sem a devida consulta e participação da Comunidade, como expressam alguns moradores:

Nós estamos dentro de uma área de Parque, sem poder sair. Realmente eles nunca fizeram consulta. O parque passa ao lado da Comunidade, mas a área coletiva fica dentro do Parque. Sendo que nós não precisamos de Parque para preservar. Quem preserva é a comunidade, não precisa de projeto de governo! (C. R., 2022).

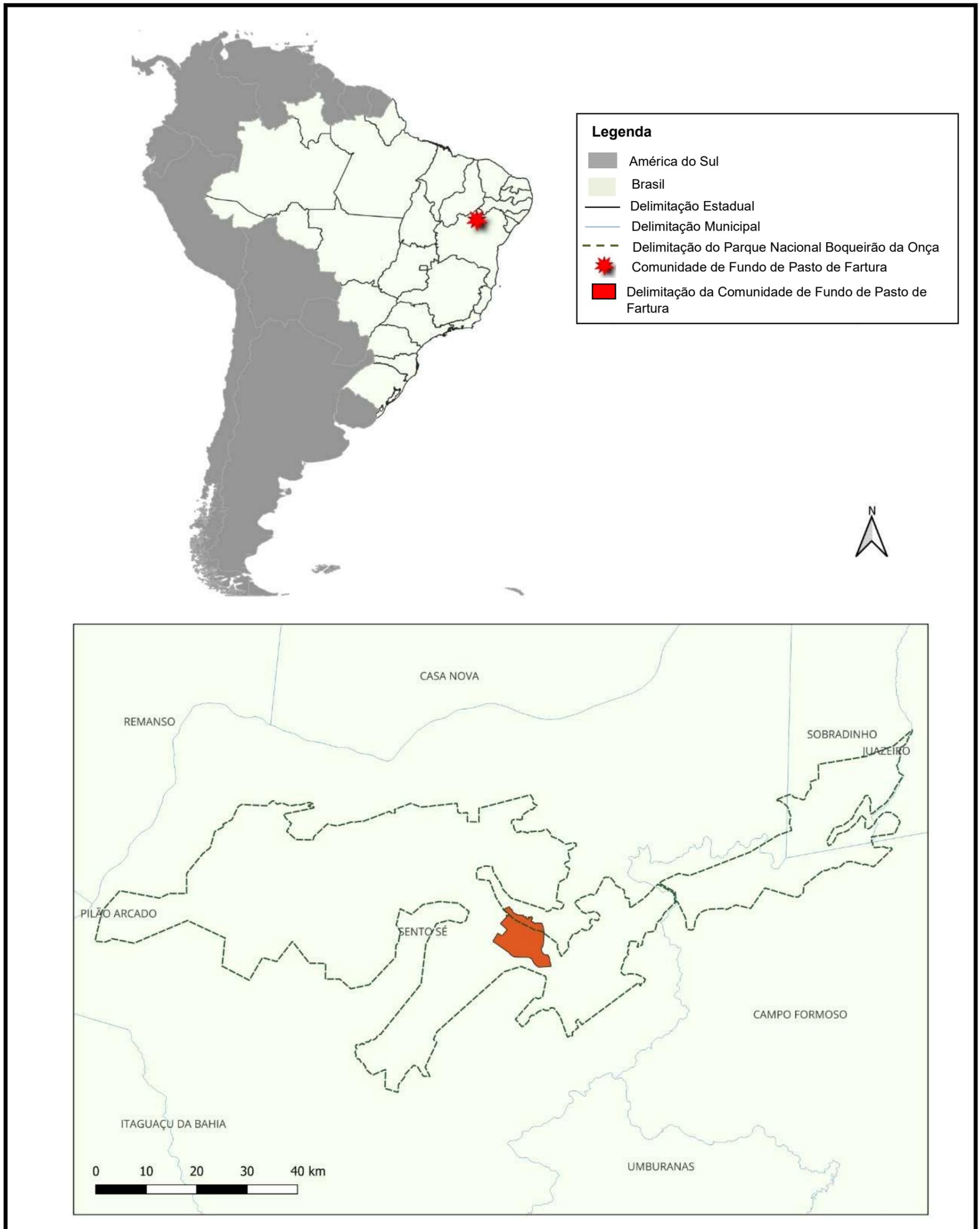
O que mais chateia é o limite de não poder aumentar o rebanho, de fazer o uso sustentável da Caatinga, como a gente sempre fez. Mas abre espaço para os Parques Eólicos, que continuam a serem implantados no topo de morro, na área de Parque.” (M.R, 2022).

Os moradores não sabem exatamente os limites do Parque, mas suspeitam de que haja sobreposição com a área ocupada por eles, conforme demonstrado na Figura 17. As pessoas relatam o medo de terem de sair das suas casas, das abordagens de fiscalização de agentes ambientais em suas residências e dos drones frequentemente sobrevoam a Comunidade, cujos motivos os moradores desconhecem. Ocorreram ao logo do histórico de ocupação do território alguns poucos conflitos referentes a disputa de terras, pelo cercamento indevido de áreas individuais. Os limites do território e o uso da área coletiva de pasto estão estabelecidos através de consenso.

Perguntado aos membros da Comunidade qual seria o principal sonho da Comunidade, foi colocado que: “o esperado é que a gente tenha o que tinham anteriormente. A paz, o nosso direito, o nosso sossego e a nossa garantia de moradia dentro do nosso próprio território” (C. R., 2022). As respostas, embora diversas, caminham para a conclusão de que o esperado é a segurança jurídica de que possam manter o seu território tradicional utilizando e preservando a Caatinga. “Deveria melhorar o conhecimento das pessoas para preservarem e fortalecer o cuidar da natureza não retirarem as pessoas do território, isso que a gente precisa” (C. R., 2022).

Esse anseio comunitário coincide com o objetivo desta pesquisa, que também se direciona para a valorização do território, respeitando a conexão entre as pessoas e o ambiente.

Figura 17 — Sobreposição da área do Parque Boqueirão da Onça com os limites da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Elaborada pela autora

5.3. APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PAISAGEM

5.3.1. Passo 1 — Mapeamento das zonas da Comunidade

A aplicação deste passo 1 na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura consistiu em quatro etapas de trabalho desenvolvidas de maneira complementar, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1: Recolha e tratamento da informação geral e temática;
- Etapa 2: Zoneamento das paisagens pela Comunidade;
- Etapa 3: Identificação das Zonas de Uso da Comunidade;
- Etapa 4: Caracterização das Zonas.

5.3.1.1. Recolha e tratamento da informação geral e temática

A primeira etapa foi uma fase exploratória, na qual foram colhidas informações disponíveis referentes às principais características da região de estudo, o município Sento Sé/BA e se haviam publicações que contemplassem a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura.

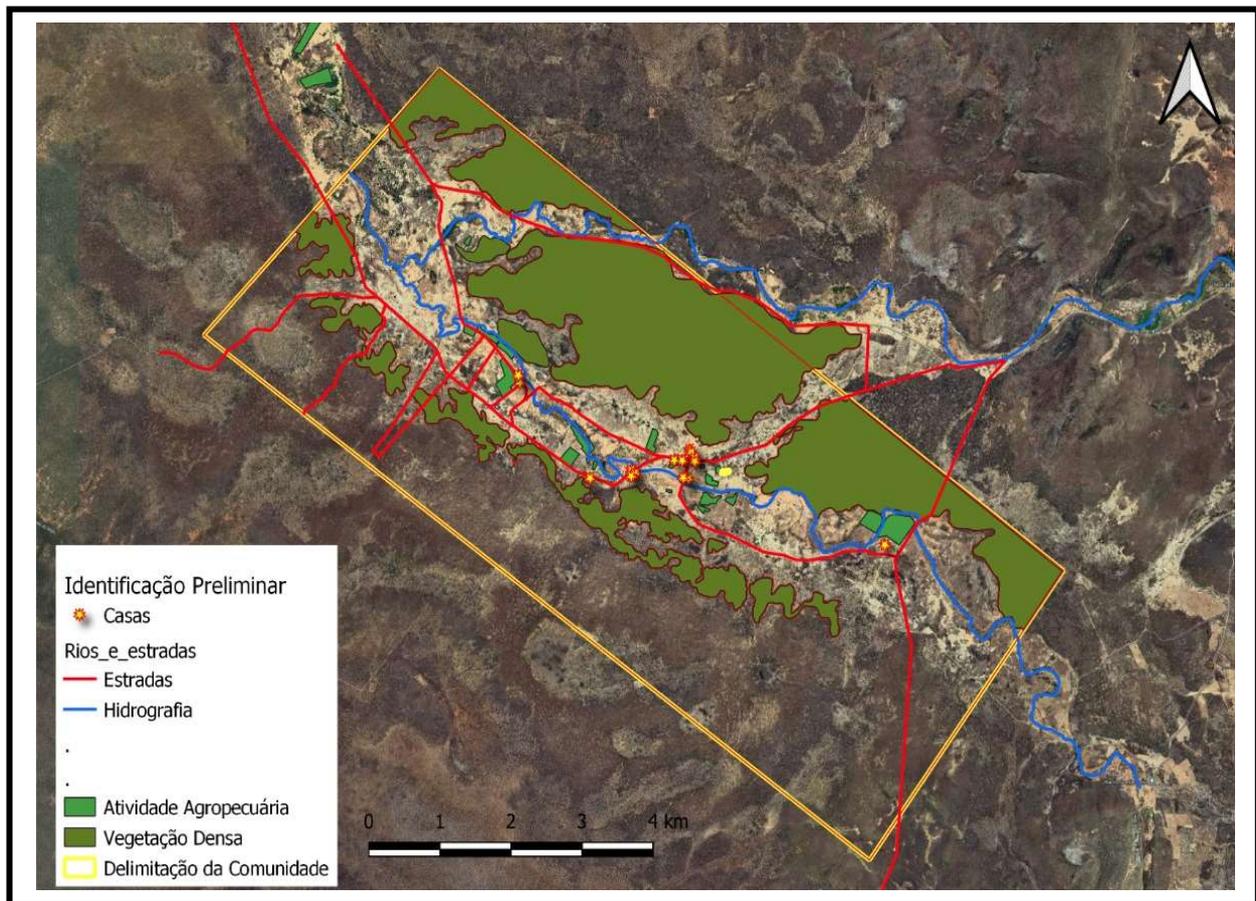
Com base nas informações preliminares coletadas em ambiente de escritório, procedeu-se à delimitação da escala de trabalho, centrando-se na Comunidade de Fartura. Enfrentou-se, inicialmente, uma dificuldade relacionada à ausência de uma delimitação precisa da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, pois esta não possuía uma *shapefile* disponível para referência de trabalho. Essa lacuna derivou da falta de titularidade da terra e da ausência de documentação que comprovasse as coordenadas geográficas precisas da área da Comunidade. A solução adotada foi solicitar ao líder da comunidade, Claudiomário Rodrigues (conhecido como Kadir), que enviasse a localização de sua casa e as dimensões aproximadas da área da Comunidade por meio do WhatsApp, a fim de iniciar o mapeamento a partir desse ponto.

O polígono inicial de delimitação da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura foi plotado no *Google Earth*, Figura 18, conforme a localização enviada de forma simples e prática via *Whatsapp* e considerando as dimensões da área da comunidade repassadas pela liderança da Comunidade que seriam aproximadamente 5 km de comprimento por 12 km de largura. Esse procedimento destaca a utilização de tecnologias acessíveis e a colaboração com a liderança local para superar desafios relacionados à falta de delimitação formal da área da comunidade.

Essa área foi destacada no recorte da imagem de satélite do *Google Earth* para início da análise, a fim de se obter informações gerais: como clima, hidrografia, vegetação e uso e ocupação do solo que facilitassem identificar algumas características, a serem verificadas em campo.

Após esta etapa, foi criado um mapa preliminar do uso do solo na Comunidade, utilizando uma imagem de satélite do *Google Earth*. A classificação manual da imagem foi realizada com base nas dimensões fornecidas pela liderança da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, utilizando traços, linhas, polígonos e pontos para identificar elementos chave na paisagem, como casas, rios, estradas, atividades agropecuárias e vegetação densa, conforme representado na Figura 18.

Figura 18 — Mapa de identificação preliminar das classes de uso do solo da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Elaborado pela autora

Esse procedimento contribuiu para estabelecer uma representação visual inicial do uso do solo da Comunidade. O intuito da Figura 18 é averiguar se seria possível neste momento já identificar áreas com características semelhantes, a exemplo de rascunhos de tipos de paisagem. Preliminarmente, levantou-se a hipótese de que a Comunidade possuía dois grandes tipos de paisagem/zonas de uso: 1) Área de uso social da Comunidade; 2) Área coberta por vegetação nativa.

As características observadas na imagem de satélite para definir de forma preparatória a homogeneidade de áreas foram: o relevo da terra e a estrutura dominante de uso da terra. Após esse exercício, elaborou-se os instrumentos de coleta de dados a serem utilizados na visita 1, como a ficha de observação em campo a ser preenchida e o roteiro de entrevistas elaborados, Apêndices A e B.

5.3.1.2. Zoneamento das Paisagens pela Comunidade

A construção do zoneamento participativo das paisagens da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura foi o objetivo da visita 1 de campo, realizada em agosto de 2022. Essa primeira ida a campo foi o momento de apresentar a pesquisa para a Comunidade, conhecer o território, obter uma impressão geral das variações de características das paisagens e da percepção inicial da comunidade.

Os métodos de trabalho desta etapa e das demais foram estritamente participativos. A primeira reunião, conduzida mediante uma linguagem simples e com os recursos disponíveis na localidade, foi realizada na casa da liderança da Comunidade, com a presença de alguns moradores e da Assistente Comunitária Rural, Marila Rodrigues, cedida após articulação com o IRPAA, para acompanhar os trabalhos durante a visita de campo 1. Nessa reunião, a dinâmica da visita 1 foi combinada com os moradores, assim como também as rotas a serem percorridas para conhecer as zonas da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, Figura 19.

Figura 19 — Registros da primeira reunião com a Comunidade Fundo de Pasto de Fartura na visita de campo 1



Fonte: Rosa, 2022

As perguntas que orientaram a definição das rotas foram: Quais tipos de zonas de uso existem na Comunidade? Até onde elas vão? Foi sugerido, ainda na reunião inicial, que o ideal seria selecionar alguns pontos mais altos ou pontos de vista panorâmicos existentes na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, por causa das amplas vistas que eles oferecem das paisagens da Comunidade. Com base nessas perguntas e sugestão, a liderança da comunidade e a Assistente Comunitária Rural escolheram os itinerários.

Logo após essa reunião, ocorreu a entrevista (Apêndice B) com os moradores presentes, a exemplo de uma roda de diálogo, para conhecer a história e principais características da Comunidade.

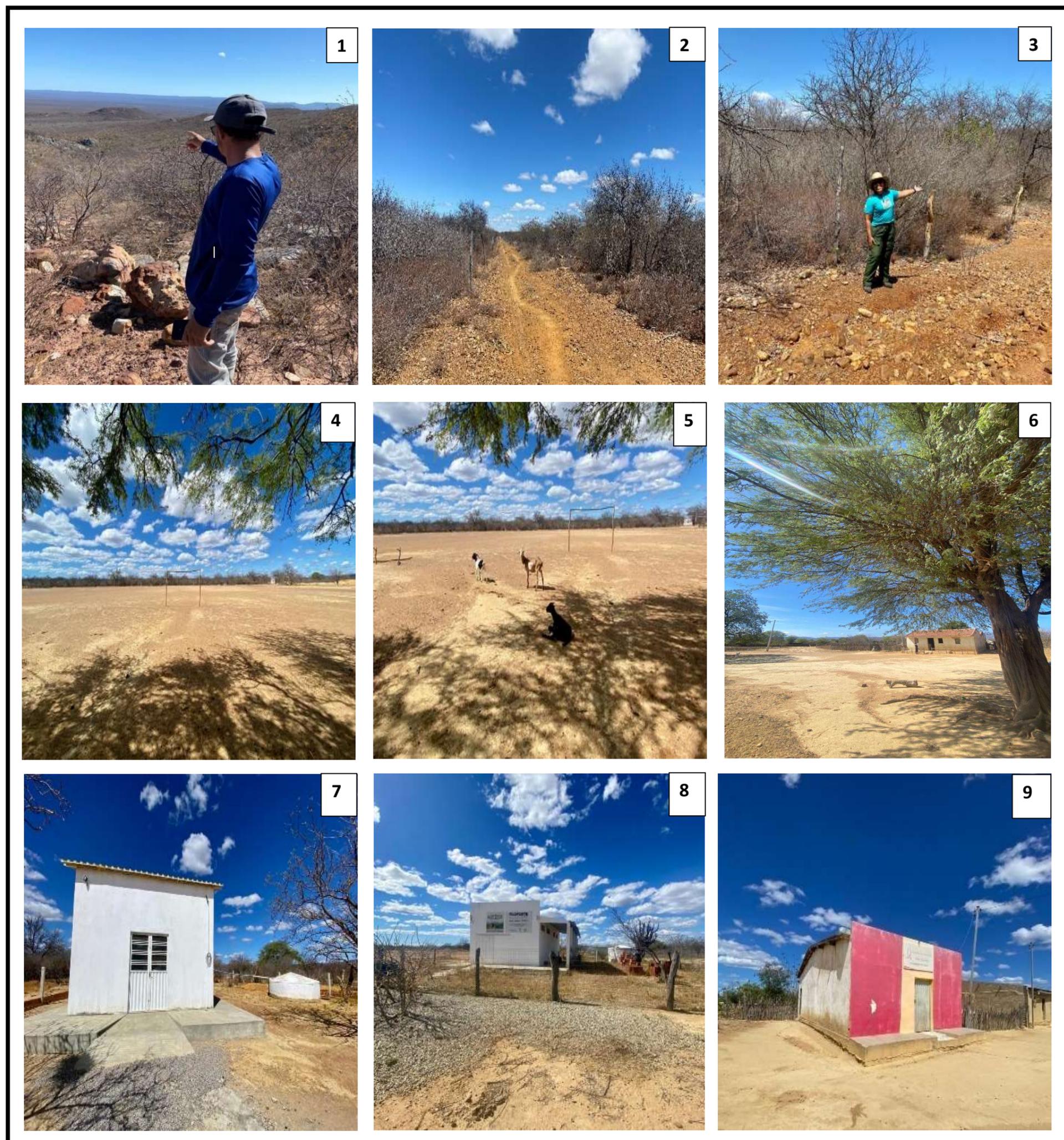
No segundo e terceiro dia da visita 1, realizou-se o percurso para conhecer as zonas da Comunidade, conforme itinerário definido. Durante o percurso, os pontos foram marcados diretamente no aplicativo do *Google Maps* e anotadas as coordenadas geográficas, utilizando a própria bússola do celular. O objetivo foi realizar uma caminhada transversal, visitar as zonas de uso que a Comunidade se dispusesse a mostrar e registrar por meio de fotografias e filmagens, também usando como ferramenta a câmera do celular, para tornar a pesquisa mais prática e acessível.

Os registros fotográficos abarcaram cerca de três pontos de cada área mostrada (uma foto na horizontal, uma na vertical e no *zoom* 0.5 da câmera do celular) para dar uma visão representativa da composição das paisagens encontradas na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Nesses pontos particulares de parada na caminhada, preencheu-se uma ficha de campo, Apêndice A, com ajuda das pessoas que acompanharam a visita, registrando dados como de topografia, solo, tipo de construções observadas, ameaças, os principais elementos da paisagem identificados, atrativos e problemas a fim de obter uma gama de informações sobre as zonas para caracterizá-las posteriormente.

O objetivo desse levantamento de campo detalhado nos dois dias de caminhadas e conversas informais na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura foi coletar o máximo de informações necessárias para identificar os elementos que compõem as paisagens, a forma como esses elementos interagem entre si e, sobretudo, as características mencionadas pelos representantes da Comunidade que acompanharam os percursos, tentando registrar sempre as denominações utilizadas por eles. Essas descrições seriam valiosas para a definição e caracterização dos pontos particulares visitados em arranjos de zonas de uso e logo em seguida, em Unidade de Paisagem.

As Figuras 20 e 21 exemplificam alguns pontos visitados durante a visita de campo 1, assim como algumas características principais observadas durante o percurso

Figura 20 — Alguns pontos registrados na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura no segundo dia da visita de campo 1.



Fonte: Rosa (2022). **Legenda:** Fotos registradas pela pesquisadora dos seguintes pontos, no dia 24/08/22. [1]. O primeiro ponto visitado na caminhada transversal, a Serra da Caçamba, onde há uma visão panorâmica da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura e que merece destaque pela altitude acentuada; [2]. Área que foi reflorestada, em parceria com o IRPAA; [3]. Outra área reflorestada que apresenta uma fitofisionomia da Caatinga de maior porte; [4]. Campo de futebol utilizado para recreação pelos moradores locais; [5]. Campo de futebol utilizado para recreação pelas crianças para jogar futebol; [6]. Residência da moradora mais velha da Comunidade, exemplifica uma típica configuração de aglomerações familiares na Comunidade, composta de um quintal, chiqueiro e uma árvore frondosa na frente; [7]. Unidade de Beneficiamento de Mel; [8]. Unidade de Beneficiamento de Frutas; [9]. Igreja Evangélica da Comunidade.

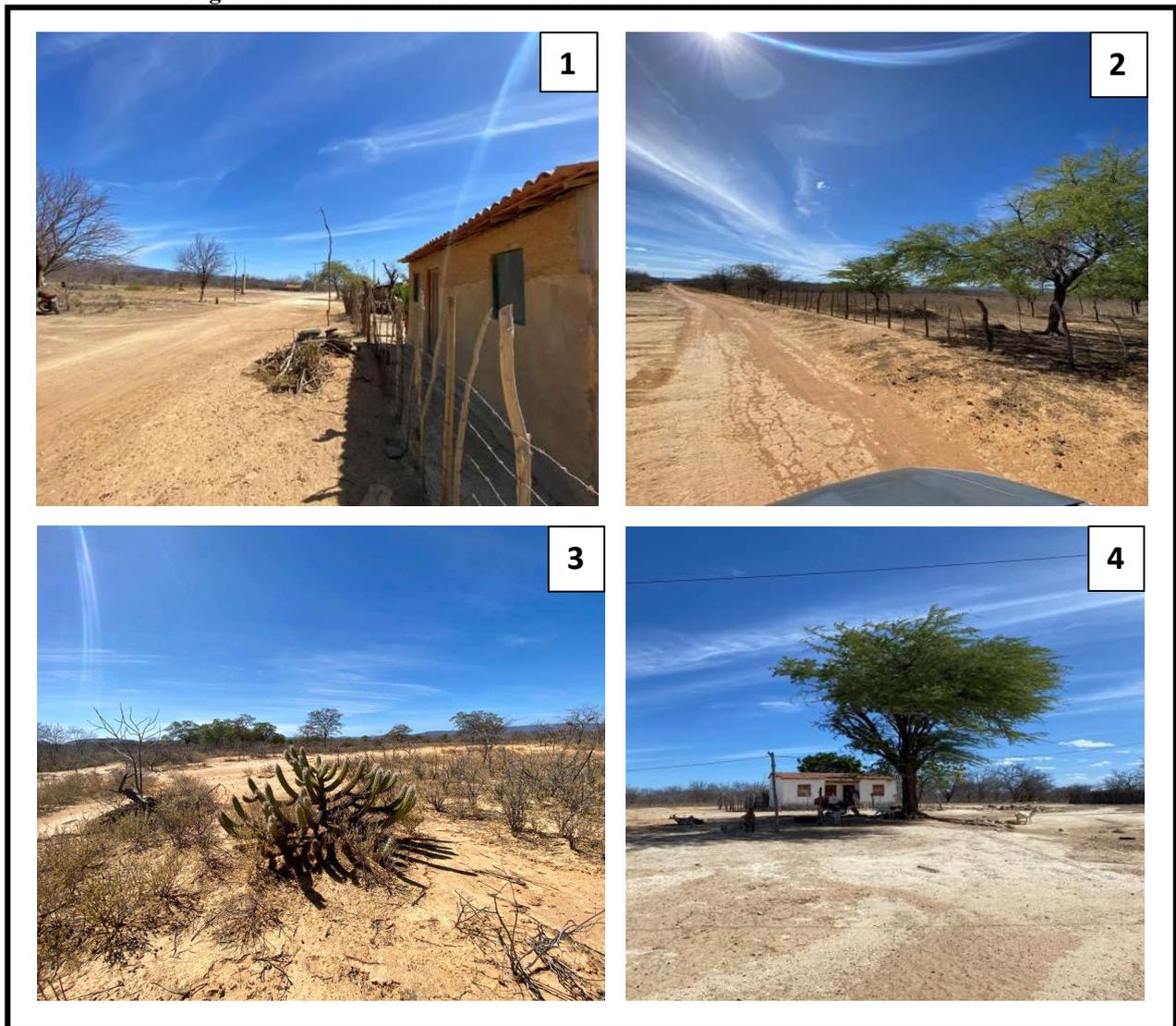
Figura 21 — Alguns pontos registrados na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura no terceiro dia da visita de campo 1.



Fonte: Rosa (2022). **Legenda:** Fotos registradas pela pesquisadora dos seguintes pontos, no dia 25/08/22. [1]. Vista parcial da estrada e da Caatinga característica da comunidade; [2 e 3]. Roças, áreas individuais cercadas pertencentes a cada família, usada para o cultivo de subsistência. [4]. Região mais baixa da comunidade, em termos de relevo, por onde o riacho Bazuá passa; [5]. Vazante do riacho, onde o solo é mais úmido/fértil e mais propício de plantar; [6]. Pé de uva no quintal produtivo da Dona Luzia; [7]. Cisterna calçadão usada no quintal produtivo para irrigação dos cultivos. [8]. Vista do quintal produtivo da Dona Luzia; [9]. Escola Laurentino Santos – turma de aceleração do turno matutino. A única escola da Comunidade, onde se trabalha com alunos de diversas faixas etárias na mesma sala. O professor é irmão da liderança da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura.

Para aprimorar a delimitação da área de estudo, durante a caminhada transversal, consultou-se os representantes da Comunidade sobre os pontos que eles identificavam como os limites iniciais e finais da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. A resposta obtida foi que a comunidade se estende desde a Comunidade Lagoa Redonda até a Comunidade Língua de Vaca, conforme evidenciado pelas fotografias registradas na Figura 22.

Figura 22 — Fotos das extremas da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Rosa (2022). **Legenda:** Fotos registradas pela pesquisadora no dia 24/08/22. [1]. Marco Leste de Limite da Comunidade – Comunidade Lagoa Redonda; [2 e 3]. Vista da estrada que perpassa toda a Comunidade, por onde se chega aos pontos 1 e 3. [4]. Marco Oeste de Limite da Comunidade – Comunidade Língua de Vaca.

Com base nas extremas mais precisas, que representam os pontos de início e término da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, ajustou-se a Figura 18 para refletir com maior precisão o desenho do território. Essas referências foram então utilizadas na etapa seguinte para delimitar um novo polígono que contemplasse os limites do terreno da Comunidade de Fundo de Pasto.

5.3.1.3. Identificação das Zonas da Comunidade

Para mapear as principais áreas de uso na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, foram georreferenciados os locais visitados no *Google Earth* e os dados essenciais coletados nas fichas de campo foram organizados sistematicamente. Adicionalmente, um croqui da área de estudo (Figura 23), foi desenvolvido para destacar os elementos singulares da paisagem identificados durante a primeira visita de campo.

O mapa inicial de classes de uso do solo, representado na Figura 18 e elaborado em ambiente de escritório antes da primeira visita de campo, foi revisado para incorporar as extremas da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura e alguns elementos paisagísticos observados. Esse processo resultou no aprimoramento do croqui da Comunidade, conforme ilustrado na Figura 23.

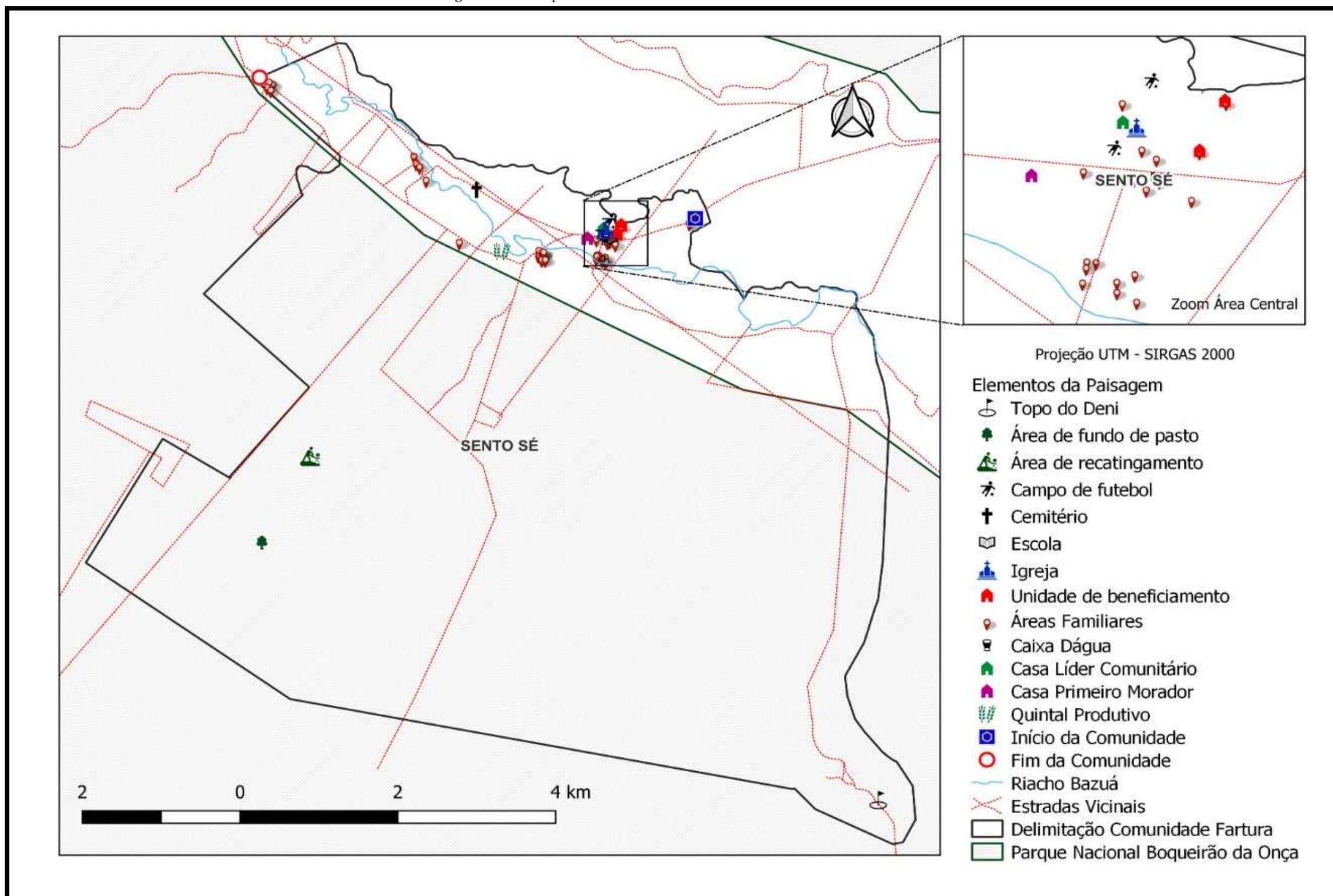
O croqui elaborado para a Comunidade de Fundo de Pasto, como parte integrante desta etapa, desempenha um papel fundamental na representação visual e espacial da comunidade tradicional em estudo. O objetivo primordial desse croqui é oferecer uma representação gráfica geral do espaço geográfico da comunidade, identificando elementos significativos dentro da comunidade, tais como áreas familiares, recursos hídricos e zonas de uso específico. Além de servir como uma ferramenta ilustrativa, o croqui desempenha um papel crucial no contexto do zoneamento da comunidade, oferecendo subsídios para a delimitação das paisagens. Assim, o croqui emerge como uma ferramenta fundamental para a na condução de estratégias de ordenamento territorial que respeitem as paisagens e a importante herança cultural e ambiental da Comunidade de Fartura.

Para enriquecer ainda mais a representação cartográfica da região, a Figura 24 exhibe o mapa atualizado de uso do solo, onde se destaca alguns dos pontos visitados durante a caminhada transversal da visita 1, utilizando o software *ArCGis*. Além disso, são inclusas algumas fotos ilustrativas que delineiam de forma clara as zonas de uso distintas na Comunidade de Fartura.

Esses dois mapas auxiliares, Figuras 23 e 24, foram a base para dividir o território da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura em áreas homogêneas quanto ao uso, denominadas zonas, para facilitar a identificação das paisagens. Nesta etapa o termo zoneamento participativo, busca identificar espaços com atributos associados para proporcionar um quadro geral e orientações no processo de tomada de decisões de gestão das paisagens.

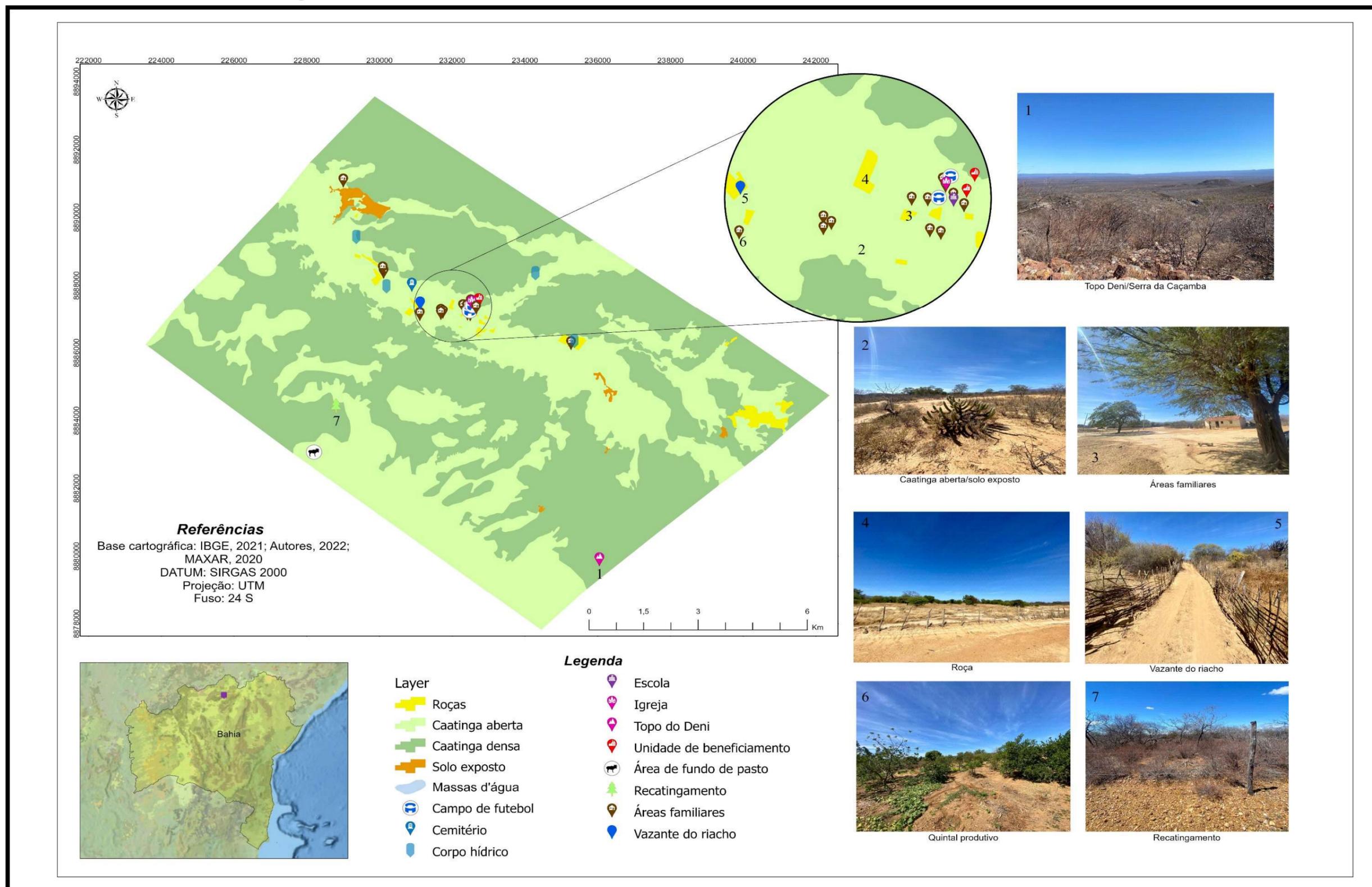
Assim, nessa etapa o zoneamento é uma forma de inventário, cujo objetivo se restringe em determinar a organização ambiental do território da Comunidade de Fundo de Pasto, através da classificação de zonas expressas pela comunidade em mapas da paisagem. A etapa necessária ao processo de zoneamento de proposição de diretrizes e estratégias será executada na etapa seguinte.

Figura 23 — Croqui da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 24— Mapeamento de algumas classes de uso do solo da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, com as respectivas fotografias



Fonte: Elaborada pela autora

Para Silva e Filho (1993), o zoneamento representa a definição de extensões territoriais para as quais se esperam comportamentos específicos para o jogo de fatores físicos, bióticos e socioeconômicos nelas atuantes.

O zoneamento ambiental foi instituído inicialmente como instrumento na política ambiental brasileira em 1981 (Lei nº 6.938/1981) e regulamentado em 2002, pelo Decreto nº 4.297 que estabeleceu critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE do Brasil, definindo-o, em seu art. 2º, como um “instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas” (Brasil, 1981), com o objetivo de determinar “medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população” (Brasil, 1981).

Desde sua institucionalização, o ZEE, de acordo com Oliveira e Cestaro (2020), tem evoluído consideravelmente em termos metodológicos, aplicação e direcionamento no processo de ordenamento do território. Isso levou ao surgimento de variados tipos de zoneamento de natureza ambiental, todos com a mesma finalidade de delimitar o uso do solo com base na capacidade de suporte do ambiente. No entanto, é importante ressaltar que esse não é o foco desta etapa.

Convém ressaltar que essa fase do método não adere integralmente aos pressupostos metodológicos do ZEE, uma vez que se concentra na identificação e no reconhecimento de territórios tradicionais. Este enfoque assemelha-se ao conceito de "etnomapeamento/etnozoneamento", no qual é desenvolvido um mapa que destaca os locais de significância para as comunidades tradicionais, levando em consideração seus interesses, percepções e conhecimentos locais. Esse processo será utilizado como uma ferramenta para diagnóstico.

O etnomapeamento é o ato de um, de grupo étnico ou de um grupo habitante de terras tradicionalmente ocupadas, de representar o espaço de morada, suas paisagens e sua cosmovisão, retratando ainda a forma como essas populações obtêm os recursos de que necessitam, bem como quais recursos têm valor de uso para estas comunidades (Alves *et al.*, 2016). Em 2012, esse termo foi incorporado pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, a PNGATI, como ferramenta para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas. O etnomapeamento é, portanto, um mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas.

Embora também não tenha sido efetivamente conduzido um etnozoneamento durante a pesquisa, o escopo empreendido foi semelhante, utilizando-se desse processo como uma ferramenta diagnóstica que contribuiu significativamente para a pesquisa.

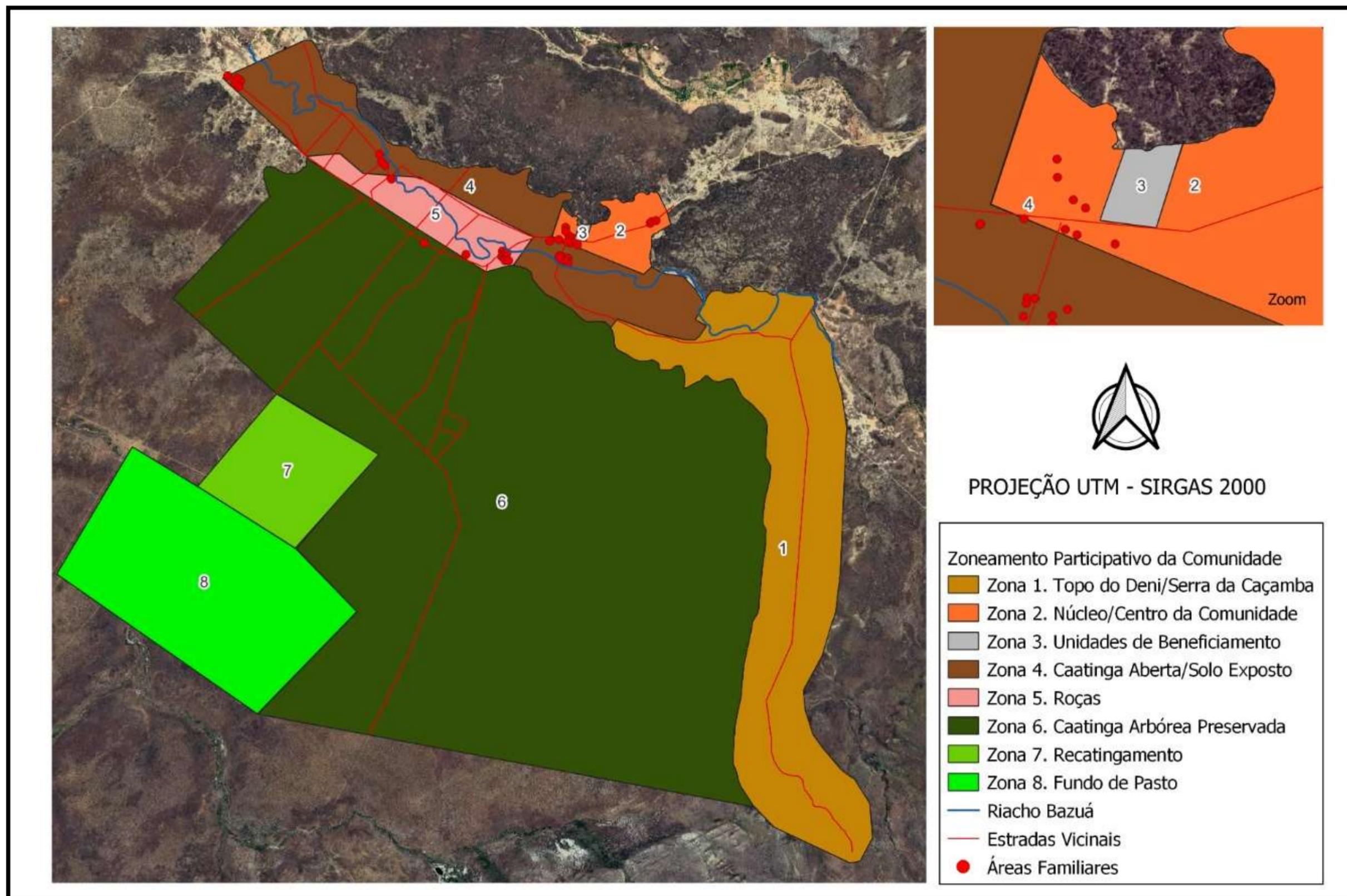
Conforme frisado por Ataíde e Martins (2015), o etnomapeamento é um repositório de conhecimentos que permite compreender melhor as relações das pessoas com o meio em que vivem. Quando utilizado como uma ferramenta de planejamento, tem o potencial de envolver ativamente as Comunidades Tradicionais na tomada de decisões. Dessa forma, o termo é adotado aqui por colocar a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura como elemento central em todo o processo de gestão do seu território, desde a seleção dos locais de visita até a eventual implementação do pacto de soluções.

No decorrer do estudo, a metodologia incorpora uma abordagem que pode ser denominada de mapeamento social participativo, seguindo a proposta de Silva *et al.* (2012). Essa abordagem utiliza o mapa social para fundamentar as autonarrativas de diversos grupos sociais durante o processo de mapeamento, integrando perspectivas e conhecimentos locais. Isso resulta em uma representação mais inclusiva do território e dar visibilidade aos inúmeros grupos sociais.

Em virtude dessas considerações, a Figura 25 apresenta o mapa resultante do zoneamento participativo que delinea oito zonas principais: 1) Topo do Dení/Serra da Caçamba; 2) Núcleo/Centro da Comunidade; 3) Unidades de Beneficiamento; 4) Caatinga Aberta/Solo Exposto; 5) Roças; 6) Caatinga Árborea Preservada; 7) Recaatingamento; e 8) Fundo de Pasto.

A Figura 25 representa os conhecimentos locais sobre o território, obtidos por meio de discussões internas com a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Esse mapa proporciona uma compreensão visual das diferentes zonas, cada uma caracterizada por aspectos específicos de uso da terra, relevância ambiental, econômica ou cultural. Essa classificação é crucial para orientar a identificação de unidades de planejamento, possibilitando uma gestão mais precisa e participativa da Comunidade.

Figura 25 – Mapa do zoneamento participativo da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Elaborada pela autora

5.3.1.4. Caracterização das Zonas Identificadas

As zonas foram definidas ao identificar e delimitar áreas que possuem significados específicos, sendo relevantes para a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Estas foram estabelecidas com base nos conhecimentos, valores e percepções dos membros da comunidade em relação ao território. Cada zona representa diferentes usos, práticas, importâncias ambientais, culturais ou econômicas atribuídas por eles, contribuindo para uma compreensão contextualizada do território.

O mapa apresentado na Figura 25, que representa as zonas da Comunidade, foi submetido à liderança da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura para validação. Após a concordância, procedeu-se às descrições das zonas identificadas e validadas, utilizando como referência as observações de campo, Quadro 4.

Quadro 4— Descrições das zonas identificadas na visita 1 à Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura

Zonas	Nome	Descrições
1	Topo do Dení/ Serra da Caçamba	Ponto mais alto visitado, de onde se avista toda a comunidade de Fartura. Destaca-se pelo solo rochoso, constante de afloramentos de quartzo branco; Microclima mais ameno. Caatinga arbórea. Domina a mancha florestal: cactos e angicos. Localiza-se na área do entorno da comunidade.
2	Núcleo/Centro da Comunidade	Ruas não pavimentadas. As casas estão mais próximas das outras. A casa da liderança da comunidade, campos de futebol, a igreja e a escola compõem esta paisagem.
3	Unidades de Beneficiamentos	Minifábricas voltadas à produção econômica da comunidade. Composta de duas Unidades de Beneficiamento: 1) Frutas e 2) Mel. Construções pintura em branco, cercadas e que possuem cisternas ao lado, que se traduzem em elementos singulares e importantes para a Comunidade.
4	Caatinga Aberta/Solo exposto	Vegetação dominada por elementos herbáceos, com presença de indivíduos lenhosos (árvore ou arbustos) esparsos ou em agrupamentos isolados. Encontra-se solos em processos de desertificação e erosão.
5	Roças	Composta de áreas de uso individual das famílias, com tamanho variável de 1 a 6 hectares cercados para a produção de cultivos de sequeiro. Pode abrigar ovelhas e cabras gestantes. Delimitadas por cercas tradicionais. Nela tem a vazante que é a parte da caatinga mais próxima da margem do riacho. Nestas áreas localizam-se as faixas de plantio, que perpassa toda comunidade de Fartura, formando verdadeiros oásis verdes dentro da sequidão da caatinga, como é o caso do quintal produtivo da “Dona Luzia”.
6	Caatinga Arbórea Preservada	Corresponde à área com maior número de espécies arbóreas, tais como umbuzeiro, aroeira e caraibeira. Baixa antropização.
7	Recaantigamento	Área de 52 hectares destinadas à recuperação ambiental totalmente cercadas para impedir o pastejo dos animais, e reflorestadas com mudas e sementes nativas produzidas na própria comunidade. Principal espécie plantada é o umbuzeiro.
8	Fundo de Pasto	Área coletiva da comunidade. Sem cercas. Considerado como área de reserva e, por isso, entende-se que nela todos os moradores têm acesso para a criação extensiva de caprinos, ovinos, em alguns casos, gado e para o extrativismo da Caatinga.

Fonte: Elaborada pela autora

A participação dos moradores da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura foi fundamental na caracterização das zonas e na escolha dos nomes das áreas. Isso garantiu que os nomes locais, conhecidos e significativos para eles, fossem incorporados ao zoneamento participativo, mantendo a identidade da Comunidade.

5.3.2. Passo 2 — Definição e Caracterização das Unidades de Paisagens

A aplicação desse passo 2 na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, teve como objetivo validar as zonas identificadas no passo 1 e, a partir delas delimitar as Unidades de Paisagem, caracterizá-las, levantar as forças externas negativas (ameaças), as positivas (oportunidades) e as propostas de estratégias para cada Unidade. O mais importante foi agregar ao método a percepção dos moradores da Comunidade e a relação deles com as paisagens do seu território.

5.3.2.1. Delimitação das Unidades de Paisagens

Para delimitar as Unidades de Paisagens, o processo inicial consistiu em agrupar as zonas de uso identificadas anteriormente em unidades mais coesas, levando em conta aspectos fisiográficos, bióticos, antrópicos e suas inter-relações. A intenção foi identificar traços comuns que conferissem a cada área uma singularidade distinta das outras, formada pela combinação desses elementos. Mudanças ou perdas nessas características teriam impactos significativos no caráter das paisagens atuais da Comunidade.

O processo de agrupamento das zonas de uso em suas respectivas Unidades de Paisagens, considerou as características distintivas de cada uma delas, levando em consideração a percepção dos moradores sobre suas áreas de uso da terra, assim como a composição e a configuração dos elementos presentes na paisagem. Esses detalhes estão documentados no Quadro 5.

Quadro 5 — Agrupamento das zonas em Unidades de Paisagens e principais características chaves

Zonas	Respectiva UP	Características Chaves
(1) Topo do Dení/Serra da Caçamba	(1) Encosta da Serra da Caçamba	Lugar mais alto visitado, de onde se avista toda a comunidade de Fartura; Solo rochoso e afloramentos de quartzo branco; Relevo inclinado; Temperatura mais agradável. Caatinga arbórea; Domina a mancha florestal: cactos e angicos; Localiza-se na área do entorno da comunidade.
(2) Núcleo/Centro da Comunidade + (3) Unidades de Beneficiamentos + (4) Caatinga Aberta/Solo exposto + (5) Roças	(2) Vale fluvial antropizado	Ruas não pavimentadas; As casas estão mais próximas das outras. As áreas familiares, roças, vazantes do Riacho, quintal produtivo da Dona Luzia, campos de futebol, a igreja, a escola e as Unidades de Beneficiamentos de Frutas e Mel compõem esta paisagem; - Predomina relevo plano; O riacho Bazuá perpassa toda esta área, onde contribui para a ocorrência de solos mais férteis e atividades agrícolas; Área de uso social da comunidade.
(6) Caatinga Arbórea Preservada + (7) Reaatingamento	(3) Caatinga arbórea preservada em planalto	Corresponde à área da comunidade com maior número de espécies arbóreas da Caatinga; Vegetação nativa preservada; Rica Biodiversidade; Engloba área de 52 hectares de reatingamento, cercadas para recuperação ambiental; Relevo plano ou pequenos declives; Ocupa a maior parte do território da comunidade.
(8) Fundo de Pasto	(4) Pasto de uso comum em caatinga aberta	Área coletiva da comunidade; Sem cercas; Considerado como área de reserva, ou seja, todos os moradores têm acesso para a criação extensiva de caprinos, ovinos, em alguns casos, gado e para o extrativismo da Caatinga; Relevo plano; Caatinga mais aberta.

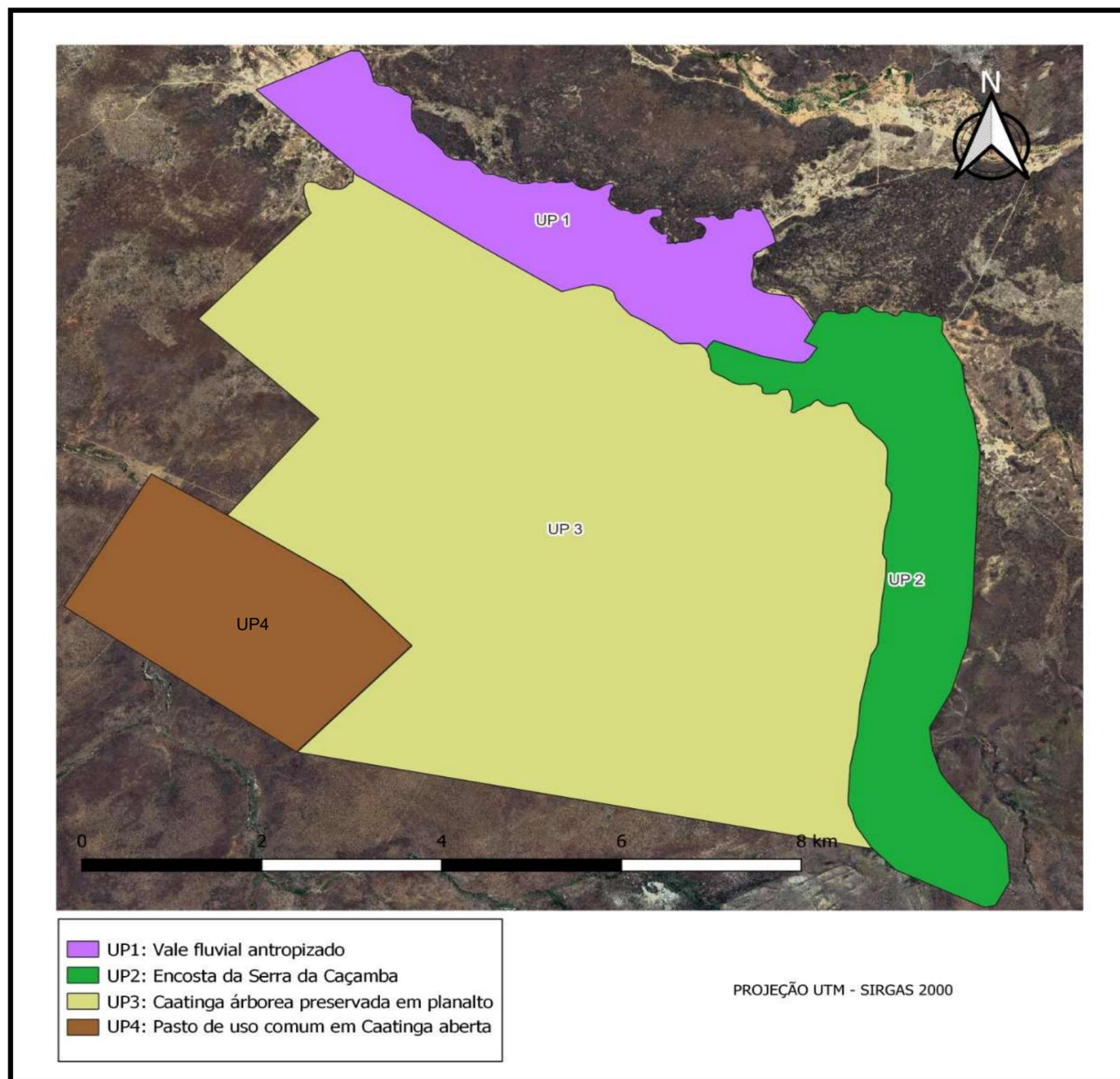
Fonte: Elaborado pela autora

As características - chave utilizadas para definir as Unidades de Paisagens foram, sobretudo, os padrões de relevo e uso da terra. Com base nisso, quatro unidades foram identificadas: 1) Encosta da Serra da Caçamba; 2) Vale fluvial antropizado; 3) Caatinga arborea preservada em planalto e; 4) Pasto de uso comum em Caatinga aberta, conforme Figura 26.

Cada Unidade de Paisagem delimitada na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura possui extensão, delimitação e nomenclatura diferenciadas, formando áreas compactas e únicas. A identificação dos contornos e a escolha das denominações destas unidades paisagísticas decorreram de uma síntese da natureza dos recursos paisagísticos e buscaram corresponder melhor aos sentimentos de identidade da comunidade, pois deveriam ser facilmente apreendidos pela população.

Esse mapa da Figura 26 e o Quadro 5, que apresentam as principais características dessas unidades, serviram de base para a criação do questionário utilizado na visita de campo 2, os quais foram validados e complementados pela Comunidade, como detalharemos a seguir.

Figura 26 — Mapa contendo a proposta preliminar de Unidades de Paisagem para a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Elaborada pela autora

5.3.2.2. Coleta de dados acerca da percepção dos moradores

Esta fase de coleta de dados *in loco* é colocada em prática durante a visita de campo 2, que ocorreu em dezembro de 2022. A proposta inicial seria aplicação de questionários para capturar a percepção da comunidade sobre a qualidade de suas paisagens. O questionário utilizado (Apêndice C) foi desenvolvido considerando o mapa das zonas da Comunidade (Figura 25) e as informações de suas respectivas áreas de uso (Quadro 5). Para facilitar, no Quadro 6, estão resumidamente apresentadas as principais seções que compõem esse instrumento de coleta de dados.

Quadro 6 — Divisão e descrição sumária do questionário utilizado

Divisões	Descrição sumária
Apresentação	A parte introdutória consiste na apresentação da pesquisa e seus respectivos objetivos, de forma que os moradores da comunidade possam entender a proposta.
Parte A:	A Parte A visa a aquisição de informações gerais sobre os moradores da comunidade, a fim de caracterizar o perfil dos respondentes. Foram solicitadas as seguintes informações: (i) nome; (ii) como é conhecido na comunidade? (iii) sexo; (iv) idade; (v) atividade de trabalho; (vi) escolaridade; (vii) local onde reside.
Parte B: Questões a; b; c	A Parte B foi elaborada para verificar a concordância dos moradores sobre as paisagens identificadas na comunidade e suas descrições. Assim como para complementar a caracterização das paisagens.
Parte C: Questões d; e	A Parte C visa mapear os valores e os significados que a comunidade atribui a suas paisagens.
Parte D: Questões f; g	A Parte D teve como objetivo levantar as principais ameaças e oportunidades para a qualidade das paisagens da comunidade.
Parte E: Questão h	A Parte F almeja averiguar a percepção sobre as principais estratégias a serem colocadas em curso para manutenção e melhoria da qualidade das paisagens da comunidade.

Fonte: Elaborada pela autora

Durante a reunião inicial da visita de campo 2 com representantes da Comunidade de Fundo de Pasto, Figura 27, a estratégia de aplicação individual dos questionários foi alterada para a realização de uma Oficina de Paisagem na qual seria apresentada a pesquisa e aplicar-se-ia os questionários de forma coletiva, por ser mais exequível em função do tempo que tínhamos disponível.

A Oficina de Paisagem 1, Figura 28, foi realizada em dezembro de 2022 e teve como principais objetivos: auxiliar os moradores da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura no preenchimento do questionário; recolher os olhares da população sobre a sua própria paisagem para complementar, reajustar e/ou validar as Unidades de Paisagens definidas e suas caracterizações; discutir em grupo as dúvidas e opiniões sobre as paisagens e permitir que todos comecem a se apropriar das questões da paisagem..

Figura 27 — Registros fotográficos da primeira reunião da visita 2 com a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Rosa (2022)

Figura 28 — Registros fotográficos da Oficina de Paisagem 1 na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Rosa (2022). Legenda: Fotos [1] e [2]. Apresentação da pesquisa e dos mapas resultantes da visita 1 à Comunidade pela pesquisadora; [3]. Apresentação dos participantes e esclarecimento de dúvidas; [4]. Divisão em grupo para preenchimento do questionário e; [5]. Participantes que estiveram presentes na Oficina de Paisagem.

5.3.2.3. Aplicação de Questionários

A Oficina de Paisagem 1 teve aproximadamente vinte e três (23) participantes e computou dezenove (19) respostas ao questionário, ou seja, aproximadamente 15% dos moradores da Comunidade participaram da Oficina.

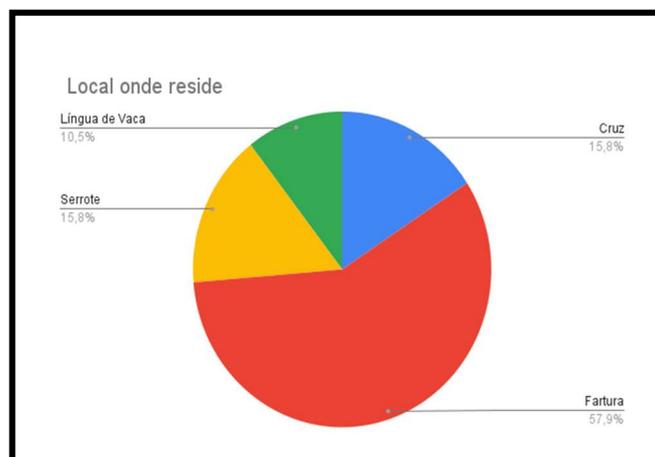
Após o preenchimento dos questionários preenchidos pelos participantes da Oficina, as respostas foram lançadas manualmente no “*Googleform*”. Com esta ferramenta foi possível cadastrar a base de dados de respondentes e realizar automaticamente a compilação de todas as respostas. Assim, foi possível obter um resumo de todas as respostas enviadas para análise detalhada, bem como de cada resposta individual. Nos tópicos seguintes, apresentam-se a descrição e análise dos resultados obtidos na Oficina de Paisagem 1, em cada parte do questionário apresentado no Quadro 6.

✓ Parte A - Informações gerais do respondente

Essa parte foi elaborada para levantar o perfil dos respondentes ao questionário, a fim de caracterizar os participantes da Oficina. Abaixo seguem as suas principais características:

- Quanto ao sexo: 37% são do sexo masculino e 63% do sexo feminino;
- Quanto à idade: aproximadamente 15% possuem menos de 30 anos de idade; 31% estão na faixa entre 31-40 anos; 21% entre 41-50 anos; 21% acima de 50 anos;
- Quanto à atividade profissional: 50% dos participantes se dedicam aos afazeres domésticos, 40% trabalham como agricultor (a), e 10% exercem as profissões de “Professor” e “Agente Comunitária Rural”;
- Quanto a residência dos participantes: 57,9% residem em Fartura; 15,8% em Serrote; 15,8% em Cruz; 10,5% em Língua de Vaca (Figura 29);

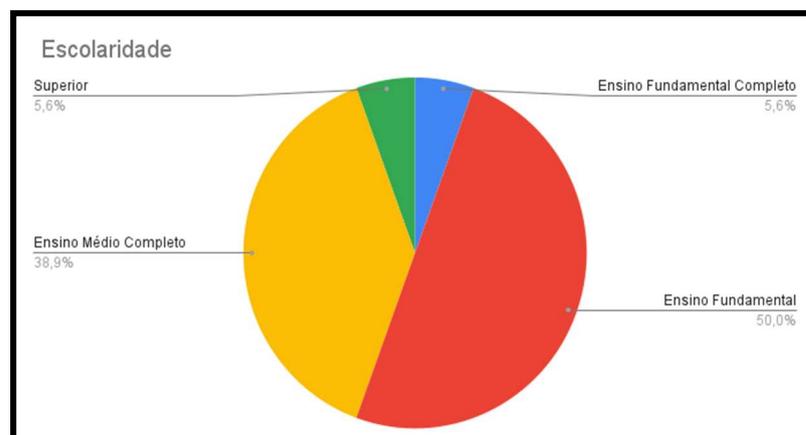
Figura 29 — Gráfico de distribuição do local de residência dos participantes da Oficina



Fonte: Questionário (2022) – Apêndice C

- Em referência ao local de residência, como observado na Figura 29, predominam respostas dos representantes do trecho do território que eles denominam como Fartura, mas com participação também das outras localidades que compõem o território. Esse trecho é o de maior extensão territorial e corresponde ao local onde foi realizada essa Oficina. O entendimento é de que todas as localidades citadas compõem a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, pois são organizados sob a mesma Associação de Comunidade de Fundo de Pasto, mas recebem várias denominações conforme são dispostas no território.
- Com relação à atividade de trabalho, comprova-se na prática as características clássicas de uma Comunidade de Fundo de Pasto, em que a metade do universo da pesquisa não trabalha fora de suas casas e cuidam dos afazeres domésticos. A outra grande parte trabalha no plantio nas roças da comunidade ou com a criação de animais.
- Outro ponto a repercutir é a maior participação feminina na Oficina de Paisagem 1. Em grande parte, esse fato pode ser justificado por elas ainda possuírem mais tempo disponível em casa em relação a grande maioria dos homens, que durante o período vespertino encontravam-se na roça ou na lida com a criação dos animais. Uma ressalva positiva é que o universo de pesquisa, do ponto de vista etário, seguiu uma distribuição igualitária nas classes intermediárias.
- Quanto ao grau de instrução: 47% possuem o ensino fundamental incompleto; 5% possuem o ensino fundamental completo; 38% possuem o ensino médio e 5% possuem o ensino superior (Figura 30).

Figura 30— Gráfico do grau de instrução dos participantes da Oficina



Fonte: Questionário (2022) – Apêndice C

Os dados das informações pessoais destacam principalmente o baixo nível de escolaridade dos participantes. Além disso, nenhum dos participantes da Oficina possui pós-graduação. Esse cenário representa um desafio adicional a ser enfrentado durante a implementação das ações na região. Isso ressalta a necessidade crucial de encontrar maneiras acessíveis e compreensíveis para promover a participação efetiva dos moradores na pesquisa, através de ferramentas de diálogo mais inclusivas para todos os envolvidos.

Na opinião de Cornely (1993), participar significa tomar parte ativa no processo decisório. Significa partilhar e conquistar fatias de poder, lutar pelos direitos sociais e políticos e construir a cidadania. Significa também perseguir novos níveis e graus de participação, capacitando-se para tomar parte eficazmente. Assim, visando à ampliação da participação da comunidade na pesquisa, optou-se pela condução metodológica apta a sofrer modificações para adaptar-se à maneira daqueles que vivenciam as atividades. Assim, os convencionais questionários e as técnicas de entrevista individual foram reorientados para serem utilizados como meio de informação complementar e priorizou-se o diálogo, o debate coletivo, as interações em grupos e as explicações em grupos menores, entre outros mecanismos.

Ao analisar os fatores que dificultam a participação da comunidade no processo de desenvolvimento local, Doniak (2000) ressalta o despreparo da comunidade, cuja causa principal é a baixa escolaridade da população. Conforme complementa Doniak (2002, p. 115), “as comunidades periféricas, devido à sua constante necessidade de trabalhar para sua manutenção, têm um baixo nível de escolaridade. E quanto menor a escolaridade de uma comunidade, menor sua capacidade crítica, sendo por isso mais fácil dominá-la e manipulá-la politicamente”. O poder de transformação está nas pessoas que compõem a comunidade.

Vale mencionar, entretanto, que no que tange à escolaridade média, a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura não difere de inúmeras outras comunidades tradicionais, onde uma ampla parcela da população entrevistada possui baixa escolaridade. A falta de letramento ainda é uma realidade presente no país em Povos e Comunidades Tradicionais, sobretudo aqueles que vivem no meio rural, fato que dialoga com os resultados verificados nas pesquisas de Brasil (2010); Tullio (2019); Philippsen (2019) e Nascimento e Teixeira (2020).

✓ **Parte B – Caracterização das paisagens**

Esta parte do questionário, composta de duas perguntas fechadas e uma pergunta aberta, foi elaborada para verificar a concordância dos moradores sobre as paisagens identificadas na comunidade pela pesquisadora e suas descrições, assim como para complementá-la.

A parte B do questionário começa explicando o conceito de paisagem e é seguido por fotos das quatro Unidades de Paisagem da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura identificadas na visita de campo 1, Figura 26, com sua respectiva localização espacial e uma breve descrição das principais características observadas em cada uma delas:

Abaixo, seguem um compilado sintético das respostas:

- Quanto a concordância com o nome e as descrições que caracterizam cada UP retratada no questionário: Todos os participantes concordaram com o nome e com as características e não sugeriram complementações;
- Não houve sugestões de alteração de nome ou de complementação das descrições das paisagens para a UP1 e a UP4. Para a UP 2 os nomes sugeridos foram “Centro da Comunidade” ou “Centro de Fartura” e para a UP3: “Recaatingamento” ou “Área de Preservação/Recuperação”.
- Com relação à pergunta aberta, foi solicitado aos respondentes mencionarem três características chave de cada UP:
 - Na UP1, a palavra mais citada foi “Serra da Caçamba”, sendo citada 12 vezes (63%). Foram mencionadas ainda características do meio físico como “subida da ladeira”, “cerrado” e “pedreiras” que ressaltam aspectos do relevo, vegetação e o tipo de exploração do local. Assim como os seguintes adjetivos: “bonito” e “lindo” “beleza”, “natural” e “agradável”, foram citados por 4 pessoas, o que chama atenção para a percepção do local como um lugar agradável.
 - Na UP 2, as palavras mais lembradas, por 9 participantes (aproximadamente 50%), foram “Centro”; “Centro da Comunidade”; “Centro de Fartura”; “Espaço Central”; “Dentro da Comunidade”. Tais adjetivos remetem à posição geográfica de centralidade deste lugar para a comunidade. De igual importância, os adjetivos que descrevem o uso que se faz desta área foram amplamente mencionadas (40 % dos respondentes), como: “Local de Encontro”; “Reunião”; “Local de Encontro Esportivo” ou ainda “Área Social”.

- Os resultados da pesquisa revelam que para a UP 2, denominada "Casa da Nuci", duas pessoas fizeram menção direta "Casa da mãe Nuci", devido à ligação emocional com uma moradora específica, Dona Anunciata, de 70 anos, conhecida por ser mãe do líder da comunidade e ex-parteira na região.
- Na UP 3, as palavras mais frequentemente citadas foram "recaatingamento" por 38% dos participantes, seguido por "Preservação" ou "Caatinga Preservada" mencionadas por 30% dos participantes. Houve também menções à área adjacente, conhecida como "Fundo de Pasto", com expressões como "Bonita", "União da Comunidade", "Conquista" ou "Minha área concentrada". Estas referências ressaltam a importância do projeto de recaatingamento para a Comunidade, apesar de ocupar aproximadamente 138 hectares.
- Na UP 4, a palavra mais citada, por 61% dos participantes, foi "Fundo de Pasto", utilizado coletivamente como pastagem para os animais na comunidade. Outras menções incluíram "Pastoreio dos animais" e "Área de Reserva", mencionadas por quatro participantes. Termos como "Bonito", "Natural", "Preservado", "Produtivo" e "Agradável" também foram utilizados para descrever essa área.

A Tabela 2 apresenta a síntese das características - chave por Unidade de Paisagem

Tabela 2— Palavras chaves mais frequentemente citadas nas respostas para caracterizar as Unidades de Paisagens

Zonas/UP	Nome da Zona	Palavras Chaves	Nº de vezes que foi citado	Frequência
1	Topo do Deni/Serra Caçamba	1º Serra da	12	63%
		2º Bonito	4	21%
		3º Preservação	2	10%
2	Área Central de uso antrópico da Comunidade	1º Centro da	9	50%
		2º Encontro/	4	21%
		3º Área Social	4	21%
3	Caatinga Preservada	1º	8	38%
		2º Caatinga	6	30%
		3º Fundo de Pasto	2	10%
4	Área de Fundo de Pasto de Fatura	1º Fundo de Pasto	11	61%
		2º Pastoreio dos	3	15%
		3º Área de Reserva	2	10%

Fonte: Elaborada pela autora

Estas palavras chaves mencionadas na Tabela 2 complementam a caracterização de cada Unidade de Paisagem, de forma a privilegiar as percepções dos respondentes coletadas nesta parte B do questionário.

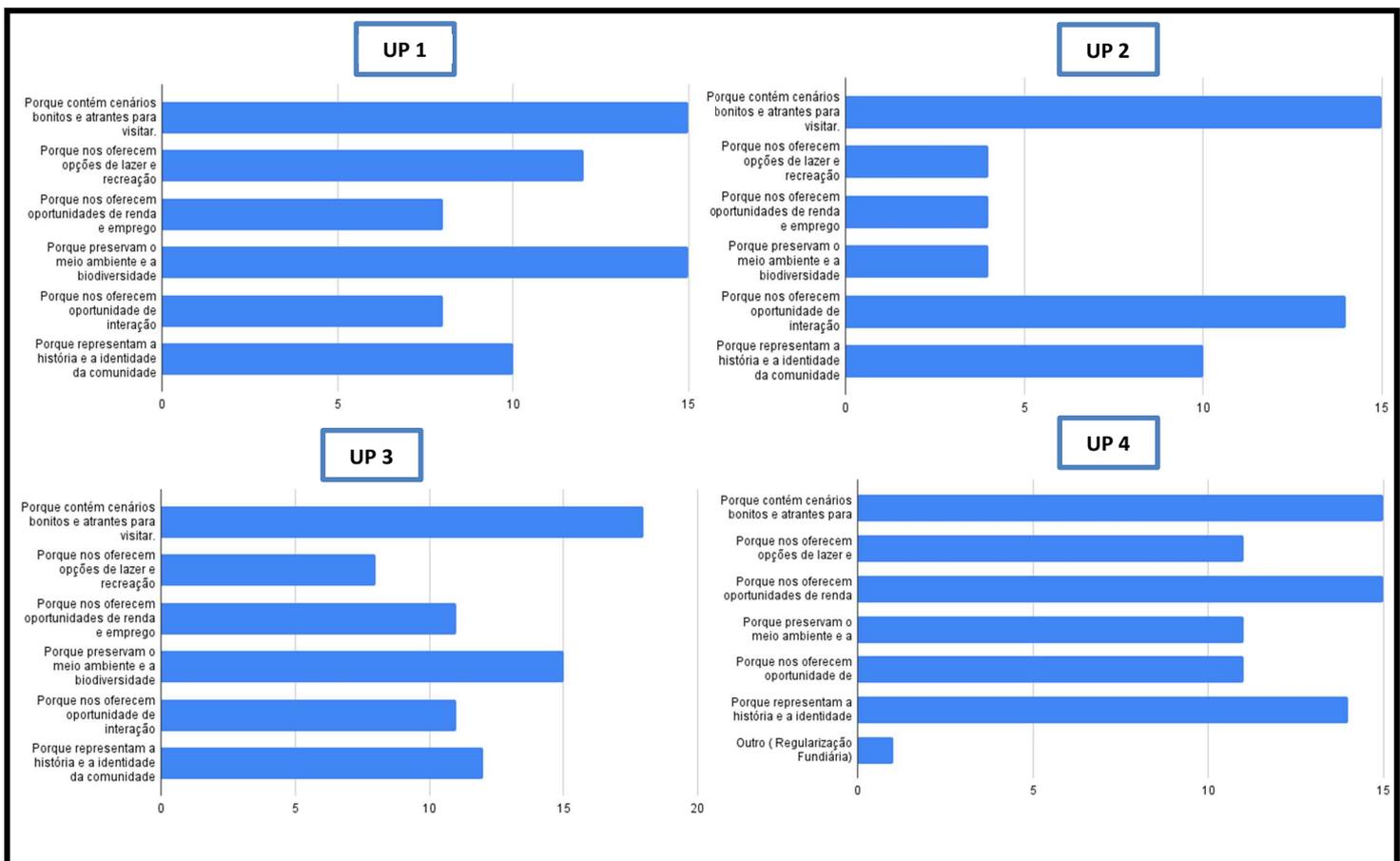
✓ Parte C – Qualificação das Paisagens Parte C – Qualificação das Paisagens

Essa parte, composta de duas perguntas fechadas, foi elaborada para mapear os valores e a percepção visual que os respondentes atribuem às suas paisagens, ou seja, às suas características intangíveis.

- (i) A questão colocada para identificar como as pessoas valorizam os lugares em função do seu uso foi: *Por que esta área é importante para a qualidade de vida da comunidade e deve ser valorizada?*

A Figura 31 contém os resultados dessa questão, com base no percentual das respostas por Unidade de Paisagem.

Figura 31 — Gráficos de percepção dos respondentes sobre a importância de se valorizar suas paisagens



Fonte: Questionário (2022) – Apêndice C

Como resultados desta questão observa-se:

- A UP1 deve ser valorizada principalmente: “Porque contém cenários bonitos e atraentes para visitar” e “Porque preservam o meio ambiente e a biodiversidade”. 15 participantes (78,9%) escolheram essa opção, sendo ambas empatadas em primeiro lugar.

- Para a UP 2, a opção mais escolhida por quatorze 14 participantes (73,3%) foi: “Porque nos oferecem oportunidade de interagir com as pessoas da comunidade”, seguida da opção: “Porque representam a história e identidade da comunidade” e “Porque contém cenários bonitos e atraentes para visitar”, com 10 participantes (52,6%) cada.
- A escolha majoritária para a valorização da UP 3 por 18 participantes (94,7%) foi: “Porque contém cenários bonitos e atraentes para visitar”. Logo em seguida escolhida por 15 participantes (78,9%): “Porque preservam o meio ambiente e a biodiversidade”. Essas duas preferências foram as mesmas escolhidas para a UP 1.
- A UP 4 aponta duas opções, também empatadas em primeiro lugar selecionadas por 15 participantes (78,9%): “Porque contém cenários bonitos e atraentes para visitar” e “Porque nos oferecem oportunidade de interagir com as pessoas da comunidade”.

Da apreciação das respostas dos participantes, e a partir da interação entre o quadro teórico de partida estabelecido para a pesquisa, optou-se por agrupar as respostas identificadas relacionando-as com o conjunto de valores de paisagem adaptados de Nogué e Sala (2006), conforme Tabela 3.

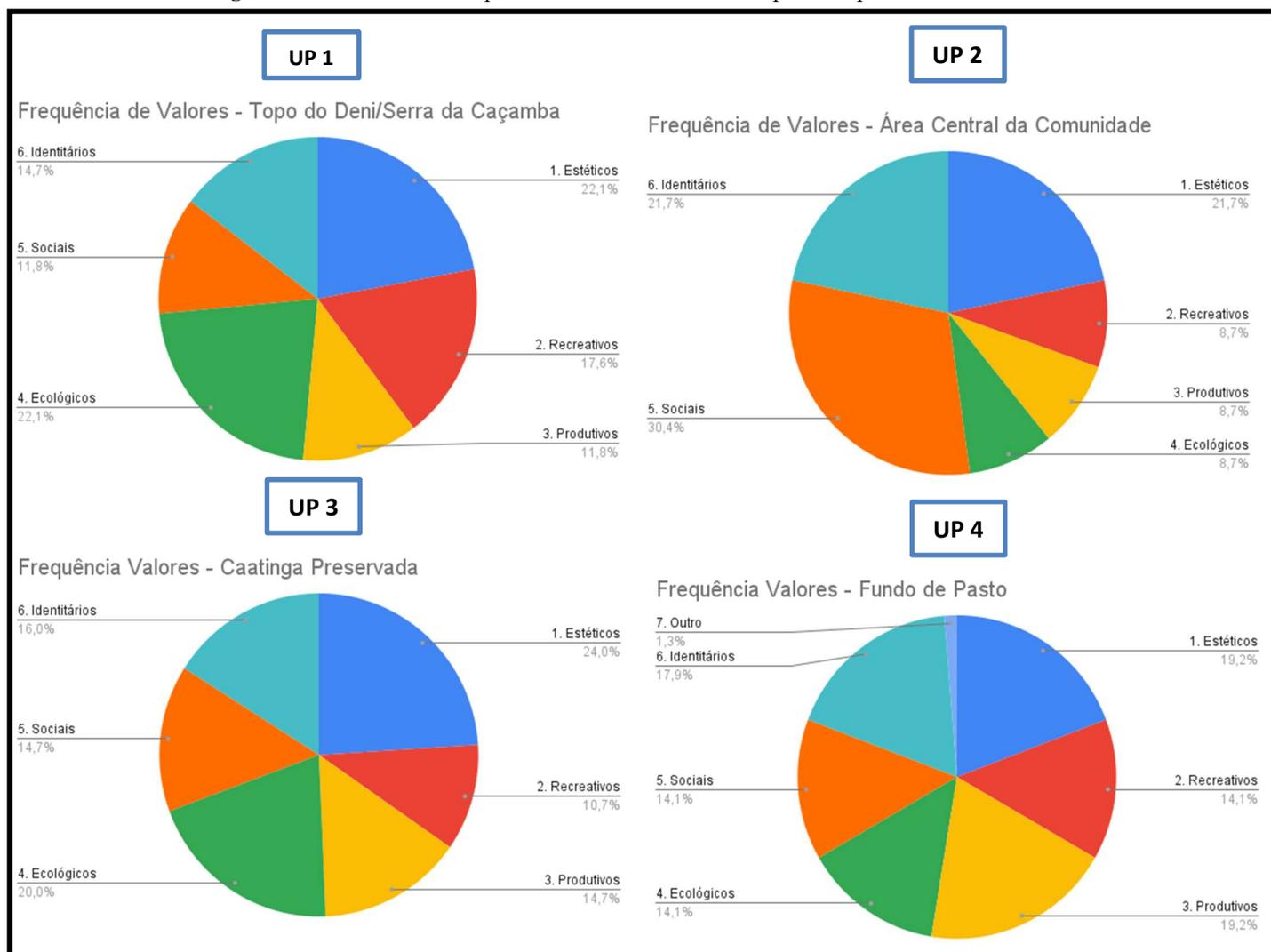
Tabela 3 — Classificação das respostas em função dos grupos de valores

Grupo de valores	Correspondência no questionário	Descrição
(1) Estéticos	Porque contém cenários bonitos e atraentes para visitar.	Relacionados à áreas que transmitem um certo sentimento de beleza, dependendo do significado e valorização cultural que adquiriu ao longo da história, contém cenários atraentes, incluindo visões, cheiros e sons.
(2) Recreativos	Porque nos oferecem opções de lazer e recreação.	Relacionados à áreas que oferece oportunidades de lazer e recreação.
(3) Produtivos	Porque nos oferecem oportunidades de renda e emprego	Relacionados à áreas produtivas da paisagem na comunidade, como áreas agrícolas, ou pecuária.
(4) Ecológicos	Porque preservam o meio ambiente e a biodiversidade.	Relacionados à áreas de especial interesse natural; voltados à preservação ou conservação, como nascentes, corpos d'água, florestas.
(5) Sociais	Porque nos oferecem oportunidade de interagir com a pessoas da nossa comunidade.	Relacionados à áreas para interação social.
(6) Identitários	Porque representam a história e a identidade da comunidade.	Relacionados à áreas que possuem: carga simbólica ou de identidade para as populações locais, tendo em conta a relação de pertencimento; pontos de referência especiais; vida simples; artesanato local; festas religiosas; gastronomia local;

Fonte: Elaborada pela autora

A partir dessa correlação, foi possível mapear a frequência da percepção dos valores por Unidades de Paisagem, conforme seguem os gráficos na Figura 32:

Figura 32 — Gráficos de frequência dos valores atribuídos pelos respondentes às UPs



Fonte: Elaborada pela autora

Observa-se que, para a UP 1, há três valores paisagísticos que predominam – “Estéticos”, “Ecológicos” e “Recreativos”, com contagens de 22,1%, 22,1%, e 17,6%, respectivamente. Essa paisagem do Topo do Deni ou Serra da Caçamba é muito valorizada por uma mistura de beleza natural (valores estéticos) e de diversidade de flora e fauna nativas ainda preservadas (valores ecológicos) e é confirmada pela análise de uniformidade das respostas. Considera-se que os valores produtivos e sociais são relativamente baixos em contagem, talvez por ser uma área que se localiza no entorno da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura e por possuir um relevo mais acidentado.

Para a UP 2, há três valores paisagísticos que predominam – “Sociais”, “Estéticos” e “Identitários”, com contagens de 30,4%, 21,7%, e 21,7%, respectivamente. Essa paisagem do Centro da Comunidade de Fartura é muito valorizada por ser um local de encontro dos moradores (valores sociais), onde acontecem a maioria dos encontros e reuniões, como comprova nas respostas da parte B desse questionário. É uma área apreciada também por suas belezas visuais (valores estéticos) e por contar a história desta Comunidade de Fundo de Pasto, logo diretamente ligada a identidade do grupo (valores identitários).

Para a UP 3, há três valores paisagísticos que predominam – “Estéticos”, “Ecológicos” e “Identitários”, com contagens de 24%, 20%, e 16%, respectivamente. Essa paisagem da Caatinga preservada é muito valorizada por sua beleza natural (valores estéticos) e pela biodiversidade de flora e fauna da Caatinga, que ainda se encontra preservada (valores ecológicos). A questão da ligação com a identidade da Comunidade é evidenciada pelo fato da área ser um ponto de referência e de orgulho para os moradores de Fartura (valores identitários), como citado na seção anterior simboliza uma conquista e a união da Comunidade. Esse valor também corrobora a importância da Comunidade de Fundo de Pasto, na preservação da Caatinga em pé, como se encontra lá na CFP de Fartura.

Para a UP 4, há três valores paisagísticos que predominam – “Estéticos”, “Produtivos” e “Identitários”, com contagens de 19,2%, 19,2%, e 17,9%, respectivamente. Essa paisagem da área de Fundo de Pasto é muito valorizada por suas características culturais de pastos amplos e preservados (valores estéticos) e por ser o lugar com perfil produtivo no qual as pessoas da comunidade criam seus animais soltos, por meio do qual é obtido o seu sustento (valores produtivos).

A questão da ligação com a identidade da Comunidade é inequívoca. A tradição de uso comum da área de caatinga pelas famílias que habitam este território possibilita uma relação de cuidado e preservação da caatinga. Esse bioma conservado garantiu e permanece garantindo a subsistência dessas famílias, como um meio também de salvaguardar a identidade coletiva desse grupo com propósito de reivindicar direitos essenciais à sua reprodução física e cultural.

Destaca-se a importância de quantificar a valorização das paisagens com base nas preferências dos participantes para utilizar essas informações de forma mais objetiva ao propor medidas de gestão da paisagem. A Tabela 4 a seguir apresenta a contagem do número de menções para cada valor de paisagem, resumindo quantitativamente os valores associados a cada Unidade de Paisagem de acordo com as respostas do questionário.

Tabela 4 — Soma das ocorrências por grupo de valor/Unidade de Paisagem

Grupo de Valores/UP	Topo do Dení/Serra da Caçamba	Área Central da Comunidade	Caatinga Preservada	Fundo de Pasto
1. Valores estéticos	15	10	18	15
2. Valores recreativos	12	4	8	11
3. Valores produtivos	8	4	11	15
4. Valores ecológicos	15	4	15	11
5. Valores sociais	8	14	11	11
6. Valores identitários	10	10	12	14
7. Outros				1
Total por UP	68	46	75	77

Fonte: Elaborada pela autora

Essa análise dos resultados destaca a contagem total de citações, que alcançou 266 menções. Isso permite calcular a proporção de ocorrências de cada grupo de valor por Unidade de Paisagem em relação ao total geral de ocorrências. Esse cálculo oferece um panorama sobre o estado dos valores associados a cada UP, indicando a predominância ou representatividade de cada valor dentro das diferentes paisagens

Tabela 5 — Estado dos valores por Unidade de Paisagem

Grupo de Valores/UP	Topo do Dení/Serra da Caçamba	Área Central da Comunidade	Caatinga Preservada	Fundo de Pasto
1. Valores estéticos	5,6	3,7	6,7	5,6
2. Valores recreativos	4,5	1,5	3,0	4,1
3. Valores produtivos	3,0	1,5	4,1	5,6
4. Valores ecológicos	5,6	1,5	5,6	4,1
5. Valores sociais	3,0	5,2	4,1	4,1
6. Valores identitários	3,7	3,7	4,5	5,2
7. Outros				0,37

Fonte: Elaborada pela autora

De acordo com essa Tabela 5 resume-se que:

- Os valores estéticos são preponderantes nas UPs do Topo do Dení/Serra da Caçamba, da Caatinga Preservada e da Área do Fundo de Pasto;
- Os valores ecológicos têm maior apelo nas UPs do Topo do Dení/Serra da Caçamba e na Área de Fundo de Pasto.
- Os valores produtivos se destacam nas UPs de Caatinga Preservada e Fundo de Pasto;
- Os valores sociais têm predominância na Área Central da Comunidade;

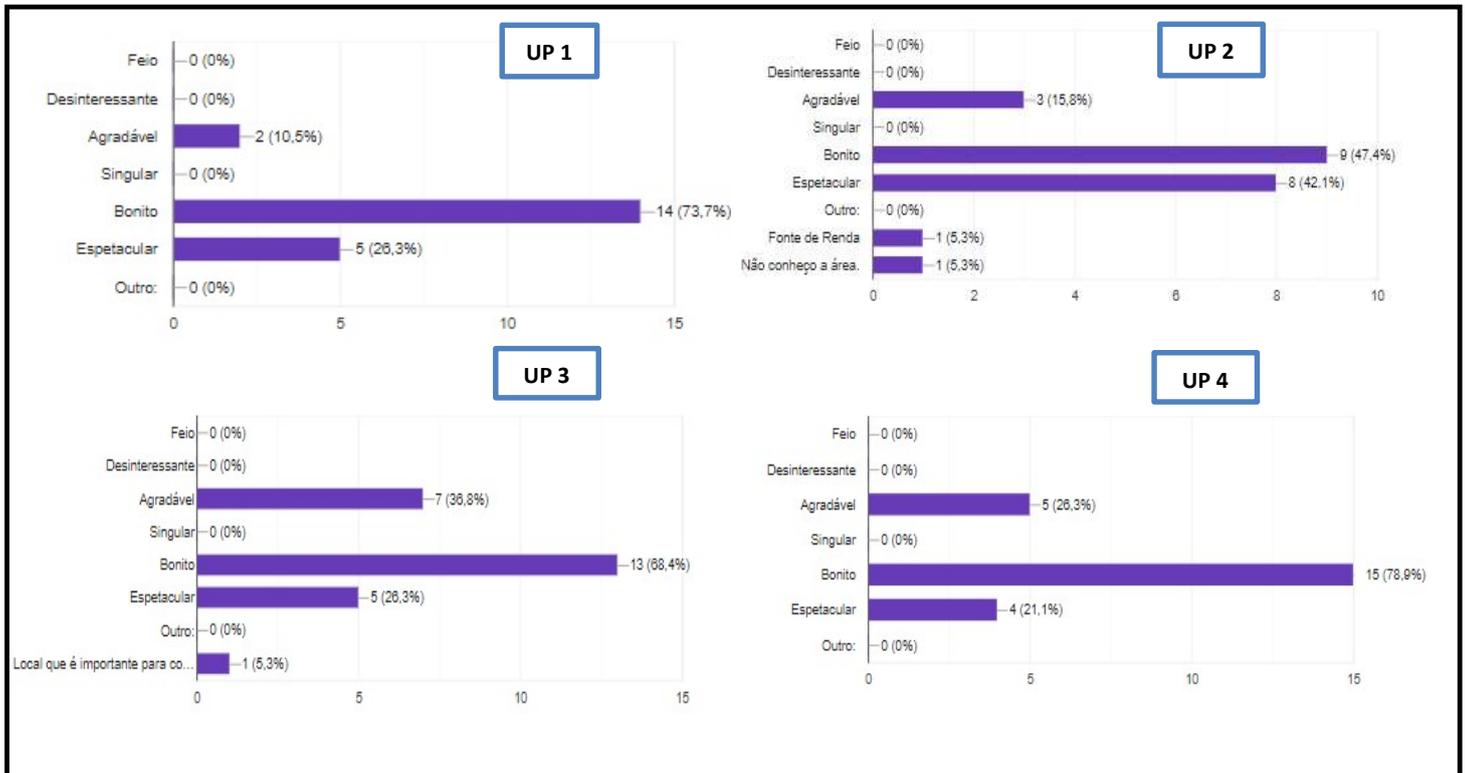
- Os valores identitários tem maior predominância no Fundo de Pasto e região da Caatinga Preservada, porém com pouca variabilidade para as demais UPs;
- Já os valores estéticos são os que mais ocorrem nas UPs, em contrapartida dos valores recreativos que menos foram citados.
- Esses resultados confirmam que a estética mantém uma importante associação com a qualidade de múltiplas paisagens.

Com base nas informações apresentadas nas Tabelas 4 e 5, busca-se estabelecer uma conexão entre as próximas perguntas do questionário (parte D). O objetivo é viabilizar a análise das ameaças e oportunidades, considerando a relação dos respondentes com suas paisagens numa escala de valor. A intenção é que esse enfoque quantitativo sirva como fundamento para facilitar a sugestão de propostas e tomadas de decisões.

(ii) A questão colocada para identificar como as pessoas qualificam os lugares em função da sua beleza cênica/visual foi: *Por que esta área é importante para a qualidade de vida da comunidade e deve ser valorizada?*

A Figura 33 contém os resultados da questão, com base no percentual das respostas por UP.

Figura 33 — Gráficos de percepção dos respondentes sobre a beleza cênica das paisagens



Fonte: Questionário (2022) - Apêndice C

O termo "Bonito" destacou-se como o mais mencionado em todas as Unidades de Paisagem, sendo citado por 73,7%, 47,4%, 68,4% e 78,9% dos participantes, respectivamente, para as UPs 1, 2, 3 e 4. Por outro lado, os adjetivos "Feio", "Desinteressante" e "Singular" não foram mencionados em nenhuma das UPs. Isso sugere uma avaliação positiva geral das áreas, sem menções a adjetivos com conotação negativa. A maioria dos respondentes pareceu optar por uma posição intermediária na escala de avaliação, atraída por adjetivos que se encontram entre "Feio" e "Espetacular".

As categorias utilizadas na pesquisa foram escolhidas de forma semelhante ao estudo de Muñoz-Pedrerros *et al.* (1993), onde cada adjetivo corresponde a um valor específico conforme a escala internacional de valores, conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 — Escala de valores universais de Muñoz-Pedrerros et al. (1993)

Categorias	Valores
Espetacular	16 a 32
Bonito	8 a 16
Distinto	4 a 8
Agradável	2 a 4
Vulgar	1 a 2
Feio	0 a 1

Fonte: Adaptado de Muñoz-Pedrerros *et al.* (1993).

Da mesma forma que na questão anterior, as respostas foram analisadas considerando não apenas os adjetivos mais mencionados, mas através de uma quantificação. Para isso, os adjetivos foram agrupados na Tabela 6, seguindo a escala universal de valores conforme a pontuação do Quadro 7. Em seguida, esses resultados foram convertidos em valores unitários e, por meio do cálculo da média aritmética dos valores, foi possível calcular um valor absoluto de beleza cênica para cada UP.

Tabela 6 — Percentual de opiniões e superfície interpolada por conceito e classificação.

Adjetivos/ Valores	Topo do Deni/Serra da Caçamba		Área Central da Comunidade		Caatinga Preservada		Fundo de Pasto	
	Contagem Opiniões	Valor Numérico	Contagem Opiniões	Valor Numérico	Contagem Opiniões	Valor Numérico	Contagem Opiniões	Valor Numérico
Feio (0)	-	-	-	-	-	-	-	-
Agradável (2)	2	4	3	6	7	14	5	10
Singular (4)	-	-	-	-	-	-	-	-
Bonito (8)	14	112	9	72	13	104	15	120
Espetacular (16)	5	80	8	128	5	80	4	64
Total/ Média	21	9,3	20	10,3	25	7,9	24	8,1

Fonte: Elaborada pela autora

Em termos numéricos, a comparação das Unidades de Paisagem com base nos adjetivos que descrevem sua beleza cênica, conforme apresentado na Tabela 6, revelou que a média geral da Área de Caatinga Preservada foi de 7,9 na escala de valores universais, situando-se na categoria "Singular". As avaliações das UPs 1, 2 e 4 resultaram em médias totais de 9,3; 10,3 e 8,1, respectivamente, na escala universal de valores, classificando-as como paisagens "Bonitas". Destaca-se que essa categoria representa o valor mais elevado de beleza associado à UP 2 - Área Central da Comunidade.

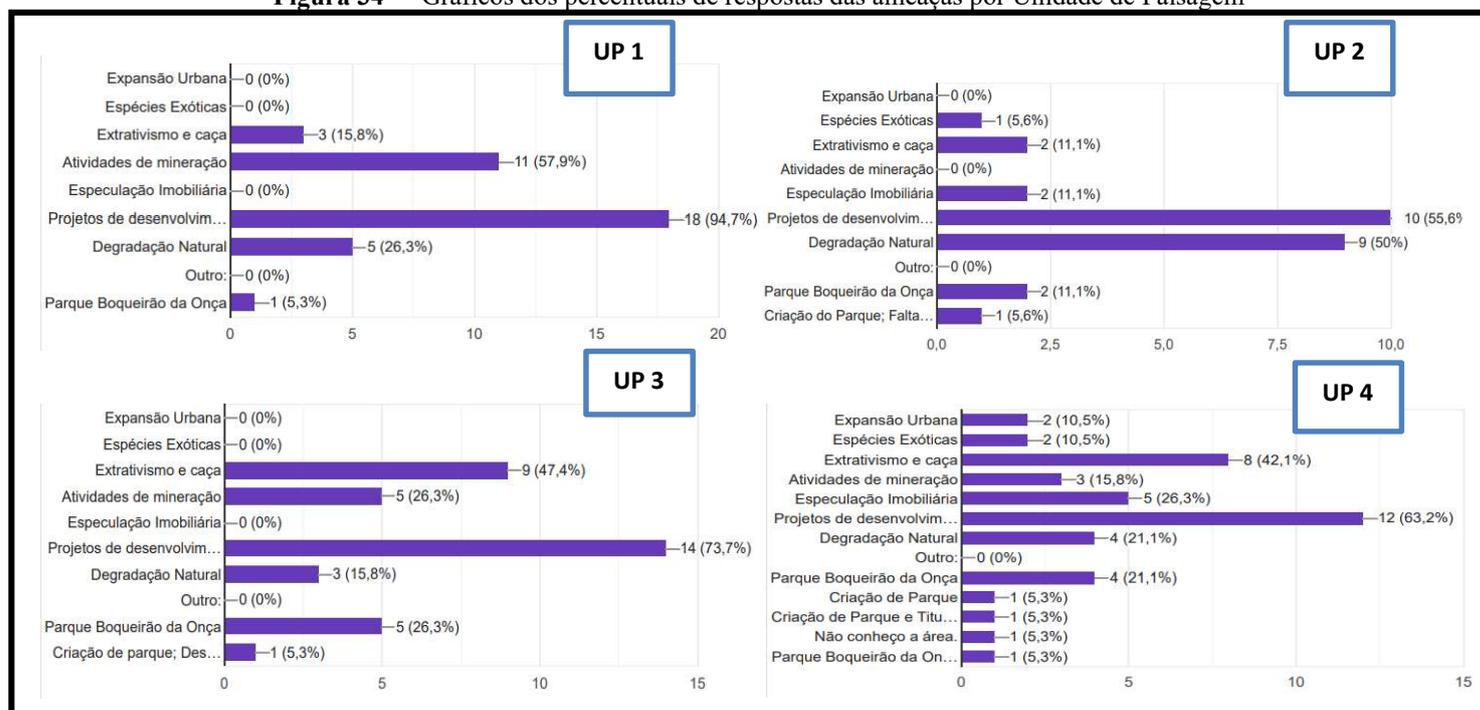
Considerando a subjetividade inerente à percepção da beleza, a quantificação foi adotada como meio de resumir as respostas de maneira mais objetiva. Tal abordagem é relevante, uma vez que a beleza é um atributo crucial da paisagem e um dos fatores que influenciam sua valorização.

✓ Parte D – Ameaças e Oportunidades das Paisagens

Essa etapa do questionário, composta por duas perguntas fechadas, teve como objetivo a identificação das principais ameaças e oportunidades para se manter e/ou melhorar a qualidade das paisagens na visão dos participantes da Oficina 2. Esses tiveram que escolher, a partir de uma lista pré-determinada, para cada Unidade de Paisagem, as quais foram definidas com base na literatura e nas informações obtidas na visita de campo 1, conforme sintetizado a seguir:

- (i) *Tem algum vetor de pressão/ameaça atuando para diminuir o tamanho destas áreas? Em caso positivo, marque quais fatores existem na área.*

Figura 34 — Gráficos dos percentuais de respostas das ameaças por Unidade de Paisagem



Fonte: Questionário (2022) – Apêndice C

A Figura 34 mostra os resultados, com base nas respostas por UP, nos quais se destacam:

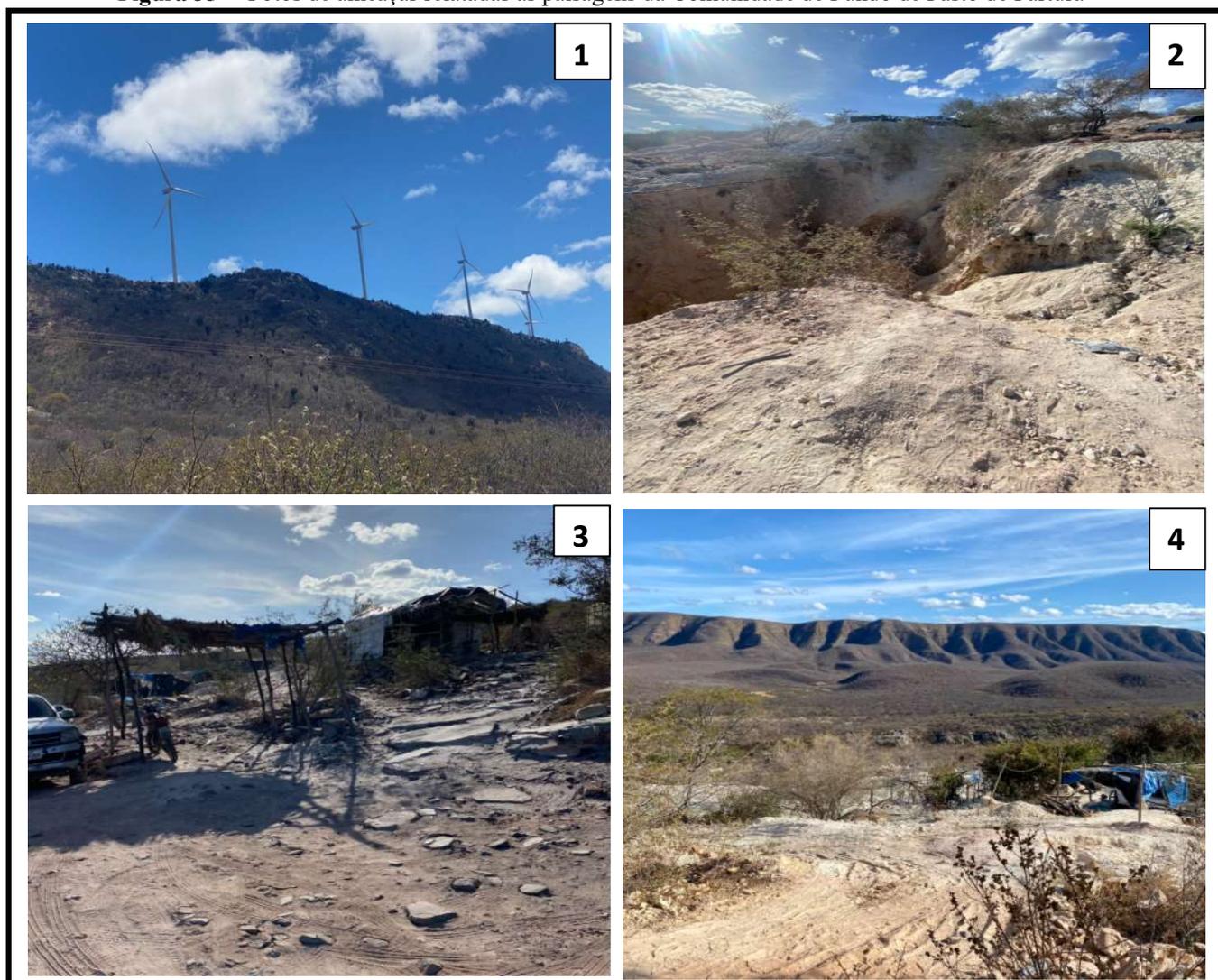
- Um consenso dos participantes de que “Projetos de Desenvolvimento, como a implantação de Parques Eólicos” é a principal ameaça para as quatro UPs da CFP de Fartura, com as seguintes percentagens de respondentes: UP 1 – 95%; UP 2 – 55,6%; UP 3 – 73,7% e UP 4 – 63,2%.
- Em seguida, como principal vetor de pressão, 58% dos participantes mencionam “Atividades de mineração” para a UP 1; 50% mencionam “Degradação Natural” para a UP 2 e respectivamente: 47,4 % e 42,1% mencionam Extrativismo e Caça Clandestina para a UP3 e UP 4.
- Destaca-se que a opção “Outros”, que foi selecionada para todas as UPs, e as respostas complementares enfatizam como ameaças para a qualidade da paisagem na Comunidade: “Criação do Parque Nacional Boqueirão das Onças” e “Falta de Regularização Fundiária”. Esses dois itens configuraram-se na maioria das repostas e das conversas informais durante as visitas de campo, como fatores de maior preocupação e angústia dos moradores.

Ao colocar como opção entre as ameaças a questão de implantação de “projetos de desenvolvimento”, nos referimos, sobretudo, às políticas neoliberais que têm produzido efeitos concretos no mercado de terras mundial, afetando diretamente os modos de vida e as formas de acesso aos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, conforme trata Mombelli (2013). Algumas características-chave que podemos acrescentar a esses projetos é que dependem de grandes investimentos públicos e/ou privados e causam uma série de externalidades em seu entorno. Alguns exemplos podem ser citados como: ferrovias, rodovias, hidrelétricas e projetos de infraestruturas em geral, para geração de energia, agropecuária, mineração, entre outros. Nesses contextos, os Povos e Comunidades Tradicionais são, muitas vezes, percebidos meramente como entraves a esses tipos de projetos de desenvolvimento.

A região onde está localizada a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura e o município de Sento Sé são áreas de considerável potencial eólico e de mineração. Este potencial é documentado em fontes como o Atlas Eólico da Bahia (Bahia, 2013), que mapeia os padrões de vento em todo o estado, e no Mapa Geológico da BA elaborado pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (Bahia, 2012), o qual identifica áreas de exploração mineral no estado. Sento Sé é o maior município em número de usinas eólicas em operação no estado da Bahia, contando com um total de 58 usinas. Além disso, no contexto da mineração, a Bahia figura como o terceiro maior estado produtor mineral do país de acordo com o ranking nacional.

A Figura 35 evidencia a presença de fortes alterações na paisagem, como desmatamentos e abertura de acessos para futuros parques eólicos e atividades de mineração nas áreas circundantes à Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Importante salientar que, embora não haja atualmente um projeto definido para instalação de energia eólica ou mineração dentro de sua área imediata, essas possíveis ameaças geram preocupação entre os residentes da comunidade

Figura 35 —Fotos de ameaças relatadas às paisagens da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Rosa (2022). **Legenda:** Fotos [1]. Parques Eólicos em topos de morros, localizados na beira da rodovia, no percurso Juazeiro – CFP de Fartura [2 e 3]. Garimpo da “Quixaba” mineração artesanal de ametista, situado na estrada de chão que dá acesso à CFP de Fartura, distando aproximadamente 15 km [4]. Atrás da infraestrutura precária do pequeno garimpo da Quixaba, onde é nítida a degradação não só ambiental, mas as condições perigosas e rudimentares em que operam, observa-se as chapadas do Parque Nacional Boqueirão da Onça.

Além da instalação desses empreendimentos implicarem em alterações visíveis nas paisagens locais, suas consequências e contribuições locais devem ser tratadas a partir das dimensões políticas, econômicas, socioculturais e espaciais, conforme bem retrata Pereira (2010).

È válido destacar que, uma vez que se percebe que as grandes vantagens propagandeadas por esses projetos voltados para as regiões em que se inserem costumam atender, em grande medida, apenas aos interesses dos investidores, de modo que o saldo que fica para as comunidades locais é inexistente (Santa Brígida da Silva, 2022). Ou seja, como afirma Kadir Rodrigues, liderança da CFP de Fartura, “a conta não fecha”. Ele afirma que uma das primeiras estratégias das empresas tanto de energia quanto de mineração antes de se instalarem em um local é se apropriar das terras ou tentar comprá-las, sendo que as terras são ocupadas por uma diversidade de comunidades rurais, como eles.

O Parque Boqueirão da Onça que é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, ocupa 346.908,10 mil hectares nos municípios de Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho e Campo Formoso nasceu justamente em resposta à pressão de mineradoras e empresas geradoras de energia eólica nesta região. Trata-se uma das maiores áreas de proteção da caatinga e de espécies de onças, como a onça parda e a onça pintada, além de outros mamíferos de médio e grande porte, como o Caetité, o tamanduá-bandeira, a tatupeba, o veado-catingueiro, o gato-do-mato e a jaguatirica. Os moradores da CFP de Fartura ratificam a presença dos animais na região e relatam até alguns prejuízos com os bezerros devido o ataque delas, mas não os interessam caçá-las ou matá-las.

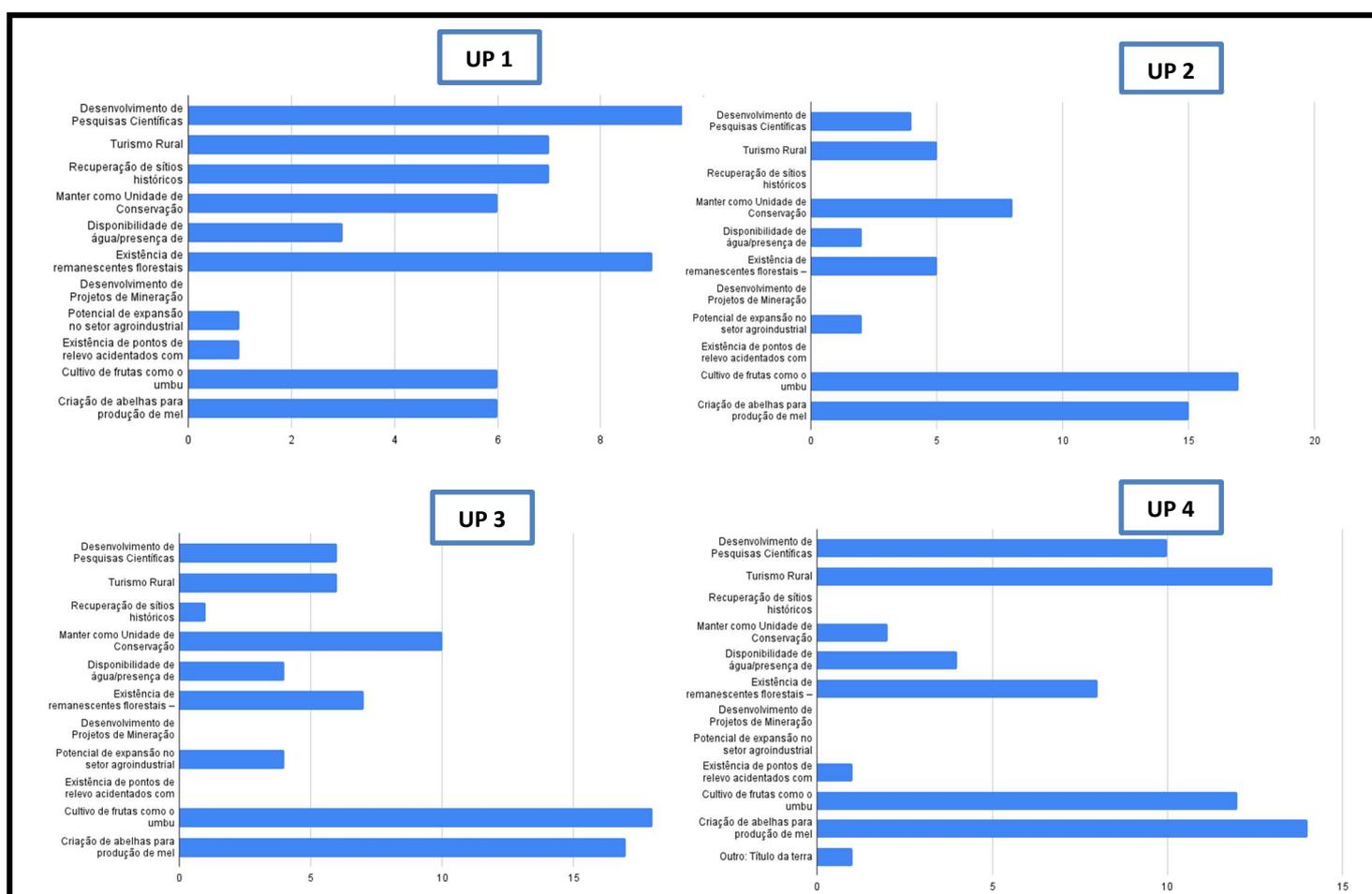
Não obstante, o novo Atlas Eólico da Bahia (Bahia, 2013) confirma que grande parte das áreas promissoras com potencial para desenvolvimento de projetos eólicos em Sento Sé está dentro dos limites do polígono, naquela época em estudo para a criação daquele Parque. O que agrava o descontentamento da população de Fartura, que alega que os parques eólicos foram considerados na delimitação do Parque Boqueirão das Onças e as terras deles não. A situação se assemelha ao caso dos projetos de mineração, por meio dos quais muitas famílias tiram seu sustento, mas temem o processo de degradação da Caatinga e os cortes na paisagem para procura de minérios, como foram várias vezes citadas a mineração de ametista no “morro da Quixaba”, onde foi gerado uma verdadeira convulsão social quando enfrentou seu auge, atraindo mais de 7 mil pessoas entorno dessa atividade.

Kadir Rodrigues, liderança da Comunidade, ressalta que “lá na Serra da Caçamba (UP 1) tem muitos minérios, tem cristal branco, já foi sondado e o pessoal já encontrou minérios, então é uma das questões preocupantes a serem preservadas, porque às vezes, pode de qualquer sorte chegar uma grande empresa que venha a explorar e vai prejudicar a vida das famílias das comunidades que moram ao redor, como é o caso da gente, Fartura e de outras próximas, afetando a beleza cênica e natural de nossa terra”. Esta declaração expressa o receio de que a exploração desses recursos minerais por possa prejudicar a Comunidade e ressalta a importância de equilibrar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, a fim de proteger os interesses das comunidades locais.

Essa questão e sobretudo a criação do Parque Nacional Boqueirão da Onça agravam-se pela insegurança jurídica de seus territórios tradicionais. Segundo Bahia (2012) apenas 25 associações detêm o título das terras coletivas no estado da Bahia, o que dificulta o acesso delas ao crédito, à segurança e conseqüentemente acarreta a outra grande preocupação dos moradores: a grilagem de terras. Sobre esse processo, a liderança da Comunidade, Kadir Rodrigues, coloca que “alguém registra em cartório, grande parte terras já ocupadas por eles. Desde 2018, ‘meliantes’ se aproximam das áreas com GPS e se dizem donos. O Parque que se diz ser uma Unidade de Conservação, tem muitos desvios, porque chegam as empresas levando o direito das pessoas. Essa é realidade que está acontecendo. Não somos objetos, somos vidas”. A declaração destaca-se a preocupação com a perda de terras ocupadas pela Comunidade diante das mudanças e pressões externas, enfatizando a importância de reconhecer a comunidade como vidas, não meros objetos.

(ii). Quais os aspectos positivos desta área podem ser revertidos em benefício da comunidade, observando a ocupação sustentável do território da comunidade?

Figura 36 — Gráficos dos percentuais de respostas das oportunidades por UP



Fonte: Questionário (2022) – Apêndice C

A Figura 36 mostra os resultados, com base nas respostas por UP, nas quais e destacam:

- As oportunidades mais citadas para a UP 1 foram “Desenvolvimento de Pesquisas Científicas” (52,6%) e “Existência de Remanescentes Florestais” (47,4%). Para a UP 2 e UP 3, respectivamente, pontuaram em primeiro lugar oportunidades como o: “Cultivo de frutas” (94,4% e 94,7%) e a Criação de abelhas para produção do mel” (83,3% e 89,5%). Para a UP 4, a oportunidade mais citada foi a “Criação de abelhas” (73,3%) e “Turismo Rural” (68,4%).

Esses resultados indicam que diferentes oportunidades são valorizadas em cada UP da CFP.

Na UP 1, há destaque para o desenvolvimento de pesquisas científicas e a existência de remanescentes florestais. Nas UPs 2 e 3, a ênfase recai principalmente no cultivo de frutas e na criação de abelhas para produção de mel. Já na UP 4, as oportunidades mais citadas foram a criação de abelhas e o turismo rural. Essa variação demonstra que cada área é percebida como tendo seu próprio potencial e oportunidades específicas para exploração e desenvolvimento.

Ao analisar as oportunidades mencionadas pelos residentes da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, referimo-nos aos aspectos positivos que podem ser enfatizados na paisagem da Comunidade, capazes de melhorar a qualidade das paisagens se potencializados, ou ainda, atributos que podem trazer benefícios à comunidade. Fica evidente que a Comunidade possui vocação florestal, onde a Caatinga pode servir como catalisador crucial para impulsionar a bioeconomia e a renda da população, além de preservar a vegetação e manter ou aprimorar a qualidade das paisagens. Os próprios moradores reconhecem o papel essencial da Caatinga na preservação de seu modo de vida.

Para a UP 1, Kadir Rodrigues, liderança da Comunidade, ressalta que “lá na Serra da Caçamba ou no Topo Dení tem várias espécies de plantas nativas da Caatinga, que aqui onde a gente mora não tem, e que eu até eu cientificamente não sei o nome, então é algo que sem dúvidas tem que ser estudado e preservado para que possa dar continuidade a existência dessa mata ciliar, dessa caatinga que é tão deslumbrante para vida das pessoas e para natureza”.

Outras oportunidades destacadas pela Comunidade são a valorização da tradição de criação de abelhas e a produção do mel, que agora foram impulsionadas com a implantação das Unidade de Beneficiamento do Mel e de Frutas pelo IRPAA. “O que a gente quer e busca é preservar a Caatinga, diante da importância tanto do pasto apícola, como da existência da vegetação nativa para extrativismo, garantindo a permanência das famílias no território, nós dependemos totalmente da Caatinga” afirma Dona Luzia, moradora da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, que fabrica suas polpas e comercializa na feira da região de Sento Sé, conforme Figura 37.

O Turismo de base comunitária é também mencionado como uma possível condição favorável a ser aproveitada pela comunidade, que pode gerar benefícios coletivos, promovendo a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável das belezas naturais da região para fins recreativos e educativos.

Figura 37 — Oportunidades com o cultivo de frutas identificados na Comunidade



Fonte: Rosa (2022). **Legenda:** Fotos [1]. Polpas produzidas na Unidade de Beneficiamento de Frutas pela Dona Luzia e vendidas na feira semanal em Sento Sé [2]. Típico limão da região, coletado na Caatinga e comercializado pelos moradores também na feira de Sento Sé [3]. Evento de Culminância de encerramento das aulas na Comunidade, é comum o lanche ser frutas ou produtos cultivados pela própria Comunidade.

Esse processo de identificação das ameaças e oportunidades é primordial nessa etapa para a compreensão do conjunto de desafios que se colocam a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, a partir da visualização das dinâmicas socioterritoriais que devem ser minimizadas ou potencializadas. Isso possibilita que se proponha a priorização de ações para lidar com elas inerentes à cada Unidade de Paisagem na formulação dos Objetivos de Qualidade da Paisagem.

✓ Parte E – Estratégias

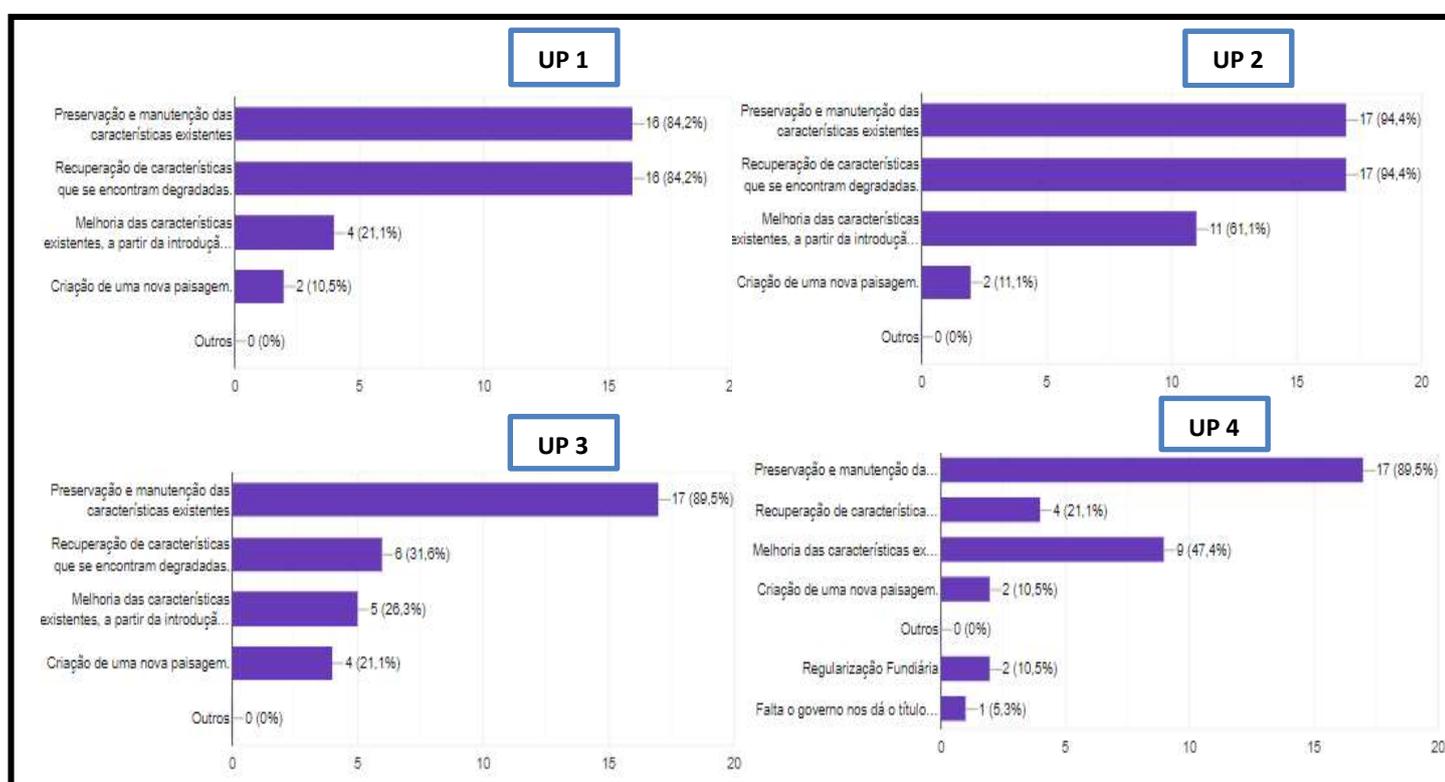
A questão fechada desta parte do questionário almeja averiguar a percepção sobre a principal estratégia para melhorar a qualidade das paisagens da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Essa parte se alinha à abordagem da Convenção Europeia da Paisagem que designa que a ação sobre a paisagem é diferenciada em três tipologias - proteção, gestão e ordenamento da paisagem:

- “Proteção da paisagem” - designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor, resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana;

- “Ordenamento da paisagem” - designa as ações com forte caráter prospectivo visando, a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens;
 - “Gestão da paisagem” - designa as ações visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais;
- (i) A questão colocada aos respondentes foi: “Qual tipo de ação é fundamental para que esta área funcione direito e mantenha seu valor?”

A Figura 38 contém os resultados da questão, com base no percentual das respostas por UP.

Figura 38 – Gráficos dos percentuais de respostas das estratégias por Unidade de Paisagem



Fonte: Questionário (2022) – Apêndice C

As ações essenciais apontadas de forma unânime para todas as UPs foram a "Preservação e manutenção das características existentes", destacando a proteção das paisagens da Comunidade. Entre os 19 participantes, 84,2% mencionaram essa ação como fundamental tanto para a UP1 quanto para a UP2; 89,5% para a UP3 e UP4. Em primeiro lugar, tanto para as UPs 1 e 2, os entrevistados destacaram a necessidade de "Recuperação de características degradadas", indicando medidas para ordenamento das paisagens. Essa opção também se destacou em segundo lugar para a UP3. Já para a UP4, 47,4% dos participantes ressaltaram a necessidade de "Melhoria das características existentes". Identificar estratégias para cada UP orientará a definição dos OQPs, detalhados na etapa 3

5.3.2.4 Caracterização das Unidades de Paisagens

A aplicação do passo 2 na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, a partir dos resultados dos questionários (Apêndice C), teve como produto a validação dos nomes e características principais das Unidades de Paisagem. A síntese das paisagens identificadas na CFP de Fartura, a partir da perspectiva dos valores diferenciais acerca das ameaças, oportunidades e estratégias atribuídos pela comunidade às suas paisagens, encontra-se no Quadro 8.

Quadro 8 — Síntese das características das paisagens identificadas na CFP de Fartura

Zona	UP	Caracterização	Valores Associados	Ameaças	Oportunidades	Estratégias
Topo do Deni/Serra da Caçamba	UP 1: Encosta da Serra da Caçamba	Ponto mais alto visitado, de onde se avista toda a Comunidade de Fartura. Solo rochoso, Afloramentos de quartzo branco; Relevo Inclinado. Microclima mais ameno. Caatinga arbórea.	A comunidade avaliou esta área como “Bonita”, com valor 9,3. Tem um elevado valor ecológico e estético pois forma um singular cenário cênico, com mirante de onde podem apreciar as paisagens da Comunidade.	- Empresas de mármore; - Parques Eólicos; - Mineração;	-Desenvolvimento de Pesquisas Científicas; - Existência de Remanescentes Florestais.	- Ações de Preservação; - Recuperação das características degradadas;
Área Central da Comunidade	UP 2: Vale Fluvial Antropizado	Paisagem bastante humanizada nas zonas juntos às casas, embora com povoamento disperso, onde se observa um equilíbrio entre as áreas familiares com quintais/pomares., e um mosaico misto de caatinga preservada com pequena produção agrícola. Ruas não pavimentadas. Riacho Bazuá perpassa toda o território.	Esta paisagem foi qualificada como "Bonita", com valor 10,3. As áreas familiares, roças, vazantes do Riacho Bazuá, quintal produtivo da Dona Luzia, campos de futebol, a igreja, a escola e as Unidades de Beneficiamentos de Frutas e Mel são locais. Super valorizados constituem um importante local de encontro pelos moradores da Comunidade, portanto uma área de elevado valor social.	- Empresas de Energia Eólica; -Degradação natural, com várias áreas com solo exposto propensos a desertificação; - Erosão do solo às margens da estrada; - Remoção da mata ciliar do riacho; - Fragmentação das roças com o tempo (sistema de herança), - Diminuição dos rendimentos devido o enfraquecimento do solo.	- Taxa de proximidade do lençol freático; - Cultivo de feijão, milho, batata, melancia, banana, mandioca. - A tecnologia aplicada nos plantios é baixa para os padrões locais. - Vocação para extrativismo vegetal. -Procurar aproveitar melhor as estruturas das Unidades de Beneficiamento de Frutas e de Mel.	- Ações de Preservação; - Recuperação das características degradadas;
Caatinga Preservada	UP3: Caatinga Arborea preservada em terraço fluvial	Corresponde à área com maior número de espécies arbóreas da Caatinga; Vegetação Nativa preservada; Rica Biodiversidade; A área de 138 hectares de recaatingamento, cercadas para recuperação ambiental faz parte desta paisagem; Relevo plano ou pequenos declives; Caatinga arbórea; ocupa a maior parte do território da Comunidade.	Classificada como uma paisagem “Singular, valor 7,9”. É uma paisagem rica em biodiversidade, tanto em flora como em fauna da Caatinga preservada e muito valorizada por sua beleza natural A questão da ligação com a identidade da Comunidade é realçada por esta área ser um ponto de referência e orgulho para os moradores de Fartura.	-Projetos de Desenvolvimento; -Parque Boqueirão da Onça;	-Recaatingamento é uma experiência pioneira no semiárido; -Oficinas de capacitação e manejo ambiental com as comunidades rurais; - Plantio de mudas da Caatinga por meio de mutirões.	- Ações de Preservação;
Área de Fundo de Pasto de Fartura	UP4: Pasto de uso comum em Caatinga Aberta	Área coletiva da comunidade. Sem cercas. Relevo plano. Considerado como área de reserva e, por isso, entende-se que nela todos os moradores têm acesso para a criação extensiva de caprinos, ovinos, em alguns casos, gado e para o extrativismo da Caatinga.	Esta paisagem foi qualificada como "Bonita", com valor 8,1. Muito valorizada por suas características culturais de pastos amplos e preservados (valores identitários e estéticos) e por seu o lugar com perfil produtivo onde as pessoas da comunidade criam seus animais soltos, de onde tiram seu sustento.	- Projetos de Desenvolvimento; - Desconhecimento parcial ou total sobre os limites do Parque Boqueirão da Onça; - Luta pela manutenção da identidade local X busca pelo desenvolvimento econômico	- Turismo Rural; - Criação de abelhas para produção de mel.	- Ações de Preservação;

Fonte: Elaborada pela autora

5.3.3. Passo 3 – Apresentação dos Perfis das Unidades de Paisagens

Na CFP Fartura, o passo 3 foi aplicado com base em características específicas das paisagens detectadas na etapa anterior. Assim como o solo tem um perfil, neste estudo, as paisagens foram descritas em termos de perfil, levando em consideração diferentes elementos e características ao longo da Comunidade. O objetivo principal foi elaborar um detalhamento do perfil de cada Unidade de Paisagem identificada, apresentado na sequência.

5.3.3.1. Unidade de Paisagem 1 – UP1: Encosta da Serra da Caçamba

Essa paisagem é conhecida pela Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura como Topo do Dení. Esse nome é atribuído a um político da região de Sento Sé, que teria ido até aquela Serra. Localiza-se no entorno da Comunidade, logo é uma área fora do território contíguo que eles ocupam, mas que a população mantém uma relação estreita de uso e apego com esse lugar. Foi a primeira zona que os moradores mostraram como importante na caminhada transversal realizada na visita de campo 1 e o ponto mais alto visitado, com aproximadamente 800 metros de elevação, de onde é possível avistar toda a Comunidade de Fartura.

O principal elemento da paisagem é o seu relevo montanhoso e acidentado, características geográficas que permitiram a conservação da vegetação nativa, bem como, dos mananciais d'água. Observa-se a presença de solo rochoso, com constante afloramentos de quartzo branco. As pessoas relatam que costuma ser mais frio lá em cima da Serra que na Comunidade, o que caracteriza na Unidade de Paisagem um microclima mais ameno.

A vegetação predominante é a Caatinga, com a predominância de carqueja, aroeira, mandacaru, facheiro, coroa de frade e macambira. A fauna conta com animais típicos como tatu verdadeiro, tatu-bola, tatu-peba, gambá, veado e onça vermelha. Assim, a região apresenta um elevado valor ecológico devido a sua rica flora e fauna ainda preservadas e à riqueza hídrica, pois abarca várias nascentes. Tem também um valor estético importante, pois forma um singular cenário cênico de paisagens preservadas vistas do alto da Serra da, oferecendo uma visão panorâmica da Comunidade. Com relação aos aspectos visuais a comunidade avaliou esta paisagem como “bonita”.

Como ameaças principais à qualidade da paisagem desta UP, os participantes destacaram a degradação natural com a perda de nutrientes do solo e a ação de roedores (mocós) que destroem as árvores provocando sua morte. O mocó (*Kerodon rupestris*) é um roedor com hábito alimentar herbívoro, que pode ser encontrado em áreas rochosas no semiárido no Brasil, que se alimenta de folhas, flores, brotos, ramos e casca das árvores e é observado com frequência na região, assim como os danos à vegetação da Serra da Caçamba.

Outras ameaças citadas foram a preocupação com possíveis implantação de parques eólicos e projetos de mineração futuramente. É uma região muito rica em minérios, sobretudo quartzo branco, que eles se referem como cristal branco.

Como oportunidades principais da Unidade de Paisagem, sobressaíram-se o desenvolvimento de pesquisas científicas e atividades de uso social e contemplativos, ligadas à natureza, como mirantes, coleta de plantas medicinais para uso da Comunidade, acesso a água limpa para lavarem suas roupas (ação relatada por alguns, muito comum no passado, quando não havia cisternas e/ou outras fontes d'água mais próxima às suas residências).

Comparada com as demais Unidades de Paisagens, os grupos de valores que podem ser potencializados são os valores estéticos e ecológicos por conta da diversidade de flora/fauna nativas ainda existentes, em contrapartida os valores produtivos e sociais são relativamente baixos, talvez por ser uma área que se localiza no entorno da Comunidade.

5.3.3.2. Unidade de Paisagem 2 – UP2: Vale fluvial antropizado

Esta Unidade de Paisagem compreende praticamente toda a área utilizada pela Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura para desenvolver suas atividades diárias. O relevo é plano, com variações de 0 a 30 m de altitude em toda a unidade, sendo que ao leste da conforma uma área mais alta com até 490 m de altitude. Paisagem identificada como o Centro da Comunidade de Fartura.

A característica principal dessa paisagem é sua forte influência humana. Trata-se de uma área próxima às residências, onde se nota uma harmonia entre espaços familiares, como pomares e áreas para criação de animais, juntamente com uma combinação mista de vegetação de caatinga preservada e pequenas áreas de cultivo agrícola.

Essa paisagem abrange desde espaços familiares, plantações ao redor do Riacho Bazuá, o quintal produtivo de Dona Luzia, até dois campos de futebol, uma igreja, uma escola e duas Unidades de Beneficiamento – uma de frutas e outra de mel. Estes últimos são edifícios recentes, pintados de branco, cercados e equipados com cisternas, elementos singulares e significativos na paisagem, essenciais para a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, funcionando como pequenas fábricas voltadas para a produção econômica, respaldadas por projetos do IRPAA.

O riacho Bazuá atravessa essa paisagem, onde contribui para a ocorrência de solos mais férteis e propicia o desenvolvimento de atividades agrícolas, como nas vazantes do riacho e no quintal produtivo de “Dona Luzia”. Nestas áreas localizam-se as faixas de plantio, que perpassam toda a Comunidade de Fartura e formam verdadeiros oásis verdes dentro da sequidão da Caatinga.

Sob o aspecto visual, a comunidade avaliou esta área como “bonita”. São áreas supervalorizadas e importante local de encontro dos moradores, portanto uma área de elevado valor social. A paisagem também é apreciada por sua beleza visual e seus valores identitário e produtivo, pois nessas áreas que os moradores habitam e tiram proveito dos seus quintais e roças individuais.

A principal ameaça identificada foi a erosão do solo, especialmente nas áreas expostas próximas às estradas vicinais, aumentando o risco de desertificação. Essa situação se assemelha aos achados de Dias e Lobão (2011), que identificaram locais propensos à desertificação naquela região norte da Bahia. O estudo destaca a fragilidade natural de Sento Sé/BA devido ao clima árido, enfatizando que práticas tradicionais de manejo agrícola, como queimadas e pastoreio excessivo de animais, contribuem para a degradação do solo e da vegetação, comprometendo as atividades rurais.

A desertificação, um processo de difícil reversão e alto custo, é evidente nesta paisagem. Conforme a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNESCO, 1977), esse fenômeno representa a degradação das terras em regiões áridas, semiáridas e sub-úmidas secas, resultado da interação de fatores naturais e humanos, diminuindo a biodiversidade e afetando a produtividade agrícola, levando a instabilidades econômicas e políticas (Oliveira-Galvão e Saito, 2003; PAN-Brasil, 2013). O Plano Estadual de Combate à Desertificação da Bahia também identifica a degradação das terras na região, afetando sua capacidade de produção e direcionando esforços para comunidades historicamente marginalizadas, como comunidades indígenas, quilombolas e fundo de pasto, reconhecendo seu potencial para iniciativas ecológicas (Bahia, 2014).

Outras ameaças citadas pelos moradores foram: remoção da mata ciliar do riacho intermitente; a fragmentação das áreas cultivadas (roças) no decorrer do tempo (sistema de herança), grilagem de terras, diminuição dos rendimentos devido ao enfraquecimento do solo; perda das tradições que uniam a comunidade. Como fator adicional de preocupação de todos é a criação do Parque Boqueirão da Onça, em 2018, feita sem consulta e sem a participação da CFP, que desconhecem seus limites. Alguns participantes vivem desde então com receio de terem que deixar suas áreas, por conta disso.

A principal oportunidade está nos valores sociais ligados a favorecer atividades de mobilização e união dos moradores, bem como em desenvolver melhor o potencial histórico e o valor simbólico e identitário ligado à cultura de Fundo de Pasto no território da Comunidade de Fartura, como as rodas de São Gonçalo, por exemplo.

Outras oportunidades dizem respeito às atividades produtivas ligadas à vocação desta UP para extrativismo vegetal, agricultura de sequeiro e, sobretudo, ao melhor aproveitamento das Unidades de Beneficiamento de Frutas e de Mel.

5.3.3.3. Unidade de Paisagem 3 – UP3: Caatinga arborea preservada

Compreende a maior parte do território da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Paisagem conhecida pela comunidade como “área de recaatingamento do IRPAA”. Concentra uma grande diversidade de espécies arbóreas da Caatinga, tais como umburana, carqueijo, umbuzeiro, aroeira e caraibeira e de animais, pois serve como um abrigo de reprodução das espécies: tatu-bola, tatu-peba, gambás, raposas, seriemas e caititus (conjunto de espécies que havia desaparecido da região e voltaram a se reproduzir nesta UP, após o projeto de recaatingamento).

Essa paisagem é caracterizada pela preservação da vegetação nativa e baixa intervenção humana. Dividida em duas grandes áreas - a região natural da Caatinga bem preservada e uma área de 138 hectares cercada para recuperação ambiental, com plantio de árvores nativas como favelas, juazeiros e umbuzeiros - as diferenças são notáveis entre ambas as áreas, especialmente na diversidade e porte da vegetação.

A comunidade avaliou a área preservada como "Singular", valorizando sua beleza natural (valores estéticos) e biodiversidade preservada (valores naturais). Essa paisagem é crucial para a identidade da Comunidade, sendo um símbolo de conquista e união, além de representar a importância das CFPs na preservação da Caatinga. Estes valores corroboram a importância destas CFPs na preservação da Caatinga “em pé”, como se encontra lá na Comunidade de Fartura.

A comunidade mobilizou-se em mutirões para realizar o plantio e cercamento na área de recaatingamento, como contrapartida ao projeto de recaatingamento do IRPAA. Logo, esse projeto também foi responsável por ampliar a educação ambiental para mais moradores na comunidade que atualmente são engajados na preservação da Caatinga, inclusive não caçando mais na região.

Essa UP é dominada por valores ecológicos, refletindo uma paisagem natural de rica biodiversidade. Isso a torna simultaneamente uma ameaça e uma oportunidade, já que se encontra sobreposta à Unidade de Conservação do Parque Nacional Boqueirão da Onça, sem que os moradores tenham clareza sobre seus limites. As preocupações giram em torno do desmatamento e da caça ilegal de animais silvestres.

Principais oportunidades incluem o sucesso dos projetos de recaatingamento, o plantio de mudas através de colaboração comunitária e o potencial para pesquisas científicas, estudos e visitas, devido aos remanescentes florestais intactos e à área de recaatingamento em regeneração.

5.3.3.4. Unidade de Paisagem 4 – UP4: Pasto de uso comum em caatinga aberta

Paisagem conhecida como a área coletiva da comunidade e considerada como área de reserva, onde os moradores têm acesso para a criação extensiva de caprinos, ovinos, em alguns casos, gado e para o extrativismo da Caatinga.

A principal característica desta UP é o fato de ser uma área aberta, ou seja, por não possuir cercas delimitando propriedades individuais, mas um pasto amplo de uso comum disponível a todos da Comunidade de Fundo de Pasto de Fatura sobre um relevo plano. O que distingue a posse de cada morador ou os seus limites gerais das terras são as picadas abertas na vegetação pouco densa, com foice ou facão, denominadas de variantes. Esse termo é dado pelos próprios moradores. Ou ainda, os limites são definidos pelo uso tradicional da comunidade ou pela livre circulação dos animais. No tempo da estiagem ou no período seco, os animais soltos, principalmente o bode, buscam comida e água a distâncias grandes dos seus apriscos e se deslocam para esta UP.

A comunidade avaliou esta área como “Bonita”. Esta paisagem da área de Fundo de Pasto é muito valorizada por suas características culturais de pastos amplos e preservados (valores estéticos) e por seu o lugar com perfil produtivo onde as pessoas da comunidade criam seus animais soltos, de onde tiram grande parte de seu sustento (valores produtivos).

A questão da ligação com a identidade da Comunidade é inequívoca. A tradição de uso comum da área de caatinga pelas famílias que habitam este território possibilita uma relação de cuidado e preservação da Caatinga. Esse bioma conservado vem garantindo a subsistência destas famílias e existe também como um meio de salvaguardar a identidade coletiva desse grupo com propósito de reivindicar direitos essenciais à sua reprodução física e cultural.

Como ameaças, destacam-se o desconhecimento parcial ou total sobre os limites do Parque Boqueirão da Onça, que pode se sobrepor a esta área; a luta pela manutenção da identidade local X busca pelo desenvolvimento econômico; a grilagem de terras, a falta de regularização fundiária e a necessidade de ampliar os territórios Comunidade para além dos 2500 hectares, previstos em lei.

Segundo a percepção dos residentes, a UP é a que mais demonstra uma conexão e identificação significativa com o modo de vida tradicional de Fundo de Pasto. Esta constatação se configura como uma oportunidade para potencializar atividades associadas à criação de caprinos soltos, sem cercas, em uma área de Caatinga preservada, prática consensualmente adotada por todos os membros da comunidade. Além disso, destaca-se a iniciativa de criar abelhas para a produção de mel, contribuindo para a preservação da cultura local e a valorização dos aspectos culturais intrínsecos à Comunidade.

5.3.4. Passo 4 - Definição dos Objetivos de Qualidade de Paisagem

A aplicação deste passo 4 na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, consistiu em uma etapa de gabinete para desenho preliminar dos Objetivos de Qualidade da Paisagem a serem apresentados à Comunidade e uma etapa de campo para discussão, complementação das OQPs preliminares e coconstrução dos indicadores para acompanhar as transformações nas paisagens.

5.3.4.1. Etapa de Gabinete

Os dados obtidos como resultado da aplicação dos questionários na visita de campo 2, foram sistematizados por meio da matriz de análise, Tabela 7. Essa matriz de análise serviu como base para a proposta de Objetivos de Qualidade da Paisagem, elaborados inicialmente, com base no conhecimento das características e qualidades específicas dos lugares em análise, identificação de sua dinâmica e de potencial, bem como de como a paisagem é percebida pelo público.

Tabela 7 — Matriz de análise contendo o perfil sintético das Unidades de Paisagens

UP	Principal Característica	Beleza Cênica	Valores	Ameaças	Oportunidades	Estratégias
1	Área de Encosta	9,3	Ecológico Estético	Empresas de mármore Parques Eólicos Mineração	Quartzo Branco Plantas Medicinais Presença de água	Preservação Recuperação
2	Antropizado	10,3	Social Identitário	Divisão das terras/ herança Erosão	Taxa de proximidade com o lençol freático Cultivo de feijão, diversificado nas roças; Extrativismo vegetal;	Preservação Recuperação
3	Vegetação Preservada	7,9	Ecológico Estético	Parque Nacional Boqueirão da Onça Desmatamento	Recaatingamento; Oficinas de capacitação e manejo ambiental; Plantio de mudas por meio de mutirões que reúne toda a comunidade.	Preservação
4	Pasto	8,1	Identitário Estético	Parque Nacional Boqueirão da Onça	Pasto Comum; Criação do Bode Solto	Preservação

Fonte: Elaborada pela autora.

Para a definição preliminar dos OQPs para cada UP, consideraram-se as características acima destacadas na Tabela 7 e a tentativa de responder à questão “que tipo de paisagem os moradores da CFP de Fartura desejariam ter e com qual qualidade?” Conforme ressalta (Nogueira e Sala, 2009, p. 61), a “formulação dos OQPs deve considerar os atributos de cada unidade da paisagem, bem como do conjunto territorial e, inicialmente devem ser elaborados por uma equipe técnica, logo em seguida, contar com a participação e contribuição dos cidadãos”.

O primeiro exercício foi estabelecer alguns OQPs principais que visem à preservação, melhoria, recuperação ou valorização das paisagens da Comunidade, considerando a grelha de análise, Tabela 7, o conhecimento acumulado *in loco* e a experiência da pesquisadora.

Neste caminho, foram elaborados até cinco Objetivos de Qualidade da Paisagem para cada Unidade de Paisagem, construídos com base nas orientações constantes no guia metodológico de Muñoz (2012). Essa construção foi orientada pelos passos prévios de identificação, caracterização e análise das paisagens. Tais etapas fornecem a base para a tomada de decisões quanto às estratégias a serem adotadas, considerando que os OQPs representam linhas de ação estratégicas que delineiam aspirações para uma paisagem, com especial atenção à participação da comunidade.

Conforme destacado por Muñoz (2012), a formulação desses objetivos requer uma consideração fundamental de dois aspectos principais: o valor intrínseco da paisagem e os conflitos aos quais ela está sujeita. Esses OQPs, portanto, não apenas orientam as aspirações de qualidade, mas também integram considerações críticas sobre a preservação e os desafios enfrentados pela paisagem, alinhando-se assim a uma abordagem abrangente e participativa, conforme seguem:

OQP – UP 1 – Encosta da Serra da Caçamba

1. Os lençóis d'água nas Serras deve ser preservados, evitando o assoreamento das grotas e respeitando o percurso dos riachos;
2. Arbustos, rochas e árvores da Caatinga nas Serras devem ser protegidos ecologicamente e resistentes às principais ameaças (abandono, mineração, incêndios, erosão e desertificação);
3. As paisagens devem preservar uma alta diversidade ecológica de vegetação e animais típicos da Caatinga, sem espécies invasoras e caça ilegal.

OQP – UP 2 - Vale Fluvial Antropizado

1. Aproveitar melhor as estruturas das unidades de beneficiamento de frutas e de mel, adaptando-se às exigências do mercado, como a certificação dos produtos;
2. Continuar cuidando das áreas que foram cercadas nas margens do riacho e manter os benefícios dos projetos recebidos pela comunidade;
3. Os assentamentos rurais tradicionais devem ser mantidos em boas condições com acesso a água, disposição adequada dos resíduos e banheiro;
4. Diversificar o cultivo de sequeiro nas roças familiares;
5. Fortalecer o trabalho em grupo na comunidade

OQP – UP3 - Caatinga Arbórea Preservada em Terraço Fluvial

1. A Caatinga deve preservar uma alta diversidade de espécies florestais e de fauna;
2. Recuperar as áreas degradadas, com a expansão do recaatingamento;
3. Conservar as áreas de Caatinga ainda em bom estado;
4. Realizar trabalhos em mutirão de plantios de mudas nativas, de poda das árvores, aceiro da mata e manutenção das cercas, focar na ajuda mútua da comunidade;
5. Ampliar o uso de práticas de conservação do solo e água;

OQP – UP4 Pasto de Uso Comum em Caatinga Aberta

1. O modelo produtivo das terras de fundo de pasto deve ser gerido com critérios de sustentabilidade, a fim de evitar o superpastoreio da Caatinga;
2. Tomar as medidas necessárias à manutenção do pasto comum para alimentar os animais;
3. Garantir território em tamanho apropriado para intensificar com qualidade algumas práticas importantes para a comunidade, como o extrativismo e beneficiamento de plantas nativas, a criação de abelhas ou a criação de gado.

Estes OQPs iniciais foram levados para a discussão na etapa de campo para serem debatidos, reformulados, retirados, complementados ou validados pela CFP de Fartura, de forma que estes pudessem servir de guia para que os moradores da Comunidade mantenham, fortaleçam seus valores com as paisagens e estimulem o monitoramento da sua qualidade. A partir deles seriam construídos conjuntamente os indicadores para que a CFP possa acompanhar as transformações de seu território.

5.3.4.2. Etapa de Campo

A etapa de campo serviu para complementar, reformular, excluir ou validar os OQPs propostos e para construir conjuntamente com a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, indicadores que servirão como semáforo de indicação de mudanças das paisagens na comunidade. A coleta de dados foi organizada por meio de uma Oficina de Paisagem realizada em maio de 2023.

A Oficina de Paisagem, Figura 39, teve como principais objetivos:

- Expor os resultados dos questionários da visita 2 para a comunidade, permitindo a todos, se assim o desejarem, formular as observações;
- Apresentar os objetivos de qualidade da paisagem pré-definidos pela pesquisadora e coletados no processo de diálogo com a comunidade para cada paisagem;
- Construir, em conjunto com a comunidade, indicadores para monitorar as transformações que ocorrerão nas paisagens da comunidade que afetarão a sua qualidade.

Figura 39 — Registros fotográficos da Oficina de Paisagem 2 na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura



Fonte: Rosa (2023). Legenda: Fotos [1]. Momento da mística (quebra-gelo); [2]. Apresentação da pesquisa e dos resultados da visita 2 à Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura pela pesquisadora; [3]. Apresentação dos participantes e esclarecimentos acerca de dúvidas existentes; [4 e 5]. Divisão em grupo para preenchimento dos formulários; [6]. Apresentação dos resultados dos grupos [7]. Coconstrução do mapa final da Comunidade de Fartura; [8]. Participantes presentes na Oficina de Paisagem .

A Oficina que contou com a participação de vinte e seis (26) membros da Comunidade começou com o momento da mística para quebrar o gelo, com a leitura de um poema introdutório e mergulhar na essência da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Esta estratégia foi escolhida para criar um ambiente mais acolhedor e encorajar a participação ativa dos moradores. Em seguida, abriu-se espaço para destacar pontos do poema que chamaram a atenção e expressar suas identificações. Os participantes ressaltaram a forte conexão de compadrio e parentesco, elementos intrínsecos à cultura das Comunidades de Fundo de Pasto, visíveis na CFP de Fartura.

Pontos mencionados neste momento foram a insegurança jurídica e a luta deles para terem um documento tanto da área individual, como das terras coletivas e a necessidade de discussão conjunta por todos dos problemas da Comunidades e de trabalharem juntos. Merecem destaques as falas da liderança da comunidade, Claudiomário Rodrigues que sintetizou que o “*Fundo de Pasto é o nosso jeito de viver no sertão*” e da Agente Comunitária Rural, Marila Rodrigues que chamou atenção para o quanto a Comunidade, o povo e a história deles eram bonitas e que às vezes eles mesmos não olhassem com tanta importância. Ela mencionou que pessoas “de fora” estudam, valorizam e que eles enquanto Comunidade de Fundo de Pasto têm que fortalecer sua identidade a preservar a Caatinga. Celeste, moradora do povoado da Cruz, concorda e complementa “*a gente precisa de mais conhecimento, mais apoio para preservar a vegetação e a nossa identidade*”.

Os formulários específicos trabalhando cada Unidade de Paisagem (Apêndice D) elaborados para orientar a participação dos moradores da Oficina foram introduzidos, após uma breve apresentação da pesquisa. Esta apresentação foi baseada nos mapas produzidos na visita de campo 1, que foram impressos no tamanho A3 para ser apresentados e complementados e nos resultados da visita de campo 2.

Logo seguiu-se para os trabalhos dos grupos propriamente ditos, que consistiu em responder os formulários, composto de duas seções, uma para discutir objetivos de qualidade de paisagem (perguntas 1 a 3) e a outra para discutir os indicadores de paisagem (perguntas 4 e 5 a). Após o preenchimento dos formulários por cada grupo, foi o momento de eles apresentarem suas respostas sobre as propostas de Objetivos de Qualidade de Paisagem e indicadores de monitoramento.

Imediatamente passou-se para uma discussão aberta sobre os pontos levantados por cada grupo. Encerradas as discussões dos grupos, foi aberto um momento para que eles complementassem o primeiro mapa apresentado da Comunidade, salientando elementos que representassem a Comunidade de Fartura, Figura 39 [7] e combinados os próximos passos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a utilização das informações dadas pelos moradores da comunidade à pesquisa foi assinado e entregue ao final das atividades pela liderança da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura – Claudiomário Rodrigues e pela Agente Comunitária Rural – Marila Rodrigues (Apêndice E).

5.3.4.3. Oficina de Paisagem 2

A Oficina de Paisagem 2 teve como objetivo a construção de forma conjunta com a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura dos Objetivos de Qualidade da Paisagem para as suas paisagens e os respectivos indicadores para acompanhar o seu progresso. Cada grupo trabalhou com um formulário correspondente as quatro Unidades de Paisagens identificadas na Comunidade e entregou apenas um formulário preenchido contendo as respostas do grupo, além de ter apresentado também suas respostas para validação aos demais participantes.

O delineamento e a análise de dados da Oficina foram estrategicamente planejados para capturar as sutilezas inerentes às quatro Unidades de Paisagem identificadas na Comunidade, durante a primeira visita de campo. Inicialmente, o formulário (Apêndice D) foi concebido de maneira a integrar imagens representativas das UPs, destacando suas localizações geográficas e características distintivas. Um enfoque especial foi dedicado à obtenção de uma compreensão mais aprofundada dessas áreas, pautada nas informações compartilhadas pelos moradores.

Posteriormente, o formulário apresentou aproximadamente quatro Objetivos de Qualidade da Paisagem para cada UP, definindo o termo "Objetivo" como uma aspiração de transformação em direção a uma situação desejada, refletindo a busca por mudanças positivas. Essa abordagem visa consolidar uma base robusta para a análise, considerando não apenas as características visuais, mas também as aspirações da comunidade para cada unidade paisagística identificada

As respostas obtidas nos formulários preenchidos foram posteriormente lançadas manualmente em um aplicativo "*Googleform*", possibilitando a automatização da compilação e organização das respostas. Nos segmentos subsequentes da pesquisa, uma análise detalhada e descritiva dos resultados obtidos na Oficina de Paisagem 2 é apresentada para cada UP, destacando as respostas e percepções expressos pelos participantes durante essa fase do estudo.

✓ **Parte A – Objetivos de Qualidade da Paisagem (Perguntas 1 a 3)**

Esta parte do formulário teve como objetivo discutir, complementar, excluir ou validar os Objetivos de Qualidade da Paisagem elaborados na etapa de gabinete.

(i) *O grupo tem sugestões ou complementações a caracterização desta paisagem?*

Essa pergunta foi elaborada para verificar a concordância dos moradores sobre a descrição das principais características presente nas paisagens, elaborada previamente pela pesquisadora. Desse modo, esse era o momento de complementar, corrigir ou excluir alguma informação da caracterização das paisagens.

Todos os grupos responderam “sim” a essa questão para a qual apresentaram as seguintes sugestões de complementações:

- Grupo 1: a necessidade de preservação da área e de que ela permaneça como está;
- Grupo 2: a necessidade de construção de espaço para atividades esportivas ou centro comunitário para que se possa realizar eventos e reuniões da comunidade;
- Grupo 3: implantação de mais plantas nativas. Exemplo: Uburuçu; Aroeira, Umbuzeiro, Umburana de Cheiro.
- Grupo 4: as comunidades precisam de mais territórios da abrangência do que se tem hoje - 2500 hectares.

Nesse sentido, as complementações sugeridas pelos grupos contribuem no sentido de propostas do que deve ser feito em cada UP, contribuindo para se ajustar a análise das paisagens, realçando as ameaças, oportunidades e, sobretudo o que a comunidade deseja para cada paisagem que é o delineamento dos OQP.

(ii) *Os Objetivos para a qualidade da paisagem para a UP estabelecidos são bons e expressam o que o grupo espera que aconteça nesta área para que ela não se degrade?*

Esta pergunta foi elaborada para verificar a concordância dos moradores da Comunidade de Fatura acerca dos OQP, elaborados preliminarmente na fase de gabinete. Assim este era o momento de complementá-los, corrigi-los, reformulá-los ou excluí-los.

Todos os grupos responderam “sim” concordavam com todas as propostas de OQPs. E de maneira complementar sugeriram as seguintes propostas de Objetivos:

- Grupo 1: permanência da paisagem em pé;
- Grupo 2: continuidade de projetos sustentáveis, com barreiras de contenção para evitar a erosão do solo, exemplos nas margens das estradas que se encontram assoreadas;

- Grupo 3: práticas ambientais para conter a erosão (barramento); curvas de nível;
- Grupo 4: não queimadas; evitar o desmatamento; plantar mais árvores e manter a Caatinga em pé.

Esse resultado sugere que as propostas dos OQPs estejam direcionadas principalmente para a preservação da vegetação, enfocando a importância de manter a Caatinga preservada e controlar os processos erosivos presentes no território da comunidade. Isso revela que dois dos principais objetivos esperados pela comunidade são a conservação da vegetação nativa, especificamente da Caatinga, e a minimização dos efeitos dos processos de erosão para garantir ou aprimorar a qualidade das paisagens locais.

(iii) Como o grupo imagina esta área daqui a 50 anos?

Esta pergunta foi elaborada para averiguar a visão de futuro dos moradores sobre os cenários de transformações que podem ocorrer em suas paisagens. O intuito era introduzir a ideia de um termômetro de qualidade das paisagens, com base numa escala de degradação.

Todos os grupos responderam que “imaginam todas as UP, bem melhor do que são hoje”.

Esse resultado aponta que todos os grupos participantes expressaram uma visão otimista sobre o futuro das paisagens das Unidades de Paisagens da Comunidade, indicando que a expectativa é de melhoria em relação ao estado atual. A resposta unânime revela um consenso entre os moradores de que imaginam as áreas estando em melhor condição daqui a 50 anos em comparação com o presente. Durante as apresentações e discussões dos grupos, ficou claro o sentimento de otimismo e a percepção de que as paisagens tendem a evoluir positivamente, sem degradação, e que os participantes se mostraram engajados em contribuir para que essa melhoria ocorra.

✓ **Parte B – Indicadores (Perguntas 4 e 5)**

Esta parte do formulário foi projetada com o intuito de promover debates sobre o acompanhamento das mudanças nas paisagens da comunidade e identificar possíveis indicadores locais que pudessem ser adotados pela própria comunidade para monitorá-las. Além disso, foi introduzido o conceito de Indicador, explicando que funcionam como um instrumento de medição para verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados ou se estão no caminho adequado.

(iv) Como o grupo percebe que as áreas da Comunidade estão melhorando ou piorando, a exemplo de um termômetro de qualidade da paisagem, em comparação com as paisagens vivenciadas por seus avós?

Essa pergunta foi elaborada para levantar de forma geral como os participantes notam que suas paisagens estão se modificando. O objetivo é mapear indicadores locais que os moradores da CFP de Fartura já estivessem familiarizados e por fazerem parte do cotidiano deles.

Os grupos percebem as mudanças nas paisagens da seguinte maneira:

- Grupo 1: observando a paisagem do riacho e a mata que a cerca e de projetos desenvolvidos na região, como projetos de recaatingamento; Programa Água Doce (implantação e gestão de sistemas de dessalinização de água); Casa do Mel; Unidade de Beneficiamento; Projeto de Assessoria Técnica; cisternas; Pró-Semiárido;
- Grupo 2: observando o surgimento de várias espécies de animais silvestres endêmicas da região que haviam desaparecido, do crescimento da mata nativa nas margens do riacho, além de projetos voltados para a comunidade como o Programa Água Doce. “Quando a gente tomava banho no riacho, as margens ficavam mais afastadas, agora a mata está mais fechada”, frisou uma participante em sua apresentação ou “nasceu capim nas barrocas de erosão, a partir dos trabalhos de recuperação do riacho”;
- Grupo 3: por conta dos projetos de recaatingamento; cisternas de consumo humano e produção; Programa Água Doce; melhoramento do rebanho e perfuração de poços artesianos;
- Grupo 4: porque hoje temos políticas públicas com novas experiências, como o recaatingamento que devolve a natureza, novas mudas nativas. Hoje está bem melhor, porque temos tecnologia novas avançando para o melhoramento de manter nossa Caatinga viva.

Com base nas respostas dos grupos, evidencia-se que a implementação de projetos direcionados à comunidade, como acesso à água, dessalinização de água, recuperação da cobertura vegetal e estímulos à economia local, são considerados os principais motores de mudança percebidos nas paisagens da comunidade. Além desses aspectos, foram destacadas outras melhorias notáveis, como o crescimento e tamanho das árvores, bem como a densidade da paisagem ao redor do riacho.

Em comparação com as paisagens vivenciadas por seus avós, a análise e as apresentações em grupo realizadas na Oficina sugerem que há uma percepção predominante de melhorias visíveis em relação ao passado, indicando que as paisagens estão se tornando mais favoráveis ao longo do tempo. Essa visão otimista pode ser valiosa para entender a evolução e as experiências positivas relacionadas às paisagens na perspectiva da comunidade

(v) *Qual indicador mais apropriado para acompanhar estas transformações pela própria comunidade? Como ele pode ser medido pelos próprios moradores de Fartura?*

Essa pergunta foi elaborada para delinear propostas de indicadores locais adequados à realidade da comunidade. A ideia é que os participantes oferecessem indicações que contribuíssem com a formulação de painéis de indicadores para monitorar a qualidade de suas paisagens.

Todos os grupos marcaram todas as alternativas: Plantas; Água; Solo; Renda; Cultivo nas Roças; Projetos Sustentáveis; Participação Social; Animais.

Para além destes, os grupos ainda acrescentaram:

- Grupo 2: o desequilíbrio de algumas espécies silvestres, como o surgimento de gafanhotos nos coentros e nas matas das roças e ataque dos mocós em algumas regiões;
- Grupo 3: união das comunidades;
- Grupo 4: precisamos que nossos governantes invistam em mais políticas públicas para a melhoria das Comunidades de Fundo de Pasto e fomentem ações para as famílias continuarem nos territórios, exemplo: regularização fundiária, sugestão que foi aplaudida por todos os participantes presentes.

Das respostas dos grupos, visualiza-se que um indicador mais apropriado para acompanhar transformações na comunidade pode ser constituído por um elemento da paisagem, como por exemplo uma nova construção, como as unidades de beneficiamento, ou plantio de mudas recentes, como o recaatigamento apoiado pelo IRPAA na comunidade. Esses elementos que, pelo seu caráter, se apresentam como signo de novidade, podem aparecer como bons indicadores de qualidade da paisagem, desde que, no entanto, sejam confirmados por uma avaliação mais generalizada, ou seja um olhar mais abrangente sobre a dinâmica da paisagem.

É, aliás, a procura para a identificação destes signos durante a observação das paisagens pelos participantes que o permitem supor uma hipótese de transformação do seu território. Essa abordagem sugere uma ligação entre as percepções dos participantes e a possibilidade de monitoramento das mudanças ou evoluções no ambiente da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura.

Outro indicador que se sobressaiu foi a incidência de políticas públicas e projetos desenvolvidos na comunidade, como elemento de mudança. O acompanhamento dessas mudanças constitui um trunfo essencial para a qualidade das paisagens da comunidade, pois se refere a um lugar preciso sobre o qual a ação política foi exercida, seja em termos de proteção, de gestão ou de desenvolvimento. Portanto, é imperativo avaliar os efeitos dos projetos de desenvolvimento sobre o panorama de tais locais, se vão ao encontro ao que a comunidade espera e deseja.

5.3.4.4. Análise dos resultados da Oficina de Paisagem

A título preliminar, é fundamental ter em conta a complexidade da formação de paisagens cujas formas “resultam de fatores naturais e/ ou humanos e suas inter-relações”, conforme definido pela Convenção Europeia da Paisagem (2000). Como era um assunto novo para a maioria dos participantes, notava-se nas falas dos participantes uma tendência equivocada de pensar que a paisagem evolui como resultado das principais decisões e grandes projetos vindos de fora da comunidade.

Contudo, durante a Oficina de Paisagem 2 foi discutida a ideia de que a paisagem também é moldada pelas escolhas individuais dos moradores da Comunidade de Fartura. Daí a importância de participação de todos, da identificação e da percepção de cada grupo, da concordância mútua para formular objetivos e indicadores de monitoramento.

Nesse momento, a proposta é dar perspectiva aos valores diferenciais atribuídos pelo grupo de pessoas que participaram da Oficina, em relação aos desafios colocados que transformam as paisagens da Comunidade de Fartura e afetam sua qualidade. Com base nisso, os Objetivos de Qualidade da Paisagem iniciais foram revisados e desenvolvidos indicadores específicos para acompanhar cada um. Tais informações podem ser úteis para compreender a paisagem atual da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, em particular, através certas questões ou aspectos da paisagem merecem receber atenção.

Essa análise visou destacar os valores atribuídos pelo grupo diante dos desafios que influenciam as paisagens da comunidade. Essas informações foram estruturadas para facilitar a compreensão e o monitoramento pela própria comunidade, usando linguagem acessível e relevante para suas percepções cotidianas.

As questões abordadas nos formulários sobre os indicadores de paisagens ofereceram uma perspectiva de monitoramento e avaliação por área, contribuindo para alertar sobre as condições das paisagens. Esses indicadores funcionarão como um termômetro para identificar mudanças positivas ou negativas nas paisagens ao longo do tempo. Ao oferecerem uma ferramenta de monitoramento contínuo, os indicadores podem apoiar a tomada de decisões informadas e a implementação de estratégias para preservação ou melhoria das condições das paisagens estudadas.

Assim, os resultados dessa Oficina foram cruciais para atualizar dados, ajustar os OQPs e estabelecer elementos de monitoramento específicos para cada área, proporcionando uma compreensão mais precisa para que se construa uma gestão mais eficaz das paisagens da Comunidade de Fartura, conforme segue na seção seguinte.

5.3.5. Passo 5 – Monitoramento

A aplicação deste passo 5 na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura teve como ponto de partida, os Objetivos de Qualidade da Paisagem validados na Oficina de Paisagem 2. A partir desses Objetivos, foram estabelecidos indicadores específicos para rastrear seu progresso e monitorar as transformações nas paisagens da região.

Monitorar, neste passo, é sinônimo de acompanhar os Objetivos de Qualidade da Paisagem por Unidade de Paisagem para saber se está ocorrendo conforme esperado pela Comunidade, ou seja, envolve acompanhar os OQPs para verificar se os resultados estão alinhados com as expectativas da comunidade. Durante a Oficina de Paisagem 2, foi ressaltada a importância dessa ação como uma forma de zelar pelo território tradicional da comunidade, trata-se de uma ação de cuidado com suas paisagens.

Os indicadores desenvolvidos após a Oficina 2 foram concebidos como recortes dos aspectos mais relevantes para os membros da Comunidade de Fartura. Eles servem como ferramentas sensíveis para identificar problemas ou áreas de intervenção que necessitam de atenção ou solução específica.

Trata-se do desenvolvimento de um conjunto de indicadores que permitam estimar ao longo do tempo a qualidade das paisagens. Quanto mais eficaz for o monitoramento das paisagens, melhor será sua gestão por parte de todos os envolvidos. O indicador desejado deve, portanto, ser capaz de refletir de forma sintética a evolução ao longo do tempo a qualidade de uma paisagem identificada em relação às transformações do território da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura.

Para atender tanto às necessidades comuns às Unidades de Paisagens quanto às suas particularidades foi desenvolvido um painel de indicadores, conforme descrito no Quadro 9. Esse painel foi desenvolvido para coconstruir indicadores de monitoramento que fossem aplicáveis a todas as UPs, ao mesmo tempo em que levasse em conta as características específicas de cada.

Primeiramente, o Quadro 9 inicia-se com os ajustes dos OQPs representando as características paisagísticas desejadas, desdobrados em critérios ilustrativos, que são as variáveis utilizadas para avaliar esses objetivos. Em seguida, esses critérios foram detalhados em indicadores, que representam descritores específicos para medir as variáveis, conforme resultado da parte B dos formulários trabalhados na Oficina de Paisagem 2. Esse Quadro 9 procura traduzir algumas características desejadas das paisagens pela Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura em indicadores mensuráveis, proporcionando uma estrutura mais precisa para a avaliação e monitoramento da qualidade paisagística.

Quadro 9 — Painel de Indicadores por Objetivo de Qualidade da Paisagem

UP	OQP	Critério	Indicadores
1 – Encosta da Serra da Caçamba	1.1. Preservar a paisagem da Serra, mantendo a caatinga em pé e os animais nativos, controlando a ação destrutiva de roedores		Números de árvores atingidas pelos ataques de mocós.
	1.2. Conservar os cursos d'água na Serra, evitando o assoreamento das grotas e respeitando o percurso dos riachos.		Aumento na quantidade de água observada nas grotas no período chuvoso.
	1.3. Proteger a vegetação, rochas e animais da Serra, evitando a ocorrência de pressões externas, como a mineração, parques eólicos e caça ilegal.		Paisagem protegida de projetos de exploração da área.
2 – Vale Fluvial Antropizado	2.1. Fortalecer o trabalho em grupo na comunidade.		Número de reuniões e encontros dos moradores/ ou da Associação. Realização de Rodas de São Gonçalo.
	2.2. Aproveitar melhor as estruturas das Unidades de Beneficiamento de Frutas e de Mel, adaptando-se às exigências do mercado, com a certificação dos produtos.		Produção e comercialização de polpas de frutas e de mel. Processo de certificação dos produtos.
	2.3. Continuar cuidando das áreas que foram recuperadas nas margens do riacho e manter os benefícios dos projetos recebidos pela comunidade.		O porte da mata ciliar nas margens do riacho. O surgimento de plantas/capim nas barrancas de erosão.
	2.4. Manter os assentamentos rurais tradicionais em boas condições, com acesso a água, disposição adequada dos resíduos e banheiro;		Aumento no número de áreas familiares que possuem acesso fácil à água de boa qualidade, banheiros e descartam o seu lixo corretamente.
3 – Caatinga Arborea Preservada	3.1. Conservar as áreas de caatinga natural sem degradação e mantendo uma alta diversidade de espécies florestais e de fauna.		Rastros de animais silvestres observados. Presença de animais que antes eram raros de aparecer, como caititu.
	3.2. Realizar trabalhos em mutirão de plantios de mudas e manutenção das cerca, focar na ajuda mútua da comunidade.		Quantidade de mutirões de plantio/limpeza das áreas/manutenção das cercas.
	3.3. Recuperar as áreas degradadas, com a expansão do recaatingamento e plantio de mudas nativas, como Uburuçu; Aroeira, Umbuzeiro, Umburana de Cheiro.		Tamanho da área de plantio O crescimento da mata
4 – Pasto de Uso Comum em Área aberta	4.1. Garantir território em tamanho apropriado para intensificar algumas práticas importantes para a comunidade, como o extrativismo de plantas, a criação de abelhas ou a criação de gado/bode.		Processo de regularização da área. Mapa de definição com os limites do Parque Nacional Boqueirão da Onça.
	4.2. Manter o pasto comum em boa qualidade para alimentar os rebanhos de todos da comunidade evitando o superpastoreio da caatinga.		O bode bem alimentado, sem a necessidade de fazer estoque de alimentos para o período da seca.
	4.3. Salvar a identidade coletiva deste grupo e bem viver das famílias da Comunidade, com a manutenção da tradição de uso comum de suas terras.		Número de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida e manutenção das pessoas no território.

Fonte: Elaborada pela autora

Os OQPs enfatizados em negrito no Quadro 9 foram considerados prioritários pelos grupos em suas apresentações na referida Oficina.

Estes indicadores constituem o repositório inicial das questões paisagísticas, cujo objetivo é ajudar a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura a apreender a questão da qualidade paisagística para melhor gerir e defender seu território. Assim, a busca foi por identificar um conjunto básico de indicadores de qualidade da paisagem que sejam relevantes para aprimorar a gestão do território. Que sejam, sobretudo, fáceis de entender e interpretar para os moradores da Comunidade, e capturassem informações importantes acerca dos padrões de seus recursos paisagísticos.

Desta forma, deve-se estar atento para que os OQPs e os indicadores não sejam analisados isoladamente. Para cada OQP foram selecionados indicadores que buscam levantar distintos aspectos da gestão da paisagem e só a sua leitura em conjunto vai permitir o monitoramento abrangente da paisagem. Assim, a compreensão do significado da trajetória de um indicador vai se completar com a análise da trajetória dos demais. Os indicadores do painel sinalizam ainda, a existência de problemas sem a pretensão de ser suficientes para explicá-los. No entanto, aprofundar sobre estes motivos que geraram esta sinalização necessita de aproximar-se esta explicação à tomada de decisão mais objetiva, por meio do Pacto de Soluções a ser proposto.

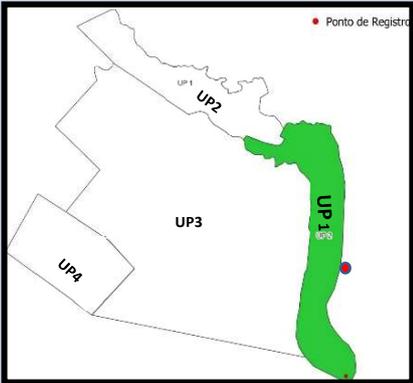
Não se deve perder de vista que esse painel tem na variação temporal seu objetivo central, ou seja, seu principal intuito é acompanhar as mudanças que os indicadores apontam. A interpretação dessas variações difere, pois, algumas direções são claras, como o aumento do acesso à água de qualidade e melhoria na gestão de resíduos. Contudo, em casos mais complexos, a interpretação é condicionada por fatores que dependem de outras condições como a regularização da área ou mudanças na comercialização de produtos como polpas de frutas e mel.

Como aponta o Forum for Other Wealth Indicators (Florence; Dominique, 2021) sobre os indicadores, trata-se de “conciliar o que conta (ou seja, o que faz sentido) com o que contabilizamos (no sentido do que se mede)”, ou seja, aqui delinea-se uma grelha de referência indicativa para a CFP de Fartura.

Chama-se atenção que a pesquisa não logrou desenvolver integralmente uma proposta de indicadores com todos os elementos requeridos. Contudo, foram coconstruídos elementos passíveis de capturar as transformações na paisagem da Comunidade de Fartura, os quais desempenharão o papel de indicadores, constituindo-se como ferramentas de monitoramento para a comunidade.

5.3.5.1 . Ficha de Avaliação da UP 1 - Encosta da Serra da Caçamba

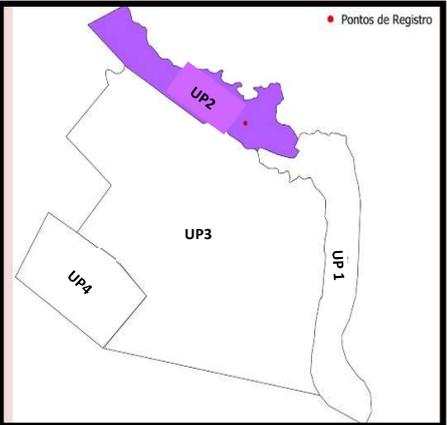
Quadro 10 —Ficha de Avaliação da UP 1 – Encosta da Serra da Caçamba

LOCALIZAÇÃO		REGISTRO FOTOGRÁFICO		CARACTERIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos referenciais de interpretação da paisagem: Serra da Quixaba na frente; Vista panorâmica da comunidade; • Esta paisagem é conhecida pela Comunidade como Topo do Dení. Localiza-se no entorno da comunidade, mas a população mantém uma relação estreita de uso e apego com esse lugar. • Ponto mais alto visitado, com aproximadamente 800 metros de elevação, de onde se avista toda a Comunidade de Fartura. • O principal elemento da paisagem é o seu relevo montanhoso e acidentado, os quais permitiram a conservação da vegetação nativa, bem como, dos mananciais d'água.
PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Tendências - Degradação Natural; • Ameaças – Mineração com a exploração do cristal branco e ataque de roedores às árvores da Caatinga. • Oportunidades - Desenvolvimento de pesquisas científicas e atividades de, ligadas à natureza, como extrativismo vegetal e mirante de contemplação. 	PERFIL DA PAISAGEM	<ul style="list-style-type: none"> • Comparada com as demais paisagens, os grupos de valores que podem ser potencializados e são os valores estéticos e ecológicos por conta da diversidade de flora/fauna nativas ainda existentes, em contrapartida os valores produtivos e sociais são relativamente baixos, talvez por ser uma área que se localiza no entorno da Comunidade; • Tem um valor estético importante, pois forma um singular cenário cênico de paisagens preservadas vistas do alto da Serra da Caçamba, oferecendo uma visão panorâmica da Comunidade; • Sob o aspecto visual esta área é classificada como “Bonita”. 	ESTRATÉGIAS/MONITORAMENTO	<p style="text-align: center;">OQP</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preservar a paisagem da Serra, mantendo a caatinga em pé e os animais nativos, controlando a ação destrutiva de roedores; 2. Conservar os cursos d'água na Serra, evitando o assoreamento das grotas e respeitando o percurso dos riachos. 3. Proteger a vegetação, rochas e animais da Caatinga na Serra, evitando a ocorrência de pressões externas, como a mineração, parques eólicos, caça ilegal <p style="text-align: center;">INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de árvores mortas pela ação de roedores; • Quantidade de água nas nascentes; • Preservação da área de projetos de exploração.

Fonte: Elaborado pela autora

5.3.5.2. Ficha de Avaliação da UP2 - Vale fluvial antropizado

Quadro 11 — Ficha de Avaliação da UP 2 - Vale fluvial antropizado

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">LOCALIZAÇÃO</p> 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">REGISTRO FOTOGRÁFICO</p> 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">CARACTERIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elementos referenciais de interpretação da paisagem: Ponto mais baixo do relevo drenado pelo Riacho Bazuá; Serra da Quixaba atrás da Comunidade. • Compreende praticamente a área intensamente utilizada pela CFP de Fartura para desenvolver suas atividades diárias; • O relevo é plano, com variações de 0 a 30 m de altitude em toda a unidade, sendo que ao leste, conforma uma área mais alta com até 490 m de altitude; • Paisagem identificada pela comunidade como o “Centro da Comunidade de Fartura”; • Paisagem na qual se predomina o uso antrópico.
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PERCEÇÃO DA COMUNIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tendência - Degradação Natural; • Ameaças – Erosão do solo; assoreamento do riacho Bazuá; grilagem de terras; díputas pelas terras individuais; • Oportunidades - Atividades de mobilização e união dos moradores; o melhor aproveitamento das Unidades de Beneficiamento de Frutas e de Mel. 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PERFIL DA PAISAGEM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comparada com as demais paisagens, os grupos de valores que podem ser potencializados são os valores sociais, identitários e produtivos, pois nestas áreas que os moradores habitam e tiram proveito dos seus quintais e roças individuais. • Sob o aspecto visual esta área é classificada como “Bonita”. • São áreas supervalorizadas e importante local de encontro dos moradores da CFP de Fartura, portanto apresenta um elevado valor social. 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">ESTRATÉGIAS/MONITORAMENTO</p> <p style="text-align: center;">OQP</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer o trabalho em grupo na comunidade; 2. Aproveitar melhor as estruturas das Unidades de Beneficiamento; 3. Continuar cuidando das áreas que foram recuperadas nas margens do riacho; 4. Manter os assentamentos rurais tradicionais em boas condições, com acesso a água, disposição adequada dos resíduos e banheiro; <p style="text-align: center;">INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões e encontros dos moradores; • Porte da mata; • Produção de comercialização de produtos e as condições das casas

Fonte: Elaborado pela autora

5.3.5.3. Ficha de Avaliação da UP3 - Caatinga arbórea preservada em terraço fluvial

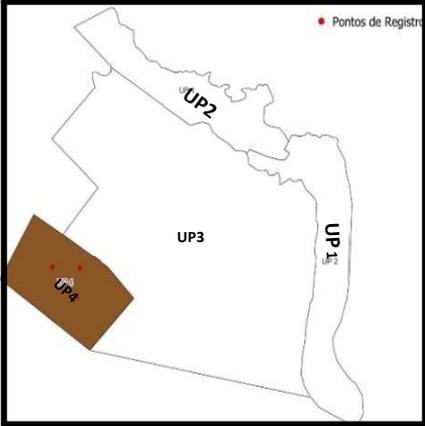
Quadro 12 — Ficha de Avaliação da UP 3 - Caatinga arbórea preservada em terraço fluvial

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">LOCALIZAÇÃO</p>		<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">REGISTRO FOTOGRÁFICO</p> 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">CARACTERIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elementos referenciais de interpretação da paisagem: Ocupa a maior área da Comunidade; De um lado da estrada vicinal tem a caatinga natural preservada do outro, a área cercada de recaatingamento; • Compreende a maior parte do território da Comunidade; • Paisagem conhecida pela comunidade como Área de Recaatingamento do IRPAA. • Concentra uma grande diversidade de espécies arbóreas da Caatinga, tais como umburana, carqueijo, umbuzeiro, aroeira e caraibeira e de animais; • Os principais elementos da paisagem é o seu uso antrópico e sua extensão da vegetação nativa preservada e baixa antropização
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PERCEÇÃO DA COMUNIDADE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência – Preservação da área, com aumento da biodiversidade; • Ameaças – Desmatamento; Parque Boqueirão da Onça • Oportunidades - Abrigo de reprodução das espécies: tatu bola, tatu peba, gambás, raposas, seriemas e caititus (que haviam desaparecidos da região e voltaram a se reproduzir nesta UP, após o projeto de recaatingamento). 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PERFIL DA PAISAGEM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comparada com as demais paisagens, os grupos de valores que podem ser potencializados e são os são os valores ecológicos devido ser uma paisagem natural rica em biodiversidade.; • Esta paisagem da Caatinga preservada é muito valorizada por sua beleza natural (valores estéticos) e pela biodiversidade de flora e fauna da Caatinga que ainda se encontram preservadas (valores ecológicos).; • Sob o aspecto visual esta área é classificada como “Singular”. 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">ESTRATÉGIAS/MONITORAMENTO</p> <p style="text-align: center;">OQP</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservar as áreas de caatinga sem degradação e mantendo uma alta diversidade de espécies florestais e de fauna; 2. Realizar trabalhos em mutirão de plantios de mudas nativas, focar na ajuda mútua da comunidade; 3. Recuperar as áreas degradadas, com a expansão do recaatingamento e plantio de mudas nativas. <p style="text-align: center;">INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rastros de animais silvestres observados. • Quantidade de mutirões de plantio/limpeza das áreas/manutenção das cercas. • Tamanho da área de plantio

Fonte: Elaborado pela autora

5.3.5.4. Ficha de Avaliação da UP4 - Pasto de uso comum em Caatinga Aberta

Quadro 13 — Ficha de Avaliação da UP 3 - Pasto de uso comum em caatinga aberta

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">LOCALIZAÇÃO</p>		<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">REGISTRO FOTOGRÁFICO</p> 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">CARACTERIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elementos referenciais de interpretação da paisagem: O caminho é delimitado pelo bode; Não há cercas, mas variantes que marcam a paisagem • Compreende a maior parte do território da Comunidade; • Paisagem conhecida pela comunidade como Área de Recaatingamento do IRPAA. • Concentra uma grande diversidade de espécies arbóreas da Caatinga, tais como umburana, carqueijo, umbuzeiro, aroeira e caraibeira e de animais; • Os principais elementos da paisagem é o seu uso antrópico e sua extensão da vegetação nativa preservada e baixa antropização
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência – Aumento do número do rebanho; • Ameaças – Falta de titularidade da área coletiva; Parque Boqueirão da Onça; • Oportunidades – Criação do bode solto sem cerca em uma área de Caatinga preservada em que todos da comunidade utilizam de modo consensual, a criação de abelhas para produção de mel e a valorização da cultura local. 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PERFIL DA PAISAGEM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comparada com as demais paisagens, os grupos de valores que podem ser potencializados e são os valores produtivos devido criação de animais, de onde tiram grande parte de seu sustento. • Esta paisagem da área de Fundo de Pasto é muito valorizada por suas características culturais de pastos amplos e preservados (valores estéticos) e por apresentar maior relação direta e identificação com o modo de vida tradicional de Fundo de Pasto; • Sob o aspecto visual esta área é classificada como “Bonita”. 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">ESTRATÉGIAS/MONITORAMENTO</p> <p style="text-align: center;">OQP</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir território em tamanho apropriado para intensificar algumas práticas importantes para a comunidade, como o extrativismo de plantas, a criação de abelhas ou a criação de gado/bode; 2. Manter o pasto comum em boa qualidade para alimentar os rebanhos de todos da comunidade, evitando o superpastoreio da caatinga; 3. Salvar a identidade coletiva deste grupo e bem viver das famílias da Comunidade, com a manutenção da tradição de uso comum de suas terras; <p style="text-align: center;">INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo de regularização fundiária; • O bode bem alimentado; • Número de projetos voltados para a manutenção das pessoas no território

Fonte: Elaborado pela autora

5.4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a aplicação prática da proposta metodológica de análise e diagnóstico na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, conclui-se que esse território não é tão diverso no aspecto paisagístico, comprovado pela identificação de apenas quatro Unidades de Paisagens. Essas áreas podem ser categorizadas em duas zonas de uso dentro da Comunidade, conforme indicado no passo 2 do método (zoneamento da Comunidade): 1) Área de uso social da Comunidade; 2) Área coberta por vegetação nativa. Isso, em certa medida, confirma a hipótese inicial derivada da interpretação da imagem da área de estudo antes das visitas ao campo.

Destacam-se, sobretudo, alguns elementos que contribuem para particularizar as paisagens da CFP de Fartura, nomeadamente:

- 1) A relação estreita dos moradores, com as várzeas em que plantam, com o quintal produtivo e com o centro histórico onde geralmente se reúnem, estudam e se divertem;
- 2) O contraste entre a zona mais montanhosa e sem ocupação antrópica (serras com declives acentuados e relevo bastante movimentado, com presença de afloramentos rochosos e de minérios) e o interior da Comunidade predominado por área aberta, casas e vegetação esparsa (zonas de menores altitudes com apropriações do território);
- 3) A existência de uma riqueza patrimonial, histórica e cultural em todo o território (unidades de beneficiamento, igreja, escola, chafarizes, alguns campos de futebol);
- 4) A presença, geralmente bem delimitada, do riacho Bazuá, que perpassa toda a Comunidade, apesar de ser um curso d'água intermitente. Todos sabem por onde passam e anseiam o período das cheias;
- 5) O bode faz parte e pode ser encontrado em todas as paisagens, com exceção da área de caatinga protegida com cercas por conta do projeto de recaatingamento do IRPAA;
- 6) O orgulho que os moradores da comunidade têm de suas paisagens e de seu território.

As paisagens da CFP são caracterizadas por esses elementos e características citadas ou, ainda, como fundo de pasto, áreas de caatinga, nossa morada, povoados, serras entre outras denominações. As pessoas os percebem os avaliam; a qualidade (percebida) da paisagem resulta disso. Tentamos analisar neste estudo de caso, sobretudo, isso: como as pessoas percebem a paisagem e quais elementos e características são importantes para elas.

Para tanto, por meio da análise dos dados de campo, podemos traçar “assinaturas de paisagens” para auxiliar essa discussão através do uso da terminologia e da lógica geral dos estudos de Silva *et al.* (2020) e Xavier da Silva e Carvalho Filho (1993).

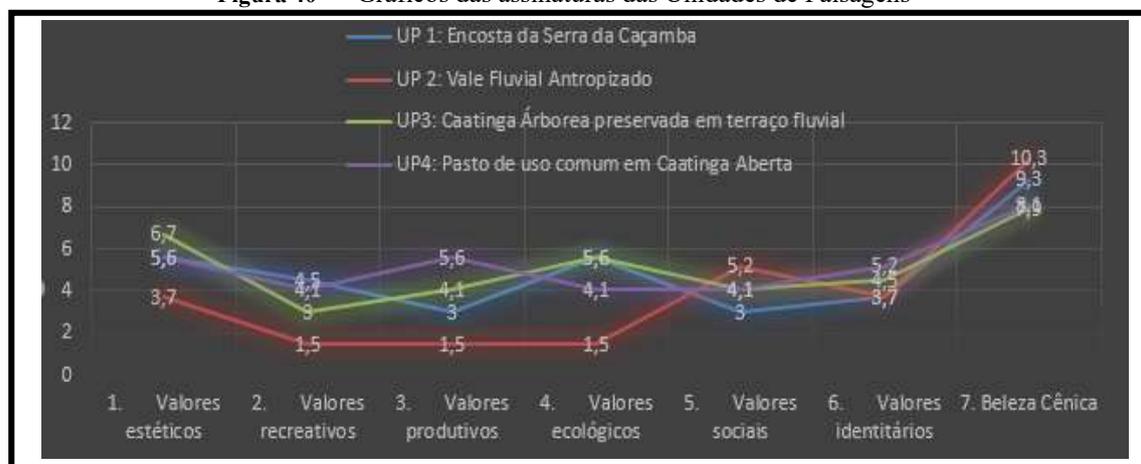
A “assinatura da paisagem” consiste nos valores das métricas de paisagens que são independentes e que, em conjunto, descrevem todos os padrões possíveis em uma área (Niesterowicz e Stepinski, 2016). Eles sugerem que cada localidade possui uma identidade própria, expressa por meio de elementos, como padrões, formas, estruturas e processos que as marcam e as definem.

O trabalho de Silva *et al.* (2020), desenvolve um sistema de assinatura gráfica para a análise dos tipos de paisagens e cria diferentes padrões para cada tipo de paisagem que permitem a análise visual do comportamento da paisagem. As assinaturas foram baseadas em métricas, sobretudo, na análise das combinações do padrão das manchas e configurações para cada tipo de paisagem, o que permitiu que o comportamento delas fosse analisado visualmente, a exemplo de uma assinatura espectral, como eles mencionam. Em sua conclusão, o estudo sugere a possibilidade de integrar dados subjetivos a estudos dessa natureza, como procuramos fazer aqui.

Na presente fase de análise dos resultados, a “assinatura” de uma Unidade de Paisagem refere-se à identificação do foco ou da opção que melhor descreve as paisagens da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, na perspectiva de seus residentes. Este enfoque visa compreender e interpretar as características distintivas dessas paisagens específicas.

O papel mais importante da “assinatura” é o potencial de análise heurística. Conforme explica o professor Xavier da Silva, precursor do Geoprocessamento no Brasil, (Xavier da Silva e Carvalho Filho 1993, p. 673): “Neste hiperespaço heurístico é possível se informar empiricamente sobre possíveis associações causais entre variáveis ambientais”. A ocorrência conjunta de fenômenos pode caracterizar certos usos do espaço. As classes de informações utilizadas para compor o nosso “espaço heurístico ou classificatório” serão os valores e a beleza cênica das paisagens atribuídos pelos moradores. A Figura 40 traduz estas informações em um espaço classificatório agrupando as UP.

Figura 40 — Gráficos das assinaturas das Unidades de Paisagens



Fonte: Elaborada pela autora

O gráfico de assinatura de paisagem, apresentado na Figura 40, representa visualmente as características intangíveis distintivas de cada Unidade de Paisagem. Ele foi gerado a partir da análise de parâmetros mapeados na parte C do questionário (seção 5.3.2.2), por meio dos dados de valorização das paisagens, com base na preferência dos respondentes. As classes dispostas no eixo horizontal representam os grupos de valores (1 ao 6) e a percepção visual (7) que os moradores da CFP de Fartura atribuem às suas paisagens. O eixo vertical representa estes valores quantificados, conforme apurados nas Tabelas 5 e 6. Os números foram obtidos através do cálculo do total de ocorrências de cada grupo de valor por UP sobre o total geral de ocorrência, que resultou no estado dos valores por UP. Com relação à beleza cênica, a quantificação envolve a conversão conforme dos valores, segundo a escala universal de valores de Muñoz -Pedreros *et al.* (1993).

O gráfico de assinatura de paisagem destaca os valores distintivos percebidos pela CFP de Fartura, mapeando as diversas facetas que conferem identidade às suas paisagens. Isso abrange desde valores estéticos até aqueles relacionados à recreação, à produtividade, à ecologia, à dimensão social e à identidade local. A identificação e avaliação desses valores são elementos essenciais na pesquisa paisagística da CFP de Fartura, pois oferecem informações sobre como a Comunidade percebe suas próprias paisagens. Essa abordagem fornece subsídios valiosos ao identificar padrões, tendências e características que aprofundam a compreensão das paisagens locais, sendo crucial para a tomada de decisões no planejamento e gestão ambiental. Isso se deve ao fato de que os valores atribuídos às paisagens estão estreitamente relacionados às suas características físicas e tangíveis.

O gráfico das assinaturas das UPs evidencia um padrão acerca dos valores, em sua maioria constantes, de ambas as métricas (grupos de valores e beleza cênica), refletindo principalmente características ou problemas/oportunidades territoriais típicos de cada área, embora algumas particularidades possam ser destacadas. Um exemplo dessas particularidades é o pico que se observa no gráfico em relação à quantificação do alto valor atribuído parâmetros estéticos à UP 3 (6,7), nos quais predomina os espaços naturais de Caatinga, de grande valor paisagístico e elevada biodiversidade, protegidos e conhecidos como “área do IRPAA”, pelos quais eles têm muito zelo.

Outras particularidades que merecem destaque são os valores produtivos e identitários relacionados à UP4, onde a Comunidade cria seus rebanhos, base do seu sustento e de onde vem sua denominação como “Fundos de Pasto”, que é motivo de orgulho para os membros da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. Esses valores produtivos e identitários pontuam respectivamente em 5,6 e 5,2, acima dos demais valores associados a essa Unidade de Paisagem, destacando a conexão entre as terras comunais e a identidade cultural para os moradores locais.

Tal como mencionado por José Rodrigues, conhecido como Zé da Cruz, residente da CFP de Fartura: “Fundo de Pasto é o que nos define, é a nossa maneira de viver. Nós temos que estar sempre juntos e firmes. Nasci, me criei e daqui não quero sair, temos que ter uma pessoa para nos ajudar a segurar a área, defender o território de nossos antepassados. O que a gente quer é viver aqui com nossos animais sossegados. Precisamos de ajuda, para ter um direito ao documento”. Tal declaração nos remete ao início do livro *Canudos, Fundo de Pasto no semiárido*, de Ehler (1997, p. 3) que possui a seguinte citação: “A criação solta é uma questão de vida ou de morte. Obrigar a criar preso é decretar a extinção dos animais. E acabar com os animais é condenar todo o povo daquelas localidades a emigrar, pedir esmolas ou morrer de fome”. Essas citações reforçam a relação histórica entre o pasto comum de animais e a sustentabilidade do povo na região semiárida, ressaltando a importância da preservação desse modelo tradicional de manejo para a sobrevivência e identidade da CFP de Fartura.

Para todas as paisagens identificadas, com exceção da UP 4, as características que obtiveram maior frequência de citações foram os referentes aos valores ecológicos, destacando-se entre elas a biodiversidade das paisagens que compõem a Comunidade. Discute-se ainda que, em geral, o alto valor de beleza cênica atribuído à UP 2 vai na direção contrária à dos resultados de alguns estudos (por exemplo, Lothian (2009), Santé *et al.* (2020), Nakarmi *et al.* (2023)), que indicam um maior grau de satisfação e beleza associados a paisagens naturais preservadas.

Esta percepção positiva pode ser fruto do apego das pessoas às suas casas, quintais, várzeas e pontos de encontros que se encontram nesta UP. Daí se constata que são somadas à paisagem uma gama de valores que vão além da mera percepção visual para os sentimentos que perpassam a avaliação e que se aproxima do conceito de topofilia de Yi Fi Tuan (1980), como complementa Aranha e Martins (1993, p.370) ao defender que a beleza “não está no objeto, mas nas condições de recepção do sujeito”. Em outras palavras, a beleza não é uma característica fixa ou objetiva de um objeto, mas é construída na mente de quem a percebe e recebe influência de diversos fatores. Essa ideia destaca a relatividade da percepção estética, ao evidenciar que a mesma paisagem pode ser interpretada de maneiras distintas por pessoas diferentes devido às perspectivas individuais.

A coesão, de maneira geral, e a correspondência observada entre as avaliações dos valores e percepções relacionadas a cada UP são elementos que validam o processo de participação e coconstrução do método de análise paisagística. Isso é evidente na maneira como as pessoas se relacionam com suas paisagens, demonstrando a conexão entre a familiaridade, a perspectiva individual e o contexto social. Como mencionado por Di Maio e Berengo (2009, p.3), a paisagem é o tecido do nosso cotidiano e nós, de fato, somos parte dela.

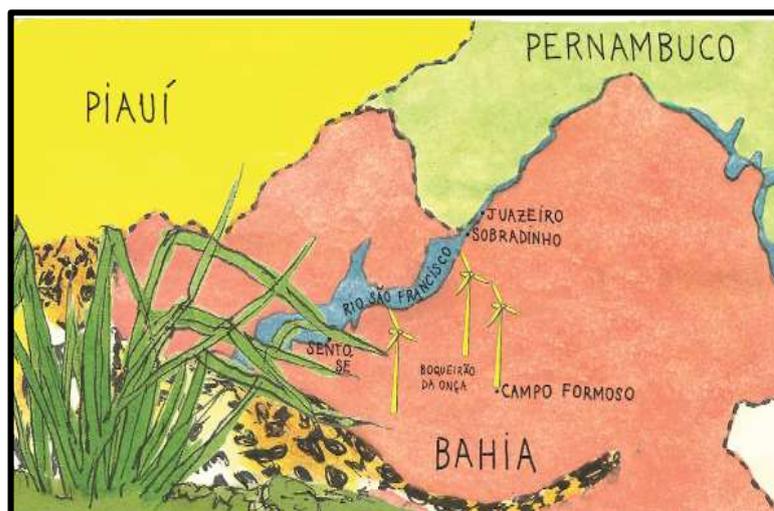
Durante a pesquisa de campo na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, evidencia-se que não são apenas as paisagens excepcionais que merecem ter todos os seus elementos preservados. As paisagens do dia a dia, aquelas que podem não ser tão notáveis para muitos, têm um significado especial e representam um aspecto crucial para a população local. Esse reconhecimento reflete a importância intrínseca das paisagens comuns, muitas vezes menosprezadas, mas que possuem um papel significativo na identidade e na vivência diária das pessoas.

Além desse quesito, como as paisagens estão em constante mudança, investigou-se também as seguintes questões: como mudam as características da paisagem? Quais são as consequências para a qualidade da paisagem? Como podem ser mantidas características paisagísticas importantes e a qualidade da paisagem a longo prazo? A nossa investigação apura essas questões e, portanto, almeja colaborar com a base para tomada de decisão sobre a política paisagística local.

Assim, como foi possível observar nos resultados, a paisagem da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura encontra-se em mudança e, embora a paisagem seja um sistema dinâmico, existem atualmente várias pressões que podem (e estão) a transformar rapidamente a paisagem, tais como foram apontados de forma unânime: (1) a proliferação de parques eólicos; (2) mineração e a (3) a falta de conhecimento dos limites do Parque Nacional Boqueirão da Onça. Além das questões citadas, a principal reivindicação de todos, há muito tempo e ainda sem vislumbres de serem resolvidos, é, sem dúvidas, a falta de regularização fundiária.

"É interessante observar que as três principais pressões identificadas como ameaças predominantes às paisagens CFP de Fartura emergem como significativas oportunidades para a região, conforme evidenciado na Figura 41. Os parques eólicos, por sua capacidade de serem uma fonte sustentável e renovável de energia, a mineração, pela perspectiva de fomentar a dinâmica econômica local, e o Parque Nacional, devido à sua importância crucial na preservação da Caatinga e da fauna nativa. Como citado por Adeodato (2015, p 12), "os ventos alísios, os melhores do mundo para o setor, dão esperanças ao povoado Minas da Cabeluda, ao pé das montanhas do Boqueirão da Onça". Este povoado se encontra na mesma área rural que a CFP de Fartura, a aproximadamente 20 km de distância. O autor continua a ressaltar que as casas na região são construídas em pedra, remetendo à estética do antigo desenho animado *Os Flintstones*, e os moradores enfrentam dificuldades para subsistir, baseando-se na comercialização de ametistas. A atividade de mineração de pedras semipreciosas enriqueceu gerações anteriores, mas atualmente encontra-se em declínio. A aposta, portanto, recai sobre a viabilidade dos recursos eólicos e na geração de riqueza proveniente das maravilhas oferecidas pelo Parque Nacional Boqueirão da Onça.

Figura 41 — Principais ameaças que pressionam as paisagens da CFP de Fartura

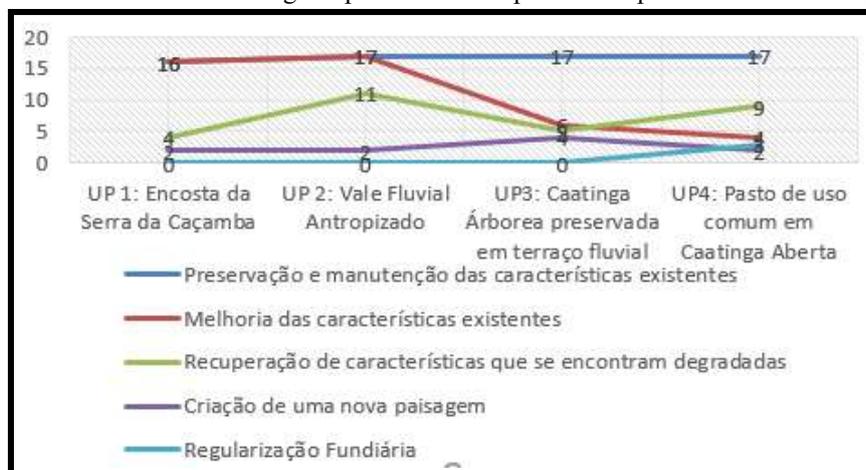


Fonte: Adeodato, 2015, p.12.

A Figura 41, retirada do artigo de Adeodato (2015), ilustra de forma lúdica o que ele cita como oportunidades para região, que são exatamente o contrário do que os resultados do estudo de caso apontam, pois na visão dos moradores da CFP de Fartura, o Parque Boqueirão da Onça, parques eólicos e a mineração configurarem como principais ameaças. Retomamos as palavras de Kadir Rodrigues: “É uma situação complicada. A preservação que tem aqui, é porque a gente sempre preservou e temos interesse em continuar, ao contrário das empresas que só degradam”.

Para lidar com as ameaças identificadas, a Figura 42 apresenta as estratégias priorizadas pela CFP de Fartura, segmentadas por UP. O eixo horizontal destaca as principais ações consideradas fundamentais para o funcionamento adequado das UPs, conforme demonstrado na Figura 40, enquanto o eixo vertical indica o percentual de respostas que elegeram cada ação. Essa estrutura semelhante ao gráfico de assinatura de paisagem é crucial para definir as UPs e para compor os OQPs.

Figura 42 — Gráfico das estratégias apontadas como prioritárias por Unidade de Paisagem



Fonte: Elaborada pela autora

A interpretação desse gráfico, Figura 42, indica que a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura prioriza a preservação e a manutenção das características existentes das paisagens em todas as UPs. Esse foco reflete uma preocupação com a conservação dos recursos naturais, a biodiversidade, e a identidade local, elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável. O interesse em preservar as características atuais das paisagens evidencia um compromisso com a sustentabilidade ambiental, reconhecendo a importância de manter os ecossistemas locais em seu estado original para as gerações futuras, promovendo assim a resiliência ecológica e social da região.

Partindo do princípio de que a metodologia seguida até o momento nos conduziu à definição dos Objetivos de Qualidade da Paisagem almejados pela Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura para o futuro, agora é necessário estabelecer as ações a serem realizadas para alcançar tais objetivos, com foco na preservação das paisagens. Portanto, abre-se espaço para implementar uma gestão compartilhada da paisagem, fundamentada no diálogo e na definição de acordos.

Como foi visto anteriormente, um dos passos na gestão da paisagem é o estabelecimento de acordos entre os atores públicos e privados para a conservação dos valores da paisagem, através da elaboração das cartas de paisagem (Busquets e Cortina, 2009). Vem a calhar, pois a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, desde sua gênese, protagoniza medidas de gestão baseadas no diálogo com as pessoas e instituições implicados no processo de transformação da paisagem dentro dos limites Comunidade, e em alguns casos para além destes limites formais.

Os resultados discutidos nesta pesquisa uma base preliminar para o desenvolvimento de um amplo acordo de gestão da paisagem na região da Comunidade de Fartura, assemelhando-se a um Pacto de Soluções. Exemplos na literatura, como o caso de pactos coconstruídos em comunidades tradicionais, citados por Haller e Galvin (2011) no contexto de comunidades pastoris africanas, ilustram iniciativas similares voltadas para a gestão compartilhada de recursos naturais, assim como destaca Berkes (2009) ao ressaltar a importância da coconstrução e da participação local para a eficácia desses pactos.

Este Pacto é proposto com o intuito de tornar a Comunidade corresponsável pela gestão do território e para estabelecer um canal de diálogo eficaz com órgãos responsáveis pela implementação de políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal. Esses órgãos, por sua vez, têm a incumbência de tratar de projetos e questões relacionadas aos PCTs e ao Desenvolvimento Rural Sustentável. Tais como o MMA, que tem uma Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável – SNPCT/MMA recém-criada na reforma ministerial de 2023 (Decreto nº 11.349/2023) destinada para esse fim.

Isso proporciona uma oportunidade para a elaboração de um Pacto de Soluções, um convite feito pela Comunidade aos parceiros envolvidos, como o MMA, o IRPAA, o estado da Bahia, o município de Sento Sé, entre outros, que detêm responsabilidades legais na execução de políticas e desejam se comprometer com sua implementação.

Assim, uma das grandes vantagens em atribuir à paisagem uma dimensão estratégica reside no fato de que, através da sua análise e diagnóstico, é possível identificar especificidades territoriais que possam constituir-se como uma base diferenciadora em relação a outros territórios, definindo um programa de ação que responda a tais especificidades, que neste caso seria a proposta de um Pacto de Soluções. Convém aprofundar que, do ponto de vista empresarial, "estratégia é um conjunto de objetivos da empresa e a forma de alcançá-los (Buzzell *et al.* 1977, p. 116).

Da mesma forma, a abordagem estratégica nesse contexto paisagístico é essencial para avançar na implementação dos OQPs, requerendo definição clara de tempo, recursos e conhecimentos. Nesse sentido, a proposta do painel de indicadores se torna uma ferramenta fundamental para fortalecer essa abordagem. Usando a metáfora de Mangini (2023, p. 20), assim como um jogador de futebol antecipa e planeja jogadas para superar adversários e marcar gols, a estratégia na paisagem demanda inteligência, habilidade e um processo político-artístico. Esta dimensão estratégica na gestão da paisagem implica em estabelecer parcerias, criar alianças e alcançar consensos, conforme enfatizado em diferentes trechos da CEP, especialmente ao referir-se à "política da paisagem", que visa a formulação de estratégias para a sua proteção, gestão e ordenamento.

Neste momento crucial, é vital considerar o conhecimento adquirido durante a coleta de dados em campo, bem como as percepções e a conexão das pessoas da Comunidade de Fartura com suas paisagens. Este é o momento de propor parcerias, explorando oportunidades paisagísticas que tenham impacto na qualidade de vida e na preservação das paisagens. Finalmente, no âmbito tático-operacional, as ações delineadas e construídas durante a pesquisa podem ser implementadas.

Um Pacto de Soluções, assemelhando-se às Cartas de Paisagens, exemplificado pela carta que descreve as paisagens de Portugal (Cancela d'Abreu, 2004) em uma escala mais ampla, representa um acordo estabelecido entre diferentes agentes envolvidos na transformação da paisagem. Essas Cartas, de acordo com Veras (2021), atualmente apresentam uma visão abrangente de territórios específicos e, indo além do mero registro de observações como no passado, ampliam seu propósito para compreender a paisagem categoria de planejamento. Como documentos que refletem princípios éticos, elas devem contribuir para a construção de políticas voltadas à paisagem como um bem coletivo, como também observado na Carta Brasileira de Paisagem (ABAP, 2010).

Conforme nos ensina Busquets e Cortina (2009, p. 429), “a Carta da Paisagem é um documento público que contém um compromisso explícito em favor da paisagem”. Neste documento, as partes signatárias comprometem-se com a sociedade a fazer parte de um projeto coletivo e a trabalhar nesse sentido para cumprir os compromissos assinados, desenvolvendo as estratégias e as ações estabelecidas (valorização do património natural e cultural, turismo, desenvolvimento local entre outros) com o objetivo de melhorar a paisagem e qualidade de vida da Comunidade.

Este Pacto de Soluções é um pacto a favor da paisagem e que pode assumir diferentes formatos, sendo certo que deverá ser construído pelos moradores da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura e traduzir em ação as oportunidades e soluções que as paisagens representam para o desenvolvimento local da Comunidade. Essa compreensão deve subsidiar no futuro, soluções de compromisso para o desenvolvimento sustentável da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura e de suas paisagens, numa lógica de cogestão.

Assim como em todo processo de cogestão, a concepção desta Carta de Paisagem, denominada neste contexto de Pacto de Soluções, demanda não apenas a definição dos Objetivos de Qualidade da Paisagem e propostas de indicadores, como sugerido por este estudo, mas também a consideração mínima dos seguintes elementos, conforme a estrutura simplificada:

- a) Perfil da Paisagem: contemplando as principais características, valores associados, ameaças, pressões e linha de ação traçada pela Comunidade (preservação, gestão ou recuperação);
- b) Desenho das soluções para os problemas/ameaças que atingem a Comunidade, mirando em suas oportunidades levantadas.
- c) Definição de ações concretas e ligadas aos Objetivos de Qualidade da Paisagem que contenham metas específicas, de acordo com os investimentos possíveis;
- d) Responsabilidades e parcerias previstas, indicando os responsáveis por cada atividade e as parcerias que devem ser buscadas e viabilizadas;
- e) Indicadores: partindo dos painéis de indicadores propostos, para definir os mais factíveis e aplicáveis às ações, assim como a periodicidade e os responsáveis para coletá-los.
- f) Assinatura dos agentes implicados diretamente neste processo.

Com base no referencial teórico-metodológico adotado e nos dados coletados no capítulo 5, propõe-se que a Associação de Fundo de Pasto atue como mediadora na criação do Pacto de Soluções para a gestão da paisagem da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, com base nos valores, Objetivos de Qualidade das Paisagens e estratégias identificados nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, examinamos a operacionalidade de um método participativo para o diagnóstico e a gestão de territórios tradicionais na sua inter-relação com a análise de paisagem, no contexto da coconstrução em uma comunidade tradicional. Essa questão foi demonstrada na interação de campo com a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, no âmbito do modo de vida tradicional e nas proposições de uma gestão de paisagens, oriundas das demandas internas desta Comunidade.

O objetivo foi trabalhar para preencher a lacuna de pesquisa, especificamente, no que se refere a indicadores de qualidade de paisagem e seu uso na tomada de decisões em territórios tradicionais. Nossos objetivos eram (1) desenvolver e (2) aplicar um método de avaliação da qualidade da paisagem e, por fim, avaliar e propor formas de monitorar os padrões de recursos paisagísticos dentro e entre paisagens da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura.

A abordagem colocada em prática diferiu da tradição, porque a base de conhecimento da população tradicional suplantou o uso de modelos conceituais mais objetivos, baseados em métricas da paisagem quantitativos, para orientar o método de avaliação da paisagem e a seleção de indicadores. Assim como os achados anteriores indicaram que avaliação da paisagem, considerando seus aspectos intangíveis tem sido extensivamente utilizada pelos países, sobretudo pela União Europeia, em virtude da Convenção Europeia da Paisagem, nosso estudo seguiu para contemplar a participação da população residente em territórios tradicionais no processo de atribuição de valor, na compreensão dos processos modificadores da paisagem, como fatores principais do processo de avaliação da qualidade da paisagem.

Sobre o método de avaliação da qualidade da paisagem desenvolvido de forma simplificada e aplicado em campo, conforme as ferramentas e tempo que dispúnhamos, esse deve ser assumido como um instrumento estritamente participativo, prático e flexível.

Após a reflexão, reforçam-se as premissas fundamentais do método desenvolvido e aplicado nesta tese: (i) inclusão da participação social em todos os estágios do processo; (ii) adaptação metodológica contínua ao longo da execução, fazendo uso de recursos disponíveis localmente; (iii) análise preliminar do território com dados secundários e geração de novas informações durante o zoneamento; (iv) reconhecimento da importância de uma associação ou liderança para a comunicação e acompanhamento do processo; (v) utilização de conceitos padronizados (como Paisagem, Unidade de Paisagem, Objetivos de Qualidade da Paisagem explicados de forma simples e acessível, considerando o nível de instrução dos participantes; (vi) utilização das Unidades de Paisagens como base para diagnósticos e análises da paisagem.

Após seguir estas premissas e o passo a passo do método, no que tange ao diagnóstico e análise das paisagens da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, os achados centrais da pesquisa de campo podem ser resumidos:

- Formada por 45 famílias, parentes entre si, a Comunidade de Fartura pode ser considerada exemplo e uma espécie de “pulmão” naquela região semiárida, pela sua extensa área de caatinga nativa preservada pelos moradores e que fica toda verde, por conta do riacho Bazuá.
- A sazonalidade desempenha um papel essencial na dinâmica da Comunidade, influenciando a fisionomia das paisagens e a acessibilidade ao ambiente onde residem. Os farturenses demonstram um profundo conhecimento do ambiente local, sabendo as vias acessíveis ou não durante os períodos de águas nos rios intermitentes. Além disso, possuem habilidades para lidar com longas estiagens, compreendendo que após esse período seco, a flora se recupera, oferecendo recursos alimentares para os animais que vivem livremente. Ademais, eles têm a capacidade de administrar o uso compartilhado da água, garantindo o atendimento das necessidades de todos na comunidade.
- O plantio nas roças é muito pouco, não é dinamizado, é prioritariamente para consumo das famílias produtoras e tocada por homens e mulheres que mantêm fortes vínculos com as tradições locais e com o manejo ambiental sustentável do território.
- O quintal produtivo da “Dona Luzia” é um “oásis” no território da Comunidade que todos se orgulham, onde se cultiva frutas e até uva para comercialização nas feiras de Sento Sé.
- É uma Comunidade muito unida, resistente, guerreira que luta com afínco e muito amor para manter seu território, o espaço que lhes pertence por herança e direito há mais de 200 (duzentos) anos, ainda que sofram inúmeros ataques e ameaças.
- A aridez do ambiente não é o principal desafio destas populações. As investidas de grileiros, que tentam adentrar os territórios comunais se apresentam como as principais ameaças, agravadas pela inexistência de títulos de posse das propriedades individuais e coletivas.
- As pesquisas minerais, pretensos projetos de parques eólicos em planejamento na região, a implantação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral sem consulta à Comunidade também chegam causando apreensão para algumas famílias, sonhos e ilusões para outras, além de uma completa falta de informação e transparência do poder público, das empresas responsáveis – sobretudo, sobre as poligonais exatas do Parque Nacional Boqueirão da Onça.

- O cuidado com o seu ambiente de vivência é algo visível, pois ao chegar à Fartura é a primeira coisa que se percebe, são pessoas engajadas de formas coletiva, como uma família que expressam nitidamente o zelo, sobretudo, pela Caatinga e pelo riacho Bazuá.
- Frases recorrentemente mencionadas como “aqui é o melhor lugar do mundo”, denotam o apego das pessoas à Comunidade o que os fortalece e contribui para a união deles.
- Através da Associação de Fundo de Pasto da Comunidade, eles resistem de forma organizada para existir enquanto Comunidade de Fundo de Pasto e para terem sua identidade respeitada.
- Eles costumam afirmar que em seu território “o bode é o rei”. Isto porque lá os animais são criados livremente, sendo reconhecidos por algumas marcas feitas pelos seus donos. Tal modelo de criação visa facilitar o acesso dos animais à água e à comida, principalmente nos períodos de estiagem severa, além de ser um exemplo de adaptação e convivência com o clima. André Rocha, técnico do IRPAA, afirma que os “limites do território é o bode que dá”.
- As paisagens são recursos relevantes, tanto na perspectiva ambiental como social, cultural e econômica, constituindo-se como um fator identitário, quer para quem mora, quer para quem visita a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura
- O enquadramento da paisagem, território e identidade enquanto perspectiva de análise da gestão em um território tradicional comprovam que eles são indissociáveis.
- Para além de tratar nas visitas de campo de questões mais estritamente ligadas à qualidade da paisagem a pesquisa abordou nas Oficinas, questões relativas ao ambiente e recursos naturais, dinamização da economia, projetos futuros para o desenvolvimento da Comunidade.
- O valor das paisagens para as pessoas da Comunidade pode ser expresso através dos benefícios paisagísticos. Estas incluem, por exemplo, recreação e lazer, beleza da caatinga natural, extrativismo de plantas, criação de animais e produção, pontos de encontro. Mapear estas conexões não ocorre rapidamente, pois eles diferem de pessoa para pessoa;
- Graves problemas sobretudo, sociais, ainda são enfrentados pela Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura e envolvem a falta de acesso à água de boa qualidade, meios de transportes e estradas vicinais precárias para que as pessoas se desloquem, falta de projetos de geração de renda, condições de moradias e sanitárias precárias, além da falta de regularização da área. Estes problemas, de antemão, merecem ser alvo do Pacto de Soluções a ser proposto.
- As quatro Unidades de Paisagens, com suas características distintas, serviram como base para o diagnóstico participativo. Este diagnóstico proporcionou a co construção de uma perspectiva futura, identificando elementos essenciais para aprimorar o território.

A análise da paisagem na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura aprofundou a compreensão de suas paisagens, potenciais, valores e ameaças. Essa compreensão foi crucial para estabelecer Objetivos de Qualidade das Paisagens e indicadores correspondentes, que atuam como guias orientadores para a preservação e evolução das paisagens. Esses elementos não apenas promovem a valorização dos aspectos paisagísticos presentes, mas também incentivam a busca por soluções para desafios predominantes. A abordagem em escala local permitiu uma análise abrangente da qualidade das paisagens e envolveu ativamente a população local na gestão desses recursos.

Na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, um território tradicional, as relações socioculturais estão intimamente ligadas às paisagens. Capturar essas interações é essencial para entender as transformações paisagísticas e as práticas que moldam a identidade dessa comunidade. As Unidades de Paisagens e suas potencialidades são recursos essenciais para o desenvolvimento sustentável, unindo saberes populares e científicos. A comunidade, ao cuidar do ambiente, busca garantir fontes de renda, contribuindo vitalmente para a preservação de paisagens de qualidade em territórios tradicionais.

Na perspectiva apresentada, é possível considerar a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura como uma referência ou modelo a ser seguido. Ela possui uma gestão coletiva através de sua Associação e de acordos tácitos conhecidos e respeitados por todos, que visam promover ações para o desenvolvimento da conservação dos recursos naturais. Além disso, busca financiamento por meio da submissão de projetos em diversos editais, tanto na iniciativa pública quanto na privada. Dessa forma, esses projetos têm o potencial de ampliar a educação ambiental e as atividades econômicas diversificadas no campo, fortalecendo a permanência das pessoas no território.

Além dos resultados obtidos na pesquisa de campo, o principal destaque deste estudo reside na implementação da abordagem e na coconstrução de indicadores, servindo como elementos fundamentais para validar o método e confirmar a hipótese proposta. Esta pesquisa inicialmente indagou sobre a possibilidade de avaliar a qualidade das paisagens em comunidades tradicionais, acompanhando seu nível de transformação por meio de painéis de indicadores coconstruídos com a comunidade, constituindo-se como elementos essenciais do método participativo.

Assim, a pesquisa teve como base a premissa de que os valores associados à paisagem poderiam atuar como um elemento de conexão entre os diversos atores, contribuindo para o fortalecimento da gestão territorial. Além disso, reconheceu-se a importância dos líderes locais e das comunidades no desempenho de papéis fundamentais para a efetivação da gestão dos territórios tradicionais.

Os resultados obtidos em campo corroboram a hipótese de pesquisa. Os procedimentos aplicados na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura evidenciaram a viabilidade da construção coletiva de um diagnóstico territorial, estabelecimento de metas para a qualidade das paisagens e criação de indicadores de monitoramento locais que podem ser gerenciados pela própria comunidade. Como cita a liderança da Comunidade, Kadir Rodrigues, “os indicadores são possíveis de serem monitorados pela Comunidade sim, com certeza! Dentro do nosso contexto, da nossa raiz, do nosso território, a gente já faz este acompanhamento informal onde cada morador já observa elementos bons ou ruins que transformam nosso território”. Ele enfatiza a conexão entre o conhecimento tradicional e a gestão local para avaliar e gerenciar a qualidade e as mudanças no ambiente local.

Os indicadores têm o potencial de revelar essas mudanças sistemáticas se monitorados ao longo de um período de cinco ou dez anos. Para alcançar isso, a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura pode necessitar de assistência, ferramentas e apoio. Daí surge a concepção inicial do Pacto de Soluções, visando preservar, manter e/ou recuperar suas paisagens. Um pacto, sobretudo, com o compromisso dos gestores públicos municipais, estaduais, federais, terceiro setor em promover políticas para conservação e fortalecimento dos valores do território, realizando ações concretas e medidas de intervenção específicas orientadas para a Comunidade. Uma seara de execução de projetos que esta pesquisa acadêmica não consegue avançar.

Finalmente, com relação a operacionalidade do método proposto de avaliação da qualidade da paisagem, de modo geral, ficou evidenciado que o método surge como uma ferramenta providencial de gestão, no que tange a melhoria da qualidade das paisagens em territórios tradicionais. Em um sentido amplo, operacionalizar aqui na pesquisa, significa a mesma coisa que desenvolvê-la e aplicá-la. Assim, pôde se comprová-la, no sentido de fazer a metodologia funcionar, ou seja, foi possível colocar em prática todas as etapas necessárias para alcançar o objetivo de diagnosticar e analisar os territórios tradicionais, tendo a paisagem como ferramenta de diálogo, garantindo que todas as atividades fossem executadas de forma eficaz.

O estudo conduzido concentrou-se na aplicabilidade deste método dentro do contexto da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura. O objetivo foi transformar as concepções de avaliação da qualidade da paisagem, fundamentadas na Convenção Europeia da Paisagem, escolhida como metodologia, em estratégias e ações práticas. Essas iniciativas visavam possibilitar à Comunidade alcançar resultados tangíveis e mensuráveis para monitorar seu território tradicional. A eficácia desta abordagem é comprovada pelos resultados da pesquisa de campo e pela satisfação manifestada pela Comunidade em relação ao processo de avaliação.

Dessa maneira, torna-se viável contribuir para o planejamento e a gestão sustentável da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, fornecendo também embasamentos para negociações com instituições públicas e privadas. Esse enfoque busca a preservação ambiental imediata da região, com o intuito de colaborar de maneira conjunta por meio do estabelecimento do Pacto de Soluções. Esse pacto utilizará os elementos identificados como fundamento para suas ações.

Assim sendo, os resultados obtidos propiciaram respostas as questões centrais que nortearam este estudo, que podem ser sintetizadas:

1. Como integrar a paisagem à gestão de territórios tradicionais? A resposta a essa pergunta passa por fundamentalmente por conhecimento. A inclusão eficaz do tema paisagístico nas diversas ações territoriais depende da compreensão e da valorização desse conceito por parte das pessoas envolvidas. É imperativo que os Povos e Comunidades Tradicionais, protagonistas na tomada de decisões sobre o ambiente ao seu redor, estejam cientes dos elementos que compõem a paisagem. Esse aprendizado inclui identificar as zonas de uso do território, delimitar limites, identificar áreas vulneráveis, compreender os processos de degradação e propor medidas de gestão mais eficientes. É essencial que essas ações sejam direcionadas para uma convivência sustentável com a natureza, preservando a vida.
2. Como avaliar a qualidade da paisagem nestes territórios, contando com a participação local? O método participativo de avaliação da qualidade da paisagem desenvolvido e aplicado nesta pesquisa é um dos modos eficazes a serem seguidos. Os aspectos mais importantes a considerar nos estudos dessa natureza é a relação atual que as pessoas guardam com o território, seus valores e sua percepção.
3. Quais principais ferramentas podem ser utilizadas? Destaca-se o emprego das técnicas de mapeamento social participativo como uma abordagem relevante e aplicável, especialmente entre as Comunidades de Povos e Territórios Tradicionais. Essa técnica, fundamentada em princípios que valorizam a diversidade sociocultural e fortalecem a identidade coletiva desses grupos sociais é uma ferramenta promissora. A coconstrução e a adaptação às condições locais são as palavras-chave que resumem as ferramentas mais bem-sucedidas nesse contexto.

Em síntese, o almejado com a publicação desta tese é ajudar a gerar discussão e encorajar métodos, técnicas e as habilidades relacionadas ao acompanhamento da avaliação da qualidade da paisagem no contexto específico de Povos e Comunidades Tradicionais. O objetivo é contribuir para uma governança compartilhada das questões que envolvem seus territórios.

CONTRIBUIÇÕES, LIMITES E RECOMENDAÇÕES

Com o propósito de ampliar o conhecimento sobre a paisagem, o território, as abordagens e os métodos para avaliação da paisagem, este estudo investigou o tema no contexto de Povos e Comunidades Tradicionais. O trabalho parte de um modelo conceitual, construído a partir da literatura, que é usado para testar a hipótese concernentes a relações entre as variáveis: qualidade das paisagens e sistemas de indicadores. Para validar e consolidar os construtos teóricos da pesquisa, foi utilizado como estudo de caso a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, verificando-se sua operacionalidade, sendo necessário neste momento analisar suas contribuições, limites e que lições que podemos recomendar.

Assim, as contribuições podem ser discutidas sob três ângulos:

- Metodológica - coconstrução de um novo método genérico e robusto de avaliação das paisagens;
- Prática - do potencial de cooperação para o aprimoramento da gestão e da manutenção de territórios tradicionais;
- Acadêmica - dos avanços no campo de pesquisa da ciência da sustentabilidade.

Do ponto de vista das contribuições metodológicas, acreditamos que nosso trabalho constitui um passo essencialmente de natureza metodológica, com a proposta desse novo método, fundamentada em protocolos de pesquisa, adequados considerando sobretudo, a preferência e a percepção expressas pela comunidade e envolvendo a coconstrução de vários tipos de indicadores locais. Nosso enfoque se concentra nos territórios tradicionais, frequentemente sujeitos a pressões crescentes, nos quais comunidades mantêm uma relação estreita com elementos naturais. Esse cenário é especialmente exemplificado em uma Comunidade de Fundo de Pasto localizada na Bahia.

A contribuição prática, se desdobra, a partir da metodológica, uma vez que este estudo contemplou em mostrar empiricamente como o método de avaliação da qualidade da paisagem pode ser aplicado no mundo real, indo ao encontro do argumento apresentado por Bispo (2023), de que este tipo de contribuição ajuda a identificar problemas práticos ou que dão pistas de como resolvê-los por meio da ciência. Os problemas práticos originais alvos de contribuição e preocupação desta pesquisa prendem-se com a qualidade da paisagem em escala local e com o método de avaliá-la a fim de aprimorar a gestão dos territórios ocupados por Povos e Comunidades Tradicionais, consoante à Komiyama e Takeuchi (2006) que postulam que a ciência da sustentabilidade deve progredir da identificação de problemas para a solução deles.

Nesse contexto, o conhecimento espacial, adquirido por meio da análise das paisagens, pode ser capaz de fornecer instrumentos e aprimorar a gestão territorial em comunidades tradicionais. O propósito é contribuir com as comunidades tradicionais no esforço de ampliar informações espaciais sobre seu território e na aplicação de sugestões práticas, baseadas na perspectiva dos valores delas para com suas paisagens. A partir disso, visa apoiar a construção de instrumentos que conduzam a ampliar o diálogo e estruturar demandas junto aos órgãos responsáveis pela implementação de projetos na região como o MMA, por exemplo, que lançou em outubro de 2023, o Edital nº 01/2023 - SNPCT/MMA que visa selecionar organizações que auxiliem o MMA na estratégia de promover paisagens produtivas sustentáveis, tendo como público-alvo Povos e Comunidades Tradicionais.

Com relação as contribuições acadêmicas que buscam aportar para o avanço da ciência pontuamos: a natureza propositiva do estudo, a padronização do método como a chave para alcançar a comparabilidade dos estudos, a replicação dos resultados e a robustez da abordagem, essenciais para o progresso da ciência da avaliação da qualidade da paisagem. O estudo de caso na Comunidade de Fundo de Pasto de Fatura nos auxiliou na robustez e na padronização da execução do passo a passo de diagnóstico e análise da paisagem. É ele que pretendeu “arredondar” o método.

Aqui a robustez é um subatributo de confiabilidade, solidez e segurança e diz respeito à capacidade de o método funcionar em diversas condições, e apesar da modificação de alguma ferramenta ou instrumento de coleta e análise de dados. Neste sentido, o método de avaliação mostrou-se confiável, podendo ser aplicado em outras investigações e chegar aos mesmos resultados coconstruídos nesta pesquisa. Uma vez que a metodologia é interativa e pensada para ser adaptada.

Acrescenta-se que com a importância das representações socioculturais contidas na paisagem desenha-se um caminho que não pode ser descartado para compreensão da amplitude que o universo da paisagem abarca. Este esforço visa somar ao campo de pesquisa em que está inserida, “Território, Cultura e Meio Ambiente” do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília.

Destaca-se que a pesquisa foi impulsionada por meio do programa de doutorado sanduíche. Essa abordagem não apenas viabilizou a investigação, mas também fomentou a interação entre pesquisadores de diferentes instituições, proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento da pesquisa colaborativa. O estudo se beneficiou das parcerias acadêmicas estabelecidas entre grupos de pesquisadores brasileiros da UnB e franceses do Institut de Recherche pour le Développement – IRD. Além disso, culminou na obtenção de uma bolsa de Doutorado Sanduíche na França, integrante do Programa Allocations de recherche pour une thèse au Sud - ARTS, que desempenhou papel crucial no suporte à condução desta pesquisa.

Com relação às limitações encontradas ao longo deste estudo que se referem aos limites, desafios ou aspectos que podem afetar a aplicabilidade dos resultados da pesquisa e replicabilidade do método proposto, podemos agrupá-las em limitações metodológicas e dificuldades operacionais encontradas.

Limitações metodológicas:

- Os resultados obtidos nesta pesquisa, não podem ser generalizados para outros territórios tradicionais;
- O método sugerido é flexível, estando suscetível a contínuo aprimoramento e adaptação. Assim sua aplicação pode variar de acordo com as peculiaridades de cada local;
- A determinação do tamanho da amostra nesta pesquisa não seguiu os padrões usualmente empregados em estudos quantitativos, onde o objetivo é alcançar uma representatividade estatística. A abordagem adotada neste estudo enfatizou a qualidade e a riqueza das informações coletadas. Durante as fases participativas do método de pesquisa, a escolha do tamanho da amostra foi orientada pela intenção de proporcionar uma representação diversificada das experiências e perspectivas dentro da comunidade. Isso foi alcançado através da inclusão de participantes de diferentes faixas etárias, gêneros, povoados e ocupações, assegurando uma abrangência significativa e representativa nas análises;
- A proposta não avançou especificamente para a proposição de medidas a serem tomadas para alcançar os Objetivos de Qualidade da Paisagem. Sugeriu-se que esta questão fosse tratada em um momento posterior, por meio do Pacto de Soluções.

Dificuldades operacionais encontradas:

- Modificação na previsão inicial de um período mais extenso na Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, impactando negativamente na coleta de dados adicionais em campo, por conta do auge da pandemia de Covid-19. Tal cenário impossibilitou a realização de pesquisas de campo, nos dois primeiros anos do estudo.
- Elevados custos financeiros e longas distâncias entre Brasília e a Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, encareceram a logística das visitas de campo;
- A inexistência de um mapa da Comunidade, com limites geográficos disponíveis em um formato adequado para análise prévia;
- A comunicação inicial, uma vez que o acesso à internet era restrito na Comunidade, o que impossibilitou a realização de encontros virtuais para troca de informações;

- Instrumentos de coleta de dados extensos, como os questionários e formulários (Apêndices C e D), com uma ampla gama de itens a serem respondidos e discutidos em grupo durante as Oficinas de Paisagem, requereram ajustes para garantir maior objetividade no processo.
- A disponibilidade limitada de recursos materiais e o nível de instrução dos moradores da Comunidade demandaram adaptações nas ferramentas de trabalho utilizadas em campo.

Quanto às recomendações propostas a seguir, estas abrangem tanto os aspectos metodológicos quanto práticos envolvidos na pesquisa, considerando a expectativa gerada pelos resultados e pelas questões identificadas. Portanto, é aconselhável tratar essas recomendações com cuidado, especialmente quando utilizadas como base para estudos adicionais ou para embasar decisões futuras.

Recomendações:

- Regressar à Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura para divulgar os resultados da pesquisa, fornecer cópias impressas dos mapas desenvolvidos durante o estudo e colaborar na construção do Pacto de Soluções, caso seja interesse deles.
- Outra proposta de devolução à Comunidade envolve a confecção colaborativa em tecido de um desenho estilizado das Unidades de Paisagens e respectivos Objetivos de Qualidade de Paisagens. Esse procedimento serviria como um instrumento prático para que eles pudessem utilizar o conhecimento das paisagens adquirido por meio da pesquisa, a exemplo da figura 4.
- Dedicar mais tempo aos trabalhos de campo na Comunidade Tradicional a ser estudada, a fim de reunir os elementos essenciais necessários para ilustrar o método de avaliação da qualidade da paisagem de maneira mais abrangente;
- Exercer cautela ao interpretar dados empíricos levantados nas pesquisas, pois sua análise descontextualizada pode resultar em interpretações divergentes. Por exemplo, identificou-se a proliferação de “mocós” como ameaça principal para a Unidade de Paisagem 1 da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, entretanto é crucial realizar investigações técnicas aprofundadas para compreender os motivos por trás dessa proliferação e buscar soluções cientificamente embasadas.
- Realizar no mínimo quatro visitas à Comunidade, sendo que a última deve fornecer *feedbacks* relevantes à comunidade específica, contribuindo para a melhoria da gestão de seus territórios.
- Enriquecer a temática de cada visita de campo à Comunidade Tradicional com a presença de um agente comunitário rural ou técnico de uma instituição local, especialmente no primeiro dia de campo, para facilitar a aproximação do pesquisador com a Comunidade e agregar perspectivas distintas, fornecendo informações relevantes sobre o território;

- Garantir que um representante da Comunidade acompanhe todos os momentos das atividades de campo.
- Assegurar que os Objetivos de Qualidade da Paisagem, recebam respaldo técnico robusto, além de considerar a percepção da comunidade.
- Consultar centros de pesquisa ou universidades locais e regionais para verificar a disponibilidade de dados sobre a região e a Comunidade;
- Incluir iniciativas de mapeamento social participativo do território tradicionais em todas as pesquisas que adotarem esse roteiro metodológico;
- Considerar as designações específicas empregadas pelos grupos locais, tais como "espaços de roça", "vazantes" e "espaços sagrados", como referências espaciais associadas às práticas culturais e vivências locais. Essas nomenclaturas enriquecem a caracterização das paisagens e o estudo da área em questão;
- Realizar o registro cartográfico desses territórios tradicionais por meio de um processo de coconstrução com a participação da Comunidade, não se limitando apenas à interpretação de imagens de satélite disponíveis;
- Valorizar as fontes orais para compreender a história da Comunidade, dada a dificuldade em obter registros escritos, auxiliando na reconstituição do histórico de ocupação, explicitando conflitos e compreendendo melhor a relação desses grupos com o território;
- Planejar, junto à liderança da Comunidade, o roteiro das visitas de acordo com a disponibilidade de tempo deles, para não interferir nas atividades cotidianas da Comunidade;
- Visitar a Comunidade em períodos distintos, durante o período chuvoso e seco, para registrar e observar as diferenças nas fisionomias das paisagens e na percepção das pessoas, considerando, por exemplo, a mudança de ânimo durante as chuvas;
- Evitar excessiva formalidade e limitar as atividades participativas a três horas, uma vez que os membros da Comunidade têm pouco tempo disponível.
- Preferir trabalhos em grupos menores, onde as pessoas da Comunidade se sentem mais à vontade para expressar ideias e opiniões, utilizando formulários e questionários para estimular os debates;
- Realizar reuniões e Oficinas de Paisagem em locais geograficamente próximos às residências da maioria dos membros da comunidade. Estes locais podem incluir a sede da Associação ou pontos de encontro conhecidos, como árvores que ofereçam sombra, visando facilitar o acesso e minimizar o desconforto associado à locomoção e a formalidade de ambientes institucionais.

POSSÍVEIS TEMAS DE TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO FUTUROS

Embora determinados pontos não tenham sido devidamente investigados ou tratados neste estudo, o propósito central é a proposição de uma metodologia potencial voltada para a gestão colaborativa da paisagem em um contexto local específico. O prosseguimento das investigações nesta mesma temática pode se concentrar nos seguintes tópicos:

(1) Replicabilidade do método de avaliação da qualidade paisagem:

- Explorar como o método pode ser adaptado e aplicado em outros territórios tradicionais, analisando desafios e possíveis benefícios;
- Analisar a viabilidade e eficácia do método em diferentes contextos culturais e geográficos;
- Desenvolver novas ou aprimorar metodologias de avaliação da qualidade da paisagem, como a proposta nesta tese, que envolvam ativamente as comunidades locais na gestão e planejamento da paisagem.

(2) Expansão da pesquisa:

- Ampliar verticalmente a pesquisa para contemplar diferentes perspectivas de outras pessoas e instituições envolvidas na gestão do território da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura;
- Ampliar horizontalmente a pesquisa, incorporando comunidades vizinhas à Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, como por exemplo os povoados de Serrote e o Brejo da Brásida, para compreender seu contexto regional e influências.

(3) Avaliação quantitativa das paisagens da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura:

- Realizar uma avaliação mais objetiva das paisagens da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, incluindo a quantificação de métricas de paisagens, como composição e configuração, para entender melhor sua estrutura e dinâmica;
- Construir assinaturas de paisagem considerando a avaliação objetiva das paisagens;
- Levantar a possível relação entre as Unidades de Paisagens e a existência de áreas de transição das paisagens, examinando como esses espaços se conectam.

(4) Desdobramento das medidas práticas e acompanhamento de indicadores:

- Analisar a viabilidade prática do desdobramento dos Objetivos de Qualidade da Paisagem em medidas práticas derivadas do Pacto de Soluções;
- Propor mecanismos de acompanhamento sistemático dos Objetivos de Qualidade de Paisagem e dos indicadores estabelecidos.

(5) Novos instrumentos de participação social na avaliação da paisagem:

- Utilizar novos instrumentos e metodologias de participação na aplicação do método de avaliação da paisagem proposto, explorando diferentes contextos e possibilidades;
- Estudar modelos de governança participativa que promovam a colaboração entre diferentes partes interessadas na gestão da paisagem, levando em conta interesses locais e regionais.

(6) Impactos do Parque Boqueirão da Onça nas comunidades locais:

- Estudar os impactos da criação do Parque Boqueirão da Onça nas comunidades locais que residem na área, incluindo seus efeitos socioeconômicos e ambientais;
- Analisar os efeitos e consequências da criação do Parque Boqueirão da Onça na Comunidade de Fartura, propondo soluções de como ajudar os habitantes locais.

(7) Tópicos de cunho geral:

- Explorar como a identidade cultural local está vinculada à percepção e uso da paisagem, e como esses aspectos podem influenciar a gestão e conservação;
- Pesquisar o uso de tecnologias geoespaciais avançadas (sensoriamento remoto, SIG, modelagem) na análise e gestão de paisagens locais;
- Analisar os desafios e obstáculos enfrentados para a participação pública efetiva na implementação da Convenção Europeia da Paisagem em escala local;
- Desenvolver indicadores específicos para avaliar a qualidade da paisagem em nível local, levando em consideração a periodicidade e formas de coleta.

Antecipa-se que investigações subsequentes se direcionem à priorização da elaboração do Pacto de Soluções como um instrumento primordial. Tal enfoque visa a elucidação das Unidades de Paisagem, a definição dos Objetivos de Qualidade da Paisagem, a formulação de indicadores locais e a identificação das demandas por projetos voltados para a resolução dos desafios enfrentados pelas Comunidades Tradicionais. Estas investigações detêm o potencial de contribuir para esse propósito

Concluimos que nosso trabalho, embora não esgote profundamente todas as questões relacionadas à análise de paisagem em escala local, oferece uma metodologia válida. Esta abordagem é sistemática, abrangente e robusta, embora não seja uma prescrição passo a passo no estilo “faça isto, faça aquilo”. Sua relevância reside em suscitar questionamentos que conduzem a reflexões interconectadas sobre a paisagem, especialmente em territórios tradicionais. Espera-se que essa metodologia contribua para a proteção, ordenamento e gestão da paisagem local, resultando, conseqüentemente, em melhor qualidade de vida para os Povos e Comunidades Tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARQUITETOS PAISAGISTAS. **A Carta Brasileira da Paisagem**. 2010. Disponível em: http://www.abap.org.br/abap/wp-content/uploads/2022/07/CARTA_BRASILEIRA_DA_PAISAGEM.pdf. Acesso: 22 de mar. 2021.
- ADÃO, N. M. L.; POLETTE, M. Sistema de Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana para Metrôpoles Costeiras (SIMeC): uma proposta de instrumento de análise territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 2, p. 325 - 342, maio/ago. 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n2p325. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5157>. Acesso em: 13 set. 2021.
- ADEODATO, S. Morros dos ventos uivantes. **Revista Página 22**, n. 95, p. 12, mai. 2015. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pagina22.com.br/wp-content/uploads/2009/07/P22_Edicao_95.pdf. Acesso em: 20 de set. 2023.
- ALCÂNTARA, D. M.; GERMANI, G. I. As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia: Luta na Terra e suas espacializações. **Revista de Geografia**, v. 27, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228754/23167>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- ALCÂNTARA, D. M.; GERMANI, G. I. Fundo de Pasto: Um conceito em movimento. *In*: Encontro Nacional da ANPEG, 8, 2009, Curitiba, Paraná. **Anais [...]** Curitiba: ENANPEGE, 2009, p. 1-15. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_alcantaragermani_fundopasto_conceitoemmovimento.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.
- ALMEIDA, M.; CUNHA, M. C. Populações tradicionais e conservação. *In*: Seminário de Consulta do Programa Nacional da Diversidade Biológica. **Subsídio ao GT Povos Indígenas e Populações [...]**. Macapá: Instituto Socioambiental 1999.
- ALVES, J. P.; CARNEIRO, M. R. D.; SILVA, T. S; RICHA, S. T. ALVES. Cartografia Social e Etnomapeamento com Comunidades Tradicionais localizadas nos rios Trombetas e Mapuera, Amazônia Oriental, Brasil. 2013. *In*: Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos, 14, 2013, Peru, Lima, 2013. **Anais[...]** Peru: EGAL, 2013. p. 1-20.
- AMARAL, D. **A avaliação do caráter da Paisagem como instrumento para a definição de Objetivos de Qualidade Paisagística, aplicado ao Programa de Ordenamento da Orla Costeira - O caso de Estudo das Planícies do Ave**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Ordenamento do Território) - Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, Portugal, 2015.
- ANDRESEN, M. T. L. M. B. **The assessment of landscape quality – Guidelines for Four Planning Levels**. 1984. 88 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista) - Universidade de Massachussets, Departamento de Arquitetura Paisagista e Planejamento Regional, EUA, 1984.
- APARECIDA DE SOUZA, M. A. Geografia, paisagens e a felicidade. **GeoTextos**, v. 9, n. 2, dez. 2023. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v9i2.9109. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/9109>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 1993.

ARÁUJO, W. A.; GONÇALVES, C. DE F.; LINS, I DE O.; COSTA, P. A. D. Turismo Sustentável e indicadores econômicos e visuais da paisagem. **Revista Turismo em Análise**, v. 31, n. 2, p. 339–57, maio /ago. 2020.

ARRIAZA, M., CAÑAS, J.F., CAÑAS, J.A., RUIZ, P., GONZÁLEZ, J. E BAREA, F. Landscape Assessment via Regression Analysis. *In: Congress of the EAAE (European Association of Agricultural Economics)*, 11, 2005, Copenhagen. **Proceedings** [...] Copenhagen, Denmark: EAAE, p. 1 – 7. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ags/eaee05/24469.html>. Acesso em: 12 de abr. 2021.

ATAÍDE, M. S.; MARTINS, A. A Etnocartografia Como Ferramenta de Gestão. *In: Congresso Brasileiro de Cartografia*, 22, 2005, Macaé. **Anais** [...] Macaé: SBPC, 2005. p. 1-8.

BAHIA. CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **A dinâmica da participação de pequenos produtores em projetos de desenvolvimento rural: Do Fundo de pasto as associações Fundiárias**. Salvador: CAR/ SEPLANTEC/ CEDAP/ CENTRU, 1987.

_____. **Constituição do Estado da Bahia de 5 de outubro de 1989**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70433>. Acesso em: 13 de mar. 2022.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate À Pobreza; Agência Brasileira De Cooperação – ABC/MRE; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. BRA/07/015 – **Programa de Desenvolvimento Social Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia**. Salvador, 2007.

_____. COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. **Projeto Aerogeofísico Barra da Estiva / Tremedal**. Salvador: Microsurvey, 2008.

_____. **Atlas Eólico da Bahia**. Curitiba: Camargo Schubert. Salvador: SECTI, SEINFRA, CIMATEC/SENAI, 2013. Disponível em: http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/atlaseolicobahia2013.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

_____. **Lei 12.910 de 11 de outubro de 2013**. Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos. Disponível em: <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/1/decretonovo.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. Secretaria de Meio Ambiente. **Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca: PAE/BA**. Versão Validada. Governo do Estado da Bahia. Salvador, 2014.

BAHIA, L. O. **Guia referencial para construção e análise de indicadores**. Brasília: Enap, 2021.

BARREIROS, L.B. M. **Avaliação da Paisagem. Contributo para o Planeamento de Paisagens Protegidas**. 2005. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental) - Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Lisboa. 2005.

BARRETO FILHO, H. T. Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. *In: ADAMS C.; MURRIETA R.S.S.; NEVES W.A. (eds.). Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Anna Blume, 2006. p. 109-144.

BARRETTO FILHO, H. T. Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: uma visada a partir da Amazônia. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), v. 29, n. 2, p 1-9, dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/178663>. Acesso em: 16 de abr. 2021.

BAUMAN, Z. **Globalização: As Consequências Humanas**. Tradução: PENCHEL, M. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 138 p.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECKER, B. K. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n.2, p. 99-126, jul./set.1988.

BERKES, F. Indigenous Ways of Knowing and the Study of Environmental Change. **Journal of the Royal Society of New Zealand**, v. 39, n. 4 p. 151-156, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03014220909510568>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In*: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 84-91.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. **Tradução**: CRUZ, O. Cadernos de Ciências da Terra. São Paulo, USP-IGEOG, nº 13, 1972.

BERTRAND, C.; BERTRAND, G. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Tradução: PASSOS, M.M.S. Maringá: Massoni, 2007. 332 p.

BIANCHINI, F.; LIMA, P. H. C.; BARRETO, R. M. F. Comunidades tradicionais fundo de pasto: manejo da agrobiodiversidade da caatinga nos territórios historicamente ocupados pelas comunidades tradicionais fundo de pasto no Sertão do São Francisco baiano. *In*: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2022, p. 77-126.

BISPO, M. S. Contribuições Teóricas, Práticas, Metodológicas e Didáticas em Artigos Científicos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 1, p. 220 - 256, jan. 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/840/84073372001/html/>. Acesso em 10 de out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas no Império. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-601-18-setembro-1850-559842-publicacaooriginal-82254-pl.html>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acesso em: 11 de abr. 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 de abr. 2023.

_____. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. **Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba: SEED, 2010.

_____. **Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em 25 de set. 2023.

_____. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN - Brasil)**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2013.

_____. CIMOS - Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais. MPMG - Ministério Público de Minas Gerais. **Cartilha Direitos dos povos e Comunidades Tradicionais**. Belo Horizonte: MPMG, 2014. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

_____. **Decreto 8.750, de 9 de maio de 2016**. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm. Acesso em: 26 maio 2021.

_____. **Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11349.htm. Acesso em 15 de jul. 2023.

BRUNHARA, J. P. C.; MACEDO, K. G.; DAS T. K.; INNOCENTINI, M. D. M. I. A Driving Force-Pressure-State-Impact-Response (DPSIR) tool to help waste pickers' cooperatives self-evaluate their environmental and economic performance. **Hygiene and Environmental Health Advances**, v 6, jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.heha.2023.100054>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BUSQUETS, J.; CORTINA, A. **Gestión del Paisaje. Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje**. Barcelona: Ed. Ariel, 2009.

BUZZELL, R.; D., GALE, B. T.; SULTAN, R. G. Market share-a key to profitability. **Harvard Business Review**, v. 53, n. 1, p. 97-106, jan. 1975. Disponível em: <https://hbr.org/1975/01/market-share-a-key-to-profitability> . Acesso em: 14 de ago. 2023.

CANCELA D'ABREU A.; PINTO CORREIA T.; OLIVEIRA R. **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental** — Volume I. Coleção Estudos 10, Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004.

CARRÃO, H.; CAETANO, M.; NEVES, N. LANDIC: Cálculo de indicadores de paisagem em ambiente SIG. *In: Encontro de Utilizadores de Informação Geográfica - ESIG 2001*, 6, Oeiras, Portugal, 28-30 nov., 2001. **Anais [..]** Lisboa: Associação dos Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica - USIG, 2001. p. 1-12.

CARVALHO, A. J. A.; TROILO, G.; FERREIRA, M. H. **Comunidades tradicionais de Fundo de Pasto: território de riqueza agrobiocultural e convivência com o Semiárido**. Salvador: Áttema, 2020.

CASSATELLA, C.; PEANO, A. **Landscape indicators: Assessing and monitoring landscape quality**. Dordrecht: Springer, 2011.

CLAVAL, P. A. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. *In: CORRÊA, R L.; ROSENDAHL, Z. Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 147-166.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. *In: CORRÊA, R L.; ROSENDAH, Z. Paisagens, texto e identidades*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 13-74. 2004.

COE - COUNCIL OF EUROPE. **CEP - European Landscape Convention**. Florença, 2000. Disponível em: <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/176.htm>. Acesso em: 14 de jan. 2021.

_____. **Recommendation CM/Rec (2008) 3 of the Committee of Ministers to member states on the guidelines for the implementation of the European Landscape Convention**. Madrid: Secretaría General para el Territorio y la Biodiversidad (Ministerio de Medio Ambiente), 2008. Disponível em: https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805d3e6c. Acesso em 10 de jan. 2021.

CORNELY, S.A. Metodologia Participativa Algumas Questões Teórico-Metodológicas. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano.**, v. 3; n. 2, p. 149-154, jun. 1993.

CORREA, R. L. **Denis Cosgrove: a paisagem e as imagens**. Espaço e Cultura, UERJ, n. 29. p.7-21, jan/jun. 2011. Disponível em: <https://1library.org/document/yew379ey-denis-cosgrove-a-paisagem-e-as-imagens.html>. Acesso em: 11 de mai. 2021.

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 3, p. 23-37, dez. 2009.

CORREIA, T. P.; ABREU, A. C.; OLIVEIRA, R. Identificação de Unidades de Paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental. **Finisterra**, v. 36, n. 72, p. 195-206, ago. 2001. DOI: 10.18055/Finis1634. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1634>. Acesso em: 31 jan. 2022.

COSGROVE, D. E. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Londres: Croom Helm, 1984.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo** – Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - Goiânia: CPT Nacional. 2021, 179 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>. Acesso em: 10 de ag. 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, L. H. O.; MADRUGA A. M.; DIEGUES A. C **Reserva extrativista para regiões de mangue: uma proposta preliminar para o estuário de Mamanguape**. Série: Estudo de caso n. 4. São Paulo: Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil-pró-reitoria/USP, 1992.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In*: CAPOBIANCO, J. P. R.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A; SAWYER, D.; SANTOS, I.; PINTO, L.P. (orgs.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2001, p. 184-193.

DE MOURA, M. A.; ARANA, A. R. A. Environmental fragmentation in the State Park Morro do Diabo in Teorodo Sampaio, SP, Brazil. **Sustainability in Debate**, v. 9, n. 3, p. 125–159, dez. 2018. DOI: 10.18472/SustDeb.v9n3.2018.18377. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/18377>. Acesso em: 13 nov. 2021.

DELFINO, D. S. **Os valores da Paisagem como instrumento de gestão territorial na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca**. 2017. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.

DGT - Direção-Geral do Território. **Glossário de termos sobre a paisagem** (adaptado do Sistema de Informação da Convenção do Conselho da Europa sobre a Paisagem). Lisboa: Direção Geral do Território, 2020. Disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-paisagem/Glossario.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.

DI MAIO, S.; BERENGO, C. **Nós somos a paisagem: como interpretar a Convenção Europeia da Paisagem**. Lisboa: MAPa2012, 2011. Disponível em: https://issuu.com/mapa2012/docs/nos_somos_a_paisagem. Acesso em: 18 out. 2022.

DIAS, L. F.; LOBÃO, J. S. B. Uso e cobertura da terra associado às áreas susceptíveis a desertificação com auxílio do Sensoriamento Remoto. *In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, 15, 2011, Curitiba. Anais [...] Curitiba: INPE, p.1403 – 1410, 2011.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DONIAK, F. A. **A participação da comunidade no desenvolvimento local: uma necessidade do século XXI**. 2000. 97 f. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

_____. **Participação comunitária no processo de desenvolvimento local: Estudo do caso do município de Rancho Queimado**. 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. *In: FAVARETO, A. Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil - Avanços e Desafios, Série Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2010. p. 81-113.

EHLE, P. **Canudos, Fundo de Pasto no Semiárido. Instituto Popular Memorial de Canudos. Paulo Afonso**. Bahia: Fonte Viva. 1997. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/1997_leroy_paul_ehle_-_ipmc.pdf. Acesso em: 16 de jan. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. ENEM 2022 – **Exame Nacional do Ensino Médio**. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br>. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

ESTERCI, N. Pescadores e ribeirinhos: questões acerca da organização e da representação. *In: Amazônia: Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais*. Rio de Janeiro: Comunicação pública, 2001.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition, 2012.

FERRARO, L. A. J. e BURSZTYN, M. - Das Sesmarias à Resistência ao Cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 385-400, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v23i59.19108>. Acesso em: 22 de maio 2023.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Texto para discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1545>. Acesso em: 9 de jul. 2023.

FETTER, R.; HENKE-OLIVEIRA, C.; SAITO C. H. Técnicas de Viewshed para planejamento de trilhas de visitação em Unidades de Conservação da Natureza. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 10, n.1. p. 94-102. Jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/view/1949>. Acesso em: 8 de set. 2023.

FIGUEIRÓ A.S. Paisagens Antropocênicas: Uma Proposta Taxonômica. *In*: STEINKE, V.A.; SILVA, C.A.; FIALHO, E.S. (Eds.). **Geografia da Paisagem: múltiplas abordagens**. Brasília, Caliandra, 2022, p. 80-106. Disponível em: <https://www.livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/375>. Acesso em 15 de jul. 2023.

FLORENCE J. C.; DOMINIQUE. The Forum for Alternative Indicators of Wealth: Beyond GDP, Democratically. *In*: LAURENT E. (ed.), **The Well-being Transition**, Switzerland: Springer, 2021. p. 141-156. Disponível em: <https://www.etui.org/sites/default/files/2022-12/GDP%20Democratically.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

FOETSCH, A. A. A Sacralização da Natureza e a Simbologia da Morte: A Ressignificação da Paisagem Religiosa nos cemitérios de Anjos de São João Maria. **Revista Geografar**, v.14, n.1, p.188-202, jan./ jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/67179>. Acesso em: 5 de set. 2022.

GAIVIZZO, L. H. B.; LITRE, G.; FERREIRA, J. L.; SILVA, R. G. P.; SOARES, D. N.; REIS, R. M.; ALMEIDA, A. C.; DAVALOS, N. E .B.; MENDES, P. D. A. G.; LINDOSO, D. P.; BRITO, A. M.; RODRIGUES-FILHO, S.; SAITO, C.H. Resilience to climate change in Fundo de Pasto Communities in the semiarid region of Bahia State, Brazil. **Sociedade & Natureza**, v. 31, p. 1-22, nov. 2019. DOI: 10.14393/SN-v31-2019-46331. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/46331>. Acesso em: 17 out. 2020.

GARCEZ, A. N. R. **Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo**. Salvador: Governo do Estado da Bahia (CAR/INTERBA/SEPLANTEC), 1987.

GERMANI, G; OLIVEIRA, G. G. de. **Mapeamento das Comunidades de Fundo e Fechos de Pasto no Estado da Bahia: relatório técnico**. Salvador: UFBA/GeografAR/Sepromi, 2020. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/relatoriofinal_mapeamentoffp_vf.pdf. Acesso em 13 de ago. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, C. A. C. **Convenção Europeia da Paisagem e a revisão do Plano Diretor Municipal**. 2013. 155 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Políticas e do Território) - Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal 2013. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/12188>. Acesso em: 13 de jan. 2021.

GRUPO DE PESQUISA GEOGRAFAR. **Publicações**. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/publicacoes>. Acesso em: 17 jan. 2021.

GUASSELLI, L. A.; MARTINS, R. L. Índices de paisagem aplicados à Bacia Hidrográfica do arroio Puitã, sudoeste do RS. *In*: Simpósio Nacional de Geomorfologia, 5, Encontro Sul-Americano de Geomorfologia, 1, 2004, Santa Maria. **Anais [...]** Santa Maria: UFSM, 2004. p. 1-14. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/5/4/Laurindo%20Antonio%20Guasselli.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2021.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

_____. HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em 4 de mar 2021.

HALLAIR G. Histoire croisée entre les géographes français et allemands de la première moitié du XX e siècle: la géographie du paysage (Landschaftskunde) em question. **Trajectoires (online)**, v. 5 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/trajectoires/709>. Acesso em: 26 de maio 2021.

HALLER, T., GALVIN, M., MEROKA, P., ALCA, J., ÁLVAREZ, A. Who Gains From Community Conservation? Intended and Unintended Costs and Benefits of Participative Approaches in Peru and Tanzania. **The Journal of Environment & Development**, v. 17, n. 2, p. 118 – 144, jun. 2018. Disponível em: DOI:10.1177/1070496508316853. Acesso em: 15 de nov. 2023.

HARDIN, G. The tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, dez. 1968. Disponível em: http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html. Acesso em: 10 de mar. 2021.

HARRINGTON, H. J. **Aperfeiçoando processos empresariais**. São Paulo: Makron Books, 1993.

HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n.3, p. 8-19, jan./jun. de 1997. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6707/4783>. Acesso em: 3 de mai. 2023.

KIENAST, F.; FRICK, J.; VAN STRIEN, MAARTEN J.; HUNZIKER. The Swiss Landscape Monitoring Program – A comprehensive indicator set to measure landscape change, **Ecological Modelling**, vol. 295, n. 10. p. 136-150, jan. 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304380014003858>. Acesso em: 19 de mar. 2022.

KOMIYAMA, H., TAKEUCHI, K. Sustainability science: building a new discipline. **Sustaintabilty Science**, v. 1, p. 1–6, ago. 2006.

LA BLACHE, P. V. **Principes de géographie humaine** (1922). Publiés d'après lês manuscrits de l'auteur par Emmanuel de Martonne. Lyon: ENS Éditions, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/enseditons/328>. Acesso em: 29 mar. 2021.

LACOSTE, Y. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: Fraçois Maspero, 1. ed. 1976.

LAGE, L. B. **Paisagem como ligação entre a conservação do patrimônio e o planejamento territorial**. 218. 473 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2018.

LE BERRE M. Le territoires. *In*: BAILLY A., FERRAS R.; PUMAIN D. (coord.). **Encyclopédie de la Géographie**, Paris, Economica, 1992, p. 617-638. Tradução: ZAMORANO G. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/52678477/LE-BERRE>. Acesso em: 2 mai. 2021.

LE DU-BLAYO, L. **Plateforme régionale d'Observatoires Photographiques du Paysage: un projet pilote en Bretagne**. [Rapport de recherche] UMR 6590: ESO. 2012. Université Rennes 2: Département de géographie, 2012. Disponível em: <https://hal.science/hal-0107666>. Acesso em: 7 de jul. 2022.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LIMA, V. **A sociedade e a natureza na paisagem urbana: análise de indicadores para avaliar a qualidade ambiental**. 2013. 358 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105077>. Acesso em: 13 de set. 2021.

LIMA, V. **Da posse a resistência: os desafios da Comunidade de Fundo de Pasto Caladinho na defesa do território**. 2018. 243 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2018. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/726>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. n° 322. Brasília: DAN/UnB. 2002.

LOPES, M.; NOGUEIRA, E.; SANTOS, C. Impactos socioambientais associados à atividade de mineração em territórios tradicionais de fundo de pasto na Bahia. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 345-376, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e89875>. Acesso em 13 de set 2023.

LOTHIAN, A. **Scenic Solutions. Measuring and mapping scenic quality**. Documento online, 2009. Disponível em: <http://www.scenicsolutions.com.au/Index.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LUVIZOTTO, C. K. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

LUZ, N. B.; MARAN, J. C.; GARRASTAZÚ, M. C.; ROSOT, M. A. D.; OLIVEIRA, Y. M. M. De.; FRANCISCON, L.; FREITAS, J. V. **Manual de análise da paisagem: vol. 3: procedimento para a geração de índices espaciais das unidades amostrais de paisagem**. Colombo: Embrapa Florestas, 2018.

MANGINI F. N. R. **Planejamento social**. 1.ed. Santa Maria, RS: UFSM, CTE, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/28329/MD_Planejamento_Social_Ebook.pdf?sequencia=1. Acesso em: 24 out. 2023.

MARTINS, E. **Caderno de casos: semiárido brasileiro: sertão do São Francisco - Bahia: recaatingamento: recuperação e manutenção da caatinga em pé**. Bahia: DAKI - Semiárido Vivo, 2022.

MENDOZA, J G. La mirada de geógrafo sobre el paisaje del conocimiento a la gestión. *In*: MADERUELO, J. **Paisaje y Territorio**. Madrid: Abada Editores 2008. p.11 – 55.

MIRANDA, A. A. B. O Conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, v. 16, n. 1, p. 123–132, jan./jul. 2012. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1183>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MOMBELLI, R. Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira. Imbituba (SC): desenvolvimento, territorialidade e construção de direitos. **Revista Estudos Sociológicos**, Araraquara: v. 18, n. 35, p. 325-345, jul./dez. 2013.

MONTEIRO, C. A. F. **Geossistemas: a história de uma procura**. São Paulo: Editora Contexto, 2001. 127p.

- MONTEIRO, F. A. M. P. T. **Qualidade da paisagem ribeirinha num contexto mediterrâneo. Proposta de avaliação nos corredores fluviais da Bacia Hidrográfica da Ribeira das Alcáçovas**. 1998. 109 f. Relatório (Curso de Arquitectura Paisagista) - Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1998.
- MORAES, N. R.; CAMPOS, A. C.; MÜLLER, N. M.; GAMBA, F. B; GAMBA, M. F. D. D. F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**, v. 38, n. 12, p. 17, 2017 Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/17381217.html>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- MORGADO, P. Modelação geográfica de indicadores de desenvolvimento sustentável. **Finisterra**, v. 37, n. 74, p. 173-175, ago. 2002. DOI: 10.18055/Finis1605. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1605>. Acesso em: 14 set. 2021.
- MORIM, J. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Pesquisa Escolar Online. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Nota Informativa: Peça de Informação - PGR-00125652/2020**. Análise gráfica de dados que foram extraídos dos Sistemas ÚNICO e APTUS, ambos do Ministério Público Federal, e que dizem respeito aos casos de violências praticadas contra minorias, entre os anos de 2010 e 2019, no Brasil. Brasília, 29 de abr. 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/6CCR_PecaInformacao_ViolenciaMinorias.pdf. Acesso em: 14 maio 2021.
- MUÑOZ GUERRERO, D.A.; GÓMEZ ZOTANO, J. Propuesta metodológica para la gestión de los paisajes de páramo en el marco de la Iniciativa Latinoamericana del Paisaje (LALI). **Perspectiva Geográfica**, v. 21, n. 2, p. 37–62. jul./dez. 2016. Disponível em: <http://revistas.uptc.edu.co/index.php/perspectiva/article/view/5850>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- MUÑOZ, A. **Guía metodológica. Estudio del paisaje**. España: Consellería de Infraestructuras, Territorio y Medio Ambiente, 2012.
- MUÑOZ-PEDREROS, A.; A. BADILLA; H. RIVAS. Evaluación del paisaje en un humedal del Chile: El caso del río Valdivia (X Región). **Revista Chilena de História Natural** v. 66, n. 4, p. 403-417, jan. 1993.
- NAKARMI G., STRAGER M. P., YUILL C, MOREIRA J. C., BURNS R. C., BUTLER P. Assessing Public Preferences of Landscape and Landscape Attributes: a Case Study of the Proposed Appalachian Geopark Project in West Virginia, USA. **Geoheritage**, v. 15, n. 85, p. 1-20, jun. 2023. Disponível em: <https://rdcu.be/drg03>. Acesso em: 16 out. 2023.
- NASCIMENTO, L. K. do; TEIXEIRA, G. **Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira: violações de direitos e conflitos**. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2020.
- NEL.LO, O. **Ordenar el Territorio**. La experiencia de Barcelona y Cataluña. Valencia: Ed. Tirant Humanidades, 2012.
- NIESTEROWICZ, J., AND STEPINSKI, T.F. On using landscape metrics for landscape similarity search. **Ecological indicators**, v. 64, p. 20-30, mai. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1470160X15007323>. Acesso em: 16 set. 2023.

NOGUÉ, J.; SALA, P. Los catálogos de paisaje. *In: BUSQUETS F.; J.; CORTINA R. A. (coord.). Gestión del paisaje: manual de protección, gestión y ordenación del paisaje.* Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 2009, p. 397-426.

_____. **Prototipus de catàleg de paisatge:** bases conceptuals, metodològiques i procedimentals per elaborar els catàlegs de paisatge de Catalunya. Olot i Barcelona. Catalunya: Observatori del Paisatge, 2006. Disponível em: <http://catpaisatge.net/fitxers/Prototipus2006.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

OECD - Organisation for Economic Cooperation and Development. **Environmental Indicators.** Paris: OECD, 1993.

OLIVEIRA, A. V. L. C.; CESTARO, L. A. Os instrumentos de planejamento ambiental territorial e suas aplicações no âmbito municipal: uma análise do plano diretor e exercícios de zoneamento. **Revista Geografia em Questão**, v. 13, n.1, p.115-128, abr. 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/23154>. Acesso em: 28 set. 2022.

OLIVEIRA, C. D.; ROCHA, M. Estudo de Caso Areia Grande: Resistir para existir. A luta no sertão baiano é pelo Fundo de Pasto! *In: Movimento Regional Porlatierra*, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://www.porlatierra.org/docs/b26b492f08d96f7c25b4774cfe442fbc.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.

OLIVEIRA, R. **A Paisagem no âmbito municipal.** Orientações metodológicas para a implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem e da Convenção Europeia da Paisagem. Lisboa, Portugal: Direção-geral do Território, 2021.

OLIVEIRA-GALVÃO, A. L. C.; SAITO, C. H. Mapeamentos sobre desertificação no Brasil: uma análise comparativa. **Brasil florestal**, n. 77, p. 9-20, ago. 2003.

ONWUEGHUZIE, A. J.; FRELS, R. **Seven steps to a comprehensive literature review.** Los Angeles, CA: Sage, 2015.

OSTROM, E. **Governing the commons:** the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990. Disponível em: https://www.actu-environnement.com/media/pdf/ostrom_1990.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

OTERO, I.; CASERMEIRO, M. A.; E ESPARCIA, P. Landscape Evaluation: comparison of evaluation methods in a region of Spain. **Journal of Environmental Management**, v. 85, n. 1, p. 204 – 214, out. 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17141402/>. Acesso em: 8 ago. 2021.

PEANO, A., CASSATELLA, C. Landscape Assessment and Monitoring. *In: CASSATELLA, C., PEANO, A. Landscape Indicators.* Dordrecht: Springer, 2011, 2011. p. 1-14. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-94-007-0366-7_1. Acesso em: 28 jan. 2021.

PEREIRA, A. D. P. **Programas e projetos de conservação ambiental em paisagens rurais: em busca da efetividade.** 2018. 264 f., Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PEREIRA, S. R. N. **Políticas energéticas e desenvolvimento socioespacial: as transformações geradas pela energia eólica no semiárido baiano.** 2020. 252 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

PERES, L. G. M.; GURGEL, H. C.; LAQUES, A-E. O estudo da paisagem como ferramenta de análise de áreas protegidas na fronteira entre o Brasil e a França. In: **Environnement et Géomatique: Approches comparées France-Brésil**. Rennes, 2014. Actes du Colloque, França: LETG-Rennes-COSTEL / USP, 2014. p. 300-307. Disponível em: <https://hal.science/hal-01841153/document>. Acesso em: 13 set. 2023.

PHILIPPSEN, M. **Uma Análise dos Aspectos Sociais e da Escolaridade dos Pescadores Artesanais no Município de Imbé, Sul do Brasil**. 2019. 44 f. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Campus Litoral Norte, Tramandaí, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/197789>. Acesso em: 17 ago. 2023.

PIRES, P. S. A análise de indicadores da qualidade visual como etapa da caracterização de paisagens turísticas: uma aplicação no distrito-sede de Porto Belo-SC. **Turismo: Visão e Ação**, v. 7, n. 3, p. 417-426, set./dez. 2005. DOI: 10.14210/rtva.v7n3.p417-426. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/506>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PIRES, P. S.; SOLDATELI, M. Avaliação da qualidade visual da paisagem no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC: uma aplicação metodológica focada no uso público e na valorização turística. In: **Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - saberes e fazeres no turismo: Interfaces**, 4, Caxias do Sul, 2010. Anais [...] Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010, p. 1-14. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplVSemTur>. Acesso em: 10 set. 2021.

PRIEUR, M.; LUGINBUEHL, Y.; NARANJO, F. Z.; MONTMOLLIN, B.D.; PEDROLI, B., MANSVELT, J.D.; DUROUSSEAU, S. **Landscape and sustainable development - challenges of the European Landscape Convention**. Strasburg, France: Council of Europe, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: França, M. C. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

RATZEL, F. **Land und Landschaft in der nordamerikanischen Volksseele. Deutsche Monatsschrift für das gesamte Leben der Gegenwart**, v.10, p.523-538, 1902. Disponível em: http://archive.org/stream/kleineschriften00hantgoog/kleineschriften00hantgoog_djvu.txt Acesso em: 24 abr. 2021.

RATZEL, F. El Territorio, la sociedad y el Estado. In: MENDOZA, J. G.; JIMENEZ, J. M. y CANTERO, N. O. (Orgs.) **El pensamiento geográfico. Estudio Interpretativo y Antología de Textos** (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982.

RIBEIRO, R. Entre as várias vidas dos gatos e as muitas identidades dos camaleões: as comunidades tradicionais do Cerrado Mineiro. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 2, p. 1-23, set. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10867>. Acesso em: 28 set. 2022.

RODRIGUEZ, J. M. M. **Geocologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. 5. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

ROGER, A. Histoire d'une passion théorique ou comment on devient un Raboliot du paysage. In: BERQUE, A.; CONAN, M.; DONADIEU, P.; LASSUS, B.; ROGER, A. (Orgs.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994, p. 105-23.

ROMERO, A. G.; SERRANO, M. A. de LA C. S.; MÉNDEZ, A. M.; SALINAS, E. S. Diseño y aplicación de indicadores de calidad paisajística para la evaluación de atractivos turísticos en áreas rurales. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago, n. 72, 2019, p. 55-73.

- SABOURIN, E; CARON, P.; SILVA, P. C. G. O manejo do fundo de pasto no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável. **Revista Raízes**, v. 18, n. 20, p. 90-102, nov. 1999. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/download/170/155/>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- SAITO, C. H. Science and education across cultures: another look at the Negev Bedouins and their environmental management practices. **Cultural Studies of Science Education**, v. 9, p. 977-991, dez. 2014. DOI:10.1007/s11422-014-9577-0. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272017144_Science_and_education_across_cultures_another_look_at_the_Negev_Bedouins_and_their_environmental_management_practices Acesso em: 19 mai. 2022.
- SAITO, C. H.; LAQUES, A. E. Possíveis articulações entre Paisagem e Gestão de Águas: lições a partir da Europa. In: SOUZA-FERNANDES, L. C.; ARAGÃO, A.; SÁ, A. A. (coord.). **Novos rumos do Direito Ambiental: um olhar para a geodiversidade**. Campinas: UNICAMP, 2021, p. 441-466.
- SAITO, C.H. Ecologia da Paisagem e Geografia. In: STEINKE, V.A.; SILVA, C.A.; FIALHO, E.S. (Eds.). **Geografia da Paisagem: múltiplas abordagens**. Brasília, Caliandra, 2022, p. 56-79. Disponível em: <http://caliandra.ich.unb>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- SANTA BRIGIDA DA SILVA, H. Agronegócio na Amazônia e o avanço do capital: ataque aos povos do campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 1-13, mar. 2022.
- SANTÉ, I.; TUBÍO, J. M.; MIRANDA, D. Public participation in defining landscape planning scenarios and landscape quality objectives (LQO): Landscape Guidelines for Galicia (NW Spain) case study. **Land Use Policy**, v. 94, p. 1-19, mai. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837719320988>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações. In: Encontro Nacional da ANPUR, 4, Salvador, 1991. **Anais [...]** Salvador: UFBA-ANPUR, 1991, p.35-39.
- _____. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. O dinheiro e o território. **Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, jun. 1999.
- _____. O novo século das luzes. In: **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002, p. 115 – 119.
- _____. O retorno do território. In: **OSAL – Observatório Social de América Latina**, ano 6, n. 16, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em 29 dez. 2023.
- SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SARAIVA, M.G.; LOUPA-RAMOS, I.; BERNARDO, F. Avaliar paisagens e sua identidade. Observatório (s) como resposta metodológica? In: FIDALGO, P. **Estudos de Paisagem**, Vol-III, Lisboa: Instituto de História Contemporânea da F.C.S.H. - Universidade Nova de Lisboa, 2017, p. 276-293. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/21861>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SAUER, C. O. A Morfologia da paisagem (1925). In: CORRÊA, R. L.; HOSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **RA'E GA**, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353>. Acesso em: 9 mai. 2021.

SCHWREZ, J. P. **Patrimônio e Planejamento: Aproximações a partir da paisagem de Agudos-RS**. 2017. 399 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, F. L. DA; O. E. Z.; PICHARILLO, C.; RUGGIERO, MAYARA H.; COSTA C.; MOSCHINI, L. E. Landscape naturalness verified by environmental indicators: Monjolinho River manancial, São Carlos-SP. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.10, n.3, p. 970-980, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/234024>. Acesso em: 7 ago. 2021.

SILVA, G. J. A; SOAD E SILVA, C. F.; ROMERO, M.; MACHADO, A.; CINTRA, M; ROCHA, R.; QUINTO, S; JR, F. E YEGANIANTZ, T. A construção de indicadores para avaliação da qualidade do espaço urbano no Distrito Federal do Brasil. **Paranoá**, v. 5, n. 5, 2010. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n5.2010.15480. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10531>. Acesso em: 11 mai. 2021.

SILVA, M. O. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1596>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SILVA, R.; JABER, M.; SATO, M. Mapeamento social participativo: mundos entre a pesquisa educativa e o ativismo ecológico. **Ambientalmente Sustentável**, v. 01, n. 013-014, p. 7-23, 2012. Disponível em: <https://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/799>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, R. G. P.; ZAGALLO, S. A.; LAQUES, A. E.; SAITO, C. H. Landscape Signature as an Integrative View of Landscape Metrics: A Case Study in Brazil-French Guiana Border. **Landscape online**, v. 85, p. 1-18, nov. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3097/LO.202085>. Acesso em: 13 set. 2023.

SILVA, R. G. P.; OLIVEIRA, C.H.; FERREIRA, E.S.; FETTER, R.; BARBOSA, R.G.; SAITO, C. H. Systematic Conservation Planning approach based on watershed analysis for the definition of strategic points on a visitor trail. **International Journal of Geoheritage and Parks**, v. 8, n. 3, p. 153–165, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijgeop.2020.07.001>. Acesso em: 6 jul. 2022.

SILVA, S. P. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas sob a abordagem territorial no Brasil**. Texto para discussão n. 1898. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3911/1/A_abordagem_territorial_no_planejamento_politicas.pdf. Acesso em: 17 ago. 2023.

SILVEIRA, S. A. da; SAVAZONI, R. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 5-18, maio 2018. DOI: 10.18617/liinc.v14i1.4150. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4150>. Acesso em: 10 jan. 2024.

- SOARES, I. A. **Análise da degradação ambiental das áreas de preservação permanente localizadas no estuário do Rio Ceará-Mirim/RN**. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2010.
- SOARES, I. A.; MEDEIROS, C. S. C.; FILHO, A. S. Análise de paisagens turísticas da praia de Jenipabu (RN) com a utilização de indicadores de qualidade visual: uma contribuição para o turismo sustentável. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 14, n. 45, p. 110–124, mar. 2013. DOI: 10.14393/RCG144516772. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16772>. Acesso em: 5 de set. 2021.
- _____. Análise de Paisagens Turísticas da Praia de Ponta Negra (Natal/RN) Com a Utilização de Indicadores de Qualidade Visual: Uma Contribuição para o Turismo Sustentável. **HOLOS**, v. 1, p. 228–246, fev. 2014. DOI: 10.15628/holos.2014.1451. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1451>. Acesso em: 14 de set. 2021.
- SOCHAVA, V. B. O estudo de geossistemas. **Métodos em questão**, n.16, p. 01-51, 1977.
- SOUZA, R. M.; PASSOS, M. M. DOS; YAMAKI, H. Paisagem cultural: avaliação das paisagens cênicas de Guaraqueçaba. **Acta Geográfica**, v. 7, n. 15, p. 165-189, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/861>. Acesso em: 18 mai. 2022.
- SOWIŃSKA-ŚWIERKOSZ, B. N.; CHMIELEWSKI, T. J. A new approach to the identification of Landscape Quality Objectives (LQOs) as a set of indicators. **Journal of environmental management**, v. 184, n. 3, p. 596–608, dez. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301479716307903>. Acesso em 18 de mar. 2022
- TEIXEIRA, B. K. **Índice de avaliação da qualidade da paisagem urbana**. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Leopoldo, RS, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7404>. Acesso em: 9 set. 2021.
- TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada. 1947.
- TORRES, P. R. **Terra e territorialidade das áreas de fundos de pastos no semiárido baiano – 1980-2010**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, BA, 2011.
- TREVISAN, D. P.; MOSCHINI, L. E.; MORAES, M. C. P. Avaliação das condições naturais da paisagem do município de Ibaté, São Paulo, Brasil. **Geografia**, Rio Claro, v. 41, n. 3, p. 467-482, set. /dez. 2016.
- TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 1980.
- _____. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- TULLIO, A. O. S. **Acesso aos serviços de saúde de uma comunidade tradicional pesqueira no Nordeste do Brasil: limitações de uma realidade peculiar**. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Família da Rede Nordeste) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- UNESCO. Conferência das Nações Unidas sobre a Desertificação. Nairóbi, 1977.

VALLEGA A. **Indicatori per il paesaggio**. Milano: Franco Angeli, 2008.

VAN BELLEN, H. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. 220 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84033>. Acesso em 16 de set. 2021.

VERAS, L. M. S. C. Carta da Paisagem das Américas: um olhar sobre sua construção e desafios. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 14, n. 1, p. 455-478, mar.2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe>. Acesso em: 2 de ago. 2022.

VIDOLIN, G. P.; BIONDI, D. Análise da Estrutura da Paisagem de um Remanescente de Floresta com Araucária, Paraná, Brasil. **Revista Árvore**, v. 35, n. 3 p. 515-525, jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-67622011000300014>. Acesso em: 15 de set. 2021.

XAVIER DA SILVA, J.; CARVALHO FILHO, L. M. Sistemas de Informação Geográfica: uma proposta metodológica. *In*: Conferência Latino-Americana sobre Sistemas de Informação Geográfica, 4; Simpósio Brasileiro De Geoprocessamento, 2, 1993, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: EPUSP, 1993. p. 609-629.

YANG H.; QIU, L.; FU, X. Toward Cultural Heritage Sustainability through Participatory Planning Based on Investigation of the Value Perceptions and Preservation Attitudes: Qing Mu Chuan, China, **Sustainability**, v. 13, n. 3, p. 1-14, jan. 2021. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/gam/jsusta/v13y2021i3p1171-d485450.html>. Acesso em: 11 jun. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2015. ZANIRATO, S. Paisagem cultural e espírito do lugar como patrimônio: em busca de um pacto social de ordenamento territorial. **Revista CPC**, v. 15, n. 29, p. 8-35, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p8-35>. Acesso em: 30 de jan. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Ficha para observação em campo

Ficha para Observação em Campo

Paisagens Comunidade de Fundo de Pasto - Fartura		
Membros da comunidade que acompanhou:		
Vista do ponto n°:	Fotos n°:	Nome Local:
Coordenadas Geográficas:		
Data: / /	Horário:	



Topografia	Uso do Solo	Vegetação	Fontes de Água	Transformações
<input type="checkbox"/> Plano <input type="checkbox"/> Acidentado <input type="checkbox"/> Platô <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Construído <input type="checkbox"/> Agrícola <input type="checkbox"/> Natural <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Caatinga conservada <input type="checkbox"/> Campo aberto <input type="checkbox"/> Mata fechada <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Córregos <input type="checkbox"/> Reservatórios <input type="checkbox"/> Cacimbas <input type="checkbox"/> Cisternas <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Acelerada <input type="checkbox"/> Estável <input type="checkbox"/> Preservada <input type="checkbox"/>
Percepção	Tipos de Construções	Posse	Elementos destacados	Elementos de Agressão
<input type="checkbox"/> Feio <input type="checkbox"/> Agradável <input type="checkbox"/> Fantástico <input type="checkbox"/> Sem Interesse <input type="checkbox"/> Distinto <input type="checkbox"/> Espetacular <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Tijolos de adobe <input type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Comum <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Naturais <input type="checkbox"/> Culturais <input type="checkbox"/> Históricos <input type="checkbox"/> Simbólicos <input type="checkbox"/> Estéticos <input type="checkbox"/> Sociais <input type="checkbox"/> Econômicos <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Urbanização <input type="checkbox"/> Projetos de desenvolvimento <input type="checkbox"/> Invasão das terras <input type="checkbox"/> Degradação dos elementos naturais <input type="checkbox"/> Pressão externa <input type="checkbox"/>

Breve Descrição da Área <incluindo os principais elementos da paisagem, atrativos e problemas>

Características Chaves < o que distingue a paisagem das demais>

Condição <situação visual da paisagem>

Considerações que a comunidade teceu sobre a área < citar e descrever as entregas do projeto>

Recomendações < caso seja detectada incompatibilidades aos atributos da avaliação>

Croqui da Área: Sim Não

APÊNDICE B - Roteiro das entrevistas semiestruturadas



Universidade de Brasília
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável
Doutorado em Desenvolvimento Sustentável

Pesquisadora: Larissa Rosa

Instituição de Ensino: Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília – CDS/UNB

Tema da pesquisa: Avaliação da qualidade da paisagem em uma Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto - CFP.

Orientadores: Carlos Saito e Anne Elisabeth Laques

Período da Visita 1: Agosto de 2022

Local: Sento Sé (BA); Comunidade de Fundo de Pasto Fartura

Objetivo da Visita 1: apresentar a pesquisa para a comunidade, conhecer o território da comunidade e observar suas paisagens.

Perguntas para orientar as Entrevistas

1. Que tipo de zonas de usos da terra se encontram nas suas terras? Como vocês as utilizam?
2. Até onde elas vão?
3. Quais as principais características?
4. O que se cultiva? Que tipos de animais são criados?
5. Quem trabalha e quem se beneficia dos diferentes recursos paisagísticos?
6. Como foi a paisagem no passado?
7. Mudou ou, pelo contrário, permaneceu inalterada?
8. Quais foram as causas?
9. Quais são as tendências de mudança para o futuro?
10. Que problemas existem nesta área?
11. O que fazer para melhorar a qualidade desta zona?
12. Qual lugar na comunidade é o mais significativo ou importante para você?
13. Poderia me encaminhar uma foto de uma paisagem que você mais gosta aqui na Comunidade?

APÊNDICE C – Questionário aplicado na visita de campo 2



Universidade de Brasília
 Centro de Desenvolvimento Sustentável
 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável
 Doutorado em Desenvolvimento Sustentável

Questionário à Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura/Sento Sé/BA **Tema: Avaliação da Qualidade da Paisagem**

Apresentação da pesquisa:

Prezado morador (a) da Comunidade de Fartura,

Meu nome é Larissa Rosa e sou doutoranda em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - UnB.

Estou desenvolvendo meu projeto de pesquisa sobre avaliação da qualidade da paisagem em comunidades tradicionais em que pretendo construir conjuntamente com a comunidade o mapeamento e caracterização de suas paisagens e indicadores para acompanhar as transformações que ocorram.

O objetivo com essa pesquisa é contribuir para proteger, ordenar e gerir a paisagem local, colaborando para melhorar a qualidade de vida das Comunidades de Fundos de Pasto.

A ideia é que a comunidade de Fartura participe e colabore com a pesquisa, como um estudo de caso. Para esta tarefa, este questionário foi elaborado para compreender a como você se relaciona com os principais lugares da sua comunidade.

A participação de todos na identificação das paisagens, dos principais problemas e potencialidades da comunidade é fundamental para definir objetivos de qualidade para as paisagens e aprimorar a gestão do território.

Neste sentido solicitamos que responda às questões que se seguem, por favor.

Apresentação pessoal:

Nome: _____

Como é conhecido na comunidade, ou como gostaria de ser chamado?

Sexo: () masculino () feminino

Idade: _____

Atividade de trabalho: _____

Escolaridade: _____

Local onde reside na comunidade:

() Fartura; () Lagoa Redonda; () Cruz; () Serrote; () Língua de Vaca; () Outro:

Perguntas sobre as paisagens da comunidade:

Conceito: *Paisagem é tudo que vemos ao nosso redor. Ela mostra um lugar como ele é em certo momento. É o retrato de um lugar.*

1. Diante desse conceito e considerando o objetivo desta pesquisa, solicitamos que você observe as imagens e expresse a sua opinião sobre as seguintes questões:

Foto 1: Topo do Deni/Serra da Caçamba



Localização:



Descrição:

- Lugar mais alto visitado, de onde se avista toda a comunidade de Fartura;
- Destaca-se pelo solo rochoso e afloramentos de quartzo branco;
- Relevo inclinado;
- Temperatura mais agradável.
- Caatinga arbórea;
- Domina a mancha florestal: cactos e angicos;
- Localiza-se na área do entorno da comunidade.

- d) Por que esta área é importante para a qualidade de vida da comunidade e deve ser valorizada?

- Porque contém cenários bonitos e atrantes para visitar.
 Porque nos oferecem opções de lazer e recreação.
 Porque nos oferecem oportunidades de renda e emprego.
 Porque preservam o meio ambiente e a biodiversidade.
 Porque nos oferecem oportunidade de interagir com a pessoas da nossa comunidade.
 Porque representam a história e a identidade da comunidade.
 Outro: _____

- e) Quais adjetivos podem ser usados para descrever estas áreas?

- Feio Desinteressante Agradável
 Singular Bonito Espetacular
 Outros: _____

- f) Tem algum vetor de pressão/ameaça atuando para diminuir o tamanho destas áreas? Em caso positivo, marque quais fatores existem na área.

- Expansão Urbana
 Espécies Exóticas
 Extrativismo Clandestino e caça
 Atividades de mineração
 Especulação Imobiliária
 Projetos de Desenvolvimento, como a energia eólica
 Degradação natural
 Outros: _____

Questão 1: Do seu conhecimento sobre o lugar da comunidade retratado na foto 1:

- a) Você concorda com o nome e a descrição da foto 1?
 Sim Não. Em caso negativo, por que?

- b) Você tem alguma sugestão de nome para este lugar ou para complementar a sua descrição?

- Sim Não. Em caso positivo, quais sugestões?

- c) Cite até 3 palavras-chave que você acha que melhor caracterizam o Topo do Deni ou a Serra da Caçamba.

1. _____

2. _____

3. _____

- g) Quais os aspectos positivos desta área podem ser revertidos em benefício da comunidade, observando a ocupação sustentável do território da comunidade?

- Desenvolvimento de Pesquisas Científicas
 Turismo Rural
 Recuperação de sítios históricos
 Manter como Unidade de Conservação
 Disponibilidade de água/presença de mananciais
 Existência de remanescentes florestais – preservação da fauna e flora
 Desenvolvimento de projetos de mineração, como mármore e quartzo branco
 Potencial de expansão no setor agroindustrial com desenvolvimento e incentivo de agroindustrial familiar
 Existência de pontos de relevo acidentado com mirantes
 Cultivo de frutas como o umbu
 Criação de abelhas para produção do mel
 Outros: _____

- h) Qual tipo de ação é fundamental para que esta área observada na foto 1, funcione direito e mantenha seu valor na Comunidade de Fartura?

- Preservação e manutenção das características existentes.
 Recuperação de características que se encontram degradadas.
 Melhoria das características existentes, a partir da introdução de novos elementos ou da gestão dos já existentes.
 Criação de uma nova paisagem.

Outros: _____

Foto 2: Área central de uso antrópico da Comunidade



Questão 2: Do seu conhecimento sobre o lugar da comunidade retratado na foto 2:

a) Você concorda com o nome e a descrição da foto 2?
 Sim Não. Em caso negativo, por que?

b) Você tem alguma sugestão de nome para este lugar ou para complementar a sua descrição?
 Sim Não. Em caso positivo, quais sugestões?

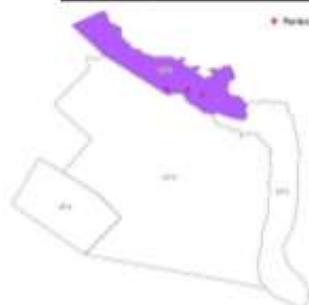
c) Cite até 3 palavras-chave que você acha que melhor caracterizam a área central da comunidade.

1. _____

2. _____

3. _____

Localização:



Descrição:

- Ruas não pavimentadas;
- As casas estão mais próximas das outras.
- As áreas familiares, roças, vazantes do Riacho, quintal produtivo da Dona Luzia, campos de futebol, a igreja, a escola e as Unidades de Beneficiamentos de Frutas e Mel compõem esta paisagem;
- Predomina relevo plano;
- O riacho Bazuaá perpassa toda esta área, onde contribui para a ocorrência de solos mais férteis e atividades agrícolas;
- Área de uso social da comunidade.

d) Por que esta área é importante para a qualidade de vida da comunidade e deve ser valorizada?

- Porque contém cenários bonitos e atrantes para visitar.
- Porque nos oferecem opções de lazer e recreação.
- Porque nos oferecem oportunidades de renda e emprego.
- Porque preservam o meio ambiente e a biodiversidade.
- Porque nos oferecem oportunidade de interagir com a pessoas da nossa comunidade.
- Porque representam a história e a identidade da comunidade.
- Outro: _____

e) Quais adjetivos podem ser usados para descrever estas áreas?

- Feio
- Desinteressante
- Agradável
- Singular
- Bonito
- Espetacular
- Outros: _____

f) Tem algum vetor de pressão/ameaça atuando para diminuir o tamanho destas áreas? Em caso positivo, marque quais fatores existem na área.

- Expansão Urbana
- Espécies Exóticas
- Extrativismo Clandestino e caça
- Atividades de mineração
- Especulação Imobiliária
- Projetos de Desenvolvimento, como a energia eólica
- Degradação natural
- Outros: _____

g) Quais os aspectos positivos desta área podem ser revertidos em benefício da comunidade, observando a ocupação sustentável do território da comunidade?

- Desenvolvimento de Pesquisas Científicas
- Turismo Rural
- Recuperação de sítios históricos
- Manter como Unidade de Conservação
- Disponibilidade de água/presença de mananciais
- Existência de remanescentes florestais – preservação da fauna e flora
- Desenvolvimento de projetos de mineração, como mármore e quartzo branco
- Potencial de expansão no setor agroindustrial com desenvolvimento e incentivo de agroindustrial familiar
- Existência de pontos de relevo acidentado com mirantes
- Cultivo de frutas como o umbu
- Criação de abelhas para produção do mel
- Outros: _____

h) Qual tipo de ação é fundamental para que esta área observada na foto 2, funcione direito e mantenha seu valor na Comunidade de Fartura?

- Preservação e manutenção das características existentes.
- Recuperação de características que se encontram degradadas.
- Melhoria das características existentes, a partir da introdução de novos elementos ou da gestão dos já existentes.
- Criação de uma nova paisagem.
- Outros: _____

Foto 3: Caatinga Preservada**Localização:****Descrição:**

- Corresponde à área da comunidade com maior número de espécies arbóreas da Caatinga;
 - Vegetação Nativa preservada;
 - Rica Biodiversidade;
 - A área de 52 hectares de recatamento, 52 hectares cercadas para recuperação ambiental faz parte desta paisagem;
 - Relevo plano ou pequenos declives;
 - Caatinga arbórea;
 - Ocupa a maior parte do território da comunidade.

d) Por que esta área é importante para a qualidade de vida da comunidade e deve ser valorizada?

- Porque contém cenários bonitos e atrantes para visitar.
 Porque nos oferecem opções de lazer e recreação.
 Porque nos oferecem oportunidades de renda e emprego.
 Porque preservam o meio ambiente e a biodiversidade.
 Porque nos oferecem oportunidade de interagir com a pessoas da nossa comunidade.
 Porque representam a história e a identidade da comunidade.
 Outro: _____

e) Quais adjetivos podem ser usados para descrever estas áreas?

- Feio
 Desinteressante
 Agradável
 Singular
 Bonito
 Espetacular
 Outros: _____

f) Tem algum vetor de pressão/ameaça atuando para diminuir o tamanho destas áreas? Em caso positivo, marque quais fatores existem na área.

- Expansão Urbana
 Espécies Exóticas
 Extrativismo Clandestino e caça
 Atividades de mineração
 Especulação Imobiliária
 Projetos de Desenvolvimento, como a energia eólica
 Degradação natural
 Outros: _____

Questão 3: Do seu conhecimento sobre o lugar da comunidade retratado na foto 3:

a) Você concorda com o nome e a descrição da foto 3?
 Sim Não. Em caso negativo, por que?

b) Você tem alguma sugestão de nome para este lugar ou para complementar a sua descrição?

Sim Não. Em caso positivo, quais sugestões?

c) Cite até 3 palavras-chave que você acha que melhor caracterizam a área de Caatinga preservada da comunidade.

1. _____
 2. _____
 3. _____

g) Quais os aspectos positivos desta área podem ser revertidos em benefício da comunidade, observando a ocupação sustentável do território da comunidade?

- Desenvolvimento de Pesquisas Científicas
 Turismo Rural
 Recuperação de sítios históricos
 Manter como Unidade de Conservação
 Disponibilidade de água/presença de mananciais
 Existência de remanescentes florestais – preservação da fauna e flora
 Desenvolvimento de projetos de mineração, como mármore e quartzo branco
 Potencial de expansão no setor agroindustrial com desenvolvimento e incentivo de agroindustrial familiar
 Existência de pontos de relevo acidentado com mirantes
 Cultivo de frutas como o umbu
 Criação de abelhas para produção do mel
 Outros: _____

h) Qual tipo de ação é fundamental para que esta área observada na foto 3, funcione direito e mantenha seu valor na Comunidade de Fartura?

- Preservação e manutenção das características existentes.
 Recuperação de características que se encontram degradadas.
 Melhoria das características existentes, a partir da introdução de novos elementos ou da gestão dos já existentes.
 Criação de uma nova paisagem.
 Outros: _____

Foto 4: Área de Fundo de Pasto de Fartura



Localização:

Descrição:



- Área coletiva da comunidade;
- Sem cercas;
- Considerado como área de reserva, ou seja todos os moradores têm acesso para a criação extensiva de caprinos, ovinos, em alguns casos, gado e para o extrativismo da Caatinga;
- Relevo plano;
- Caatinga mais aberta.

d) Por que esta área é importante para a qualidade de vida da comunidade e deve ser valorizada?

- Porque contém cenários bonitos e atrantes para visitar.
- Porque nos oferecem opções de lazer e recreação.
- Porque nos oferecem oportunidades de renda e emprego.
- Porque preservam o meio ambiente e a biodiversidade.
- Porque nos oferecem oportunidade de interagir com as pessoas da nossa comunidade.
- Porque representam a história e a identidade da comunidade.
- Outro: _____

e) Quais adjetivos podem ser usados para descrever estas áreas?

- Feio
- Desinteressante
- Agradável
- Singular
- Bonito
- Espetacular
- Outros: _____

f) Tem algum vetor de pressão/ameaça atuando para diminuir o tamanho destas áreas? Em caso positivo, marque quais fatores existem na área.

- Expansão Urbana
- Espécies Exóticas
- Extrativismo Clandestino e caça
- Atividades de mineração
- Especulação Imobiliária
- Projetos de Desenvolvimento, como a energia eólica
- Degradação natural
- Outros: _____

Questão 4: Do seu conhecimento sobre o lugar da comunidade retratado na foto 4:

a) Você concorda com o nome e a descrição da foto 4?
 Sim Não. Em caso negativo, por que?

b) Você tem alguma sugestão de nome para este lugar ou para complementar a sua descrição?

Sim Não. Em caso positivo, quais sugestões?

c) Cite até 3 palavras-chave que você acha que melhor caracterizam a área de Fundo de Pasto da comunidade.

1. _____
2. _____
3. _____

g) Quais os aspectos positivos desta área podem ser revertidos em benefício da comunidade, observando a ocupação sustentável do território da comunidade?

- Desenvolvimento de Pesquisas Científicas
- Turismo Rural
- Recuperação de sítios históricos
- Manter como Unidade de Conservação
- Disponibilidade de água/presença de mananciais
- Existência de remanescentes florestais – preservação da fauna e flora
- Desenvolvimento de projetos de mineração, como mármore e quartzo branco
- Potencial de expansão no setor agroindustrial com desenvolvimento e incentivo de agroindustrial familiar
- Existência de pontos de relevo acidentado com mirantes
- Cultivo de frutas como o umbu
- Criação de abelhas para produção do mel
- Outros: _____

h) Qual tipo de ação é fundamental para que esta área observada na foto 4, funcione direito e mantenha seu valor na Comunidade de Fartura?

- Preservação e manutenção das características existentes.
- Recuperação de características que se encontram degradadas.
- Melhoria das características existentes, a partir da introdução de novos elementos ou da gestão dos já existentes.
- Criação de uma nova paisagem.
- Outros: _____

APÊNDICE D – Formulários aplicados por grupos na visita de campo 3

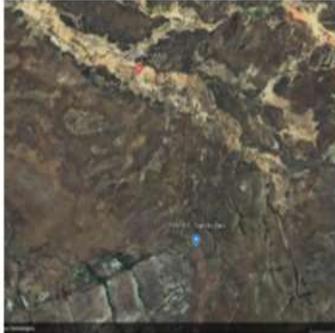


FORMULÁRIO OFICINA DE PAISAGEM – Comunidade de Fartura

Grupo de Trabalho 1: Unidade de Paisagem 1: Encosta da Serra da Caçamba

1. Nome: _____
2. Nome: _____
3. Nome: _____
4. Nome: _____
5. Nome: _____
6. Nome: _____
7. Nome: _____
8. Nome: _____

Localização da área



Caracterização



Paisagem conhecida pela comunidade como Topo do Deni. Ponto mais alto visitado, de onde se avista toda a comunidade de Fartura. Destaca-se pelo solo rochoso, constante de afloramentos de quartzo branco; Microclima mais ameno. Caatinga arbórea. Domina a mancha florestal: cactos e angico. Localiza-se na área do entorno da comunidade. A comunidade avalia esta área como "Bonita". Possui um elevado valor ecológico devido à sua rica flora e fauna ainda preservadas e a riqueza hídrica, pois abarca a nascente do Riacho Bazua. Tem um valor estético importante, pois forma um singular cenário cênico que pode ser observado todas as paisagens da Comunidade. Como ameaças destaca-se a exploração do mármore; parques Eólicos e Mineração. Como oportunidades: desenvolvimento de pesquisas científicas; e existência de remanescentes florestais.

OBJETIVOS:

- Os lençóis d'água nas Serras devem ser preservados, evitando o assoreamento das grotas e respeitando o percurso do riacho.
- Arbustos, rochas e árvores da Caatinga nas serras devem ser protegidos ecologicamente e resistentes às principais ameaças (abandono, degradação natural, mineração, incêndios, erosão e desertificação).
- As paisagens devem preservar diversos tipos de vegetação e animais típicos da Caatinga, sem espécies invasoras e caça ilegal.

OBJETIVO: é a transformação desejada em relação à situação ideal é um conceito para expressar o desejo de mudança.

Pergunta 1: O grupo tem sugestões ou complementações à caracterização desta paisagem?

Não Sim. Quais? _____

Pergunta 2: Os Objetivos para a qualidade da paisagem do Topo do Deni estabelecidos são bons e expressam o que o grupo espera que aconteça nesta área para que ela não se degrade?

Não Sim. Sugerimos outras propostas de Objetivos: _____

Pergunta 3: Como o grupo imagina esta área daqui a 50 anos?



Totalmente Degradada Degradada Do mesmo jeito Boa qualidade Bem melhor do que hoje

INDICADOR: funcionam como um termômetro, permitindo monitorar se os objetivos propostos estão sendo alcançados ou estão no caminho certo. Os indicadores de paisagem servirão para medir as mudanças na paisagem com vistas a manter ou melhorar a saúde das paisagens da Comunidade.

Pergunta 4: Como o grupo percebe que as áreas da Comunidade estão melhorando ou piorando, a exemplo de um termômetro de qualidade da paisagem, em comparação com as paisagens vivenciadas por seus avós?

Pergunta 5: Qual indicador mais apropriado para acompanhar estas transformações pela própria comunidade? Como ele pode ser medido pelos próprios moradores de Fartura?



Plantas Água Solo Renda Cultivo nas roças Projetos sustentáveis Participação Social Animais

Outros. Quais? _____

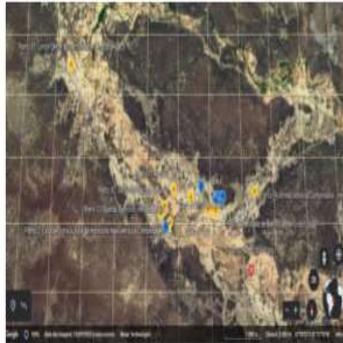


FORMULÁRIO OFICINA DE PAISAGEM – Comunidade de Fartura

Grupo de Trabalho 2: Unidade de Paisagem 2: Vale Fluvial Antropizado

1. Nome: _____
2. Nome: _____
3. Nome: _____
4. Nome: _____
5. Nome: _____
6. Nome: _____
7. Nome: _____
8. Nome: _____

Localização da área



Caracterização

Área conhecida como o Centro da Comunidade de Fartura. É uma paisagem mais humanizada próxima às casas, onde se observa um equilíbrio entre as áreas familiares com quintais/pomares, e um mosaico misto de caatinga preservada com pequena produção agrícola. O riacho Batuiá percorre toda essa área, onde contribui para a ocorrência de solos mais férteis e atividades agrícolas. A comunidade avilhou esta área como "Bonita". Possui um elevado valor social devido ser o ponto de encontro dos moradores. Tem um valor identitário importante, pois nestas áreas que os moradores habitam e tiram proveito dos seus quintais e roças individuais. Como ameaças destaca-se a remoção da mata ciliar do riacho intermitente e erosão do solo às margens da estrada; Como oportunidades: aproveitar as estruturas das Unidades de Beneficiamento de Frutas e de Mel, adaptando-se às exigências do mercado, com a certificação dos produtos.



- OBJETIVOS:**
- 1) Aproveitar melhor as estruturas das Unidades de Beneficiamento de Frutas e de Mel, adaptando-se às exigências do mercado, como a certificação dos produtos;
 - 2) Continuar cuidando das áreas que foram cercadas nas margens do riacho e manter os benefícios dos projetos recebidos pela comunidade;
 - 3) Os assentamentos rurais tradicionais devem ser mantidos em boas condições com acesso à água, disposição adequada dos resíduos e banheiro;
 - 4) Diversificar o cultivo de sequeiro nas roças familiares;
 - 5) Fortalecer o trabalho em grupo na comunidade;

OBJETIVO: é a transformação desejada em relação à situação ideal e um conceito para expressar o desejo de mudança.

Pergunta 1: O grupo tem sugestões ou complementações à caracterização desta paisagem?

() Não () Sim. Quais? _____

Pergunta 2: Os Objetivos para a qualidade da paisagem do Centro da Comunidade estabelecidos são bons e expressam o que o grupo espera que aconteça nesta área para que ela não se degrade?

() Não () Sim. Sugerimos outras propostas de Objetivos: _____

Pergunta 3: Como o grupo imagina esta área daqui a 50 anos?



() Totalmente Degradada () Degradada () Do mesmo jeito () Boa qualidade () Bem melhor do que hoje

INDICADOR: funcionam como um termômetro, permitindo monitorar se os objetivos propostos estão sendo alcançados ou estão no caminho certo. Os indicadores de paisagem servirão para medir as mudanças na paisagem com vistas a manter ou melhorar a saúde das paisagens da Comunidade.

Pergunta 4: Como o grupo percebe que as áreas da Comunidade estão melhorando ou piorando, a exemplo de um termômetro de qualidade da paisagem, em comparação com as paisagens vivenciadas por seus avós?

Pergunta 5: Qual indicador mais apropriado para acompanhar estas transformações pela própria comunidade? Como ele pode ser medido pelos próprios moradores de Fartura?



Plantas () Água () Solo () Renda () Cultivo nas roças () Projetos sustentáveis () Participação Social () Animais

() Outros. Quais? _____



FORMULÁRIO OFICINA DE PAISAGEM – Comunidade de Fartura

Grupo de Trabalho 3

Unidade de Paisagem 3: Caatinga Arbórea preservada em terraço fluvial

1. Nome: _____
2. Nome: _____
3. Nome: _____
4. Nome: _____
5. Nome: _____
6. Nome: _____
7. Nome: _____
8. Nome: _____

Localização da área



Caracterização



Paisagem Conhecida pela comunidade como Área de ~~Recatamento~~ do IRPAA. Corresponde à área da comunidade com maior número de espécies arbóreas da Caatinga; Vegetação Nativa preservada; Rica Biodiversidade; A área de 52 hectares de ~~recatamento~~, cercadas para recuperação ambiental faz parte desta paisagem; Relevo plano ou pequenos declives; Caatinga arbórea. Ocupa a maior parte do território da comunidade. A comunidade avalia esta área como "Singular". Possui um elevado valor ecológico devido ser uma paisagem natural rica em biodiversidade. Tem um valor identitário importante, pois esta paisagem é um ponto de referência e orgulho para os moradores de Fartura. Como ameaças destaca-se o desmatamento e a criação do Parque Boqueirão da Onça. Como oportunidades: projetos de ~~recatamento~~ com sucesso, plantio de mudas por meio de mutirões que reúne toda a comunidade e desenvolvimento de pesquisas científicas.

OBJETIVOS:

- 1) A Caatinga deve preservar uma alta diversidade de espécies florestais e de fauna;
- 2) Recuperar as áreas degradadas, com a expansão do recatamento;
- 3) Conservar as áreas de Caatinga ainda em bom estado;
- 4) Realizar trabalhos em mutirão de plantio de mudas nativas, de poda das árvores, aceiro da mata e manutenção das cerca, focar na ajuda mútua da comunidade;
- 5) Ampliar o uso de práticas de conservação do solo e água;

OBJETIVO: é a transformação desejada em relação à situação ideal e um conceito para expressar o desejo de mudança.

Pergunta 1: O grupo tem sugestões ou complementações à caracterização desta paisagem?

Não Sim. Quais? _____

Pergunta 2: Os Objetivos para a qualidade da paisagem para a Caatinga Preservada da comunidade estabelecidos são bons e expressam o que o grupo espera que aconteça nesta área para que ela não se degrade?

Não Sim. Sugerimos outras propostas de Objetivos: _____

Pergunta 3: Como o grupo imagina esta área daqui a 50 anos?



Totalmente Degradada Degradada Do mesmo jeito Boa qualidade Bem melhor do que hoje

INDICADOR: funcionam como um termômetro, permitindo monitorar se os objetivos propostos estão sendo alcançados ou estão no caminho certo. Os indicadores de paisagem servirão para medir as mudanças na paisagem com vistas a manter ou melhorar a saúde das paisagens da Comunidade.

Pergunta 4: Como o grupo percebe que as áreas da Comunidade estão melhorando ou piorando, a exemplo de um termômetro de qualidade da paisagem, em comparação com as paisagens vivenciadas por seus avós?

Pergunta 5: Qual indicador mais apropriado para acompanhar estas transformações pela própria comunidade? Como ele pode ser medido pelos próprios moradores de Fartura?



Plantas Água Solo Renda Cultivo nas roças Projetos sustentáveis Participação Social Animais

Outros. Quais? _____



FORMULÁRIO OFICINA DE PAISAGEM – Comunidade de Fartura

Grupo de Trabalho 4

Unidade de Paisagem 4: Pasto de uso comum em Caatinga Aberta

1. Nome: _____
2. Nome: _____
3. Nome: _____
4. Nome: _____
5. Nome: _____
6. Nome: _____
7. Nome: _____
8. Nome: _____

Localização da área



Caracterização



Paisagem conhecida como a Área coletiva da comunidade. Sem cercas. Relevo plano. Considerado como área de reserva e, por isso, entende-se que nela todos os moradores têm acesso para a criação extensiva de caprinos, ovinos, em alguns casos, gado e para o extrativismo da Caatinga. A comunidade avalia esta área como "Bonita". Muito valorizada por suas características culturais de pastos amplos e preservados (valores identitários estéticos) e por seu o lugar com perfil produtivo onde as pessoas da comunidade criam seus animais soltos, de onde tiram seu sustento. Como ameaças destaca-se o desconhecimento parcial ou total sobre os limites do Parque Boqueirão da Onça, que pode se sobrepor a esta área, a luta pela manutenção da identidade local. X busca pelo desenvolvimento econômico e a falta de regularização fundiária. Como oportunidades: criação do bode solto sem cerca em uma área de Caatinga preservada que todos da comunidade utilizam de modo consensual e a criação de abelhas para produção de mel.

OBJETIVOS:

- 1) O modelo produtivo das terras de fundo de pasto deve ser gerido com critérios de sustentabilidade, a fim de evitar o superpastoreio da caatinga;
- 2) Tomar as medidas necessárias para a manutenção do pasto comum, para alimentar os animais;
- 3) Garantir território em tamanho apropriado para intensificar com qualidade algumas práticas importantes para a comunidade, como o extrativismo e beneficiamento de plantas nativas, a criação de abelhas ou a criação de gado.

OBJETIVO: é a transformação desejada em relação à situação ideal é um conceito para expressar o desejo de mudança.

Pergunta 1: O grupo tem sugestões ou complementações à caracterização desta paisagem?

Não Sim. Quais? _____

Pergunta 2: Os Objetivos para a qualidade da paisagem para o Fundo de Pasto da comunidade estabelecidos são bons e expressam o que o grupo espera que aconteça nesta área para que ela não se degrade?

Não Sim. Sugerimos outras propostas de Objetivos: _____

Pergunta 3: Como o grupo imagina esta área daqui a 50 anos?

Totalmente Degradada Degradada Do mesmo jeito Boa qualidade Bem melhor do que hoje

INDICADOR: funcionam como um termômetro, permitindo monitorar se os objetivos propostos estão sendo alcançados ou estão no caminho certo. Os indicadores de paisagem servirão para medir as mudanças na paisagem com vistas a manter ou melhorar a saúde das paisagens da Comunidade.

Pergunta 4: Como o grupo percebe que as áreas da Comunidade estão melhorando ou piorando, a exemplo de um termômetro de qualidade da paisagem, em comparação com as paisagens vivenciadas por seus avós?

Pergunta 5: Qual indicador mais apropriado para acompanhar estas transformações pela própria comunidade? Como ele pode ser medido pelos próprios moradores de Fartura?

Plantas Água Solo Renda Cultivo nas roças Projetos sustentáveis Participação Social Animais

Outros. Quais? _____

APÊNDICE E — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UnB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que a Comunidade de Fartura ^{concorda em} participar da pesquisa de campo referente ao estudo intitulado Análise da qualidade da passagem orientada pelo professor Carlos Roberto e desenvolvida pela Universidade de Brasília do Centro de Administração e Economia, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 61 98662 4836 ou e-mail carlos.roberto@mma.gov.br

Afirmo que os membros da Comunidade de Fartura aceitaram participar por própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Minha colaboração se fará de forma consentida, por meio de questionário/entrevistas realizadas, a partir da assinatura desta autorização. Fui ainda informado de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Sento Sé, 11 de maio de 2023

Assinatura do (a) participante: Claudio Márcio Rodrigues dos Santos
 Assinatura da pesquisadora: Carina Alves da Silva Rosa
 Assinatura do(a) testemunha(a): Marila dos Santos Rodrigues